TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
TCU
7 DE NOVEMBRO DE 1890
Grande-Colar
do Mérito do
TCU
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

República Federativa do Brasil

Tribunal de Contas da União

MINISTROS

Aroldo Cedraz de Oliveira (Presidente)

Raimundo Carreiro (Vice-Presidente)

Augusto Nardes

Walton Alencar Rodrigues

Benjamin Zymler

José Múcio Monteiro

Ana Arraes

Bruno Dantas

Vital do Rêgo

MINISTROS-SUBSTITUTOS

Augusto Sherman Cavalcanti

Marcos Bemquerer Costa

André Luís de Carvalho

Weder de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

Paulo Soares Bugarin (Procurador-Geral)

Lucas Rocha Furtado (Subprocurador-Geral)

Cristina Machado da Costa e Silva (Subprocuradora-Geral)

Marinus Eduardo de Vries Marsico (Procurador)

Júlio Marcelo de Oliveira (Procurador)

Sérgio Ricardo Costa Caribé (Procurador)

Rodrigo Medeiros de Lima (Procurador)

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Grande-Colar do Mérito do TCU

Brasília, 2016

© Copyright 2016,
Tribunal de Contas da União

<www.tcu.gov.br>

Permite-se a reprodução
desta publicação,
em parte ou no todo, sem
alteração do conteúdo,
desde que citada a fonte
e sem fins comerciais.

Brasil. Tribunal de Contas da União.

Grande-Colar do Mérito do TCU / Tribunal de Contas da União – Brasília: TCU, 2016.

371 p. : il., fotog.

Condecoração outorgada a juízo do Conselho do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União destinada a galardoar as personalidades, nacionais ou estrangeiras, que, por seus méritos excepcionais e relevante contribuição ao controle externo, tenham-se tornado merecedoras de especial distinção.

1. Grande-Colar do Mérito. 2.Tribunal de Contas da União (TCU) - homenagem. I. Título

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

Sumário

Homenageados 2003 10

- Roberto Marinho *(post mortem)* 11
- Fernanda Montenegro 11
- Zilda Arns 12
- Luiz Octávio Gallotti 12
- Ministro Luciano Brandão Alves de Souza 13
- Alfredo José de Sousa 13
- Francisco de Salles Mourão Branco 14

Oradores 14

- Ministro Ubiratan Aguiar 14
- Luiz Octávio Gallotti 18
- Presidente Valmir Campelo 22

Homenageados 2004 27

- Ministra Élvia Lordello Castello Branco 28
- Ministro Ewald Sizenando Pinheiro 28
- Ives Gandra da Silva Martins 29
- João Havelange 29
- Ministro Olavo Drummond 30
- Antonio Ermírio de Moraes 30

Oradores 31

- Ministro Marcos Vinicios Vilaça 31
- Ministro Olavo Drummond 39
- Presidente Valmir Campelo 42

Homenageados 2005 47

- Ministro Alberto Hoffmann 48
- Cid Nogueira 48
- Bernardo Cabral 49
- Dom José Freire Falcão 49
- Paulo Bonavides 50
- Paulo Brossard de Souza Pinto 50
- Fundação Getúlio Vargas 51

Sumário

Oradores 51
- Ministro Valmir Campelo 51
- Paulo Brossard de Souza Pinto 66
- Presidente Adylson Motta 69

Homenageados 2006 73
- Academia Brasileira de Letras 74
- Djaci Alves Falcão 74
- Ministro Homero Santos 75
- Miguel Srougi 75
- Octávio Frias de Oliveira *(post mortem)* 76
- Oscar Niemeyer 76
- Wadjô da Costa Gomide *(post mortem)* 77

Oradores 77
- Ministro Ubiratan Aguiar 77
- Cícero Sandroni 82
- Presidente Walton Alencar Rodrigues 86

Homenageados 2007 89
- Carlos Mário da Silva Velloso 90
- Eduardo Andrade Ribeiro de Oliveira 90
- José Fernandes Farinha Tavares 91
- Aloysio Campos da Paz Junior 91
- Confederação Nacional da Indústria 92

Oradores 92
- Ministro Marcos Vinicios Vilaça 92
- Carlos Mário da Silva Velloso 100
- Presidente Walton Alencar Rodrigues 106

Homenageados 2008 108
- José Carlos Moreira Alves 109
- Célio de Oliveira Borja 109
- Ministro Adhemar Paladini Ghisi *(post mortem)* 110

Sumário

- Ministro Arnaldo da Costa Prieto 110
- Antônio Carlos Konder Reis 111
- Arthur Moreira Lima 111
- Confederação Nacional do Comércio 112

Oradores 112

- Ministro Ubiratan Aguiar 112
- José Carlos Moreira Alves 118
- Presidente Walton Alencar Rodrigues 120

Homenageados 2009 **122**

- Ari Cunha 123
- Bibi Ferreira 123
- Cláudio Salvador Lembo 124
- Fundação Gilberto Freyre 124
- Ministro Marcos Vinicios Vilaça 125
- José Alencar 126

Oradores 126

- Ministro Walton Alencar Rodrigues 126
- José Alencar 138
- Presidente Ubiratan Aguiar 142

Homenageados 2010 **144**

- Adib Jatene 145
- Carlos Alberto Gomes Chiarelli 145
- Ministro Carlos Átila Álvares da Silva 146
- Juscelino Kubitschek *(post mortem)* 146
- Mário Jorge Lobo Zagallo 147
- Roberto Civita 147

Oradores 148

- Ministro Benjamin Zymler 148
- Roberto Civita 174
- Presidente Ubiratan Aguiar 179

Sumário

Homenageados 2011 **181**
- Delfim Netto 182
- Ellen Gracie Northfleet 182
- Ministro Humberto Guimarães Souto 183
- Jorge Gerdau Johanpeter 183
- Marco Maciel 184
- Ricardo Coimbra de Almeida Brennand 184

Oradores 185
- Ministro Augusto Nardes 185
- Marco Maciel 203
- Presidente Benjamin Zymler 206

Homenageados 2012 **208**
- Ariano Vilar Suassuna 209
- Carlos Ayres Britto 209
- Jorge Amado *(post mortem)* 210
- José Carlos de Almeida 210
- Ministro Ubiratan Aguiar 211
- Yolanda Vidal Queiroz 211

Oradores 212
- Ministro Aroldo Cedraz 212
- Carlos Ayres Britto 229
- Presidente Benjamin Zymler 231

Homenageados 2013 (Janeiro) **233**
- José Manuel Durão Barroso 234

Oradores 235
- Ministro Walton Alencar Rodrigues 235
- José Manuel Durão Barroso 243

Homenageados 2013 (Novembro) **253**
- Carlos Roberto Ribeiro de Moraes 254
- Celso Lafer 254

Sumário

- Edson Porto 255
- Ministro Guilherme Palmeira 255
- Jair de Oliveira Soares 256
- Ministro João Nogueira de Rezende 256
- Teresa de Jesus Costa D'Amaral 257

Oradores 257

- Ministro Raimundo Carreiro 257
- Celso Lafer 272
- Presidente Augusto Nardes 276

Homenageados 2014 **279**

- Artur Ávila Cordeiro de Melo 280
- Cleonice Berardinelli 280
- Fábio de Salles Meirelles 281
- João Ubaldo Ribeiro *(post mortem)* 281
- Lúcia Willadino Braga 282

Oradores 282

- Ministro José Múcio Monteiro 282
- Fábio Meirelles 293
- Presidente Augusto Nardes 297

Homenageados 2015 **300**

- César Asfor Rocha 301
- Eduardo Henrique Accioly Campos *(post morten)* 301
- Ferreira Gullar 302
- Jonas Barcellos Corrêa Filho 302
- José Sarney 303
- Pedro Jorge Simon 303

Oradores 304

- Ministro Bruno Dantas 304
- José Sarney 316
- Presidente Aroldo Cedraz 324

Sumário

Homenageados 2016 327

- Daniel Dias 328
- José Manoel de Arruda Alvim Netto 328
- Maria Sylvia Zanella Di Pietro 329
- Miklos Vasarhelyi 329
- Ministro Valmir Campelo 330
- ABRACE 330
- Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Cancêr e Hemopatias 330

Oradores 331

- Ministro BENJAMIN ZYMLER 331
- MIKLOS VASARHELYI 346
- Presidente AROLDO CEDRAZ 349

Anexos 351

- Personalidades homenageadas por ordem alfabética 352
- Personalidades homenageadas por estado/local de origem 355
- Instituições homenageadas por ordem alfabética 355
- Autoridades homenageadas do Tribunal de Contas da União 358
- Ministros homenageados do Supremo Tribunal Federal 358
- Oradores por ano 359
- Resolução-TCU nº 160, de 2 de abril de 2003 360
- Regulamento do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União 361
- O Grande-Colar do Mérito do TCU 371

Introdução

A presente publicação eletrônica pretende manter atualizada a história do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, comenda entregue anualmente pelo TCU desde 2003.

A condecoração foi criada - por iniciativa, concepção e proposta do Presidente do Tribunal à época, Ministro Valmir Campelo - mediante o Acórdão nº 329/2003-Plenário, relatado pelo Ministro Benjamin Zymler e sufragado por unanimidade do Plenário, ao aprovar a Resolução-TCU nº 160/2003, que "Institui o Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União".

O Grande-Colar tem por objetivo condecorar personalidades nacionais ou estrangeiras, que, por seus méritos excepcionais ou por relevante contribuição ao controle externo, tornaram-se merecedoras de especial distinção.

É administrado por um conselho, composto pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e pelos Ministros titulares, que, anualmente, fazem a indicação de até duas personalidades para serem agraciadas e, em sessão específica, as escolhem, por meio de votação secreta.

Em cada cerimônia um Ministro é incumbido pelo Presidente para falar em nome da Corte e um dos homenageados discursa pelos demais.

Esta publicação contempla, por ano de concessão da comenda, uma síntese do currículo de cada homenageado, com foto dos que se fizeram presentes, bem como a indicação daqueles que foram representados, ou que receberam a honraria em nome de instituições. Há também registro daqueles que foram contemplados *post mortem*. Em seguida estão transcritos os discursos proferidos.

Estão disponíveis também índices remissivos por ordem alfabética, por estado/local de origem dos homenageados e dos nomes dos Ministros do TCU e do Supremo Tribunal Federal, das instituições contempladas e dos oradores, bem como os links para os videos das sessões de entrega das condecorações a partir de 2008.

2003 | Homenageados

Data da Cerimônia: **05/11/2003**

Roberto Marinho *(post mortem)*

Representante:
João Roberto Marinho (Filho)

Nascimento:
3 de dezembro de 1904,
Rio de Janeiro, RJ.

Jornalista por formação e vocação, Roberto Marinho, membro da Academia Brasileira de Letras, foi o mecenas que construiu um dos maiores patrimônios culturais brasileiros: a fundação que leva seu nome. Trata-se de uma das mais meritórias instituições com que o País já contou em diversos setores da cultura: no campo das Ciências, das Artes, do Patrimônio Histórico e Artístico, da Literatura, da História, da Educação e, sobretudo, da Comunicação.

Fernanda Montenegro

Nascimento:
16 de outubro de 1929,
Rio de Janeiro, RJ.

Fernanda Montenegro é conhecida em todo o Brasil e internacionalmente como uma grande atriz. Dedicada à arte de se transformar em várias personagens, sua carreira artística se divide entre o teatro, a televisão e o cinema, com igual desenvoltura. Foi a primeira atriz latino-americana e a única brasileira já indicada ao Oscar de melhor atriz.

Zilda Arns

Nascimento:
25 de agosto de 1934,
Forquilhinha, SC.

Médica pediatra e sanitarista, a missionária Zilda Arns é fundadora e coordenadora nacional da Pastoral da Criança, Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Duas vezes indicada ao Prêmio Nobel da Paz, trabalha incansavelmente há 20 anos para que o filho do brasileiro pobre tenha comida, escola e saúde e adquira condições para romper a barreira da exclusão. Promove, assim, inestimável serviço para a qualidade de vida do povo.

Luiz Octávio Gallotti

Nascimento:
27 de outubro de 1930,
Rio de Janeiro, RJ.

Bacharel em Direito pela Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, sobressaiu-se em vários cargos públicos, notadamente no Tribunal de Contas da União, onde foi Procurador-Geral do Ministério Público que atua junto ao Tribunal, Ministro e Presidente da Corte de Contas. Sua brilhante carreira culmina com o exercício da função de Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal, condição que o credenciou, inclusive, a assumir interinamente a Presidência da República, em duas ocasiões.

Ministro Luciano Brandão Alves de Souza

Nascimento:
5 de julho de 1924,
Rio de Janeiro, RJ.

O Bacharel em Ciências e Letras e Engenheiro Civil formado pela Escola Nacional de Engenharia da então Universidade do Brasil destaca-se por serviços prestados ao Legislativo como Diretor-Geral da Câmara dos Deputados e como Ministro e Presidente do TCU, instituição na qual sua passagem repercute até hoje. Foi membro do Conselho da República, integra a Academia Nacional de Engenharia e é o atual Secretário-Geral da Organização das Instituições Supremas de Controle dos Países de Língua Portuguesa.

Alfredo José de Sousa

Nascimento:
11 de outubro de 1940,
Póvoa de Varzim, Portugal.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, o atual Presidente do Tribunal de Contas de Portugal prestou inúmeros serviços a sua Pátria e ao mundo: de advogado e militar na Guiné-Bissau a Juiz e Desembargador em seu país. Assessorou também o Legislativo Português na elaboração de projetos de lei e é autor de diversas publicações nas áreas jurídica e fiscal. É articulador entusiasmado dos interesses comuns aos países de língua portuguesa e especialista em Direito Fiscal Português.

Francisco de Salles Mourão Branco

Nascimento:
19 de maio de 1933,
Rio de Janeiro, RJ.

Bacharel em Ciências Jurídicas e em Filosofia, o professor de Direito Civil tornou-se Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU em 1984, ápice da carreira que começou no Tribunal, por meio de concurso público, trinta anos antes. Entre muitas contribuições à causa pública, registre-se o empenho pessoal em articular, com êxito, a preservação do ramo especializado do Ministério Público junto à Superior Corte de Contas do País.

Oradores

Ministro UBIRATAN AGUIAR

Em nome do Tribunal

O Plenário que assiste aos julgamentos administrativos das contas, dos debates de natureza técnica e jurídica sai de seu insulamento, amplia-se e converte-se em continente para homenagear pessoas que a Nação reverencia e respeita.

Os homenageados com o Grande Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União escreveram suas histórias nos mais variados campos da atividade humana, sendo faróis da sociedade, expoentes consagrados pelo talento, exemplos de sua geração.

Feliz a ideia do eminente Presidente Valmir Campelo quando propôs e o Colegiado aprovou a Resolução que instituiu a Comenda com que esta Corte de

Oradores

Contas galardoa brasileiros luminares, referências nas artes, na comunicação, nas letras jurídicas, na área social, merecedores, portanto, da homenagem hoje prestada.

Fixo meu olhar em Luciano Brandão e Mourão Branco e os reencontro na qualidade dos votos e pareceres que produziram, tornando-os fonte de consulta obrigatória, marcando os dias deste Tribunal; vou ao encontro de Luiz Octávio Gallotti e Alfredo José de Sousa a fim de assistir ao abraço dos talentos de Brasil e Portugal, um no comando da Suprema Corte em nosso País e o outro à frente da Colenda Corte de Contas lusitana; ressalto a presença de Zilda Arns a mulher mãe e mestra, enfrentando desafios no campo social e os vencendo com seu devotamento e obstinação. O que dizer de Fernanda Montenegro, que lê a alma de seu povo e a leva para o palco interpretando e traduzindo seus sonhos e inquietações? Como falar da saudade que não se cala quando se reverencia Roberto Marinho fazendo da palavra hino da divulgação do Brasil além fronteiras, no poder mágico da comunicação?

Na grandeza das partes edificaram e contribuíram para a beleza da construção social, aplicando a justiça, otimizando recursos, promovendo o ser humano, difundindo e fazendo cultura, comunicando e emitindo juízo de valor. Todos eles constataram no labor diário a máxima do poeta inglês John Donne quando declara: “Nenhum homem é uma ilha, inteira em si; todo homem é uma parte do continente”.

Vossas Excelências, a partir de hoje, passam a integrar o nosso quadro de honra. Orgulhem-se desta instituição centenária e vivam-na com amor.

O Tribunal de Contas da União, concepção do gênio de Ruy Barbosa, granjeou o respeito e conquistou a credibilidade do povo brasileiro pela imparcialidade de seus julgamentos. Respeito no destemor ao enfrentar os corruptos que malsinam a vida pública de nosso país, desviando recursos que fazem falta na execução de programas sociais do governo; credibilidade quando se cons-

Oradores

tata a qualidade de nosso quadro de pessoal, aqui chegado pela porta democrática do concurso público, ocupando todos os cargos de chefia intermediária e superior, assessorias e secretarias gerais. Somos respeitados sim, mas não somos suficientemente conhecidos da sociedade para quem trabalhamos e disponibilizamos as ações preventivas que nossas auditorias proporcionam, viabilizando a economia de bilhões de reais fruto das determinações daqui emanadas.

Não raro somos alvo da crítica de quantos veem seus interesses contrariados nos acórdãos prolatados, vergastando os que malversam o dinheiro do povo, bem assim de quantos buscam nas filigranas, argumentos jurídicos para fugir à nossa ação fiscalizatória.

Senhores homenageados, quando falo do rigor com que agimos e firmamos nossas decisões, necessário se faz afirmar termos de igual modo procedido na escolha daqueles que, por seus méritos, tornam-se merecedores de ostentar e conduzir nossa condecoração maior.

É de Sócrates o grande filósofo grego a máxima sempre atual de que “a vida que não passamos em revista não vale a pena viver”.

Senhoras e Senhores:

Vivemos dias de pragmatismo. É o mundo em que o materialismo enxerga os números e se esquece das letras. Momento em que não se encontra tempo para falar com o vizinho do lado. Hora em que a violência se exacerba pelo crescente aumento da desigualdade social, fruto de uma perversa concentração de renda. O homem vê rarear nas prateleiras da sociedade os preceitos da ética, da cidadania, da solidariedade e da construção familiar. Estamos parecendo autômatos, máquinas programadas para desfilar na caminhada existencial. Não é dessa forma que concebo o mundo. Sinto falta dos poetas e dos pensadores. Sinto falta de seres humanos que cresçam na capacidade

Oradores

de se emocionar e ter sonhos. Razão assistiu ao ex-presidente alemão Theodor Heuss quando disse: "As máquinas, um dia, talvez venham a pensar. Mas nunca terão sonhos".

Defendo a consolidação da Nação no investir recursos na Educação, caminho da libertação dos humanos, através de uma Escola que ensine, prepare para a vida e o exercício da cidadania. Pugno por uma política educacional que assegure a todos o acesso aos níveis mais elevados do saber, e não seja um privilégio das elites. Essa não é tarefa de uns poucos, deve ser a missão prioritária de todos nós.

Senhores e Senhoras agraciados:

Essa é nossa crença. Esse é o compromisso que renovamos a cada dia com os olhos postos em uma sociedade mais justa. Que o direito não seja suplicado mas concedido. Que a obrigação não seja uma imposição mas um compromisso. Que a liberdade seja fruto da conquista e permeie a atividade humana. Que o Estado Democrático de Direito seja a construção sólida fundada no alicerce da segurança jurídica.

Vossas Excelências são responsáveis pelas esperanças guardadas em nosso interior, pela fé inabalável encontrada na releitura da "Oração aos Moços".

Eis a razão de sentir-me honrado com a distinção a mim conferida pelo eminente Ministro Valmir Campelo para saudá-los em nome de um colegiado talentoso, sério, comprometido com a coisa pública.

É difícil a tarefa de expressar o sentimento de quantos o integram; heterogêneo em sua formação humanística mas homogêneo na missão de servir. Não há como fugir ao subjetivismo na abordagem dos temas contemporâneos embora esteja convicto de que é unânime o sentimento de admiração, respeito e orgulho dos que fazem o TCU em relação aos laureados deste 5 de

novembro, dia nacional da cultura, data que assinala 113 anos de existência desta Corte de Contas.

Desejo afirmar que a cada um dos laureados se ajusta a palavra de Gilberto Amado ao definir a sabedoria: "Sabedoria é a arte de subir ao mais alto de si mesmo".

Meus caros homenageados: cada um de vós subiu ao mais alto de si mesmo. Do patamar em que se encontram, plenos de Deus e de saber, iluminem a nação brasileira com o clarão das virtudes que não se apagam.

Ubiratan Aguiar
Ministro

LUIZ OCTÁVIO GALLOTTI

Em nome dos homenageados

Ao acumular, com a honra da imposição do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, também a de agradecê-la em nome de tão seleto grupo de agraciados e da família de Roberto Marinho, só posso atribuir ao fator "tempo" a soma de distinções de que me deparo alvo, nesse momento de emoção.

Sou, com efeito, entre os brasileiros de hoje, o mais remotamente investido, como titular, em uma cadeira nesta Corte, e também o de mais longínqua eleição para a sua Presidência, ambos os fatos ocorridos no já distante ano de 1973 (lá se vão trinta deles redondos).

Julgo, assim, que, tanto os motivos do Egrégio Conselho da Ordem no que toca à minha pessoa, como os dos ilustres companheiros que me fazem seu intérprete,

Retornar ao sumário

Oradores

haverão de ser, além da exímia generosidade, a convincente razão do passar dos anos: seriam então, essas razões, os próprios "Pareceres do Tempo", para lembrar o título de belo romance de Herberto Sales, porque, sobre os fatos, passa o tempo, "firmando seus pareceres", como explica o Autor, no frontispício de sua obra.

O marco temporal a que me referi (1973), precedido do serviço consagrado ao Ministério Público junto ao Tribunal, e seguido daquele em que me coube participar do controle jurisdicional da atividade da fiscalização orçamentária e financeira, habilitam-me – penso eu – a tentar um resumido testemunho de quase meio século da História da Corte.

E julgo não ser impertinente, nem simplesmente individual essa Memória, porque, na medida do prestígio da Instituição, está o grau de importância da homenagem ora prestada a todos nós, os eleitos para sermos os primeiros contemplados com o galardão e assim inaugurarmos a própria Crônica da Ordem.

Emerso das sombras do Estado Novo, o Tribunal de Contas da década de cinquenta (sua última no Rio de Janeiro) já não mais era – salvo na perpetuidade do ideal e da inspiração – o Tribunal de RUY e de SERZEDELLO.

Fortalecido pela Constituição de 1946, punha-lhe ênfase, na competência para o julgamento das contas, a Lei Orgânica de 1949 (Lei 830, de 23 de setembro): "Quando funcionar como Tribunal de Justiça, as decisões do Tribunal de Contas têm força de sentença judicial", solenizava o seu art. 69, inscrito na seção intitulada "Jurisdição Contenciosa".

O Brasil era, ainda, o "País dos Bacharéis".

A partir de 1964, as Forças Armadas tomaram para si o Poder, mas aos "Técnicos" é que foi entregue o Governo.

O Brasil tornara-se, então, "O País dos Economistas".

Oradores

Já não mais se discutia o caráter absoluto ou relativo do veto do Tribunal, nem a medida das crescentes exceções ao registro dos créditos, despesas e contratos: A completa abolição do exame prévio, imolado no altar da celeridade da Administração, foi resultado de exaltada batalha ideológica, consumada pelo advento da Constituição de 1967 e pelo Decreto-lei nº 199, do mesmo ano.

Saiu-se bem, o Tribunal, nesse entrevero, ao revés do que seria de supor.

No plano externo, obteve a inclusão, por emenda parlamentar de sua inspiração, do texto dos quatro últimos dos oito parágrafos do art. 73 da Nova Carta (remunerado para art. 72 pela reforma de 1969), obstando, desse modo, a desfiguração da sua competência.

No plano interno, concebeu-se engenhoso sistema de requisição automática de documentos, que assegurou, na prática, a sobrevivência transitória dos instrumentos do regime derrogado, até que se viesse a implementar o controle interno por parte do Executivo e pudesse aparelhar-se, o próprio Tribunal, para o adequado desempenho das inspeções in loco (ponto sensível do novo modelo, mais dinâmico, de fiscalização).

Chegou-se, até, a comentar (não sem laivo de ciúme) de que vinha esta Corte, efetivamente, ocupando parte do espaço solapado ao Congresso pelos Atos revolucionários.

A Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988 restituiu, mais do que nunca, o Poder e o Governo ao seu conduto natural: a classe política (não mais os bacharéis, os militares, nem os economistas).

Mas soube a Carta antepor-lhe dois importantes contrapesos, sendo o primeiro deles a ampliação da competência do Supremo Tribunal para o controle de constitucionalidade (redundando no que se convencionou chamar a "Judicialização da Política").

Oradores

Coube ao Tribunal de Contas o papel do segundo relevante contrapeso, pelo alargamento de sua missão constitucional, acentuada, em 1992, pela aprovação de nova Lei Orgânica (a de número 8.443, de 16 de julho de 1992).

Ao longo de toda essa vitoriosa trajetória, portou-se sempre o Tribunal de Contas da União com exemplar dignidade, altivez, isenção, austeridade e independência, figurando, com assinalado destaque, entre as magnas instituições republicanas.

Destarte, ao completar o seu centésimo décimo terceiro aniversário, sob a esclarecida Presidência de Vossa Excelência, Senhor Ministro Valmir Campelo, deparamos um Tribunal rejuvenescido, respeitado, dinâmico e eficiente, alcançando o ideal do controle concomitante ou mesmo preventivo, no pleno exercício de uma ação, não apenas repressiva, mas significativamente pedagógica, de notória influência positiva no aprimoramento da gestão financeira dos três Poderes da Nação.

É, tudo isso, motivo de justificado orgulho para todos quantos se dedicam ou se hajam dedicado a seu serviço, a culminar em Vossas Excelências, Senhor Chanceler-Presidente e Senhores Ministros-Conselheiros da Ordem do Mérito e, igualmente, razão de reverente ufania para todos e cada um dos ora agraciados, pela altaneira fonte da homenagem que nos é dirigida.

Ao eminente Ministro Ubiratan Aguiar, agradecemos as luminosas palavras de saudação, que enaltecem a homenagem, também sobremaneira prestigiada pela adesão do ilustre Procurador-Geral e Professor Lucas Rocha Furtado e coroada pelo portentoso e consagrador epílogo do ínsigne Presidente Valmir Campelo.

A todos quantos nos distinguem com a sua grata presença, também o nosso muito obrigado, e o de nossas famílias, às quais se estende, naturalmente, a distinção que nos é conferida.

Luiz Octávio Gallotti

Oradores

Presidente VALMIR CAMPELO

Nesta Sessão Especial, rendemos justas homenagens ao Jornalista Roberto Marinho (tributo *post mortem*), ao Juiz-Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, Alfredo José de Sousa, à atriz Fernanda Montenegro, ao Procurador-Geral Francisco de Salles Mourão Branco, ao Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, ao Ministro Luiz Octávio Pires e Albuquerque Gallotti e à Doutora Zilda Arns, merecidamente agraciados com a outorga do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União.

O momento se converte num marco histórico, por se tratar da primeira vez que é concedida tal distinção, engrandecendo as festividades de comemoração dos 113 anos desta Corte de Contas.

No ensejo desta data significativa, é preciso relembrar que, em todas as fases de sua vida, soube o TCU estar à altura da elevada posição conferida pela Lei Maior.

Conquistou o respeito da Nação, mercê dos eminentes brasileiros que por esta Casa passaram e dos que aqui permanecem, a par do excelente corpo técnico com que sempre contou, o que lhe valeu a confiança de todos e o lugar de destaque que, com justiça, ocupa nos quadros da mais alta hierarquia da Administração Pública do País.

Ao longo da existência, assumiu postura perante a sociedade brasileira digna dos nobres objetivos motivadores da sua criação em 1890, tornando-se imprescindível no controle da aplicação dos recursos do erário, como guardião dos legítimos interesses da coletividade.

Na qualidade de Chanceler da insígnia que ora se outorga, registro a imensa satisfação em ter os homenageados como os primeiros galardoados com tal distintivo.

Oradores

Nós que conhecemos o cotidiano do Tribunal bem sabemos que, ao lado dos instantes tensos e difíceis aqui vividos, há também os momentos festivos e felizes de doce encanto e de júbilo incontido, quando os corações se adornam de contagiante euforia, a transmitir para as palavras indisfarçável emoção.

Aqui e agora, nesta Sessão, vivo um desses instantes de absoluto contentamento, em que me assaltam sentimentos de pura alegria e indissimulável satisfação. Penso não ser possível tentar descrever a emoção que me domina.

De alguma forma, somos todos devedores dos que hoje estão sendo condecorados pelo Tribunal de Contas da União. É de se lhes creditar não apenas a enorme contribuição para o engrandecimento da humanidade, mas também a lição de vida que nos legam.

A todos eles, devemos confessar a nossa dívida de gratidão pelo que construíram e continuarão a construir, e que jamais se apagará da nossa memória.

A análise sobre a verdadeira dimensão da utilidade dos indivíduos passa, necessariamente, pelo ajuizamento por parte daqueles que os cercam. A homenagem que ora temos a honra de lhes prestar é fruto legítimo desse juízo.

Considerem-se credores de todos nós, por tudo que realizaram. A obra edificada pelos Senhores deixou de somente lhes pertencer para ser coletiva, como parte indispensável no processo de desenvolvimento da sociedade.

Para prestar-lhes o devido preito, nada melhor do que evocar a sua profícua existência, marcada por uma sucessão contínua de êxitos e triunfos que bem comprovam os altos dotes de inteligência, capacidade, cultura e dedicação às causas que abraçaram.

Alcançando os setores mais diversificados e complexos da vida, souberam fazer com que sua atuação ganhasse dimensões de grandeza, o que lhes pro-

Oradores

porcionou a oportunidade da semeadura e lhes trouxe, na justa medida, a colheita merecida. Em linguagem cristã, costuma-se dizer que não falta a Providência Divina a quem faz por merecer a láurea, pela fiel aplicação de seus talentos.

A jornada humana é uma sucessão de etapas que se superpõem, as quais nos cabe procurar conduzir. Os Senhores optaram pela determinação, e não pelo determinismo que conduz à passividade e ao conformismo.

Viver é lutar, já disse o poeta, sintetizando de forma lapidar, em apenas três palavras, o sentido da vida.

Aos distinguidos, nesta Sessão, com o Grande-Colar do Mérito do TCU, bem se ajustaria a divisa "faze e espera", pois que trabalharam e obtiveram o justo reconhecimento dos contemporâneos aos seus múltiplos e notórios atributos.

Não obstante a advertência de Sêneca no sentido de que não é próprio do ser humano fugir ao seu destino, entendo que somos, até certo ponto, os detentores do nosso futuro. Em grande parte, o rumo da nossa existência depende da nossa vontade, nossa determinação, nossa persistência, nossa perseverança, nossa crença e nossa fé.

Se é verdade que sonhos e esperanças não se devem distanciar muito da realidade, também não é de recusar que eles, quando devidamente dosados, inspiram e modelam os nossos passos, fazendo-os mais firmes, resolutos e consistentes. Da mesma forma, quando revestidos de algum otimismo, representam, por assim dizer, incentivo indispensável na escalada do viver.

Alguém já disse: quem é despido de sonhos ou esperanças vive apenas meia vida, conhece a vida tão-somente pela metade. Afinal, o que representam os sonhos, as aspirações e as esperanças senão projeções otimistas sobre o futuro?

Oradores

No dizer poético do emérito Ministro Ewald Pinheiro, deste Tribunal, aqui presente:

> O entardecer também é belo. Ele não tem o fascínio ofuscante da aurora que anuncia o nascer de um novo dia, num céu claro inteiramente povoado de azul. Possui, porém, o brilho bucólico e tranqüilo da noite adornada pelo luar, a banhar, com a sua luz mansa e suave, a quietude adormecida dos campos em flor e a superfície imensa do mar em repouso, despertando doces emoções e inspirando poetas em festivas serestas e sentimentais baladas, que tonificam corações e retemperam espíritos.
>
> Há alvoradas sombrias, quando nuvens densas e escuras encobrem o sol, impedindo que ele surja na linha do horizonte, da mesma forma que existem crepúsculos reluzentes, quando o sol teima em ficar no poente, incendiando-o com os seus raios incandescentes.
>
> A lua, que é o sol da noite, caminhando pelo céu com a sua luz branda e macia, nos ensina que a noite também tem o seu fulgor e também é bela. Sem ela, não veríamos as estrelas, essas magníficas pérolas douradas ou cintilantes gotas de luz que, engastadas no espaço, ornamentam o firmamento e apontam os caminhos misteriosos e imensuráveis do universo.

Sinto nos versos do eminente Ministro Ewald Pinheiro uma verdade que reluz nos homenageados, pois que fizeram do otimismo a mola mestra da sua existência, vendo na noite escura e tormentosa uma mera passagem para o dia seguinte, ensolarado e esplêndido.

Ao nos aproximarmos do Natal – e a propósito do que foi dito antes –, relembro uma mensagem que recebi no último 25 de dezembro, cujas palavras me chamaram a atenção, pelo seu conteúdo extremamente significativo, como, aliás, é próprio das coisas simples. Diziam elas:

Oradores

Conte o seu jardim pelas flores,
Nunca pelas folhas caídas...
Conte sua vida pelas horas alegres,
Nunca pelas tristezas.
Conte seus dias pelos sorrisos,
Nunca pelas lágrimas.

De parabéns, em resumo, está a sociedade como um todo, por poder contar com o talento, a motivação e o esforço dos ilustres homenageados, exemplos sempre vivos de trabalho, luta, coragem e vitória.

Que Deus lhes pague tantas realizações. Com emoção, agradeço a todos que, com sua presença, honraram esta Sessão Solene.

Muito obrigado.

Valmir Campelo
Presidente do TCU e Chanceler do Grande-Colar

2004 | Homenageados

Data da Cerimônia: **10/11/2004**

Ministra Élvia Lordello Castello Branco

Nascimento:
13 de dezembro de 1926,
São Félix, BA.

Formada em Ciências Jurídicas pela Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, a repórter e redatora, advogada e juíza do trabalho, destaca-se pela eficiência e pelo desvelo notório em sua carreira profissional. Cidadã honorária de Brasília e Chefe do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, tornou-se a primeira mulher a ocupar o cargo de Presidente da mais alta Corte de Contas do País (1994).

Ministro Ewald Sizenando Pinheiro

Nascimento:
23 de julho de 1917,
Natal, RN.

Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Niterói, o professor de Direito da Universidade de Brasília iniciou sua carreira como redator do jornal carioca Diário de Notícias. No TCU, exerceu importantes funções administrativas, ascendendo, por meio de concurso público, ao cargo de Auditor. Como Ministro e Presidente da instituição, representou os interesses nacionais em múltiplos congressos de Entidades Fiscalizadoras Superiores, sendo um dos pioneiros em projetar o TCU internacionalmente.

Ives Gandra da Silva Martins

Nascimento:
12 de fevereiro de 1935,
São Paulo, SP.

Renomado jurista brasileiro com reconhecimento internacional, é professor emérito das universidades Mackenzie e Paulista e da Escola de Comando Maior do Exército. Presidente do Conselho da Academia Internacional de Direito e Economia e membro de diversas academias nacionais e estrangeiras. Sua inestimável contribuição nas áreas de Direito, Filosofia, História, Literatura e Música tem dignificado o país mundo afora.

João Havelange

Nascimento:
8 de maio de 1916,
Rio de Janeiro, RJ.

João Havelange tem sua história entrelaçada pelo esporte. Atleta olímpico em duas ocasiões – natação em 1936 e pólo aquático em 1952 – chefiou a delegação brasileira nas Olimpíadas de 1956 e presidiu a Confederação Brasileira de Desportos entre 1958 e 1973. Como Presidente da FIFA por seis mandatos consecutivos, esse grande empreendedor revelou-se um verdadeiro embaixador do futebol, ao transformar a paixão nacional brasileira em instrumento internacional de aproximação dos povos.

Ministro Olavo Drummond

Nascimento:
31 de agosto de 1925, Araxá, MG.

Jornalista, advogado e poeta, o bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e Chanceler da Universidade de São Marcos, São Paulo, é membro das academias Mineira e Araxaense de Letras. Pioneiro da nova capital, prestou relevantes serviços à Nação por meio dos importantes cargos públicos que exerceu, de Procurador da República a Deputado, de Prefeito Municipal a Ministro desta Corte de Contas.

Antonio Ermírio de Moraes

Representante:
Carlos Ermírio de Moraes (Filho)

Nascimento:
4 de junho de 1928, São Paulo, SP.

Graduado nos Estados Unidos pela *Colorado School of Mines*, é um industrial ativo, preocupado com o progresso social e com o desenvolvimento do País. Membro da Academia Paulistana de Letras, é também dramaturgo e, como conferencista, ocupa-se de importantes temas sociais como o emprego, a educação e a saúde. Filantropo dedicado, já presidiu instituições de ajuda humanitária como a Cruz Vermelha Brasileira, a Cruz Verde e, atualmente, a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência.

Oradores

Ministro MARCOS VINICIOS VILAÇA

Em nome do Tribunal

O Presidente da Casa, Ministro Valmir Campelo, é um homem inexoravelmente inclinado a afeições. Por delicadeza astuciosa dele estou a falar agora. E por quê? Por ter ele percebido que tenho honra e alegria em representar o Tribunal na saudação aos nossos homenageados.

O Presidente Valmir Campelo, sem que suspeitasse, vai ouvir um louvor público. Não apenas pelo ato que agora vivenciamos, mas por ser ele o protagonista de uma gestão presidencial exemplar, conjuminando vigor administrativo, visão prospectiva, modernidade não contaminada pelo modernoso.

Na base de tudo, a sua inclinação aos afetos.

Ainda bem, pois de tudo que a gente vive, o que vale a pena vem da área dos afetos.

Esta sessão é menos festiva do que pode parecer.

Claro, comemora-se mais um ano de existência da Corte e concedemos distinções, com a avareza adequada, que ressalta a expressão que damos à homenagem. Biblicamente diríamos, muitos os cogitados, poucos os escolhidos.

É uma reunião menos festiva do que pode parecer.

Na verdade, estamos no dia-a-dia de um Tribunal, isto é, procedendo a julgamentos.

Apreciamos os nomes de Élvia Lordello Castello Branco, Antonio Ermírio de Moraes, Ewald Sizenando Pinheiro, Ives Gandra Martins, João Havelange e Olavo Drummond.

Oradores

Foram julgados e a sentença é a da premiação.
O que neles é comum?
O patriotismo.

A mulher, foi a primeira a integrar um Tribunal superior, no Brasil, por ato de José Sarney, Presidente da República. Neste TCU chegou à Presidência. Competente, leal, determinada. Inteligentíssima. Desde jovem foi rebelde a qualquer tipo de imposição. Libertária. Desabotoada de espartilhos, sempre diz o que quer e pensa. Como escreveu Guimarães Rosa, mesmo "com tanta despesa de tempo e miúcias de palavras".

Aperfeiçoou a sua cidadania alisando os bancos da Faculdade de Direito do Recife. Depois, acompanhando o marido, Carlos Castello Branco, o maior cronista político brasileiro do século passado, a quem a Academia Brasileira de Letras conferiu as glórias da imortalidade. Para Élvia Castello Branco nunca houve horas desprezadas e ela aprendeu que "só valem a pena as palavras que mudam a cor do dia".

Permitam-me uma digressão pessoal. Somos, os Vilaça e os Castello Branco, companheiros de uma dor que não dá um instante de alívio, somente lágrimas que nunca secam.

Antonio Ermírio de Moraes herdou do pai, o Senador pernambucano José Ermírio, a determinação do fazer. Não é um transeunte das utopias, mas sabe que realiza sonhos. Na credência que transporta por onde quer que vá estão os humores da esperança. Sabe que o homem é do tamanho do seu sonho. É homem de empresa, é homem de família, é homem do bem, é homem de bem, é homem do fazer, é homem do social. É capaz da solidariedade quotidiana. Ainda ressalto que escreve bem, com criatividade até para o teatro, como a aliar a sincronia da especulação artística e o sentimento das coisas práticas. O que digo é sincero. Não diria, por exemplo, que é um homem elegante no vestir. Isso, nunca.

Oradores

Ewald Sizenando Pinheiro foi Ministro desta Casa e é o seu historiador. As impressões digitais que deixou pelos nossos caminhos são as da integridade e da integralidade na dedicação às causas públicas. Seu perfil que cativa a todos por essas virtudes se enfeita ainda mais pelo jeitão humilde, de homem de convicção mas sem arrogância.

Alcançou cinquenta anos de serviço público. No Tribunal, principiou funcionário e chegou a Presidente.

Professor, jornalista, autor de obras de qualidade no plano do Direito, do mesmo modo que a Ministra Élvia Castello Branco, esse nordestino "papa-jerimum" foi aluno da Casa de Tobias, no Recife.

Ives Gandra Martins, professor de todos nós. Nele a vida de jurista briga com a vida do poeta. O jurista, por destino, o poeta, por vocação. Não há vitória nessa arenga. Cada uma tem seu espaço, cada uma tem o que demonstrar. Espaço e demonstração, com grandeza e qualidade. A gente nunca sabe o que mais apreciar, se a rima rica, se a solidez da construção jurídica. Em tudo há a luz da convicção de um homem com ajustada vida espiritual.

Ives Gandra Martins reúne nele o que San Tiago Dantas via sempre separadamente, a inteligência da exposição e a inteligência da compreensão.

Outro dos brasileiros que julgamos hoje é cidadão do mundo. Minha mãe diz que sou muito andejo e que deveria ter me dado o nome de Marco Polo. Pois bem, por ceca e meca onde pus tanto os pés, como o juízo que Deus me deu, deparei-me com o nome de João Havelange. Não só o nome físico, mas o nome químico e biológico, capaz de alterar a natureza dos compostos.

Entre os brasileiros de evidência internacional está nos primeiros, com trajetória de sucesso contabilizada em décadas.

Oradores

Essa figura sedutora, aliciante, cativo do trabalho, juntou mais países em torno dos seus objetivos que quaisquer grupamentos de nações em todos os tempos. E fez convergência do lazer com a criação de emprego, da geração de renda, com a astúcia diplomática. Fez que se juntassem reis e plebeus, o Papa e os califas, confissões religiosas várias. Espalhou o esporte, em que brilhavam mais europeus e sul-americanos, entre negros, amarelos e *yankees*.

Desavindos foram por ele pacificados em campos de futebol.

Propagou no mundo inteiro o seu nome, dizendo sempre: "Sou brasileiro". O nome pode até ter seus acentos belgas, mas o dono dele é brasileiro da gema e da clara.

Daqui de perto, das termas de dona Beja, aportou na cena federal um poeta cheio da mineiridade, farto de mineirismo, mas sem mineirice, que disso nem ele, nem Minas carece.

Estudou Direito, praticou justiça. Homem de sentenças suaves, escapou da patologia do punir a qualquer suspeita. Cumpridor de deveres, buscou o justo e o oportuno, cada um ao seu modo.

Passou neste Tribunal e por toda parte onde esteve, sempre acompanhado de um exército de amigos, construindo na bilateralidade própria ao conceito da amizade.

Olavo Drummond sabe que o tempo na poesia não é o perdido mas o achado. Ele sempre se achou. Ao Ministro Olavo Drummond estão deferidas muitas alvoradas, pois o seu mundo não tem o eco do efêmero, seja como homem público, seja como profissional, seja como chefe de família.

Olavo Drummond, ao contrário do conceito de Oto Lara Resende sobre a terra natal de ambos, não é sigiloso, nem desafiador. Minas, pode ser. Olavo, não.

Oradores

É homem sem mínguas e sem mágoas.

Senhora e Senhores homenageados:

No momento em que os escolhemos, julgamo-los os melhores, já foi dito. Esta Casa sabe a dor e a delícia de ser o que é. Julgamo-los os melhores, entre aqueles excelentes da triagem que fizemos. Estamos honrados em que concordassem em comparecer aqui.

Agora, sugiro que atentem para este conceito do Padre Vieira:

> Não há maior delito no mundo do que ser o melhor. Um grande delito, muitas vezes, achou piedade; a um merecimento nunca lhe faltou inveja.

Excelências, senhoras e senhores:

Acabei de lhes dizer que nestes assentos onde estamos, se experimentam a dor e a delícia de cada um ser o que é. Na verdade, experimentamos mais provações do que celebramos alegrias.

A delícia é o serviço à Pátria, no cumprimento dos deveres. A dor é a visão, sem retinas intermediárias, do muito que falta aos brasileiros.

O TCU tem compromisso indeclinável com o avanço qualitativo da vida democrática. É instituição intrinsecamente democrática, rejeitada pelo totalitarismo.

Aqui preservamos a imunologia crítica para que não escorreguemos a instituição pelos caminhos da banalidade. Nem entrar no acaso, nem se submeter ao transitório.

A Administração Pública não tem nesta Casa quem a olhe como mero espectador ou como penitente.

Oradores

Um país para ter alma precisa ter corpo. Desse corpo a feitura de grande parte dele cabe a nós. Há vezes em que isto dói.

Basta que lhes dê alguns exemplos em forma de conceito:

Primeiro, temos que distinguir com toda clareza a irregularidade fática e a irregularidade comportamental do denuncismo patológico.

Devemos evitar a contaminação daquilo que um grande pensador brasileiro chamou de o prazer mórbido do escândalo e até os tipificou: escândalos apurados, abafados, produzidos e falsificados.

Em segundo lugar, o povo carece de que haja consequência concreta das decisões na defesa do bem público.

E ainda:

O controle externo, aquele que nos compete, para ser contemporâneo, há que buscar, a qualquer preço, uma teoria da qualidade do serviço público. Não basta que se aja na legalidade, é preciso ser eficiente.

A corrupção é facilitada pela falta de qualidade do serviço público e o desperdício é tão danoso quanto a ilicitude. A corrupção é sonora, a gente acaba ouvindo o ranger dos dedos, já o desperdício é silencioso e macio.

Recentemente, uma banda, o modelo predominante na música contemporânea, foi escolhida a melhor do Brasil. O seu grande sucesso, o sucesso de *Dead Fish*, tinha como tema a corrupção. A inspiração maior foi coligida pela inconveniência desse procedimento afrontoso. É uma realidade a que os músicos também reagem. Assim chegamos a tal ponto de dramaticidade e de inconformidade.

Desperdiça-se muito.

Oradores

O retorno social de investimento nos ensinos básico e médio produz retorno desejável na redução da criminalidade. Quando não se faz assim, desperdiça-se de uma só vez, na educação e na segurança, além de desperdiçar o tempo do governo, o dinheiro público e a esperança do povo na democracia.

A educação, sozinha, não vai pôr um paradeiro nessa apoteose de insegurança, já que ela é apenas uma das variáveis que a influenciam, contudo, seguramente é instrumento relevante para diminuí-la.

Sabemos não bastar ter escola, é preciso ter escola boa. Para haver escola boa é necessário que o Estado, regulando-a ou sustentando-a, ofereça desempenho de ostensiva qualidade.

Problemas de corrupção continuam a espantar e a magoar a Nação. Poderiam ser reduzidos com execução de programas que privilegiem a qualidade e que não se seduzam, de forma incompetente, por sentenças demagógicas ou de simplificação burocrática. É o caso de descentralizar por descentralizar. Descentralização desorganizada é tão danosa quanto a centralização obsessiva.

Como no samba, é uma questão de "peso e medida".

Nesta Corte temos sempre acesa a bucha da esperança, da sacra esperança, aquela que Cassiano Ricardo chamava de "a esperança de pé".

Da República de Veneza até Marx falou-se sobejamente de conceitos, mas no século XXI é necessária a ação que aproveite esta Era que é a do Conhecimento.

Neste Plenário há saberes vários e uma vocação única, aquela comprometida com os deveres do Estado.

Fazemo-lo com proximidade crítica. Nem distância crítica, nem comprometimento orgânico com o poder.

Oradores

Não seríamos fiéis a nós mesmos se fossemos complacentes, nem serviríamos ao país se fossemos apenas uns espantados revoltosos.

Além desses fundamentos objetivos, também sonhamos. É legítimo sonhar como para ver o futuro melhor.

Dou-lhes um depoimento pessoal. Sonho com a ordem e o retorno da poesia e do samba aos morros periféricos dos grandes centros urbanos. Eles são atualmente o emblema geográfico e socioeconômico dos açoites que sofre a cidadania.

É bastante dizer que nas suas moradias há uma gente que mais se esconde do que vive.

Neste sonhar, já me flagrei, querendo que tudo voltasse ao que era, a solfejar baixinho pelos corredores canção de Herivelto Martins, sucesso do rádio, em 1942.

Falava de barracão de zinco, sem telhado, sem pintura, lá no morro pertinho do céu, lugar que:

> Tem alvorada
> Tem passarada, alvorecer,
> Sinfonia de pardais
> Anunciando o anoitecer [...]
> E quanto o morro escurece
> Eleva a Deus outra prece:
> Ave Maria.

Bons tempos, aqueles.

Marcos Vinicios Vilaça
Ministro

Oradores

Ministro OLAVO DRUMMOND

Em nome dos homenageados

Elevados ao patamar dignificante reservado ao mérito, mercê de escolha unânime da mais alta Corte de Contas do País, aqui estamos vivendo momento glorioso ao receber o Emérito Colar de Honra, láurea máxima deferida por este Egrégio Colegiado. O acontecimento, em verdade, marca as nossas vidas com as emoções do júbilo cívico, ressoando como uma resposta à permanente indagação da consciência, sobre erros e acertos que nos palmeiam as lidas. Os companheiros de homenagem me pediram que trouxessem Senhor Presidente e Senhores Ministros, a palavra plena de regozijo pela lembrança dos merecimentos que Vossa Excelência encontraram em nossas peregrinações pelas sombrias ou iluminadas paisagens terrenas.

Egrégio Colegiado: o valor das condecorações deve ser, em princípio, avaliado pela autoridade moral de quem as julga e nomeia. E é exatamente esse o critério que distingue o valor da comenda. A que nos agracia provém de um colegiado com cento e catorze anos de existência, marcados e exaltados por sábia competência e grandeza moral jamais contestada. O Emérito Tribunal de Contas da União, edificado pela genialidade de Ruy Barbosa, guardou, sempre, fidelidade aos postulados da serena e severa retidão, o que o tornou depositário do respeito nacional em todo o curso de sua austera existência. E não bastassem as referências do tempo e dos resultados, fulgura o apreço que lhe rende a comunidade internacional, com quem, mercê dos seus atributos, esta Egrégia Casa mantém permanente diálogo. Da severidade que daqui dimana, ressalte-se a vocação orientadora dirigida às administrações do universo federal, estadual e municipal, em atenção aos feitos que lhe são pertinentes. De tudo se conclui que de suas mesas julgadoras se vislumbra toda a Nação Brasileira, a quem se dá atenção indormida, livrando-a das fragilidades ou exaltando-lhe os acertos. Impõe-se que salientemos, por igual, os louvores repetidos por todos os que acompanham, de perto ou de longe, as atividades dessa Corte de Contas. Refiro-me, uma vez mais, à tradição que a preserva, proclamando a atuação

Oradores

do Presidente Ministro Valmir Campelo, em quem se identifica uma acendrada devoção à defesa da Casa e ao aprimoramento dos seus misteres.

Nesse privilegiado centro irradiador de justiça, reside, portanto, a origem do diploma que tanto nos enaltece. Essa magnânima certidão de bons ofícios repercute em nós como uma glória pessoal, a ser festejada com todos aqueles que constituem parte de nossos merecimentos. Aqui estamos para receber e cingir ao peito a rara condecoração. Sentimo-nos compensados, como seis combatentes agradecidos, quando, no poente das batalhas, têm a recebê-los os aplausos da irmandade.

Desejo sublinhar o meu encantamento por representar os companheiros festejados com o recebimento do Grande Colar de Honra. É imenso o meu orgulho ao me sentir homenageado ao lado deste reto e nobre líder de empresariado nacional Antônio Ermírio de Moraes, da Ministra Élvia Lordello Castello Branco, a primeira mulher a chegar a um Tribunal de Jurisdição Nacional no país, que deixou nesta Casa lições de cultura e seriedade; do Ministro Ewald Sizenando Pinheiro, que oferece a todos os tocantes exemplos de dignidade e sabedoria em sua vida pública. O jurista Ives Gandra da Silva Martins, que ganhou espaços nobilitantes e pela sua vitoriosa carreira e defesa do Direito e como mestre de gerações agradecidas; do Dr. João Havelange, empresário de reconhecida competência que é nome internacional de referência nas conquistas esportivas do nosso país. Saúdo, pois, comovido e feliz por compartilhar, com tão notáveis vultos, a deferência da escolha.

Eminente Amigo e Ministro Marcos Vinicios Rodrigues Vilaça: na conformidade das normas internacionais da cortesia política, Vossa Excelência antecipou-me os termos da manifestação de acolhimento aos agraciados. Deslumbrei-me uma vez mais, com a cintilante cultura que o levou à Academia Brasileira de Letras, a competência dos seus alinhamentos e a generosa manifestação de sua sensibilidade. A escolha de Vossa Excelência para trazer-nos a palavra de oferta enriquece, sobremaneira, o título que nos homenageia e

Oradores

vigora o empenho deste Egrégio Tribunal de engrandecer, ainda mais, a outorga que nos privilegiou. A força do seu pronunciamento há de permanecer conosco, sublinhando, com a delicadeza, as emoções da honraria. Agradecemos a Vossa Excelência com a alma que a sua palavra iluminou.

Senhor Presidente, Senhores Ministros, Senhoras e Senhores: ao perseguir as expressões de arremate, costuradas nesse sincero reconhecimento, desejamos confessar o bem que nos faz à alma quando ela se sente escolhida e premiada pelos depoimentos generosos que dão razão à vida. É a visita do bem que tanta falta faz às pessoas, às comunidades e às Nações.

Veio-me, então, à mente, o postal do mundo, onde se acha revelada a imagem de polos adversos: de um lado soberanias incendiadas pelas tochas do terror, dilaceradas por guerrilhas com dimensão de guerras, malquerenças inexplicadas a ensopar de sangue uma multidão manietada pelo império do ódio. Do outro, o nosso País, assustado com a pluralidade do crime gracioso, com as nossas ruas sob o domínio do medo, as nossas casas ameaçadas pela ausência de segurança e o nosso quarto transformado em oratório, onde se elevam preces pela erradicação da violência. O que nos espanta, todavia, não é o crime organizado em si, mas o crime desorganizado com um todo. O crime organizado tem a combatê-lo os organismos de segurança, mas o desorganizado depende da vontade dos homens e da bondade de Deus.

É quando nos resta a reflexão, e ela nos dá conta de que só as inspirações do Bem, imaginado, e praticado poderão declarar uma guerra de amor visando o retorno de um tempo sem iras. O Bem, somente o Bem, a expressão mágica que explica a progenitura da Bondade. O Bem multiplicado ultrapassará fronteiras, quando conseguirá apascentar um mundo convulso, reunindo, sob uma só bandeira, as lideranças desavindas.

Senhor Presidente e Senhores Ministros: deixamos sobre as mesas de Vossas Excelências os autos contendo o Acórdão da nossa gratidão. Se Deus nos per-

Oradores

mitir tempo e disposição para repassar o que de bom e útil a vida nos ensinou, o agradecimento será capítulo a merecer registro, pois ele realça com fidelidade a resposta à alegria por uma augusta e rara distinção. E mais: ao recebê-la entendemos dividi-la com as nossas esposas, com os nossos filhos e com os nossos netos. Os êxitos das colheitas moram na pureza do clima. E do suave clima familiar nos veio a santa aragem do ar puro, envolto na brisa desse sagrado instante.

É o que me cumpria dizer-lhes em nome dos agraciados e no meu próprio.

Olavo Drummond

Presidente VALMIR CAMPELO

Nesta Sessão Especial, rendemos justas homenagens ao Doutor Antônio Ermírio de Moraes – aqui representado por seu filho Carlos Ermírio de Moraes –, ao Professor Ives Gandra da Silva Martins, ao Doutor João Havelange, à Ministra Élvia Lordello Castello Branco, ao Ministro Ewald Sizenando Pinheiro e ao Ministro Olavo Drummond, merecidamente agraciados com a outorga do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União.

Trata-se do segundo ano em que é concedida tal distinção, engrandecendo as festividades de comemoração dos 114 anos desta Corte de Contas.

No ensejo desta data tão significativa, é preciso relembrar que, em todas as fases de sua existência, soube o TCU estar à altura da elevada posição conferida pela Lei Maior.

Conquistou o respeito da Nação, mercê dos eminentes brasileiros que por esta Casa passaram e dos que aqui permanecem, a par do excelente corpo

Oradores

técnico com que sempre contou, o que lhe valeu a confiança de todos e o lugar de destaque que, com justiça, ocupa nos quadros da mais alta hierarquia da Administração Pública do País.

Com efeito, o TCU tem continuamente assumido perante a sociedade brasileira postura digna dos nobres objetivos motivadores da sua criação em 1890, tornando-se imprescindível no controle da aplicação dos recursos do erário, como guardião dos legítimos interesses da coletividade.

Na qualidade de Chanceler da insígnia que ora se outorga, registro a imensa satisfação em presidir esta Sessão Especial.

Nós que conhecemos o cotidiano do Tribunal bem sabemos que, ao lado dos instantes tensos e difíceis aqui vividos, há também os momentos festivos e felizes, de doce encanto e de júbilo incontido, quando os corações se adornam de contagiante euforia, a transmitir para as palavras indisfarçável emoção.

Aqui, nesta Sessão, vivo um desses instantes de absoluto contentamento, em que me invade a mais profunda e pura alegria. Penso não ser possível tentar descrever o sentimento que me domina.

Há neste Tribunal algumas ocasiões que jamais perdem a singularidade. A celebração deste dia destaca-se nesse conjunto de situações especiais.

Para o preito que ora se concretiza, existem razões que transcendem o fato de ele ser um indiscutível ato de justiça. São motivos que se situam no plano coletivo, da comunidade que somos.

Karl Jaspers recorda-nos que “o homem transforma-se nas causas que faz suas”. Acredito que esse ensinamento pode ser aplicado numa dimensão plural. As sociedades são moldadas por aquilo que admiram. E aqui se radica uma razão adicional de ser da homenagem que hoje nos reúne. Ao expressar-

Oradores

mos agora nossa veneração, o fazemos não só quanto às pessoas agraciadas nesta data, mas também quanto aos valores que as suas vidas exemplarmente refletem.

Assim, evocamos os méritos da probidade, da integridade, da enorme dedicação e capacidade de trabalho, além do empenho numa contínua intervenção em favor do interesse público.

Os Senhores – porta-vozes que são da consciência contemporânea – colocaram sempre a inteligência e o saber a serviço de uma ação refletida, como é próprio dos indivíduos atuantes. Em todo o tempo, foram transparentes e convincentes na perspectiva em que intervinham, adotando em suas práticas o conceito do bem comum e do interesse geral que é imprescindível existir.

Discordo da famosa frase da Sra. Tatcher de que "não existe sociedade, só há indivíduos". O individualismo metodológico é uma boa estratégia de investigação nas ciências sociais, mas não pode ser transposto, sem critérios, para o plano das políticas socioeconômicas, pois há que se reconhecer a grande capacidade humana de agir em conjunto.

Estou seguro de que essa também é a concepção que norteia os passos dos distinguidos nesta Sessão, afeiçoados ao traço próprio do seu caráter. Como ensina a sabedoria clássica, "o caráter de um homem faz o seu destino". Tal destino, refletido nos seus impressionantes currículos, justifica nossa admiração, nosso respeito e a homenagem que hoje lhes prestamos. Estamos fazendo, com toda justiça, o reconhecimento público, em nome do TCU e do povo deste País, dos serviços que os Senhores prestaram ao Brasil.

Com simplicidade, empenho e visão social ímpar, conquistaram a atenção da sociedade brasileira, voltando para o mundo de hoje um olhar lúcido, sem complacência para com os desmandos, injustiças e iniqüidades que nos vitimam.

Oradores

Perseguiram e perseguem uma prosperidade compartilhada que dê a cada um a sua chance e a sua parcela do progresso, apaziguando, assim, os sentimentos de injustiça e exclusão. Exerceram e exercem o papel de semeador de mudanças e renovador de esperanças. Ensinaram-nos que cada objetivo alcançado e cada realização são sempre pontos de partida para novos desafios. E também que onde há uma vontade há um caminho.

Rejeitaram por princípio a indiferença, que destrói a alma e que é um sério obstáculo à construção da cidadania: escudo indispensável à democracia. Levaram em conta que não há distância entre a indiferença e a omissão.

Provaram com a sua própria experiência que o trabalho é o inteirar, o desenvolver, o apurar das energias do corpo e do espírito, mediante a ação contínua de cada um sobre si mesmo e sobre o mundo onde labutamos. Para isso, certamente se valeram da irrefutável lição de Aristóteles, para quem o prazer do trabalho aperfeiçoa a obra.

Temos certeza de que o preceito de Pascal ilumina a existência de cada um dos Senhores – "o prazer dos grandes homens consiste em poder tornar os outros mais felizes".

É certo que vivemos todos sob o mesmo céu, mas nem todos vêem o mesmo horizonte. É o olho que faz o horizonte, e é por isso que os Senhores não enxergam fronteiras quando erguem a vista.

Suas ações, sabiamente refletidas, conformam-se à lição do grande Ruy Barbosa, segundo a qual:

> Os que madrugam no ler, convém madrugarem também no [...] refletir. O saber não está na ciência alheia, que se absorve, mas, principalmente, nas idéias próprias, que se geram dos conhecimentos absorvidos, mediante a transmutação, por que passam, no espírito que os assimila. Um

Oradores

> sabedor não é armário de sabedoria armazenada, mas transformador reflexivo de aquisições digeridas.

Os Senhores têm um lugar de destaque neste tempo incerto, em que tantas mudanças e tantos novos desafios nos interpelam, em que a humanidade procura os caminhos que conduzam à terra prometida da globalização da dignidade.

A grande exigência desta era é a de que, ao imenso desenvolvimento da Ciência, corresponda um progresso espiritual e moral. Essa é a condição de um mundo melhor, de um mundo de liberdade, de solidariedade e de paz. Ninguém pode ficar alheio a esse apelo de futuro.

Conscientizada pelas lições da história, a humanidade precisa urgentemente entender que todos os homens têm direito à dignidade. É essa a mensagem que devemos praticar e legar aos vindouros.

Queiram os Senhores homenageados receber os nossos vivos cumprimentos, na certeza de que os reconhecemos como brasileiros que renovam sempre o compromisso de bem servir à Pátria, a ela ofertando todas as energias que lhes foram dadas por Deus. E o fazem na trilha do magnífico pensar poético do genial Fernando Pessoa:

> O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.

Com emoção, agradeço a todos que, com sua presença, honraram esta Sessão Solene. Muito obrigado.

Valmir Campelo
Presidente do TCU e Chanceler do Grande-Colar

2005 | Homenageados

Data da Cerimônia: **16/11/2005**

Ministro Alberto Hoffmann

Nascimento:
30 de novembro de 1920,
Ijuí, RS.

Economista e técnico em contabilidade, agricultor, bancário e comerciário, Deputado Estadual e Federal, Senador, Ministro e Presidente do Tribunal de Contas da União. Alberto Hoffmann notabilizou-se pela versatilidade de atuação em diferenciadas áreas do conhecimento prático e teórico. De 1951 a 1990, dedicou-se exclusivamente à vida pública nacional.

Cid Nogueira

Nascimento:
6 de maio de 1929,
Araguari, MG.

Médico diplomado pela então Faculdade Nacional de Medicina do Brasil, no Rio de Janeiro, fez residência médica em Cleveland, nos Estados Unidos. Especializado em cirurgia cardíaca, foi convidado pelo governo holandês para instalar a cadeira da disciplina em três universidades daquele país. Em 1957, realizou no Brasil a primeira cirurgia com auxílio de aparelho de circulação extracorpórea. Já em Brasília, exerceu seu nobre ofício no Hospital das Forças Armadas e, apesar de sua breve passagem pelo Senado Federal, revitalizou o Serviço de Assistência Médica daquela Casa.

Bernardo Cabral

Nascimento:
27 de março de 1932,
Manaus, AM.

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas e em Psicologia e Serviço Social, José Bernardo Cabral tem cursos de especialização em Processo Civil, pela Universidade Católica Portuguesa; em Legislação sobre Tóxicos, pela Universidade da Cidade de Nova York e pela Universidade de Londres; e em Direito da Família, pela Universidade Urbaniana do Vaticano. Exerceu diversas atividades públicas, no âmbito estadual e federal. Foi Ministro da Justiça, Senador da República e Deputado Federal Constituinte pelo Estado do Amazonas e é autor de várias publicações de interesse nacional.

Dom José Freire Falcão

Nascimento:
23 de outubro de 1925,
Ererê, CE.

Arcebispo emérito de Brasília. Foi ordena-do sacerdote em 1949 e, após 18 anos, bispo coadjutor de Limoeiro do Norte. Atuou fortemente como evangelista na Juventude Estudantil Católica. Em 1971, foi promovido a Arcebispo de Teresina e, em 1984, assumiu o Arcebispado de Brasília, função que ocupou durante 20 anos. Foi nomeado cardeal por João Paulo II em 1988. Atualmente é Membro do Pontifício Conselho da Pastoral para Agentes da Saúde e Membro do Conselho de Cardeais para o Estudo dos Problemas de Organização e Economia da Santa Sé.

Paulo Bonavides

Nascimento:
7 de maio de 1923,
Patos, PB.

Jurista, escritor e advogado, conhecido por seu vigor intelectual e cívico, Paulo Bonavides é jornalista desde os 13 anos de idade. Ao completar os 19, iniciou programa de intercâmbio de estudos na prestigiada Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Em 2001 produziu sua "Teoria Constitucional da Democracia Participativa", área de predileção pessoal. Além de estudos sobre a Federação, escreveu, como professor e teórico, diversas obras adotadas nos cursos de graduação em Direito no País. É autor de inumeráveis artigos em jornais, periódicos e publicações especializadas.

Paulo Brossard de Souza Pinto

Nascimento:
23 de outubro de 1924,
Bagé, RS.

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, Paulo Brossard exerceu atividades docentes de Direito Civil e Constitucional nas Universidades Federal e Católica do Rio Grande do Sul. Notável ativista político, foi Ministro da Justiça, membro do Tribunal Superior Eleitoral e Ministro do Supremo Tribunal Federal. Autor de diversos artigos literários, pareceres, discursos, teses e votos, é membro da Academia Riograndense de Letras. O intelectual versátil atua, ainda, como jornalista e advogado.

Fundação Getúlio Vargas

Representante:
Carlos Ivan Simonsen Leal (Presidente)

Instituição criada em 1944

A FGV inaugurou no Brasil a graduação e a pós-graduação *stricto sensu* em Administração Pública e Privada, bem como a pós-graduação em Economia, Psicologia, Ciências Contábeis e Educação, marcas do pioneirismo e ousadia que ainda hoje caracterizam a instituição. Ao investir e estimular a pesquisa acadêmica, atua com destaque e proficiência e edita publicações especializadas que formam um catálogo de mais de 200 títulos. Contribui, assim, para o desenvolvimento da educação no País e para a manutenção do acervo cultural e científico nacional.

Oradores

Ministro VALMIR CAMPELO

Em nome do Tribunal

Estamos novamente em novembro. É tempo de comemorarmos os 115 anos desta Corte de Contas, celebrando os ciclos da sua existência, as vitórias conseguidas e a renovação dos caminhos a seguir.

Mais uma vez, a outorga do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União se constitui no ponto alto entre os eventos programados para marcar a importante data.

Há neste Tribunal algumas ocasiões que jamais perdem a singularidade. A solenidade deste dia destaca-se nesse conjunto de situações especiais.

Oradores

É quando o cotidiano do TCU se transforma completamente. Os instantes tensos e difíceis aqui vividos ao longo do ano cedem lugar a momentos festivos e felizes, de doce encanto e de júbilo incontido.

Aqui, nesta Sessão, vivo um desses instantes de absoluto contentamento, em que me invade a mais profunda e pura alegria.

Com apenas três anos desde o seu lançamento, o Grande-Colar do Mérito do TCU já possui o simbolismo das nossas mais caras tradições. A atmosfera desta solenidade traz consigo intrinsecamente a incomum capacidade de marcar definitivamente a alma de cada um de nós.

É primavera. A terra está novamente vestida de flores, de verde, de vida e de cores. Sente-se desabrochar de novo a poesia e renovar-se a esperança. Abrem-se janelas, sorrisos e corações. O céu está mais azul, permitindo observar-se a luz suave e transparente do sol brilhando com um fulgor inconfundível. Canções são semeadas ao vento. Crescem as vozes a favor da paz. Brota o perdão. Feições do novo germinam a brisa promissora, transfigurando promessas em entusiasmo e em vigor. Esse é o clima que nos envolve a todos a cada solenidade de entrega do Grande-Colar. Celebremos o especial momento.

Senhoras e Senhores, não poderia deixar de agradecer ao Presidente, Ministro Adylson Motta, pela honrosa oportunidade de representar o Tribunal de Contas da União na saudação a tão ilustres homens, a quem hoje esta Casa presta suas homenagens, aos quais se junta, com todo o merecimento, a notável Fundação Getúlio Vargas. Na verdade, fazer um discurso de boas-vindas aos insignes agraciados constitui para mim um presente de valor inestimável.

A missão não é árdua. Ao contrário, é muito fácil justificar a escolha dos galardoados com o Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, edição de 2005, visto que os nomes falam por si mesmos. Com imensa satisfação, em nome do Tribunal, cumprimento os eminentes distinguidos: Dom

Oradores

José Freire Falcão, Paulo Brossard de Souza Pinto, Paulo Bonavides, Alberto Hoffman, Fundação Getúlio Vargas, na pessoa de seu presidente, Carlos Ivan Simonsen Leal, José Bernardo Cabral e Cid Nogueira. Quanta ventura, quanta honra, quanta felicidade, poder saudá-los.

Mais do que dotado de beleza estética, em frases plenas de brilho, um discurso em homenagem aos condecorados nesta Sessão há de ser convincente, de modo a transmitir plenamente o sentimento de elevada admiração que lhes devotamos.

A todos, evocamos os méritos da probidade, da integridade, da enorme dedicação e capacidade de trabalho, além do empenho numa contínua intervenção em favor do interesse público.

Não por acaso, a escolha desses memoráveis nomes dá-se no ano em que o mundo inteiro comemora os 400 anos do maior romance de toda a história da literatura universal, Dom Quixote, a que Olavo Bilac chamou de "a sátira mais feroz e dolorosa com que jamais se amaldiçoou a baixeza da condição humana".

Nas palavras do poeta, os 116 capítulos da obra-prima de Miguel de Cervantes:

> [...] são 116 estações da Via-Sacra do Ideal. O Sonhador caminha de desilusão em desilusão e de desastre em desastre. Tudo quanto de belo o seu sonho cria e anima fica logo desfeito em fealdade e em vulgaridade. Já não há na Terra aventuras dignas de tal aventureiro!.

Não há como esquecer a cena em que Dom Quixote trespassa com a lança a pá de um moinho de vento e é projetado no ar, uma das passagens mais célebres da literatura de todos os tempos, reveladora de um rico panorama dos tipos humanos.

Oradores

Com certeza, os homenageados de hoje já divisaram os mesmos moinhos, já sentiram o sopro dos mesmos ventos e já viveram idênticos sonhos. Souberam mesclar a poesia com a ironia, o sublime com o grotesco, a divindade com o mundano. Fizeram das aventuras solitárias de Quixote, e de seu coração maior que o mundo, o paradigma da queda do herói épico num mundo desprovido de sentido imanente. Viram na loucura e nos hiatos de lucidez do aventureiro imaginado por Cervantes possibilidades para uma consideração problemática do universo, onde o combate derrotado, porém sublime, é mais importante que o prosaísmo da realidade, com a mitificada encarnação do ideal.

Senhoras e senhores, falar de Dom José Freire Falcão é ir ao encontro do incansável servo de Deus. É descobrir o cristão que fez continuamente da propagação da fé a sua razão de ser, tendo sempre em vista a construção de uma sociedade erguida sobre alicerces de solidariedade, acreditando poder ver um dia o homem parceiro do homem, um mundo justo, fraterno e sem fronteiras. É conhecer quem pregou as palavras das Sagradas Escrituras no verdadeiro sentido em que Deus as disse, semeando virtudes e bondades entre nós.

Quando pregava o "Sermão da Sexagésima", o mais contundente entre os cerca de 200 que proferiu, o Padre Antônio Vieira dizia que a pessoa do pregador da palavra de Deus deve corresponder, em perfeição moral, em atos virtuosos, à perfeição da doutrina divina, à soma de virtudes que essa doutrina expõe. Para ele, a definição do pregador é a vida e o exemplo, lembrando que uma coisa é o semeador, e outra o que semeia; uma coisa é o pregador, e outra é o que prega.

> O semeador e o pregador é nome, o que semeia e o que prega é ação, e as ações são as que dão o ser ao pregador. Ter nome de pregador, ou ser pregador de nome não importa nada; as ações, a vida, o exemplo, as obras são as que convertem o mundo.

Essa divisa, formulada há 350 anos pela figura máxima da literatura barroca, ajusta-se perfeitamente à vida de Dom José Freire Falcão. Sua eminência pre-

gou e semeou. Buscou a beleza emotiva dos ícones sagrados, como a madeira da cruz. Deu o alimento espiritual a todos que buscaram. É discípulo e exemplo, fiel e seguidor.

Dom José Freire Falcão usou o Evangelho essencialmente para nos trazer bem-aventuranças, o que constitui a vida segundo as finalidades últimas e a sorte final do homem junto de Deus. Ofereceu em suas pregações a alegria, a meditação, a paz da oração e da vida interior, o amor como princípio e fim. Por possuir o mistério da simplicidade, teve, nestes dias de complexidade atordoante, a chave certa para abrir corações, lembrando que uma das primeiras palavras de Cristo no Evangelho é "Felizes os corações simples". Louve-se, portanto, a rica e impressionante história de vida do eminente Cardeal, entoando o salmo "Demos graças ao Senhor".

E o que dizer de Paulo Brossard? Após se notabilizar como advogado e antes de chegar ao Supremo Tribunal Federal, foi, por vocação e por dever cívico, extraordinário político, assumindo sempre postura de independência na ação parlamentar. No exercício desse nobre mister, jamais aceitou o comodismo, adotando continuamente elogiável conduta no agir, traçada exclusivamente à luz da sua consciência e sob as inspirações do seu civismo.

Embora o brilho constante, em todos os momentos de sua fecunda atuação legislativa, no Estado do Rio Grande do Sul e no Congresso Nacional, foi, sem dúvida, no Senado Federal que Paulo Brossard alcançou a consagração definitiva entre os maiores tribunos da história parlamentar republicana.

Sua trajetória naquela Casa de Leis adquiriu dimensões de grandeza e de dignidade, credenciando-o perante toda a Nação, como um dos expoentes máximos da cultura jurídica e da capacidade intelectual, além da reconhecida competência política, que o situou no plano das mais altas e valorosas lideranças do Brasil.

Retornar ao sumário

Oradores

Ali, em magníficos discursos, abordou os mais variados temas de interesse do País, sempre com muita perfeição na forma e exuberância no conteúdo, tratando-os com igual seriedade e zelo, com inconfundível estilo escorreito, de apurada linguagem, a realçar a erudição e exatidão.

O saudoso jornalista Carlos Castello Branco se referiu a Paulo Brossard com as seguintes palavras:

> Senador por oito anos, ele dominou a oratória política do período. Provavelmente ninguém o superou, então, como crítico de um regime, cujo cerne foi mortalmente atingido por suas lições de anatomia. Suas armas são simples: a nitidez moral das atitudes, o apego à verdade e o profundo conhecimento das estruturas jurídicas que estavam sendo subvertidas. Liberal de origem, soube apreender a dimensão social da injustiça. Com bravura, denunciou os atentados aos direitos humanos, não só os decorrentes da mecânica ditatorial do regime, como os que a transcendiam como fruto da perversidade e dos desvios em que é rica a índole dos prepotentes. Ele deu sua contribuição a uma tomada de consciência da qual resultou a lenta mas irreversível marca de retorno aos valores éticos, humanos e jurídicos da democracia.

No Ministério da Justiça, Paulo Brossard foi exatamente o que pretendia ser, conforme havia registrado no seu discurso de posse:

> [...] uma alma aberta ao ideal, à benignidade dos sentimentos, à admiração pelas superioridades, sem esquecer que uma Nação se faz com historiadores, que zelam pelo passado, com políticos, que cuidam do presente, e com poetas, que sonham com o futuro.

Em 1989, chegou ao Supremo Tribunal Federal, com essa luminosa trajetória de homem público, íntegro e dedicado à causa da democracia; com o imenso cabedal de notável cultura jurídica e humanística; com o co-

Oradores

nhecimento profundo das instituições políticas do País, de sua história e funcionamento; com a experiência de eminente advogado militante e de político respeitado.

Deixou no STF significativa e brilhante contribuição na formação da jurisprudência da Corte e para os seus repositórios, em votos memoráveis, de admirável erudição e saber jurídico, que servirão sempre de fonte preciosa no estudo dos temas versados, com cuidado científico.

Nas palavras do eminente Ministro José Néri da Silveira:

> [..] assim é o advogado e professor Paulo Brossard de Souza Pinto, que já foi, de forma eminentíssima, Deputado Estadual, Secretário de Estado, Deputado Federal e Senador, Consultor-Geral da República e Ministro da Justiça, Ministro e Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e de cuja sabedoria, experiência e conselhos, por certo, a República ainda muito pode esperar, e o Direito, abundantemente, se enriquecer.

Descrevendo agora a biografia de Paulo Bonavides, o grande intelectual paraibano que vive no Ceará desde os nove anos de idade, acentue-se que se trata de uma lenda viva. O reconhecimento de sua grandeza transcende as fronteiras nacionais. Sobre ele repousa a admiração de cientistas políticos e constitucionalistas de todo o mundo. Poucos se dedicaram tanto ao estudo dos regimes democráticos.

No Brasil e em toda a Europa, o nome desse extraordinário professor, jornalista, teórico, advogado, jurista, escritor, cientista político e constitucionalista é respeitado e venerado. Teve inúmeros trabalhos traduzidos em vários idiomas. Seus livros são adotados nas mais importantes faculdades jurídicas do País e do exterior. Várias de suas obras já contam com mais de uma dezena de edições.

Oradores

Em 1991, sucedeu Afonso Arinos na cadeira da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Em 1994, tornou-se Professor Emérito da Universidade Federal do Ceará, instituição da qual já havia conquistado os títulos de Doutor em Direito e Livre-Docente, bem como o posto de Professor Catedrático. Em 1996, como reconhecimento por seus serviços prestados ao Direito e à Nação, recebeu a Medalha Rui Barbosa, a mais alta comenda da OAB, que, desde sua criação, em 1970, havia sido outorgada apenas 11 vezes, entre os agraciados, Sobral Pinto, Seabra Fagundes, Evandro Lins e Silva e Barbosa Lima Sobrinho. Em 1998, veio mais uma prova de reconhecimento internacional, com o grau de Doutor *honoris causa* da Universidade de Lisboa, título conferido somente a 22 intelectuais em toda a história, entre eles, Miguel Reale, Gilberto Freyre, Robert Musgrave e Raymond Barre.

Eis, em síntese apertada, a vida de Paulo Bonavides, notável intelectual e homem cívico dos dias atuais, cuja trajetória profissional tem inspirado gerações de estudantes, professores e advogados, que veem sua obra como ponto de referência.

A respeito de Alberto Hoffman, é de se exaltar a valiosa folha de serviços como homem público, não só no Rio Grande do Sul, mas também como integrante do Poder Legislativo Federal, palcos em que, com inteligência, pertinácia e honestidade, foi capaz de abrir o próprio caminho.

Ao assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, trouxe para esta Casa toda uma sólida reputação de homem de bem, provada ao longo de 32 anos ininterruptos de mandatos parlamentares, em oito legislaturas. Em mais de três décadas, tudo o que conseguiu o fez com mérito próprio, com vontade firme, com senso de responsabilidade, sem omissões e sem ausências.

Sua passagem por esta Instituição imprimiu marcas indeléveis. Aqui, seu comportamento foi vincado pela isenção, dignidade e discrição, características que definem o autêntico juiz.

Oradores

Neste Plenário, personificou a razão e o equilíbrio. Foi incansável em exigir mais eficazes resultados na fiscalização dos gastos públicos. Atuou sem desfalecimento, sobretudo quanto à delicada responsabilidade de velar pelo correto rateio e pronta distribuição dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios. Nesse particular, na qualidade de ardoroso e pioneiro defensor do Movimento Municipalista, introduziu em nossos trabalhos inovadora comunicação mensal, até hoje vigorante, contendo demonstrativo da transferência das quotas-partes desses Fundos, para conhecimento das comunidades beneficiárias.

Na Presidência, pôs em prática uma administração moderna e profícua, em que se destacam a promoção de cursos de treinamento de servidores em múltiplas áreas, a implementação do Programa Avançado de Auditoria Governamental, além da significativa ampliação da rede de microcomputadores.

Sobre a Fundação Getúlio Vargas – a primeira pessoa jurídica agraciada com o Grande-Colar do Mérito do TCU –, aqui representada por seu Presidente, Dr. Carlos Ivan Simonsen Leal, trata-se de instituição que vem mantendo vivo ao longo do tempo o ideal de prestar ao País um serviço com excelente nível de qualidade.

Desde o longínquo 20 de dezembro de 1944, data de sua criação, a FGV tem como princípio de atuação a busca da eficiência.

Na área de Economia, são imprescindíveis os seus estudos sobre os problemas econômicos brasileiros, atividade essa que consagrou entre nós, pela excelência, as publicações Conjuntura Econômica e Revista Brasileira de Economia, assim como o Instituto Brasileiro de Economia e a Escola de Pós-Graduação em Economia.

No campo da Administração, é por todos reconhecida a importância da Escola Brasileira de Administração Pública, da Escola de Administração de

Oradores

Empresas e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

Com tal estrutura, a Fundação Getúlio Vargas é instituição de escol, que tem emprestado ao Brasil seu conhecimento e experiência.

A Escola Brasileira de Administração Pública, que tanto tem de relacionamento com o setor público brasileiro, é a mais importante instituição de ensino de Administração Pública na América Latina, tendo ampliado seus serviços para a Amazônia e também para a área do Mercosul, em Curitiba, com os Institutos Superiores de Economia e Administração da Amazônia e do Mercosul.

É, portanto, uma organização que orgulha este País.

Quanto ao Senador Bernardo Cabral, a sua brilhante trajetória profissional o coloca como uma das mais importantes personalidades brasileiras dos últimos tempos.

Primeiramente, notabilizou-se como competente advogado e excelso jurista, qualificação que o conduziu a diversos e relevantes cargos e títulos, como resultado da elevada capacidade intelectual, extraordinário talento e incomum disposição para o trabalho. Entre outros, é de se realçar: Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, membro efetivo da Academia Internacional de Jurisprudência e Direito Comparado, Professor Honorário da Universidade de Telaviv (Israel), Presidente, para o Brasil, da Associação Mundial dos Juristas e Doutor *honoris causa* da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Insigne e honrado homem público, foi também um dos mais atuantes parlamentares de nosso País. Na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o espírito dinâmico e democrático de Bernardo Cabral sempre se destacou. Recebeu inúmeras condecorações e homenagens no decorrer de sua vida pública.

Oradores

Publicou diversos livros, no Brasil e no exterior, realizou missões relevantes ligadas ao Parlamento, tendo excepcional atuação como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, além das importantes leis que se originaram de projetos de sua autoria. Sobressai ainda sua marcante passagem pelo Ministério da Justiça, onde se mostrou um competente administrador e negociador político.

Destaco da sua extraordinária carreira política o magistral trabalho realizado como Relator-Geral da Constituinte. Eu sou testemunha, na qualidade de Deputado Federal Constituinte, de que Sua Excelência conduziu com indiscutível maestria aquela complicada orquestra, que acabou apresentando ao País uma sinfonia harmoniosa. Como ele próprio afirmou:

> [...] após quase 19 meses de intensos trabalhos, podemos asseverar que se trata de um diploma exemplar, renovador, à altura do melhor que o constitucionalismo tem produzido.

Aliás, o Tribunal de Contas da União guarda uma gratidão toda especial para com o eminente Senador, figura expoente na condução dos trabalhos que resultaram em importantes mudanças introduzidas na Constituição de 1988. A definição institucional do TCU teve, a partir de então, sua ação fiscalizadora significativamente ampliada e fortalecida, sob diversos aspectos, notadamente quanto às entidades fiscalizadas, iniciativa popular, aspectos do controle e sanções aplicáveis.

Bernardo Cabral foi responsável direto pela redefinição do controle a cargo do Tribunal de Contas da União, adequando-o à atual realidade política, social e econômica do País.

Portanto, mais uma vez, o sincero e comovido agradecimento desta Casa à pessoa ímpar do advogado e professor Bernardo Cabral, que já contribuiu de maneira decisiva para o engrandecimento do País, quando foi Deputado Esta-

Oradores

dual, Deputado Federal, Ministro de Estado da Justiça e Senador da República, e de cujo saber e experiência a Nação ainda muito precisará.

Por sua vez, o Doutor Cid Nogueira, médico, é pioneiro por vocação natural. Integra o limitado e precioso rol daquelas criaturas que nasceram predestinadas a realizar uma missão especial. Para ele, cada obstáculo da trajetória profissional significava estímulo renovador para intensificar o trabalho e buscar, incessantemente, seu ideal de aprender mais na área da medicina.

No Brasil, nos Estados Unidos e na Europa, esse grande pioneiro dedicou mais de dez anos de estudos e práticas, sem se esquecer de transmitir a outros companheiros sua bagagem de conhecimentos e experiência.

O Doutor Cid Nogueira procurou estar sempre à frente de todas as inovações cardíacas. Graças a ele, atuando como primeiro assistente na equipe cirúrgica, o Presidente e também médico Juscelino Kubitscheck pôde assistir, no Rio de Janeiro, à primeira cirurgia com circulação extracorpórea da América do Sul, realizada pelo Doutor Earle Kay, que chefiara a Cirurgia Torácica na assistência às forças americanas durante a 2ª Guerra Mundial. Juscelino reteve no Brasil a máquina coração-pulmão doada pelo Doutor Kay, que foi copiada pelo Doutor Felipozzi, em São Paulo.

O Doutor Cid teve cooperação decisiva nos Estados Unidos para que o Doutor Zerbini desenvolvesse a cirurgia cardíaca em São Paulo, que se transformou no grande centro brasileiro da especialidade.

O médico Cid Nogueira, além das atividades desenvolvidas em Cleveland/Estados Unidos, na França e na Inglaterra, montou na Holanda, em 1960, serviços cardíacos em três universidades.

No Rio Grande do Sul, sua chegada foi fundamental. Seu espírito empreendedor e harmônico conseguiu unir dois serviços de cardiologia com laboratórios de

Oradores

hemodinâmica, acabando com a rivalidade que prejudicava o desenvolvimento do projeto naquele Estado. Na Universidade do Rio Grande do Sul e em outros hospitais, as extraordinárias cirurgias que realizava eram assistidas com entusiasmo e interesse por estudantes de medicina. Muitos dos seus discípulos se tornaram renomados cirurgiões cardíacos, como os Doutores Fernando Lucchese, Renato Kalil, Newton Mota, entre outros. Chefiou então o setor de cirurgia torácica e cardiovascular do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, sendo ainda Instrutor de Ensino Superior e Professor-Assistente da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

No Rio de Janeiro, chefiou por 16 anos a Clínica Cirúrgica do Hospital dos Servidores do Estado, enquanto em Brasília foi Chefe do Serviço Médico do Senado Federal, tendo mais de 150 trabalhos apresentados em congressos médicos nacionais e no exterior, além de outros mais de 40 publicados nos planos nacional e internacional.

Entre suas teses aprovadas, destacam-se dois títulos:

a. Prótese Mitral – aplicação clínica da válvula de Kay-Suzuki; e
b. Prótese Valvar Aórtica.

Recebeu o prêmio Professor Zerbini, conferido pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular, como personalidade do ano de 1993, pelos relevantes serviços prestados ao desenvolvimento da cirurgia cardíaca no Brasil e pela formação de novos especialistas, reconhecimento esse atribuído apenas a mais duas outras pessoas, os Professores Adib Jatene e Domingos Junqueira de Moraes.

Hoje, o grande médico Cid Nogueira, com seu espírito irrequieto e sua mente lúcida e brilhante, apesar de aposentado no serviço público, continua a desenvolver trabalhos voluntários, transmitindo sua cultura, seus estudos e sua enorme experiência por meio de palestras e aulas ministradas em universidades e congressos.

Oradores

Realmente, o Doutor Cid faz jus ao dizer do médico suíço Paracelso (1493/1541): "ninguém requer maior amor no coração do que o médico".

Senhores homenageados, estejam certos de que o Brasil jamais prescindirá de homens com a biografia e o currículo dos Senhores, e de instituições com a história e o conceito da Fundação Getúlio Vargas. Homens e instituições que sejam capazes de perceber, entre outras coisas básicas:

a. que investimentos maciços em educação constituem o caminho mais curto para o desenvolvimento do País, não se podendo desconhecer que no mundo atual a universalização do ensino básico, com a conseqüente erradicação do analfabetismo, é condição primeira para essa aspiração;
b. que o berço da desigualdade está na desigualdade do berço, conforme alguém já disse, na medida em que somente os bem-nascidos têm acesso a boas escolas, o que conduz a um lamentável círculo vicioso, em que muitos são pobres porque não conseguem estudar, enquanto muitos não conseguem estudar porque são pobres;
c. que o Brasil tem pressa, e que o seu povo, cuja maioria está sendo educada na escola da adversidade, quer os seus direitos para ontem;
d. que os desafios não existem para nos paralisar, mas para que nos mostremos capazes de vencê-los;
e. que a luta contra o desvio e o desperdício do dinheiro público não é só fundamental para a regeneração fiscal do Estado, mas, também, para consolidar a democracia social, em que todos sejam filhos de um Brasil comum, nas escolas, nos bairros, nas empresas, nas cidades, nas universidades, na vida pública;
f. que podemos erguer pontes sobre o abismo social e econômico que nos separa do primeiro mundo, de forma que os brasileiros possam ser contemplados com mais justiça e paz, com mais saúde, emprego, segurança e educação;

Oradores

g. que é imperioso que se deem respostas imediatas à insegurança e à falta de confiança dos nossos jovens, para que eles possam escapar ao sopro de loucura e violência do nosso tempo;
h. que o silêncio da ordeira população não significa necessariamente que ela esteja refugiada no condenável, inquietante e inútil comodismo, antes pode representar a forma mais aguda de protesto que existe, posto que é assim mesmo que normalmente se manifestam os inocentes;
i. enfim, que é preciso dar rumo à nossa gente, da mesma forma que Cristo fez em relação aos rebanhos sem Pastor.

Senhores homenageados, queremos que os Senhores levem daqui não apenas a distinção que hoje lhes oferecemos, mas sobretudo o compromisso deste Tribunal, no sentido de permanecer fazendo tudo o que estiver ao seu alcance para continuar merecendo o respeito e a confiança da Nação, como guardião dos legítimos interesses da coletividade.

Nesse sentido, não é demais lembrar que, nas últimas décadas, tornou-se indispensável nos voltarmos para assuntos que interessam à sobrevivência do homem não só no tocante à expressão física e material, mas também no que tange à sua personificação social e moral. Daí a batalha cada vez mais intensa desta Corte contra a corrupção, que é elemento de desagregação da espécie humana tanto quanto a pobreza e a devastação do meio ambiente.

Senhoras e Senhores, preciso concluir antes que eu me sinta personificado nos versos de Cecília Meireles:

> Como os poetas que já cantaram,
> e que ninguém mais escuta,
> eu sou também a sombra vaga
> de alguma interminável música.

Oradores

Mas ao finalizar, considerando que estamos nos aproximando do Natal, quando, além de celebrar o nascimento de Jesus, costumamos reconstruir o nosso destino, permito-me deixar aqui uma mensagem positiva, mesmo porque não se pode jamais perder o direito ao otimismo.

Assim, refiro-me novamente ao sentido da obra-prima de Cervantes, para dizer que tenho fundada esperança de que a encarnação simbólica do embate entre a esfera da idealidade e a matéria bruta e hostil do mundo, vista em Dom Quixote, na figura de um cavaleiro transformado em um mito que transcendeu lendas e séculos, continuará representando e inspirando a defesa dos mais elevados valores morais e, como disse Santiago Dantas, "recolhendo ao tesouro comum o valor aparentemente perdido das boas ações".

E, pensando em perspectivas, nada mais oportuno do que encerrar este discurso com as palavras de Carlos Drummond de Andrade:

"Ó vida futura ! Nós te criaremos". Muito obrigado a todos.

Valmir Campelo

PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO

Em nome dos homenageados

O presidente Adylson Motta me havia dito que seria uma cerimônia simples, que deveria realizar-se na manhã de hoje. Creio não exagerar se disser, como digo, que foi uma sessão de gala a que estamos assistindo. Pela sua beleza, pela sua representatividade e pelas palavras que acabam de ser proferidas, em nome da Corte, aos agraciados e homenageados desta manhã. Palavras extremamente simpáticas e generosas, mas profundamente emotivas e belas.

Oradores

Senhor presidente, depois de tudo o quanto foi "dito e bem dito" pelo ministro Campelo, creio que devo primar pela brevidade. Em primeiro lugar não posso deixar de dizer que cada um dos agraciados se sente particularmente distinguido. O gesto do Tribunal de Contas conferindo-lhes a distinção que acabam de receber. Mas cada de um nós fica a pensar no que foi o tribunal, o Tribunal de Contas, no que é o tribunal e no que deverá ser ainda esta Casa. A aspiração por um Tribunal de Contas é antiga, apareceu na Constituinte de 23, por Caldeira Brant; depois, iterativamente, foi reclamada a sua instituição por alguns grandes ministros e grandes brasileiros como Alves Branco, como Pimenta Bueno, como Silveira Martins. Até que, ao tempo do governo provisório, nos primeiros dias da República, foi instituído pelo então ministro Rui Barbosa, que continua a ser uma figura da Casa.

Mas da sua instituição, frágil, até os dias de hoje, uma longa existência foi percorrida, mais que centenária; e durante muito tempo, creio eu, que não se valorizou devidamente o que era e o que deveria ser a Corte de Contas. Mas também faz muito tempo que esta Corte ganhou um relevo especial na história do País, na história da República, na história da Administração, na história do Brasil. Seus serviços são mais silenciosos do que retumbantes, e isso não quer dizer que não seja de uma pontualidade contínua, constante, progressiva e que, muitas vezes só mais tarde, algum tempo depois, serão devidamente compreendidos e sentidos seus os efeitos.

Seu trabalho é um trabalho quase silencioso. A discrição domina seu dia-a--dia. Mas pode-se dizer que sem ele a Administração, em geral, seria muito mais imperfeita do que ainda é hoje. O Tribunal de Contas, o nosso Tribunal de Contas, a Casa que nos hospeda e nos festeja neste momento, é uma instituição particularmente importante na história do nosso País. Quem viu como ela nasceu e quem a vê hoje, depois de mais de 100 anos de funcionamento, quem se recorda que um de seus primeiros presidentes, Serzedello Corrêa, deixou a presidência por simplesmente não cumprir aquilo que não deveria cumprir – uma determinação do então vice-presidente em exercício,

Oradores

Marechal Peixoto. Aquele Serzedello Corrêa, que na imprensa, como outros brasileiros ilustres, dizia que o Acre Setentrional era brasileiro, quando o Ministério do Exterior, o Itamaraty, o governo do Brasil dizia oficialmente, em documentos oficiais e em relatórios oficiais, que não havia problema a respeito do Acre, porque o Acre não era brasileiro, o Acre era boliviano. Serzedello Corrêa foi um daqueles que, na imprensa, sustentou – curiosamente como o patrono desta Casa, como o então senador e jornalista Rui Barbosa sustentava que pelo Tratado de 1867 o Acre Setentrional era brasileiro. Pois bem, foi preciso que Rio Branco fosse chamado ao Ministério das Relações Exteriores, para logo de saída, dizer claramente, lisamente e oficialmente que o Acre era brasileiro e que a interpretação que até então tinha sido dada, inclusive pelo governo, estava errada. E daí se compôs, através de uma Comissão de Negociação, e resultou no Tratado de 1903, no Tratado do Acre, quando o Acre Setentrional foi reconhecido como brasileiro, tradicionalmente e sempre brasileiro. Com relação ao Acre Meridional houve uma compensação, uma negociação e inclusive uma indenização pela aquisição parcial daquele trecho.

Mas veja, Vossa Excelência, Senhor Presidente, como essas coisas que aparentemente nada têm a ver com a Corte de Contas estão embrenhadas, estão enraizadas na história da instituição e na história também de algumas de suas figuras mais importantes e mais relevantes. Senhor Presidente, eu comecei dizendo que a brevidade deveria ser a linha mestra do meu agradecimento em nome de todos os agraciados e começo a me estender, começo a sair do ponto, inclusive invadindo outras áreas e outros tempos.

Mas sempre há tempo para encerrar e eu vou fazê-lo. Tenho a satisfação e o prazer de encontrar aqui neste tribunal, velhos amigos que conheci na Câmara, que conheci no Senado e no Ministério. Inclusive tenho o prazer de aqui encontrar o doutor Luciano, que dá o nome a esta sala – ministro Luciano Brandão. Suponho que não foi por acaso que seu nome foi escolhido, suponho que não tenha sido por sorteio que seu nome foi escolhido para batizar

Oradores

o Salão Nobre do Tribunal de Contas. Mas ele não está aqui só. Ao seu lado também vejo outros com os quais convivi na Câmara e no Senado. Lá estão os meus amigos Homero Santos e Nogueira Rezende, enfim, tenho aqui encontrado companheiros de outros tempos que a vida parece que nos havia separado, quando apenas estava esperando o momento para nos reunir sob a presidência amável e superior do presidente Adylson Motta.

Se eu tivesse de resumir tudo que eu poderia dizer em largo tempo, eu diria que esta homenagem que recebemos nós, e em nome dos quais tenho a honra de agradecer, se tivesse de sublinhar o que ela representa eu diria que, em primeiro lugar, ela vale por ser prestada, por ser pensada e concretizada pelo Tribunal de Contas da União. Isto diz tudo. Mas além disso, ainda tem outra nota, uma outra característica: é a sua espontaneidade, sua pureza, sua fidalguia refinada. Por tudo, Senhor Presidente, particularmente por estar aqui sob a sua presidência, ponto mais alto de uma relação também mantida por sua pessoa pelo Rio Grande, pela sua Assembleia e pelas suas faculdades e escolas de Direito. Por esta espontaneidade, essa pureza no seu nascimento e na sua concepção engrandece especialmente e particularmente o encanto, a beleza e a significação desse momento. Por tudo e a todos, a homenagem dos agraciados e seus agradecimentos.

Paulo Brossard

Presidente ADYLSON MOTTA

Em conseqüência de um materialismo ditado pela competição sem fronteiras, o mundo tem se apegado a valores menores, em detrimento dos valores humanos fundamentais.

Oradores

Isso torna freqüente a crítica à cultura brasileira no tocante à falta de memória de nosso povo, que não reconhece o mérito daqueles que contribuíram para a construção deste país.

Neste exato instante, esta Casa dá cabal demonstração de que não abriga esse pensamento e esse sentimento.

Estamos aqui reunidos para reverenciar brasileiros que, mercê de suas fulgurantes inteligências, rigor no cumprimento de seus deveres, consciência ética e sensibilidade social, se tornaram exemplos edificantes, que enriquecem a galeria dos homens e mulheres que ajudaram a escrever as melhores páginas da história desta nação.

Essa é a finalidade da comenda que acaba de ser conferida: reconhecer os méritos excepcionais de cada um dos agraciados e suas relevantes contribuições para o país em suas respectivas áreas de atuação.

Não é necessário descrever novamente as admiráveis e paradigmáticas trajetórias públicas de nossos homenageados. Em primeiro lugar, porque o brilho de tais trajetórias já as tornou notórias e dispensa novos comentários. Em segundo lugar, porque os admiráveis pronunciamentos dos Ministros Valmir Campelo e Paulo Brossard já destacaram os pontos mais edificantes das carreiras dos agraciados.

Aproveito, aliás, para cumprimentar o Ministro Valmir Campelo. E o faço não apenas em razão de sua manifestação nesta oportunidade, mas em virtude da iniciativa que adotou quando, durante sua destacada passagem pela Presidência do Tribunal, propôs a este Colegiado a criação da comenda que hoje distribuímos.

Na condição de Chanceler da Ordem, não posso deixar, igualmente, de felicitar, pela sabedoria de suas escolhas, os integrantes deste Plenário que, na

Oradores

condição de membros do Conselho do Grande Colar, demonstraram, mais uma vez, suas habilidades julgadoras e selecionaram, entre as diversas personalidades de destaque na vida pública nacional indicadas à comenda no presente exercício, aquelas cujos méritos mostraram-se insuperáveis.

Apesar de não pretender discorrer novamente sobre os feitos de nossos homenageados, julgo conveniente destacar peculiaridades de suas personalidades e condutas que considero invejáveis.

A primeira é a indiscutível capacidade intelectual de cada um, que os habilitou a se destacarem em suas respectivas áreas de atuação.

A segunda é a férrea determinação, que lhes permitiu superarem as dificuldades com que foram confrontados, explorarem suas potencialidades e tornarem-se exemplos de sucesso pessoal e profissional.

A terceira é o firme compromisso com a construção de um país melhor e mais justo, de modo a conceder cidadania e dignidade ao maior número possível de brasileiros.

A quarta é o amor por seus semelhantes, que os levou a renúncias e a sacrifícios pessoais para dedicarem suas existências à melhoria da condição de vida de seus próximos.

A lista poderia seguir indefinidamente, tantos são os méritos dos homenageados.

Assim, pretendo ressaltar apenas um último atributo, que considero relevantíssimo nos dias que correm: uma conduta ética irrepreensível.

Não pairam máculas sobre as trajetórias do Ministro Alberto Hoffman, do Doutor Cid Nogueira, do Doutor Bernardo Cabral, de Dom José Freire Falcão, do Professor Paulo Bonavides, do Ministro Paulo Brossard e dos homens e mu-

Oradores

lheres que se devotaram, ao longo de décadas, à construção do prestígio da Fundação Getúlio Vargas. Esses são exemplos edificantes para todo o país.

Os piores males que afligem o Brasil hoje decorrem de comportamentos eticamente censuráveis de muitos dos que se dedicaram à vida pública.

E essa ausência de ética na vida pública compromete, no longo prazo, a própria sobrevivência de nossa sociedade.

Kant sugeria um critério extremamente simples para identificar a conduta eticamente adequada: é ético o comportamento que pode ser adotado por todos os integrantes de uma comunidade sem inviabilizar o convívio social e a existência do grupo.

Um dos corolários dessa regra é que a adoção generalizada de comportamentos contrários à ética termina por esgarçar o tecido social e comprometer o futuro da coletividade.

É crucial, então, resgatar a ética na vida pública do Brasil. Em razão disso, a conduta impecável dos homenageados, além de todas as suas demais realizações pessoais, profissionais e humanitárias, é a maior contribuição que deram e poderiam dar ao país.

Desejo sinceramente que esta nação, assim como faz o Tribunal de Contas da União nesta oportunidade, também saiba reconhecer os méritos desses notáveis brasileiros e da admirável instituição que é a Fundação Getúlio Vargas.

Que seu exemplo de dignidade frutifique e sirva de inspiração e paradigma para todos os cidadãos deste país.

Adylson Motta
Presidente do TCU e Chanceler do Grande-Colar

2006 | Homenageados

Data da Cerimônia: **16/05/2007**

Academia Brasileira de Letras

Representante:
Cícero Sandroni

Instituição criada em 1897.

A Academia Brasileira de Letras é uma instituição fundada no Rio de Janeiro por escritores como Machado de Assis, Lúcio de Mendonça, Inglês de Souza, Olavo Bilac, Afonso Celso, Graça Aranha, Medeiros e Albuquerque, Joaquim Nabuco, Teixeira de Melo, Visconde de Taunay e Rui Barbosa. Composta por 40 membros efetivos e perpétuos e por 20 sócios estrangeiros, tem por fim o cultivo do português brasileiro e da literatura brasileira. A 20 de julho de 1897, era realizada a sessão inaugural, nas instalações do *Pedagogium*, prédio fronteiro ao Passeio Público, no centro do Rio, tendo como seu presidente Machado de Assis.

Djaci Alves Falcão

Representante:
Francisco Cândido de Melo Falcão Neto (Filho)

Nascimento:
4 de agosto de 1919, Recife, PE.

Jurista e magistrado brasileiro, integrou por 22 anos o Supremo Tribunal Federal, que presidiu no biênio 1975/1977. Bacharelou-se em Direito pela tradicional Faculdade de Direito do Recife, vindo a ser Juiz de Direito no Estado de Pernambuco e Desembargador do Tribunal de Justiça e a integrar o Tribunal Regional Eleitoral. O edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 5ª Região passou, em 1995, a ser nominado em sua homenagem, como reconhecimento aos relevantes serviços por ele prestados durante quase 45 anos dedicados à magistratura brasileira.

Ministro Homero Santos

Nascimento:
29 de janeiro de 1930,
Uberlândia, MG.

Advogado e político, exerceu a profissão de advogado em Uberlândia, onde ingressou na política como Vereador, em 1954. Foi Deputado Estadual por duas legislaturas e Deputado Federal por Minas Gerais durante quatro legislaturas, de 1971 a 1987. Em 1988 foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União. Entre os outros tantos cargos que exerceu, Homero Santos foi sócio fundador da Instituição Uberlandense de Ensino, líder partidário e presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, professor titular de Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia, 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente do TCU.

Miguel Srougi

Representante:
José Carlos de Almeida

Nascimento:
2 de outubro de 1946,
São Paulo, SP.

Formou-se médico em 1970 pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e obteve o diploma de pós-graduação em Urologia na *Harvard Medical School*, em Boston. Atualmente é professor titular de Urologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e atua como cirurgião. Sua atividade clínica é dedicada, principalmente, ao estudo e tratamento dos tumores urológicos e doenças da próstata. Com cerca de 40 artigos em revistas internacionais e 200 estudos originais publicados no Brasil, Miguel Srougi já lançou cinco livros médicos, abordando os seguintes temas: câncer urológico, crescimento benigno da próstata, urologia geral, uronefrologia e urgências em urologia.

Octávio Frias de Oliveira *(post mortem)*

Representante:
Maria Cristina Frias (Filha)

Nascimento:
5 de agosto de 1912,
Rio de Janeiro, RJ.

Jornalista, editor e empresário brasileiro, notabilizou-se por transformar a Folha de São Paulo em um dos maiores e mais influentes veículos de comunicação do País. Frias fez do jornal a base do conglomerado que hoje abrange o UOL, portal de *internet*, o jornal "Agora São Paulo", o instituto Datafolha, a editora "Publifolha", o selo "Três Estrelas", a gráfica "Plural" e, em parceria com as "Organizações Globo", o diário econômico "Valor".

Oscar Niemeyer

Representante:
Ministro Luciano Brandão Alves de Souza

Nascimento:
15 de dezembro de 1907,
Rio de Janeiro, RJ.

Arquiteto brasileiro considerado uma das figuras-chaves no desenvolvimento da arquitetura urbana, Niemeyer é autor dos projetos dos principais edifícios cívicos de Brasília. Participou, também, do grupo de arquitetos que projetou a sede das Nações Unidas em Nova Iorque. Sua exploração das possibilidades construtivas do concreto armado influenciou de maneira decisiva a arquitetura do final do século XX e início do século XXI.

Wadjô da Costa Gomide
(post mortem)

Representante:
Maria Helena Gomide
(Esposa)

Nascimento:
23 de agosto de 1932,
Catalão, GO.

Engenheiro Civil pioneiro do Distrito Fede-ral, onde se estabeleceu em 1959, foi o último Prefeito e o primeiro Governador do DF. Durante sua gestão construiu o Palácio do Buriti, idealizou a Bandeira e o Brasão de Armas do Distrito Federal, instalou a Companhia Telefônica e a Companhia de Eletricidade de Brasília e criou a cidade-satélite do Guará.

Oradores

Ministro UBIRATAN AGUIAR
Em nome do Tribunal

Hoje vestimos a toga para festejar a alegria do acerto no julgamento, após criteriosa análise de nomes e instituições a fim de galardoá-los com a comenda maior desta Corte.

Com a mesma exação e rigor com que apreciamos contas, focamos nosso olhar na biografia de ilustres brasileiros e de entidades com assinalados serviços prestados à Nação.

A escolha decorreu da constatação da sua grande contribuição aos diversos campos de atividade, o que os tornou merecedores do nosso aplauso e reconhecimento. São construtores de sonhos, referências de cidadania em meio ao vazio de valores que solapa a sociedade; sacerdotes da devoção às letras,

Oradores

às ciências jurídicas e da saúde, às ciências exatas e à poesia escrita no espaço de curvas e retas na frieza do concreto armado.

Olho a história de cada agraciado e reenergizo minha crença no sol do amanhã, no investimento que ainda devemos à Nação para formação de nosso povo. Renasço na visão messiânica de inocular na grade curricular valores éticos, morais, de pátria, de religião e de família; de sobrepor os princípios interiores aos da exterioridade pragmática, imediatista, fugidia, que não escreve eternidade nem se imortaliza na história.

Falo para Cícero Sandroni, representante da Academia Brasileira de Letras, e ele nos acena com o exemplo de imortais que escrevem no chão do deserto pátrio o caminho para se alcançar o desenvolvimento através da cultura. É a Casa de Machado de Assis templo das letras pátrias, foz onde deságuam os saberes diferentes, no dizer de Paulo Freire, altar onde se reza a oração da cultura nacional, debulhada nos terços da literatura. É o espaço privilegiado onde os mortais se imortalizam nas lições que escrevem para os pósteros.

De igual modo, reverencio Djaci Falcão, da mesma cepa e fornada maurícia de Marcos Vilaça, expoente das letras jurídicas, civilista, magistrado que escreveu seu nome nos inúmeros votos prolatados e os inscreveu na história da magistratura brasileira na mais alta Corte do País. Presidiu o Supremo Tribunal Federal e exerceu a cátedra nas Faculdades de Direito das Universidades Federal e Católica de Pernambuco.

A saudade de Otávio Frias, ou "Seu" Frias, como gostava de ser chamado, hoje se faz presente neste Plenário. Sua visão empresarial, seu descortino de vida pública, sua coragem cívica fizeram da Folha de São Paulo um jornal atuante, crítico, às vezes polêmico, mas, sobretudo, independente. É a imprensa veiculando a voz das liberdades, o canto dos oprimidos, o sentimento popular. É a comunicação que informa, que instiga o cidadão a pensar em sua realidade, orienta e contribui para a consolidação do Estado Democrático de Direito.

Oradores

Lanço minha palavra para Homero Santos, o qual, com sua vocação para servir e dialogar, com a habilidade mineira ímpar na arte de fazer Política, pontificou nos diversos patamares da hierarquia parlamentar exercendo, em vários momentos, a Presidência da Câmara Federal. Advogado e Ministro do Tribunal de Contas da União, veio a contribuir com sua visão para o aprimoramento do controle externo no País.

O que dizer sobre Miguel Srougi depois de tê-lo conhecido em prosa e verso na recitação do Ministro Valmir Campelo? Mestre da medicina, doutor em Urologia pela Universidade de São Paulo, residente da Universidade de Harvard, expressão maior das ciências da saúde, talento posto à sublime missão de qualificar a vida na ressurreição da matéria.

A escolha criteriosa procedida pelo Conselho da Ordem incursionou pelas ciências humanas e agora chega às ciências exatas. De lá, trago Wadjô da Costa Gomide, pioneiro de Brasília, seu Prefeito e primeiro governador, marco referencial da Engenharia. Homem desta região, goiano de nascimento, deixou assinalada sua presença na história da Capital Federal, na construção da cidade satélite do Guará, do Palácio do Buriti e da praça contígua, dentre inúmeras obras, fruto de seu empreendedorismo e visão administrativa.

Hoje reverenciamos sua memória na pessoa de sua esposa Maria Helena Gomide.

Cem anos de lucidez; cem anos de poesia escrita no concreto, na leveza dos traços recitando curvas, na criatividade dos sonhos que enleva a alma e nos eleva ao espaço; cem anos de arte, como a do logotipo que se tornou símbolo dos Tribunais de Contas lusófonos; cem anos do Conjunto da Pampulha em Minas Gerais à sede da ONU, em Nova York; cem anos conduzindo mundo afora, a história da construção de uma das mais arrojadas obras da arquitetura dos últimos tempos – Brasília e seus monumentos –; cem anos de coerên-

Oradores

cia ideológica e firmeza de propósitos; cem anos de vida sem máculas; cem anos de orgulho nacional – Oscar Niemeyer.

Senhor Presidente, senhores Ministros, autoridades presentes, emociona a todos nós esta solenidade. Ela se nos apresenta ao mesmo tempo como refrigério d'alma e calor orgânico. Ela nos devolve à face o sorriso da crença na vergonha, a certeza de que a despeito de tudo vale a pena investir na decência, construir atos revestidos de ética, acreditar que está dentro de cada um de nós, pelo exemplo, a construção de uma sociedade justa, solidária, alicerçada na educação, formada na escola da moralidade e da cidadania.

Permitam-me fazer uma reflexão que considero oportuna acerca do momento em que vivemos. Desejo falar sobre Educação enfocando ensino e formação.

Concebeu-se que a simples transmissão de conteúdos teóricos e práticos ao aluno seria fator suficiente para solucionar os graves problemas enfrentados pela Educação. Ocorre que, além da doutrina e da profissionalização, existe algo sem o qual o ser humano não se completa: o processo de formação.

O que se opera no país em termos de formação do povo brasileiro, anos-luz distante está do preconizado por Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Lauro de Oliveira Lima, para citar alguns dos inúmeros educadores pátrios. Reclamavam da necessidade de termos uma escola funcionando em tempo integral, distribuindo os turnos entre ensino e formação.

Para agravar o quadro, a saída da mulher para ingressar no mercado de trabalho criou uma situação nova no processo de orientação da criança. Não se encontrou uma substituta à altura para o papel que desempenhava, quando o pior não aconteceu com a rua sendo a conselheira. Razão tinha João XXIII quando, em sua encíclica *Mater et Magistra*, já alertava para a missão fundamental destinada à mãe e à mestra.

Oradores

Hoje o País assiste contristado a ausência de cidadania e dos seus valores constitutivos, acarretando desvios de conduta que nos levam à violência, à corrupção e à impunidade.

É chegada a hora de se promover um amplo debate nacional: que povo somos nós, que projetos e sonhos acalantamos, que Nação desejamos para nossos filhos?

Desculpem-me falar de tristezas em instantes de alegria. É que sinto a regra ter se tornado exceção. Vossas Excelências, distintos homenageados, formam este contingente de exceções. Seus nomes devem ser apostos na vitrine a fim de que os exemplos de cidadania consigam reverter a situação atual, fazendo com que aquilo que temos hoje como exceção volte a ser a regra.

Convidado pelo ínclito Presidente Walton Alencar Rodrigues para falar em nome de meus pares, uma vez que, alçado à Presidência da Corte, não mais poderia desincumbir-se da missão que lhe fora delegada, ensejou acender em meu interior a chama da esperança, apagada tantas vezes ao examinar processos que deprimem e ao ler manchetes da imprensa que envergonham.

Sinto-me honrado em expressar, assim espero, o pensar dos que integram este Colegiado, santuário sagrado de minha devoção.

Obrigado senhores agraciados, por tudo o que são, por nos mostrar estradas e portos de chegada. Obrigado por nos inocular de coragem ao vencer o desânimo, um dia tão bem demonstrado na "Oração aos Moços", por Ruy Barbosa. Hoje necessitamos repetir Arthur Miller: "Evite a tentação de pensar que tudo aquilo que não dá lucro é desprovido de valor".

E acrescento que o lucro está na satisfação de nossas carências espirituais, na certeza de que ninguém será porque tem, mas de que o que possui é fruto do que se é.

Oradores

Autoridades, Agraciados, a humanidade investiu forte na ciência e na tecnologia. Criou artefatos, máquinas as mais diversas, pesquisou a vida e a morte. Conseguiu avanços inimagináveis. Sentiu-se autossuficiente. Começou a perceber a solidão em meio aos seus inventos. Enclausurou-se entre robôs e comunicações virtuais. Esqueceu-se de que a essência da vida está no amor. É para esse mundo, senhoras e senhores, que os homenageados com suas estórias de vida, me permitem concluir com as palavras de Albert Einstein:

> Se um dia tiver que escolher entre o mundo e o amor [...] Lembre-se: Se escolher o mundo, ficará sem o amor, mas, se escolher o amor, com ele conquistará o mundo.

Ubiritan Aguiar
Ministro

CÍCERO SANDRONI

Em nome dos homenageados
(representando a Academia Brasileira de Letras)

De início devo agradecer a dupla e imerecida honra de que me acho investido neste momento, honra desde já inesquecível para mim: representar a Academia Brasileira de Letras nesta solenidade e falar, por generosa indicação da presidência deste egrégio Tribunal, em nome dos agraciados com o Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União.

No seu ritual e no seu simbolismo, esta celebração aproxima duas instituições seculares e grandes personalidades brasileiras. Trata-se aqui de um rito que transcende o decorrer momentâneo da cerimônia, em sua breve duração, aquele sublime e rápido instante que Goethe desejava perpetuar para escapar

Oradores

à fugacidade do tempo. Não, esta cerimônia vai além: projeta-se e inscreve-se em um painel de eternidade, a demonstrar que o sonho dos pais fundadores deste país, a existência do Brasil como nação e não na condição de colônia, seja política ou econômica, tornou-se esplêndida realidade.

Esta a razão que nos leva a celebrar em um só ritual, o tempo e sua continuidade. O melhor exemplo desse agregado vemos em Oscar Niemeyer, cujos primeiros cem anos de vida comemoramos em sessão inesquecível, por ocasião da abertura das atividades culturais da Academia Brasileira de Letras neste ano. Sua obra, que resplandece nesta cidade, permanecerá indene, no passar dos séculos.

Infelizmente, o Brasil perdeu um dos homenageados de hoje, o jornalista que não gostava de ser chamado de jornalista, Otávio Frias de Oliveira. Deixou-nos nonagenário, e legou ao país um monumento à liberdade de imprensa, a "Folha de S. Paulo", jornal que prosseguirá na sua trajetória vitoriosa no trabalho de refletir e formar a opinião pública. Também se cultua, neste momento, a memória de Wadjô da Costa Gomide, administrador e político de vida exemplar no serviço público, prefeito de Brasília de 1967 a 1969.

A Academia Brasileira de Letras igualmente se sente honrada por comparecer a esta cerimônia na companhia do ministro Djaci Alves Falcão, jurista paraibano que integrou altas cortes da justiça do país, foi presidente do Supremo Tribunal Federal e é autor de vasta obra de jurisprudência, de consulta obrigatória para os especialistas dessa área do saber. Da mesma forma orgulhamo-nos de compartir este momento com o ministro Homero Santos, de incessante e ativíssima vida pública, com atuação decisiva em eventos que culminaram com a redemocratização do paíis, integrante deste Tribunal de 1988 a 1999 e seu presidente no biênio 1996/1998. E não menos importante, e também auspiciosa para a ABL, a condecoração neste ato, do professor doutor Miguel Srougi, mais do que um médico, um humanista voltado de corpo e alma para sua especialidade, a urologia.

Oradores

Assim se forma uma constelação de instituições a exemplo dos centenários Tribunal de Contas da União e a Academia Brasileira de Letras, e de personalidades hoje distinguidas e aquelas que o foram no passado, que contribuíram decisivamente para urdir, com os fios da inteligência, a virtude da coragem, o esforço do trabalho e o imperativo da ética, o tecido constituinte do cerne do paíis, a alma profunda da nação e o caráter de sua gente indomável.

Senhor Presidente: com o passar do tempo, o exercício diuturno e altamente competente do controle das contas do país tem fortalecido e tonificado o espírito de autonomia e imparcialidade do TCU, marcado com sinete da independência diante do poder e dos poderosos desde os primeiros momentos de sua história. Os acadêmicos de hoje sentem orgulho ao lembrar que um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, Rui Barbosa, presidente da nossa Casa por nove anos, após a morte de Machado de Assis, foi também o ministro da Fazenda que, no governo do Marechal Deodoro da Fonseca, criou, pelo Decreto nº 966A o Tribunal de Contas da União, "com atribuições de exame, revisão e julgamento das operações concernentes á receita e despesa da República".

Os primeiros passos do Tribunal geraram polêmica. O texto da Constituição de 1891 incluía a expressão "é instituído o TCU", para desagrado de Rui; na sua opinião o artigo deveria ser redigido com outro verbo, "é mantido", pois o Tribunal já existia legalmente. Com a renúncia do marechal Deodoro e a ascensão do marechal Floriano ao poder, só foi possível instalar o Tribunal graças aos esforços do ministro da Fazenda de então, Inocêncio Serzedello Correa, em sessão realizada a 17 de janeiro de 1893, à qual o ministro fez questão de comparecer, e agora cito Artur Adolfo Cotias e Silva – ocasião em que proferiu o discurso felicitando

> [...] o país e a República pelo estabelecimento de instituição que será a garantia de boa administração e o maior embaraço, que poderão encontrar os governos, para a prática de abusos no que diz respeito a dinheiros públicos.

Oradores

Indicado presidente do Tribunal, o Conselheiro Manoel Francisco Correia foi saudado por Serzedello. Ao ressaltar a lealdade e dedicação com que o Conselheiro servira o Império, o ministro afirmou que tais virtudes teriam a "garantia do modo por que há de servir à República, isto é, à pátria que todos nós temos o dever de amar e colocar acima de tudo." No entanto, em breve Floriano iria testar a independência do Tribunal e encontrou brava resistência, por parte de Manoel Francisco Correia. Segundo sua bisneta e biógrafa, minha saudosa amiga Flávia da Silveira Lobo, o presidente do Tribunal teria sido demitido "por ordem do marechal Floriano, em razão de que ousava ter suas próprias opiniões, em pleno estado de sítio". Um pouco mais tarde Serzedello Correa também caiu em desgraça. Foi demitido do ministério e, por ordem de Floriano, recolhido a um estabelecimento militar. Assim, os primeiros tempos do Tribunal de Contas da União ficaram marcados pelo espírito de independência e altivez que, a partir de então, norteou a sua trajetória e prossegue, na permanência de sua indispensável função na República.

Neste momento tão importante para a Academia Brasileira de Letras, gostaria de homenagear a memória de dois presidentes da instituição, espíritos também independentes e altivos, Barbosa Lima Sobrinho e Austregésilo de Athayde, ambos jornalistas, como jornalista foi um dos agraciados de hoje, Otávio Frias de Oliveira. Barbosa Lima Sobrinho deixou-nos o exemplo de uma vida dedicada ao país. Ouvi dele muitas vezes a frase, "meu patrão é o Brasil". Austregésilo de Athayde, redator brasileiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos assinada em Paris, a 10 de dezembro de 1948, presidiu a Academia por 35 anos, eleito em 1958 e reeleito todos os anos até sua morte, em 1993. Pernambucanos que engrandeceram este país pela atuação na vida pública, e na imprensa, tenho certeza que ambos receberiam esta honra do Tribunal de Contas da União, altíssimo momento na história da instituição, com o orgulho que é de todos nós, os atuais depositários da herança dos fundadores e sucessores. E posso afirmar que os sucessores de Barbosa Lima Sobrinho e Austregésilo de Athayde na presidência, a exemplo do atual presidente, o ministro Marcos Vinicios Vilaça, presidente de uma dinâmica administração

Oradores

da Casa, mantiveram bem alto o nome e o prestígio da instituição fundada em 1897 sob a liderança de Lúcio de Mendonça e Medeiros de Albuquerque e a presidência de Machado de Assis.

Ao agradecer aos senhores ministros, em nome dos ilustres homenageados desta cerimônia, personalidades de destaque da vida brasileira, a entrega do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, peço licença para dizer que esta comenda, senhores ministros, passará a ornar, com honra para nós, o painel das condecorações da Academia Brasileira de Letras. E na transcendência deste gesto, nós, da Casa de Machado de Assis e de Rui Barbosa, vislumbramos o símbolo de uma união cívica de instituições, do alto das quais três séculos nos contemplam. Fundadas no século XIX, viveram exemplarmente o século XX e assim prosseguem no século XXI e adiante, ao longo do tempo e na permanente luta por um Brasil melhor e mais justo. Muito obrigado.

Cícero Sandroni

Presidente WALTON ALENCAR RODRIGUES

Gostaria, inicialmente, de registrar a mensagem do arquiteto Oscar Niemeyer:

> Impossibilitado de comparecer a esta cerimônia, quero agradecer, mesmo de longe, a generosidade com que os senhores me distinguiram com esta homenagem. Aproveito esta oportunidade para lembrar (apesar da distância) o papel relevante que este Tribunal tem desempenhado na defesa de nossa república, como um verdadeiro guardião dos princípios de

Oradores

probidade e responsabilidade econômica que devem orientar a construção desta Federação. Muito obrigado.

Registro, também, que, conforme as palavras do arquiteto, a indicação do Ministro Luciano Brandão para representá-lo deve-se a uma amizade forjada a ferro e fogo nos anos 50, ainda hoje candente e luminosa.

O Tribunal de Contas da União vive hoje um dia de especial significação histórica, na medida em que presta merecida homenagem a prestigiosa instituição de cultura e a seis grandes brasileiros que se destacaram pela atuação exemplar.

Pela quarta vez, teve esta Casa a honra de outorgar o Grande-Colar do Mérito do TCU. Desta feita, os laureados foram a Academia Brasileira de Letras – respeitável sodalício dedicado à preservação e divulgação da Língua Portuguesa – e os ilustres Senhores Oscar Niemeyer, Octávio Frias de Oliveira (*in memoriam*), Dr. Miguel Srougi, Ministro Djaci Alves Falcão, Ministro Homero Santos e Wadjô da Costa Gomide (*in memoriam*), os quais se tornaram edificantes paradigmas no cenário nacional.

Na condição de Chanceler da Insígnia, quero enfatizar o reconhecimento deste Tribunal pelos relevantes serviços prestados ao País por cada um dos agraciados, no desempenho de suas respectivas atividades. Suas magníficas trajetórias e realizações, e vivência heróica de virtudes várias, constituem importante legado para a Nação, que deve ser valorizado e preservado.

Ao cumprimentar especialmente os galardoados, congratulo-me também com o Conselho do Grande-Colar, integrado pelos Ministros titulares deste Tribunal, pela feliz seleção dos nomes contemplados com a Comenda.

Estou certo de que tal iniciativa repercutirá por entre todos quantos acompanham o profícuo labor desta mais que centenária Corte de Contas, tenazmen-

te empenhada na missão de assegurar a regular gestão dos recursos públicos, em benefício da sociedade.

Muito obrigado a todos.

Walton Alencar Rodrigues
Presidente do TCU e Chanceler do Grande-Colar

Retornar ao sumário

2007 | Homenageados

Data da Cerimônia: **24/10/2007**

Carlos Mário da Silva Velloso

Nascimento:
19 de janeiro de 1936,
Entre Rios de Minas, MG.

Diplomado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, assumiu, por concurso público, os cargos de Promotor de Justiça, Juiz Seccional e Juiz de Direito. Exerceu o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos, atual Superior Tribunal de Justiça, e posteriormente foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, Corte que presidiu. É professor emérito da Universidade de Brasília, autor e coautor de vários livros, além de ter inúmeros trabalhos jurídicos publicados.

Eduardo Andrade Ribeiro de Oliveira

Nascimento:
30 de setembro de 1937,
Juiz de Fora, MG.

Advogado, professor, Promotor Público e Magistrado, atuou na advocacia até 1962, quando iniciou carreira de professor na Universidade de Brasília. No ano seguinte, por concurso, ingressou no Ministério Público. Em 1966, entrou para a magistratura do Distrito Federal chegando a Desembargador do Tribunal de Justiça. Em 1985, foi nomeado para o Tribunal Federal de Recursos e, em seguida, Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

José Fernandes Farinha Tavares

Representante:
Ministro Luciano Brandão Alves de Souza

Nascimento:
6 de junho de 1956, Portugal.

Mestre em Ciências Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, assumiu, em 1995, o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas de Portugal. Atualmente é o Diretor-Geral da Instituição. É autor de estudos no âmbito do Direito, além de ter vários livros editados. Coordena, na Corte de Contas Portuguesa, as relações comunitárias e internacionais, e é um entusiasta das relações luso-brasileiras no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Por sua relação amistosa com nosso país, foi homenageado com várias condecorações nacionais, entre elas a da Ordem do Rio Branco.

Aloysio Campos da Paz Junior

Nascimento:
9 de novembro de 1934, Rio de Janeiro, RJ.

Médico e professor, formado pela Universidade do Brasil, é pós-graduado em Ortopedia e Reabilitação pela Universidade de Oxford e Doutor em Ortopedia e Traumatologia pela Universidade de Minas Gerais. Desde 1975, defende o regime de tempo integral e dedicação exclusiva para médicos e profissionais do então Instituto Nacional de Medicina do Aparelho Locomotor – SARAH. Exerce, atualmente, a Presidência da Associação das Pioneiras Sociais e o cargo de cirurgião-chefe da Rede Sarah de Hospitais. Integrou o Conselho Nacional de Saúde, é membro de várias sociedades científicas internacionais e autor de inúmeras publicações.

Confederação Nacional da Indústria

Representante:
Armando Monteiro Neto (Presidente)

Instituição criada em 1938

A Confederação Nacional da Indústria formou-se a partir da iniciativa das federações das indústrias dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, que haviam criado, no início dos anos 30, a então Confederação Industrial do Brasil. Superou desafios ao realizar o planejamento de atividades produtivas e a modernização e diversificação do parque industrial brasileiro. A CNI defende as necessidades e os interesses da indústria nacional.

Oradores

Ministro MARCOS VINICIOS VILAÇA

Em nome do Tribunal

O ato de que todos participamos tem a ver com a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, cujo bicentenário em março próximo com pompa e circunstância há de ser comemorada. É desse tempo a criação do Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens, passando as Ordens de Cristo, São Tiago e São Bento de Aviz a serem conferidas em território brasileiro. E como as Ordens trazidas de Portugal só agraciavam os católicos, D. João instituiu a Ordem da Torre e da Espada para premiar oficiais ingleses que comboiaram os navios da Família Real na viagem para o Brasil.

E não só com pompa e circunstância há de ser comemorada a presença da Corte, também com a necessária revisão histórica a fim de, entre outras

Oradores

coisas, retirar a visão equivocada de D. João VI, um estadista, sempre a aparecer apenas como um bufão, sujo e comilão.

O interesse pelas medalhas teve grande impulso com a presença da Corte no Rio de Janeiro e com a renovação promovida pelos artistas da Missão Francesa.

A medalhística surgida na Itália renascentista dos séculos XV e XVI, como manifestação de pintores retratistas a desenvolverem técnica inovadora, a transposição de traços fisionômicos de nobres da época para discos metálicos, tem no Colar do Mérito do TCU, mecanismo de continuidade do reconhecimento de méritos.

A humanidade vem pleiteando no gesto destas outorgas a eternização de acontecimentos e de personalidades, testemunho que o metal deve transtemporalizar.

Aqui entre nós surgiu por iniciativa do então presidente da Casa, Ministro Valmir Campelo, um homem que costumo carimbar como aquele inclinado aos afetos. Todos nós o seguimos apoiando o que estava no íntimo do projeto Valmir Campelo, ou seja, reconhecer méritos, louvando-os com justiça e ornamentando-os com afeição.

O Colar do TCU, portanto, sequencia disposição dos homens a premiar gestos distinguidos.

Há quem encontre exemplar de condecorações entre faraós, mas não entre gregos. Certamente, entre os romanos. Coroas, cruzes, grã-cruzes, colares, medalhas, todas existiram na trajetória da humanidade e até aparecem em aplicação bem humorada nos esportes. A gente sabe se chamar “medalha” quando se recebe no voleibol forte pancada de bola no peito.

Senhoras, Senhores, distintos homenageados:

Oradores

Não sei de Ministro que não se sentisse honrado em ocupar esta tribuna, coxia e palco das nossas verdades e dos nossos sagrados.

Não sei de Ministro que não se sentisse alegre em falar daqui, dizendo das espessuras dos méritos daqueles a quem homenageamos.

Não sei de Ministro que pudesse desatender ao convite honroso do Presidente da Casa, o criterioso e dinâmico – com alguma coisa de sábio e fraterno – Ministro Walton Alencar Rodrigues, para, sem hiperrealizar ou desrealizar, fazer a proclamação de que este Tribunal não é limite mas fonte de brasilidade.

Estou honrado, alegre, atento.

Graciliano Ramos ensinou que a palavra não foi feita para brilhar, como ouro falso, mas para dizer. Aqui estou para dizer. Dizer pouco, pois sei pouco. Mas dizer o que acho deva dizer.

Machado de Assis, em carta ao grande brasileiro de Pernambuco – Joaquim Nabuco – explicou que o passado é a melhor parte do presente.

E como não é preciso exercitar a paradoxografia, esperamos o tempo e a verdade posto que são eternos, para viver esta hora. Tempo e verdade que fazem desta instituição mais que secular um emblema da exatidão. É tempo de homenagear a verdade de quem sabe fazê-la. Tempo para exatidões.

O TCU troca o individualismo pelo olhar em favor do coletivo. O TCU tem do tempo a noção exata de que não podemos amortalhar o futuro. Por outro lado, o TCU sabe que o cultivo do passado não é um ato passivo de mera preservação, mas um ato criativo. Entre nós há a convicção de que o passado não é para ser repetido, mas para oferecer parâmetros.

Oradores

Retreinamos os olhos para compreender o Brasil pelo momento que passa. O Brasil não pode ser um capítulo de pessimismo. Pode até ser de utopias, pois como haverá progresso sem utopias? Esta é uma riqueza nacional que também construímos, ora em perplexidades, ora em resistências, porque o Brasil não pode ser mero espelho em espelho refletido.

Compreendemos nosso papel de respeitar as individualidades, as liberdades, as igualdades de oportunidade, pois sabemos do nosso dever com o povo.

Prefiro sempre falar de povo, que é a representatividade político-nacional, em vez do termo população, mais adequado à linguagem da geografia. Povo entendido na pluralidade que dá relevo ao brasileiro, prestigiando-o, valorizando-o na diversidade. Povo entendido como destinatário do esforço pela equidade. Não falo de equalitarismo, que isso é teorização ineficiente e ineficaz.

O TCU sabe que é expressão da democracia, sistema que merece desfrute e aperfeiçoamento concomitantes e continuados.

Acreditem todos, o TCU não é uma Casa de brasilcéticos. Não se tolera aqui atitudes de ausência. Respeitamos princípios. Buscamos ideais. Somos realistas na identificação das possibilidades. O TCU não pode ser uma usina de ilusões, nem um depósito de desilusões.

Nosso fazer pode e deve se nortear pela modéstia, pela austeridade, mas, repito, isto não quer dizer tolerar absenteísmos. Temos intimidade com o quotidiano do povo brasileiro, nas suas aspirações pelo crescimento econômico e desenvolvimento social.

O Tribunal tem das contas públicas o sentido do exercício da teoria da qualidade. O Tribunal tem consciência da transcendentalidade da ação do colégio de Ministros, apoiado por um notável quadro técnico. Agimos na constância

Oradores

de atenção ao Ministério Público de que nos orgulhamos. Sabemos que aqui há uma memória histórica a preservar, que estimula e afasta a atonia, que se interessa por impulsos e rejeita a autoflagelação do pessimismo.

Walter Benjamim ensinou que o lembrado é infinito. Pois bem, estamos aqui para lembrar e relembrar. Estamos aqui não para o vivido, que é finito, mas para lembrar, que é infinito.

Ministro Carlos Mário Velloso:

Das bateias de Ouro Preto recolhemos até hoje as pepitas dos ideais dos libertadores. De lá vieram as sementeiras do Estado, como em Guararapes – igualmente escritas em sangue – digitamos o formato da Nação. Nação e Estado. Guararapes e Vila Rica.

Seu DNA, Ministro Velloso, denuncia o patriotismo com que construiu uma história de magistrado, pleno de mineiridade, de mineirismo, mas sem o mínimo traço de mineirice. Magistrado, jurista, homem solidário.

Conheço-o, em amargo coleguismo, sangrando no coração. Compreendi e admirei a busca do estoicismo que se tenta e não se consegue. Nós sabemos um do outro.

Conheço-o no exercício profissional e na cidadania. Só não sei se Vossa Excelência é tão bom tenista como apregoa.

Todo mundo o conhece. Esta Corte em particular tem enorme respeito ao Ministro que leva a vida a ensinar a difícil tarefa de fazer justiça. Nunca se soube de gesto seu que não fosse o da corajosa disposição para fazer e da lúcida disposição para refletir.

Oradores

Professor Campos da Paz:

Não sei se o saúdo na minha condição de hipocondríaco ou de seu admirador. Já tive todas as enfermidades. E quase sempre seus colegas me desmoralizam, declarando-me são e saudável. Deus seja louvado. Mas deixemos de lado os bulários, os diagnósticos e as terapêuticas.

O TCU quer exaltar a qualidade do serviço público que a Rede Sarah executa, sob sua mão de ferro. É verdade. A sua é uma mão de ferro por não fazer concessão à objetividade da escolha feita para servir à cura. Hospital e escola de repercussão internacional, pejados de prêmios, ativos na pesquisa. Enlaçados no bom gosto da arquitetura e do construtivismo moderno que dão boa medida do gosto estético da gestão da Rede. Aliás, extravasado em textos de painéis, publicações, tudo sendo gostoso de ler, ainda que esteja a doer a bursite.

Presidente Armando Monteiro Neto:

Sua origem, ela só já é um curriculum respeitável. Seus avós são a própria imagem do fazer. Armando, o velho, um primor da melhor linhagem açucareira do século XX. Seu outro avô, Agamenon Magalhães, um comprometido até o osso, com causas sociais, em particular nos planos da habitação, do rodoviarismo, do cooperativismo, do ensino técnico. Foi Parlamentar, Governador, Ministro, Professor, Jornalista. Seus pais, Do Carmo, a mãe, determinada, forte, sangue sertanejo, espécie de heroína de Tejucupapo dos tempos atuais. O pai, fiel ao nome, vive armando afetos. Todo o tempo um construtor de amizades e empresas, homem de sangue doce.

Naturalmente modelada nessas características pessoais, sua presidência na Confederação Nacional da Indústria é um modelo impecável de execução de políticas voltadas para o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

Oradores

Ressalto as ações da CNI no plano da educação e da cultura, aliando tradição e modernidade. Tudo se faz com grande eficiência, eficácia e sem desperdícios.

Daqui acompanhamos o que faz a CNI e batemos palmas.

Ministro Eduardo Ribeiro:

Seu colega Nilson Naves, numa solenidade em honra de Vossa Excelência, no Superior Tribunal de Justiça chamou-o de juiz mais que perfeito. Pronto. Disse tudo, ou quase tudo, pois há quem garanta que Vossa Excelência também é um professor de Direito mais do que perfeito.

O traço forte da sua personalidade criativa aponta claramente quando se analisa a sabedoria com que colaborou para a modelagem da Corte Especial que é o STJ. É de todos conhecido o que fez ao tempo da "Comissão Gueiros" e das tratativas com o Relator Egídio Ferreira Lima, na Constituinte de 1986.

Ninguém nesta Casa ignora o que foi a sua presença na Comissão Julgadora do concurso que culminou por integrar ao Colegiado do TCU os nunca suficientemente louvados professores Bento José Bugarin, José Antônio Barreto de Macedo e Lincoln Magalhães da Rocha. Se esse concurso aproximou-o do TCU, que o Colar seja o enlace definitivo a expressar o quanto o respeitamos.

Professor José Tavares:

Que pena não pudesse estar conosco esse português muito estimado, essa admirável figura humana. Homem da modernidade, sem ser modernoso; homem confluente, sem abdicações do fundamental; homem de saberes vários, sem se perder no meramente tópico, capaz de aprofundamentos. Homem compreensivo com o outro. O outro na cultura, o outro na ciência, o outro na convivência. Homem que sabe o que significa ser diferente, ao

distinguir o diferente do contrário. Amigo dedicado do TCU, seu labor em prol do intercâmbio multilateral no campo da lusofonia dá-lhe a titulação de cidadão do mundo. A constância com que celebra tudo aquilo respeitante ao Brasil e aos brasileiros é verdadeiramente comovedora, daí a distinção da República ao lhe conceder a Ordem do Rio Branco.

E como se tudo isto não bastasse é, ademais, um professor universitário e um ser muito bem humorado, de muitas leituras, de fino gosto artístico e de uma bem dosada e algo temida ironia. Aquele tipo de ironia que adverte sem castigar.

Senhor Presidente, senhores Ministros, senhoras, Senhores:

No próximo ano celebraremos o IV Centenário do Padre Vieira. Tomo dele uma frase para terminar porque já é hora de silenciar, ou seja, de calado dizer tudo aquilo que sinto naquilo em que me calo.

Os escolhidos para que recebessem o Colar do Mérito o foram por merecimento. Julgamo-los os melhores entre aqueles excelentes na triagem rigorosa que fizemos. Estamos honrados em que concordassem em comparecer aqui.

Agora, vamos à frase de Vieira, sugestão minha, que bem atentem:

> Não há maior delito no mundo do que ser o melhor. Um grande delito, muitas vezes, achou piedade; a um merecimento nunca lhe faltou inveja.

Pois que sejam invejados é o que queremos.

Marcos Vinicios Vilaça
Ministro

Retornar ao sumário

Oradores

CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO

Em nome dos homenageados

Tribunal de Contas da União, guardião dos dinheiros do povo e vigia das políticas públicas. A outorga do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União e a designação para agradecê-la, em meu nome e em nome do distinto grupo de agraciados, representam dupla honraria. Sejam, pois, as minhas palavras de sincero agradecimento aos eminentes ministros da Corte de Contas do meu país. Cada um de nós, os agraciados, nos sentimos distinguidos e este momento ficará na nossa memória como dos maiores momentos de nossa vida. É que a Medalha, plena de significado, nos é conferida por instituição das mais respeitáveis e respeitadas, responsável pela fiscalização dos dinheiros do povo e pelo aperfeiçoamento e concretização das políticas públicas nacionais.

As palavras do Ministro Marcos Vinicios Vilaça, em nome do Tribunal, saudando-nos, fizeram desta solenidade uma festa da cultura. S.Exa., de reconhecidas virtudes de magistrado é, ademais, notável intelectual, presidente da Academia Brasileira de Letras, a magna Academia. O seu discurso é muito mais do que um discurso, porque é peça literária de fino lavor. Muito obrigado, Ministro Marcos Vinicios Vilaça. Suas palavras nos fizeram felizes.

Aliomar Baleeiro, dissertando sobre esta Corte, registrou que desde a Independência que se reclamava pela sua criação. Projetou-a, em 1840, Manuel Alves Branco. Com a República, foi ela instituída, pelo Decreto 966-A, de 7 de novembro de 1890, de autoria de Rui Barbosa, que assim a justificou, anota Baleeiro: "corpo de magistratura intermediária entre a Administração e a Legislatura", de sorte que haja,

> [...] entre o Poder que autoriza periodicamente a despesa e o Poder que quotidianamente a executa, um mediador independente, auxiliar de um e outro, que, comunicando com a Legislatura, e intervindo na Adminis-

Oradores

> tração seja não só vigia, como a mão forte da primeira sobre a segunda, obstando a perpetração das infrações orçamentárias por um veto oportuno aos atos do Executivo, que direta, próxima ou remotamente, discrepem da linha rigorosa das leis de finanças.[1]

A Constituição de 1891 constitucionalizou-o (art. 81). O Decreto n.º 1.166, de 17.12.1892, efetivou a sua criação. Alves Branco, Serzedelo Correia e Rui Barbosa são os grandes nomes do Tribunal de Contas e Rui Barbosa é considerado o seu patrono e dos Tribunais de Contas dos Estados.

Os bons serviços prestados pelo Tribunal de Contas da União ao país, o fizeram estimado pelo povo e pelas instituições e a Nação semAlpre dispensou alta consideração a esta Corte. Na presidência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, quando recebia a notícia, através dos órgãos administrativos da Casa, de que se encontravam no Tribunal servidores do TCU, em atividade de fiscalização da boa aplicação dos dinheiros públicos a nós confiados, eu me alegrava. E recomendava aos responsáveis pelos órgãos administrativos que recebessem os representantes do TCU com cordialidade e respeito, abrindo-se-lhes os nossos livros e papéis, porque a fiscalização seria benéfica e representava garantia para todos nós. Nunca entendi os motivos por que ainda hoje uma ou outra entidade pública reaja a essa fiscalização.

O relacionamento, aliás, entre o Tribunal de Contas da União e o Supremo Tribunal Federal sempre foi de qualidade superior. Vale lembrar que três ministros da Corte de Contas foram alçados à Corte Suprema e a esta prestaram relevante serviço. Refiro-me aos ministros Viveiros de Castro, Castro Nunes e Octávio Gallotti, que dignificaram o Supremo Tribunal Federal. Este último presidiu, com honra e lustre, a Corte Suprema.

Octávio Gallotti também recebeu o Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União. Do discurso que esse notável juiz proferiu ao agradecer, em seu nome e dos demais agraciados, a honraria, retiro preciosos excertos sobre

[1] BELEEIRO, Aliomar, *Uma Introdução à Ciência das Finanças*, Forense, 13ª edição, revista e atualizada por Flávio Bauer Novelli, pág. 425.

Oradores

esta Corte. A ditadura do Estado-Novo apequenou-a, mas não só a ela, também a todo o Judiciário. Asseverou o ministro Gallotti que:

> [...] emerso das sombras do Estado Novo, o Tribunal de Contas da década de cinquenta (sua última no Rio de Janeiro) já não mais era – salvo na perpetuidade do ideal e da inspiração – o Tribunal de Ruy e de Serzedello.

Todavia, a Constituição de 1946 o fortaleceu e a Lei Orgânica de 1949 (Lei 830, de 23 de setembro) enfatizou a sua competência para o julgamento das contas. Anotou o ministro Octávio Gallotti: "Quando funcionar como Tribunal de Justiça, as decisões do Tribunal de Contas têm força de sentença judicial", solenizava o seu art. 69, inscrito na seção intitulada "Jurisdição Contenciosa". O Brasil era, ainda, o "País dos Bacharéis". A partir de 1964, as Forças Armadas tomaram para si o Poder, mas aos "Técnicos" é que foi entregue o Governo. O Brasil tornara-se, então, "O País dos Economistas". Já não mais se discutia o caráter absoluto ou relativo do veto do Tribunal, nem a medida das crescentes exceções ao registro dos créditos, despesas e contratos: a completa abolição do exame prévio, imolado no altar da celeridade da Administração, foi resultado da exaltada batalha ideológica, consumada pelo advento da Constituição de 1967 e pelo Decreto-lei nº 199 do mesmo ano, entrevero do qual saiu-se bem o Tribunal", lembra o ministro Gallotti, que esclarece que a instituição fortaleceu-se, porque "obteve a inclusão, por emenda parlamentar de sua inspiração, do texto dos quatro últimos dos oito parágrafos do artigo 73" da Carta de 1967, "renumerado para art. 72 pela reforma de l969, obstando, desse modo, a desfiguração da sua competência." A Constituição de 1988 fortaleceu o Judiciário e fortaleceu o Tribunal de Contas da União, conferindo a este importante papel no sistema de freios e contrapesos, anota Gallotti,

> pelo alargamento de sua missão constitucional, acentuada em 1992, pela aprovação da nova Lei Orgânica (a de número 8.443, de 16 de julho de l992).

Oradores

O fortalecimento – benfazejo fortalecimento – do Tribunal de Contas da União ressai do disposto nos artigos 70 e 71 da Constituição de 5 de outubro de 1988. O artigo 70 estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder, determinando o parágrafo único do art. 70 que prestará contas qualquer pessoa, física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie, ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta assuma obrigações de natureza pecuniária.

A disciplina do controle externo está posta no art. 7l, incisos I a XI, §§ 1º a 4º.

Nesse controle externo inclui-se a apreciação das contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que será submetido ao Congresso Nacional; e, o que é digno de nota, o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio, ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público. (C.F., art.71, I e II).

É dizer, da mesma forma que, onde houver alegação de lesão ou ameaça a direito, lá deverá estar o juiz, a fim de curar a lesão ou afastar a ameaça, onde houver dinheiro ou bens públicos, lá deverá estar, cuidando desses dinheiros e desses bens públicos, o Tribunal de Contas.

Extrai-se do texto constitucional, art. 70, que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, será feita com observância dos princípios

Oradores

da legalidade, legitimidade e economidade. Não se trata, portanto, de mera fiscalização formal, mas de fiscalização efetiva, substancial. No que toca ao princípio da legalidade, há de ser observada a feição orgânica desta, que lhe empresta a Lei 4.717, de 1965 – lei disciplinadora da ação popular – artigo 2º, cumprindo ressaltar que o princípio da moralidade administrativa resulta das hipóteses inscritas nas alíneas "c", "d" e "e" do parágrafo único do mesmo artigo 2º[2], princípio da moralidade administrativa que é princípio constitucional (C.F., artigo 37; artigo 5º LXXIII).

No que toca ao julgamento das contas dos dirigentes da administração direta (C.F. art. 71, II), não há dúvida quanto à competência do TCU. A dúvida ocorria relativamente à administração indireta e quanto às empresas públicas e sociedades de economia mista. Nos julgamentos dos MMSS 23.627-DF e 23.875-DF, nos quais fiquei vencido, decidiu o Supremo Tribunal que as sociedades de economia mista ficavam excluídas da fiscalização do TCU. Posteriormente, porém, no julgamento do MS 25.092-DF, de minha relatoria, insisti na tese de que as empresas públicas e as sociedades de economia mista, integrantes da administração indireta, estão submetidas à fiscalização do Tribunal de Contas, não obstante os seus servidores estarem sujeitos ao regime celetista. O Supremo Tribunal Federal, nesse julgamento, reverteu o entendimento anterior, o que foi reiterado no julgamento do MS 25.181-DF.

Desta forma, ficou assentado, pelo Supremo Tribunal Federal, que as empresas públicas e as sociedades de economia mista estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas.

Fortaleceu-se, portanto, a competência da Corte de Contas, que tem se esmerado no exercício dessa atribuição. O êxito deve-se aos seus ministros e auditores, ao Ministério Público junto ao Tribunal, hoje chefiado criteriosamente pelo Procurador-Geral Lucas Furtado, e aos servidores da Corte, todos concursados e de alto nível profissional.

[2] LIMA, Cíntia Zaira Messias de, Moralidade Administrativa: Conceito e Controle. In: *Sociedade democrática, direito público e controle externo*, Souza Júnior, José Geraldo de, organizador, TCU e UnB, 2006, págs. 67-84.

Oradores

Senhor Presidente, Senhores Ministros, Senhoras e Senhores. É tempo de terminar esta fala, que já vai longa. Ao fazê-lo, reiteramos a nossa gratidão à Corte. Agradecemos, também, a todos os que nos distinguiram com a sua presença, nesta sessão.

Permitam-me uma última reflexão.

Numa solenidade havida no Tribunal Superior Eleitoral, o então Ministro Costa Porto evocou passagem da vida de Napoleão. Este, no dia que antecedeu à batalha de Austerlitz, foi a sua casa de campo, nos arredores de Paris, a Malmaison. Lá, ao anoitecer, divisou, entre as árvores, uma estrela e logo imaginou que seria ela a guia de seu destino.

A vitória sorriu-lhe em Austerlitz. Tempos depois, véspera de Waterloo, à noite, na Malmaison, Napoleão não conseguiu ver a sua estrela. Waterloo representou a sua ruína.

No barco que o levou ao exílio na Ilha de Santa Helena, narrou o ocorrido ao comandante, indagando: por que não vi a minha estrela? Não era o mesmo céu, respondeu-lhe o comandante. O tempo era outro, Austerlitz foi em dezembro, Waterloo em junho.

Minhas senhoras e meus senhores. No futuro, quando for outro o tempo e outra a estação, que este momento e que esta comenda, carregados de significado, a nossa estrela, não se apaguem nunca.

Assim seja.

Carlos Mário da Silva Velloso

Oradores

Presidente WALTON ALENCAR RODRIGUES

Na qualidade de Presidente do Tribunal de Contas da União e de Chanceler da Insígnia do Grande Colar, compete-me dizer algumas e breves palavras.

Pela quinta vez consecutiva, tem esta Corte a honra de descerrar os seus portais para receber as personalidades a quem outorgou o seu Grande-Colar do Mérito. Desta feita, nunca é demais menciona-los, os laureados foram o Ministro Carlos Mário Velloso, do Supremo Tribunal Federal; o Ministro Eduardo Ribeiro, do Superior Tribunal de Justiça; o Juiz-Conselheiro José Tavares, do Tribunal de Contas de Portugal; o Doutor Campos da Paz, da Associação das Pioneiras Sociais, e a Confederação Nacional da Indústria, representada por seu presidente Armando de Queiroz Monteiro Neto.

Nesta solene oportunidade, gostaria de enfatizar a cada um dos agraciados, mais uma vez, o reconhecimento deste Tribunal e do País, pelos relevantes serviços prestados, no desempenho de suas respectivas atividades. Suas trajetórias de vida e realizações, e vivência heróica de virtudes várias, constituem importante exemplo e legado para a Nação, que deve ser reconhecido, valorizado e preservado.

Exatamente por isso, instituiu o Tribunal de Contas da União o Grande-Colar do Mérito, para conferi-lo a personalidades e a instituições tais que sobremodo se destacaram, nas várias áreas do conhecimento humano, na realização do bem comum, pelo profundo sentimento de cidadania, aplicado ao desenvolvimento moral do País.

Nesse sentido, desde a sua criação, a comenda se confere com os rigores de claustro e proceder de seita antiga. Premia-se e homenageia-se – é bom que se diga – a pessoa do agraciado e não o cargo outrora exercido. A homenagem é pessoal e não institucional. E o objeto é altaneiro, de justiça e de razão.

Oradores

E ao galardoá-los, o Plenário do Tribunal de Contas da União sente-se muito especialmente honrado, por atender a essência dos objetivos que embasaram a criação da restritíssima comenda, premiar méritos excepcionais e expor o exemplo e a vida de autores de relevantes contribuições à pátria e ao controle externo.

Estou certo de que esta iniciativa repercute por entre todos quantos acompanham, com descortino elevado, o esforçado labor desta mais que centenária Corte de Contas, seriamente empenhada na missão de assegurar a regular gestão dos recursos públicos, em benefício da sociedade.

Walton Alencar Rodrigues
Presidente do TCU e Chanceler do Grande-Colar

2008 | Homenageados

Data da Cerimônia: **05/11/2008**

Assista aqui: Vídeo da Cerimônia 2008

José Carlos Moreira Alves

Nascimento:
19 de abril de 1933,
Taubaté, SP.

Advogado, professor e magistrado, formou-se pela Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, onde obteve o grau de doutor em Direito Privado. Lecionou em várias faculdades do Rio de Janeiro e de São Paulo, publicou inúmeras obras e participou de congressos e comissões, inclusive a encarregada de elaborar o anteprojeto do Código Civil. Foi de chefe de gabinete do Ministro da Justiça a Procurador-Geral da República. Ministro do Supremo Tribunal Federal, presidiu a Corte e, nesta qualidade, exerceu a Presidência da República em 1986, em substituição ao Presidente José Sarney. Presidiu, também, o Congresso Nacional, tornando-se o único brasileiro a exercer a chefia dos três poderes.

Célio de Oliveira Borja

Nascimento:
15 de julho de 1928,
Rio de Janeiro, RJ.

Célebre jurista brasileiro, o Ministro do Su-premo Tribunal Federal é doutor em Ciências Jurídicas e Sociais e Livre Docente de Direito Constitucional pela Universidade do Estado da Guanabara, hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde também cursou Sociologia e Psicologia. Autor de várias publicações jurídicas, exerceu o magistério em instituições de renome, entre as quais o Instituto Rio Branco, e foi reitor da Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro. Foi Secretário de Estado, Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro da Justiça e Presidente do Superior Tribunal Eleitoral. Nomeado pelo papa João Paulo II, foi também membro do Pontifício Conselho de Cultura.

Ministro Adhemar Paladini Ghisi *(post mortem)*

Representante:
Sônia Ghisi (Esposa)

Nascimento:
24 de dezembro de 1930, Braço do Norte, SC.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, foi Deputado Estadual e Federal por Santa Catarina. Incentivador da pesquisa e dos debates sobre temas sociais, ajudou a estabelecer renomadas fundações e institutos. Como Ministro do Tribunal de Contas da União, presidiu a Casa no centenário de sua criação, com participação fundamental na reformulação da sua lei orgânica, para harmonizá-la com as novas competências trazidas pela Constituição Cidadã de 1988. Exerceu ainda a função de Secretário-Geral da Comissão Mista de Cooperação dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa.

Ministro Arnaldo da Costa Prieto

Nascimento:
13 de fevereiro de 1930, São Francisco de Paula, RS.

Engenheiro Civil, pós-graduado em Teoria e Programação do Desenvolvimento Econômico pela Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul e professor de Topografia da Pontifícia Universidade Católica daquele Estado. Eleito Vereador e, por três legislaturas, Deputado Federal, assumiu vários cargos públicos, como Secretário de Estado do Trabalho e da Habitação, Ministro do Trabalho e da Previdência Social, diretor do Banco Nacional da Habitação e Ministro do Tribunal de Contas da União.

Antônio Carlos Konder Reis

Representante:
Senador Raimundo Colombo

Nascimento:
16 de dezembro de 1924,
Itajaí, SC.

Advogado, economista, museólogo e escritor, foi Secretário da Fazenda de seu Estado, Deputado Estadual e Federal, Senador, Vice-Governador e Governador de Santa Catarina. Seu lema era "Governar é encurtar distâncias", referindo-se às distâncias sociais e econômicas e priorizando a construção de estradas. Relator-Geral da Constituição de 1967 e Relator da Constituição de 1988, integra o restrito rol de brasileiros que tiveram o privilégio de participar de três parlamentos constituintes, pois também fora Deputado Estadual Constituinte em 1947.

Arthur Moreira Lima

Representante:
Francisco Cortez

Nascimento:
16 de julho de 1940,
Rio de Janeiro, RJ.

Músico, considerado uma das mais importantes personalidades da nossa cultura, projetou-se internacionalmente no Concurso Chopin de Varsóvia. Começou a estudar piano aos seis anos e, já aos nove, tocava um concerto de Mozart com a Orquestra Sinfônica Brasileira. Com o projeto "Um Piano pela Estrada", desde 2002 tem levado concertos a mais de meio milhão de pessoas.

Confederação Nacional do Comércio

Representante:
Bernardo Cabral

Instituição criada em 1945.

Atualmente denominada Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, a CNC é uma entidade sindical que representa os direitos e interesses dos quase cinco milhões de empreendedores do setor terciário de todo o Brasil. Fundada há mais de 60 anos, é responsável pela administração de um dos maiores e mais eficientes sistemas de desenvolvimento social do mundo, formado por Sesc (Serviço Social do Comércio) e Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). Sua presença e atuação em todo o território brasileiro lhe permite contribuir efetivamente para o desenvolvimento do país.

Oradores

Ministro UBIRATAN AGUIAR

Em nome do Tribunal

Felizes são aqueles que podem volver seu olhar para o passado, contemplar suas realizações, ver o bem que semeou, enxergar suas mãos ajudando o semelhante, ser exemplo de cidadão na correção dos atos, na imparcialidade das decisões e no compromisso com o seu país.

Felizes são aqueles que professam o apostolado da família, fincam os alicerces de uma Nação justa e solidária, apostam no desenvolvimento econômico ancorado no crescimento social.

Felizes, portanto, são aqueles que granjeiam o respeito de seus concidadãos mercê de sua conduta retilínea, por inocular seus atos com os fundamentos da ética e da moral, engrandecendo seu chão por atos plenos de humanismo.

Oradores

Senhores agraciados:

A escolha de Vossas Excelências para receber o Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União decorre de análise criteriosa do Conselho da Ordem, orientada pela mesma independência e rigor com que esta Corte julga as contas dos administradores públicos.

A competência, a virtuosidade, as produções jurídicas, literárias e artísticas foram objeto de nosso exame. Porém, algo mais sublime mereceu o foco de nossa visão: a soma da razão e do sentir, a grandeza presente na humildade dos gestos, na imutabilidade da pessoa, independentemente dos cargos ou funções que ocupa.

Não buscamos os que detêm o cetro do poder ou a força da atividade no exercício do múnus público, mas os que continuam presentes como exemplo, farol e norte em nosso comportamento.

Enxergamos o proceder nas adversidades, a firmeza nos momentos de conflito e chegamos à conclusão escrita por Martin Luter King de que

> A verdadeira medida de um homem não é como ele se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas como se mantém em tempos de controvérsia e desafio.

Falar sobre os homenageados é abrir as páginas da história, recolher exemplos, acreditar na vida e ter esperanças no amanhã.

Começo com a saudade enraizada dentro d'alma daquele a quem tive a honra de suceder na cadeira que ocupo nesta Corte. Poderia discorrer sobre o parlamentar que ilustrou Santa Catarina na Assembleia Legislativa e no Parlamento Federal. O Ministro Adhemar Paladini Ghisi, advogado formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, foi

Oradores

um humanista que vestiu e honrou a toga na excelência dos votos e na seriedade dos julgamentos.

Todavia, desejo nesta hora ressaltar que a Comenda concedida *post mortem* a Adhemar Paladini Ghisi traduz o respeito, a admiração e a gratidão desta Corte ao homem público probo, que soube dignificá-la como Ministro e Presidente.

Na pessoa de D. Sônia, o Ministro Ghisi se faz presente nesta solenidade e recebe a merecida condecoração.

Também com passagem por esta Casa, Arnaldo da Costa Prieto tem sua trajetória assinalada pelo exercício de diversos cargos públicos, dentre eles os de Secretário Estadual e Ministro de Estado, atuando na pasta do Trabalho e da Previdência Social. Prestou inestimável contribuição em diversas legislaturas, com atuação de relevo na Assembleia Nacional Constituinte. Engenheiro graduado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, logo tornou-se mestre, exercendo a docência na Escola de Engenharia da Pontifícia Universidade Católica de sua terra natal. Abrilhantou este Tribunal com profícua atuação no período de 1979 a 1986. Este é nosso reconhecimento ao seu talento e dedicação postos em tudo o que se propôs a realizar. E foram numerosas suas realizações.

Retorno a Santa Catarina, origem das melhores expressões de cidadania, berço de Antônio Carlos Konder Reis. Advogado, economista, museólogo e homem de vasta cultura, percorreu o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. Foi vice-governador e governador de seu Estado por duas legislaturas. A este exemplar constituinte, o Tribunal de Contas da União muito deve por seu incansável apoio como relator do capítulo em que foram escritas as competências e as prerrogativas do Órgão incumbido de promover o controle externo. Da lavra de Antônio Carlos Konder Reis foi a criação do Ministério Público de Contas, que tantos e inestimáveis serviços tem prestado.

Oradores

O vínculo do eminente agraciado com o Tribunal está nas raízes, na seiva que alimenta a atuação de todos que o compõem.

Volto o olhar para nosso cenário cultural para de lá, entre os inúmeros expoentes, trazer o consagrado pianista Arthur Moreira Lima.

Nascido no Rio de Janeiro, Arthur Moreira Lima começou a estudar piano aos seis anos e já aos nove tocava um concerto de Mozart com a Orquestra Sinfônica Brasileira. Seus mestres foram Lúcia Branco, do Rio de Janeiro, Marguerite Long, de Paris, e Rudolf Kehrer, do Conservatório Tchaikovsky, de Moscou. Deriva dessa formação e de seu talento inigualável a consagração internacional e a conquista de prêmios nos Concursos Chopin, de Varsóvia, de Leeds, Inglaterra, e Tchaikovsky, em Moscou.

A crítica mundial o considera extraordinário intérprete do grande repertório romântico e não tem poupado elogios à beleza de sua sonoridade e ao seu grande virtuosismo.

Desde 2002, numa iniciativa admirável, viaja pelo Brasil a bordo de um caminhão-teatro, concebido por ele mesmo, com o propósito de divulgar a música erudita junto a uma população que dificilmente teria acesso a um espetáculo desse porte.

A permanente inquietação e a valorização que dá à nossa cultura fazem de Arthur Moreira Lima o mais popular, versátil e completo dos intérpretes clássicos brasileiros.

A Confederação Nacional do Comércio recebe esta distinção por sua importância para desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Além de representar os direitos e os interesses dos quase 5 milhões de empreendedores do comércio de bens, de serviços e de turismo de todo o Brasil,

Oradores

é responsável também pelo Sesc e pelo Senac, gerando benefícios em educação, alimentação, saúde, cultura, esporte e lazer para mais de 20 milhões de brasileiros por ano.

Receba a CNC, na pessoa do eminente Senador Constituinte Bernardo Cabral, relator geral de nossa Carta Magna e Ex-ministro da Justiça, nosso reconhecimento a tão relevante contribuição à sociedade brasileira.

Ministro José Carlos Moreira Alves, Vossa Excelência é a síntese do cidadão, da referência e símbolo do qual a sociedade necessita.

Graduado pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, dois anos após, dela recebia o título de Doutor em Direito Privado. Dedicou-se ao magistério e à advocacia, havendo participado da Comissão que elaborou o anteprojeto do Código Civil. Procurador-Geral da República, Ministro do Supremo Tribunal Federal, exerceu sua presidência no biênio 1985 a 1987, havendo legado à Nação brasileira uma atuação firme e serena em defesa da segurança jurídica, preservando a estabilidade nas relações sociais, em respeito ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada.

Presidiu o Congresso Nacional nos dias 1º e 2 de fevereiro de 1987, quando da sessão de instalação da Assembleia Nacional Constituinte, e na Sessão em que elegeu o Deputado Ulysses Guimarães seu presidente. Assumiu a Presidência da República em um dos afastamentos do presidente José Sarney, em 1986. Jurista respeitado, magistrado que pontificou pela excelência dos votos prolatados, o Ministro José Carlos Moreira Alves é o único brasileiro a haver ocupado a presidência dos Três Poderes da República.

Do Supremo Tribunal Federal, mais alta Corte do País, celeiro de renomados juristas, fomos buscar Célio de Oliveira Borja. Bacharel e doutor em Ciências jurídicas e sociais; professor catedrático de Direito Constitucional da Faculdade Cândido Mendes, da qual foi fundador, e da Faculdade de Direito da

Oradores

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Parlamentar estadual e federal, mercê de seu talento, ocupou a Presidência da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados da qual, com a habilidade e a segurança que o momento exigia, a conduziu no biênio 1975-1976.

Sua identidade com o Tribunal de Contas da União remonta ao momento histórico de seu pronunciamento, à época na condição de Ministro da Justiça, quando da solenidade de sanção da Lei Orgânica do TCU, realizada no Palácio do Planalto, em 17 de julho de 1992. Na oportunidade registrou:

> O projeto que, agora, se converte em lei teve origem no próprio Tribunal de Contas da União, servindo, então, como coordenador dos trabalhos preparatórios, o Exmo. Sr. Ministro LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA, a quem coube relatar, igualmente, as emendas e sugestões ao anteprojeto que ele, ainda uma vez apresentara.
>
> Vê-se, pois, Senhor Presidente, que o Brasil que deseja irrepreensíveis padrões de moralidade no trato do patrimônio público, do Erário e dos serviços do Estado, confia à nobre Instituição, que é o Tribunal de Contas da União, os meios para que tão alto propósito se alcance.
>
> A serenidade, a isenção e imparcialidade, o caráter forte para resistir a quaisquer pressões, até mesmo às que pretendem interpretar a opinião pública, o cuidado com a honra e a intimidade das pessoas – hoje elevada a privacidade à categoria de direito público subjetivo de nacionais e estrangeiros [...] – todos esses nobilíssimos atributos hão de exornar os Ministros do Tribunal de Contas, ao qual a Nação brasileira confia tão importante parcela de poder e tão elevada autoridade.

As palavras do Ministro Célio Borja representam seu apreço e reforçam a importância de que reveste a Corte de Contas no controle dos gastos públicos.

Oradores

Concluímos como iniciamos: Com a alegria de estarmos galardoando eminentes brasileiros e uma instituição que se tornaram credores do respeito e da admiração do povo brasileiro e que escreveram nas páginas de nossa história lições de cidadania e de justiça social, fortalecendo o Estado Democrático de Direito.

A conduta mostrada ao longo dos anos, os valores do espírito se sobrepondo aos da matéria, os tornaram dignos do nosso respeito. Goethe já afirmava: "O comportamento é um espelho no qual cada pessoa exibe sua própria imagem."

Nossos condecorados, em razão de tudo o que têm realizado em favor do país, são exemplos que merecem ser realçados, pois, ao redigirmos uma síntese de seus currículos, observamos que eles tornaram efetivas as palavras de Bill Milton, quando disse: "Faça seus dias valerem as lembranças".

As lembranças de tudo o que construíram marcam de forma indelével a alma e o coração da gente brasileira.

Ubiratan Aguiar
Ministro

JOSÉ CARLOS MOREIRA ALVES

Em nome dos homenageados

Na qualidade de Chanceler da insígnia do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, convidou-me o ilustre Presidente desta Corte, o Exmo. Sr. Ministro Walton Alencar Rodrigues, para fazer o agradecimento em nome dos ora agraciados com essa comenda instituída pela Resolução TCU 160/2003 com o escopo de galardoar personalidades, nacionais e

Oradores

estrangeiras, que por seus méritos excepcionais e relevante contribuição ao País, tenham-se tornado merecedoras de especial distinção.

Embora a ideia da criação, no Brasil, de um Tribunal de Contas tivesse surgido em 1826, quando o Visconde de Barbacena apresentou ao Senado do Império projeto de lei que o criava, e, pouco depois, José Ignácio Borges propôs, como emenda a esse projeto, que o Tribunal fosse constituído por homens probos e inteligentes, e devesse ter mais independência do que teria aquele, devendo denominar-se Tribunal de Exame de Contas, as opiniões se dividiram entre os que defendiam que as contas públicas deveriam ser examinadas por um órgão independente como seria um Tribunal de Contas e os que sustentavam que o controle das contas públicas deveriam permanecer com as autoridades que as realizavam.

Nessa discussão que se estenderia, dentro e fora do Parlamento, até a queda do Império, destacaram-se vozes como a de Bernardo Pereira de Vasconcelos que dizia, em 1830, esperar que a Câmara julgasse indispensável um Tribunal de Contas para examinar o balanço da receita e despesa do Estado; mais tarde, em 1835, a de Manoel do Nascimento Castro e Silva que se manifestava no sentido de que era conveniente ao interesse do País e à boa ordem da Fazenda Nacional a criação de um Tribunal ou repartição especial de contas independente do Tesouro e só responsável ante a Assembleia Geral ao qual seja cometida a revisão e com o que se instituiu o sistema de controle externo delas pelo Congresso Nacional com o auxílio dessa Corte.

Já a Constituição de 1988 ampliou substancialmente a competência do Tribunal de Contas da União, atribuindo-lhe poderes para, em auxílio do Congresso Nacional, exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e da Administração Direta e Indireta, no que concerne à legalidade, à legitimidade e à economicidade da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas, bem como ampliou o rol das pessoas com o dever de prestar contas.

Oradores

Em junho de 1992, o Ministro Ewald Sizenando Pinheiro, dissertando sobre a configuração jurídica do Tribunal de Contas em face da Constituição de 1988, assim resumiu a posição dele e sua atuação desde que foi instalado:

> O Tribunal de Contas, de ontem e de hoje, é o guardião incontestável da moralidade administrativa, da probidade na administração e do controle efetivo da aplicação dos dinheiros públicos, pela excelsa posição que ostenta, m face da Constituição. Sua atuação há de ser sempre ético-jurídica e se tem caracterizado, ao longo desse quase um século de existência efetiva, pela verticalidade das suas decisões tomada invariavelmente com independência, integridade, isenção, espírito público e firmeza, com obstinada dedicação na defesa do patrimônio público.

Essas palavras permanecem plenamente atuais. E é por essa razão, se por outras não fosse, que os agraciados com a comenda, que ora lhes é conferida, ficam desvanecidos pela honraria que ela representa, e agradecem a sua outorga.

José Carlos Moreira Alves

Presidente WALTON ALENCAR RODRIGUES

Em vista da solenidade desta sessão, após as orações do Ministro Ubiratan Aguiar, representando o Tribunal, e do Ministro Moreira Alves, em nome dos agraciados com o grande colar do mérito do TCU, por indeclinável dever de justiça, gostaria eu também de reiterar algumas brevíssimas considerações.

Inicialmente, não poderia também deixar de enaltecer os méritos excepcionais de todos os agraciados, que prestaram, durante toda a vida pública, re-

Oradores

levantes serviços à coletividade, reconhecidos, também por esta Casa, com a entrega da restritíssima comenda.

E mais uma vez, na condição de Chanceler da Insígnia, quero enfatizar o sincero reconhecimento deste Tribunal, pelos exemplos de dedicação e trabalhos prestados ao País, no desempenho de suas respectivas atividades.

As especialíssimas trajetórias e realizações profissionais, a vivência heróica de virtudes várias, uma vida indene de quaisquer questionamentos, tudo constitui importante legado para a Nação, que deve ser valorizado, preservado e reconhecido. E é este exatamente o nosso objetivo com a entrega da comenda.

E a comenda é entregue por serviços prestados, a pessoas e instituições de honra e patriotismo inatacáveis, embora o virtuosismo dos agraciados permita-lhes sempre continuar a contribuir ao País com idéias, experiências e serviços.

Ao cumprimentar muito especialmente aos galardoados, congratulo-me também com o Conselho do GrandeColar, integrado pelos Ministros deste Tribunal, pela feliz seleção dos nomes contemplados.

Estou certo de que tal iniciativa repercutirá por entre todos quantos acompanham o profícuo labor desta mais que centenária Corte de Contas, tenazmente empenhada na missão de assegurar a regular gestão dos recursos públicos, em benefício da sociedade.

Muito obrigado a todos.

Walton Alencar Rodrigues
Presidente do TCU e Chanceler do Grande-Colar

2009 | Homenageados

Data da Cerimônia: **04/11/2009**

Assista aqui: Vídeo da Cerimônia 2009

Ari Cunha

Representante:
Raimundo Pontes Cunha Neto (Filho)

Nascimento:
22 de junho de 1927, Mondubim, CE.

José de Arimathéa Gomes Cunha é jornalista, não somente por profissão, mas por paixão. Começou a trabalhar aos 16 anos na revisão da "Gazeta de Notícias". Além de revisor, foi diagramador, redator, repórter, editorialista, colunista e editor. Conviveu com grandes políticos e jornalistas de renome, como Carlos Lacerda, Joel Silveira, Heráclito Sales, João Mangabeira, Café Filho e Juscelino Kubitschek. É Vice-Presidente do Correio Braziliense, jornal que viu nascer com a própria história da nova capital.

Bibi Ferreira

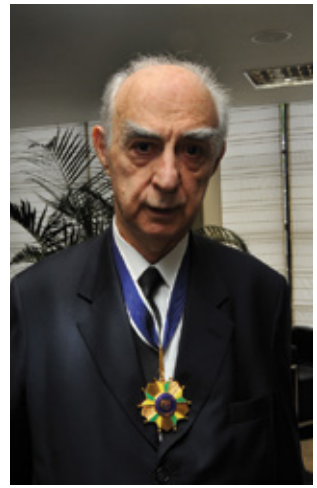
Nascimento:
10 de junho de 1922, Rio de Janeiro, RJ.

Atriz, cantora, diretora e compositora, Abigail Izquierdo Ferreira, estreou, aos três anos, na Companhia de Teatro Velasco, no Chile, tendo o espanhol por seu primeiro idioma. Aos 14 anos já integrava o Corpo de Baile do Teatro Municipal do Rio de Janeiro e, aos 19 anos, protagonizou Mirandolina, na comédia *La Locandiera*, de Goldoni, marco inicial de sua trajetória profissional. Pouco depois abriu sua própria companhia, reunindo alguns dos nomes mais importantes do teatro brasileiro. Em sua passagem pela televisão, comandou vários programas como Brasil 60, na TV Excelsior, e Bibi Especial, na TV Tupi, além do "Curso de Alfabetização para Adultos", que lhe rendeu o prêmio de Melhor Comunicadora no Festival Internacional da Cultura em Tóquio.

Cláudio Salvador Lembo

Nascimento:
12 de outubro de 1934,
São Paulo, SP.

Professor, político, acadêmico, escritor e advogado. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e doutor em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, é também professor titular de Direito Constitucional e de Direito Processual Civil do Mackenzie. Exerceu os cargos de Secretário dos Negócios Extraordinários do Estado de São Paulo, Secretário de Negócios Jurídicos e Secretário de Planejamento da prefeitura de São Paulo, além de haver assumido, em diversas ocasiões, o cargo de Prefeito. Foi assessor do Vice-Presidente e Vice-Governador do Estado de São Paulo, tendo assumido, em 2006, a titularidade daquela unidade federativa.



Fundação Gilberto Freyre

Representante:
Sônia Maria Freyre Pimentel

Instituição criada em 1987.

Instituída na Vivenda Santo Antonio de Apipucos, na capital pernambucana, e transformada em fundação em março de 1987, a Fundação Gilberto Freyre tem como missão contribuir para o desenvolvimento político-social, científico-tecnológico e cultural da sociedade brasileira tendo como referencial a obra Freyriana e sua influência para a compreensão e interpretação da realidade nacional, na perspectiva da superação das desigualdades sociais. O complexo educacional abrange centro de documentação, espaço cultural, casa-museu e sítio ecológico, além de disponibilizar amplo acesso a documentos e coleções especiais, iconográficas e audiovisuais, não só do autor de "Casa-Grande e Senzala", mas também dos escritores Mário Souto Maior e José Antonio Gonsalves de Mello.

Ministro Marcos Vinicios Vilaça

Nascimento:
30 de junho de 1939,
Nazaré da Mata, PE.

Recebeu a comenda em data posterior na Presidência do Tribunal

Advogado, jornalista, professor, ensaísta e poeta, o pernambucano é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, onde também fez mestrado. Autor de livros editados no Brasil, Itália, França, Inglaterra e Venezuela, é membro da Academia Brasileira de Letras, da qual foi Presidente no biênio 2006/2007. Também integra as academias Pernambucana e Brasiliense de Letras, é correspondente da Academia de Ciências de Lisboa e membro associado do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional. Foi Secretário Particular do Presidente da República, Presidente da Fundação Legião Brasileira de Assistência, Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória do Ministério da Cultura, membro do Conselho Diretor da Fundação Joaquim Nabuco e Presidente da Fundação Nacional de Arte. Presidiu o Tribunal de Contas da União nos anos de 1995 e 1996.

José Alencar

Nascimento:
17 de outubro de 1931,
Muriaé, MG.

José Alencar Gomes da Silva desde cedo aprendeu o significado de "emancipação". De balconista a comerciante, de atacadista a industrial, seu perfil empreendedor resultou na fundação da Companhia de Tecidos Norte de Minas, um dos maiores grupos industriais têxteis do País. Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria, passou à vida pública como Senador pelo Estado de Minas Gerais, sendo, alguns anos depois, eleito Vice-Presidente da República por dois mandatos consecutivos.

Oradores

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Em nome do Tribunal

Na qualidade de Chanceler da insígnia do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, instituída pela Resolução TCU 160, em abril de 2003, designou-me, para saudar, em nome da Corte, os ora agraciados com a Comenda, voltada ao objetivo de prestigiar personalidades que, por seus méritos excepcionais e relevante contribuição para o País, tenham-se tornado lidimamente merecedoras da especial distinção.

A Condecoração foi criada na esclarecida gestão do Ministro Valmir Campelo, hoje decano do Tribunal, exatamente com esse propósito altaneiro de louvar méritos, fazer justiça, rememorar histórias de algumas poucas personalidades maiores que já muito ofereceram ao País e cujos exemplos ornamentam,

Oradores

em searas diversas, ações heroicas de virtude que devem se eternizar e compor o ideário das gerações vindouras.

Este, exatamente, Srs. Agraciados, o propósito da Láurea, em solene, mas singela homenagem, galardoar ilustres brasileiros, merecedores da lembrança, dos aplausos e da admiração de uma Corte que busca, antes de tudo, nos limites democráticos de seus poderes constitucionais, cumprir os seus deveres, prestar serviços, ser real servidora do País, apresentando estudos, materializados em julgamentos, auditorias, fiscalizações úteis à erradicação de deficiências da Administração Pública e de problemas derivados do patrimonialismo, consistentes na absorção do público pelo privado, que ainda existem entre nós, como ervas daninhas, entranhadas em tanta coisa boa, em terreno tão fértil e receptivo, com tantas perspectivas grandes, a animar-nos cada vez mais com a relevância do nosso trabalho de fiscalização, dos resultados que obtemos e da ação prospectiva reformadora do controle externo.

O Colar do Mérito do TCU enquadra-se exatamente nesse contexto de homenagem que fazemos aos que distinguimos e admiramos. E aos distinguidos e admirados Agraciados, o nosso eterno respeito pela espessura de seus méritos e exemplos. A palavra grassa; o exemplo marca, como ferro quente indelével.

E por tudo isso, o nosso gesto traduz especial agradecimento a cada um dos i. Agraciados, por tudo o que fizeram e fazem, tornando o Brasil um País cada vez mais digno, solidário e respeitado.

Vice-Presidente da República José Alencar.

Mesmo em breve resumo de sua biografia, Sr. Presidente, torna-se patente o seu merecimento, o seu exemplo e o por que da irrestrita admiração que desperta em todos nós brasileiros.

Oradores

Já há desde longe, o decano Ministro Valmir Campelo nos revelava, com admiração, fatos marcantes da sua biografia, que sabiam bem da amizade amena que sempre viveram e mostravam toda a fortaleza da sua convicção de servir com que sempre agiu. E isso tornou V. Exa., de certa forma, mais estimado e conhecido de perto.

Aos 14 anos de idade, V. Exa. já mostrava todo o seu férreo amadurecimento, ao decidir deixar a casa de seus pais, para trabalhar de balconista, numa loja de armarinhos de Muriaé. Pouco depois, mudou-se para Caratinga, onde continuou a trabalhar de balconista. Aos 18 anos, emancipado, estabeleceu-se como comerciante, com a lojinha "A Queimadeira", nome sugerido pelo senhor Lopes, viajante português, sob o curioso argumento de que "se fosse bar, seria Bar Cristal; mas não é bar, então é "A Queimadeira", porque vai vender barato..."! E, de fato, conquistou o mercado local, pela qualidade dos produtos e seriedade do proprietário.

José Alencar conhece bem o Brasil e o tem no sangue. Foi viajante comercial, atacadista de cereais, dono de fábrica de macarrão, atacadista de tecidos, até tornar-se o nosso maior industrial de confecções. E sempre a usar essa experiência em favor do Brasil.

Em 1967, em Montes Claros, fundou a Coteminas, hoje um dos maiores grupos industriais têxteis do País, com unidades, em quatro Estados e na Argentina. As 12 fábricas abastecem o mercado interno, os Estados Unidos, a Europa e países do Mercosul.

Na condição de empresário, foi Presidente da Associação Comercial de Ubá, Diretor da Associação Comercial de Minas, Presidente do Sistema Federação das Indústrias e Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Obstinado em servir, colocou a sua experiência a serviço de Minas e do Brasil, candidatando-se ao Palácio da Liberdade, em 1994, e inovando a campanha

Oradores

eleitoral com postura de elevado sentido ético e de pregação cívica. Em 1998, colocou seu nome como candidato ao Senado, elegendo-se com três milhões de votos. Em 2002, compôs a chapa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, elegendo-se e reelegendo-se Vice-Presidente da República.

Por sua incansável atividade, em favor de todo o País, recebeu inúmeros títulos e condecorações. É casado com a Sra. Mariza Campos Gomes da Silva, também incansável trabalhadora das boas causas e o anjo bom e vigilante que sobre ele paira. Têm três filhos: Josué Christiano, Maria da Graça e Patrícia.

Sr. Presidente José Alencar, esteja certo de nosso sincero apreço e admiração, pelo que representa, como homem público, de ética e seriedade exemplar, e pelo que faz, em seu muito elevado posto, em favor do Brasil e do seu povo.

E mais, o País inteiro acompanha, comovido e confiante, a corajosa luta que trava, com fé, pelo restabelecimento pleno de sua saúde.

Muito grato, Sr. Presidente, gratíssimo, pelo seu exemplo.

A Bibi Ferreira, ou Abigail Izquierdo Ferreira, Deus lhe pague, Bibi! Aprendi, graças a você, gostar de teatro, com você, vendo Piaf, em Brasília, no Teatro Nacional. Estudava, então, o adiantado de francês, mas o seu francês, Bibi, era algo de legítima parisiense. Você então me encantou e me encanta, como, bem recentemente, em Teatro do *shopping* da Gávea, na peça "Às Favas com os Escrúpulus".

Não é para menos! Bibi é filha do talentosíssimo ator, diretor de teatro e dramaturgo Procópio Ferreira e da excelente bailarina espanhola Aída Izquierdo. Começou a trabalhar ainda mais cedo que o Vice-Presidente José Alencar. Ao nascer, Bibi estreou; mas só começou realmente a trabalhar aos 24 dias de vida, na peça Manhãs de Sol, tomando o lugar de uma boneca que, pouco

Oradores

antes do início do espetáculo, desaparecera. Nessa oportunidade, recebeu Bibi os primeiros aplausos e, a partir daí, jamais parou.

Das lembranças do Teatro Cassino Beira Mar, com seu pai Procópio Ferreira, de lá a tocar com os olhos as profundezas azuis da Bahia da Guanabara, foi num átimo a tornar-se a artista de tantos talentos e encantar a cantar, dançar, atuar, tocar piano e violino, compor, dirigir teatro e apresentar TV.

Senhoras e Senhores, Bibi é dona de férrea disciplina, a demonstrar que carreira é coisa séria. Trabalhou na Velasco, companhia espanhola, que influenciou o aprendizado de seu primeiro idioma, o espanhol. Em 1941, estreou profissionalmente nos palcos, interpretando "Mirandolina", na peça "*La locandiera*". Em 1944, montou sua própria companhia, reunindo alguns dos mais importantes nomes do teatro. Foi para Portugal e lá, por quatro anos, dirigiu peças. Ao retornar ao Brasil, atuou em musicais de teatro e televisão, em sucessos como "Minha querida Dama" e o programa "Bibi ao Vivo", na TV Tupi. Logo depois, dirigiu "Brasileiro, Profissão: Esperança", de Paulo Pontes. Em seguida, atuou em "O Homem de La Mancha", ao lado de Paulo Autran. Em 1975, participou de "Gota d'Água", de Chico Buarque e Paulo Pontes. No ano seguinte, dirigiu Walmor Chagas, Marília Pêra, Marco Nanini e 50 outros artistas, em "Deus lhe Pague", de Joracy Camargo. Nos anos 80, dirigiu de comerciais a peças de dramaturgia, de musicais de grande porte a dramas intimistas. Nos anos 90, reviveu seus maiores sucessos, remontando "Brasileiro, Profissão: Esperança", com canções e histórias de Piaf. Em "Bibi *in Concert*", comemorou 50 anos de carreira e, depois de anos de temporada, fez o "Bibi *in Concert 2*". Em 1996, recebeu o "Prêmio Sharp de Teatro". Encenou "Roque Santeiro", de Dias Gomes, em versão musical. Em 1999, dirigiu a monumental ópera "Carmen", de Bizet. Na década de 2000, estreou "Bibi Vive Amália", sobre a vida da fadista Amália Rodrigues. Adoraríamos, o Ministro Luciano Brandão e eu, termos visto este espetáculo. Fez sucesso com o *show* "Bibi canta e conta Piaf" e estreou "Bibi *in Concert* III". Em 2007, voltou ao teatro de prosa em "Às favas com os escrúpulus", de Juca de Oliveira, dirigida por Jô Soares.

Oradores

O sucesso acompanha Bibi. Nasceu para o palco e o palco a reconhece como sua Bibi, pois nele se porta como a rainha que rege e envolve todas as etapas da produção.

Quando atua, a plateia é tomada por seu intenso magnetismo, talento e preparo. Bibi Ferreira é tudo de bom, paixão, competência e amor à profissão.

Deus lhe pague, por tudo, Bibi Ferreira.

A Cláudio Salvador Lembo.

Tive a satisfação de conhecer o Governador, Professor, Político, Acadêmico, Escritor e Advogado Cláudio Lembo, apresentado pelo E. Ministro Guilherme Palmeira, já há alguns anos. Antes disso, sempre ouvira as referências mais positivas ao seu nome, vinculado a ideário de primeira grandeza, no sentido de transformar e aprimorar as instituições e fazer do Brasil um País melhor.

De fato, Claudio Lembo integra aquele rol restritíssimo de homens públicos que exercem a política como razão do seu ser e meio de realização do bem comum e de satisfação das necessidades sociais vitais, proporcionando bem-estar e o desenvolvimento do cidadão.

No plano das ideias e da execução, Claudio Lembo sempre foi eminente, seja na política, seja no âmbito acadêmico, seja em todos os lugares em que coloca o seu reconhecido saber e correção a serviço da sociedade, permanecendo sempre como a estrela discreta que aponta os melhores rumos num mar de procelas.

Graduou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de SP; doutorou-se em Direito, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, de onde foi reitor e professor titular de Direito Constitucional e Processual Civil. Foi, ainda, Professor Colaborador da Faculdade de Direito

Oradores

da Universidade de São Paulo e Professor Titular convidado da Fundação Armando Álvares Penteado.

Publicou vários livros, dos quais cito "O Jogo da Coragem. Testemunho de um Liberal"; "Participação Política e Assistência Simples"; "O Futuro da Liberdade"; "A Opção Liberal"; "Eles Temem a Liberdade"; "A Pessoa – Seus Direitos".

Na iniciativa privada, em SP, foi Presidente da Federação do Comércio, Conselheiro da Federação das Indústrias, Membro do Conselho Curador da TV Pública.

No dodecaedro da complexa política paulista, em sucessivas gestões, exerceu os cargos de Secretário dos Negócios Extraordinários; secretário de Negócios Jurídicos; Secretário de Planejamento; além de, interinamente, por diversas vezes, o cargo de Prefeito, entre 1986 e 1989.

Foi Vice-Governador do Estado de São Paulo, no período 2003 a 2006, e Governador, a partir de 30 de março de 2006, devido à renúncia do Governador Geraldo Alckmin, para concorrer à Presidência da República.

Na Administração Federal, foi Chefe de Gabinete do ministro da Educação Marco Maciel; Ministro de Estado interino da mesma pasta e Assessor do Vice-Presidente da República.

Senhoras e Senhoras, o Professor Claudio Lembo é o modelo clássico de homem probo e a prova de que a vida pública pode ser realizada entre as molduras da mais perfeita correção e com as cores da coerência com os grandes princípios éticos. Casado com Renéa Lembo, ele integra aquele seleto grupo de homens públicos, com coerência e determinação no exercício da política, traduzida na acepção maior de a arte de servir.

Professor Claudio Lembo, o País sente-se muito honrado com o seu exemplo e o seu trabalho. Parabéns a V. Exa. e a sua família.

Oradores

Ao Jornalista Ari Cunha, ou José de Arimathéa Gomes Cunha.

Ari Cunha é o jornalista mais lido do Distrito Federal e, pelos muitos amigos que ostenta, um dos mais queridos. Há quarenta anos, Brasília lê a sua bem-informada coluna "Visto, Lido e Ouvido".

Tive a oportunidade de conhecê-lo em almoço, na casa de amigo cearense. Discreto, prima pela sobriedade e correção. Retrato perfeito do brasileiro, que se fez por méritos e esforços próprios, admiravelmente superando todas as dificuldades com denodo, inteligência e trabalho obstinado.

Nasceu em Mondumbim. Foi aluno do Liceu do Ceará. Começou a trabalhar aos 16 anos, em 1944, na revisão da "Gazeta de Notícias", onde ficou dois anos, passando, em seguida, para "O Estado", na mesma cidade.

Dois anos depois, a ouvir o apelo por horizontes mais amplos, embarcou para o Rio de Janeiro, já então a cidade mais maravilhosa do mundo. Seu primeiro emprego foi no Bureau Interestadual de Imprensa, com Ivo Arruda, jornalista de tirocínio e amigo de Getúlio Vargas. "A Tribuna" credenciou-o como jornalista junto à bancada de imprensa da Câmara dos Deputados, no Palácio Tiradentes.

Assim, ainda jovem, pode usufruir da experiência de trabalhar, lado a lado, com Carlos Lacerda, Joel Silveira, Heráclio Sales e outros grandes jornalistas da época, bem como do convívio com grandes políticos, como Luiz Viana Filho, Paulo Sarazate, Juraci Magalhães, Café Filho, Cirilo Júnior, Flores da Cunha, Neiva Moreira, José Bonifácio de Andrada, Bias Fortes, Israel Pinheiro, Juscelino Kubitschek e muitos outros.

Nesse tempo, trabalhava também na *News Press*, onde conheceu Amaury Cunha e passou a chefiar a redação. Problemas na empresa, levaram-no a São Paulo e de lá não o deixaram sair, por 9 anos, e lá se casou com dona Lourdes Cunha e lá teve os filhos Ari, Eliana e Neto. Já Circe nasceu em Brasília.

Oradores

Em São Paulo, conheceu Josimar Moreira Melo, da "Última Hora", então o jornal do momento, onde foi trabalhar, como diagramador, assumindo, depois, a redação.

No Rio, chamado por Paulo Cabral, em 1959, foi encarregado da reforma da "Folha de Goiaz", onde ficou até o lançamento da pedra fundamental do "Correio Braziliense". Daí por diante, encantou-se com Brasília e com o jornal, onde está desde o primeiro número e desde o primeiro tijolo do edifício que o abriga.

Participou da gestão do Prefeito Paulo de Tarso Santos. Tempos depois, o Governador José Aparecido o convocou para vice-presidente e depois presidente do BRB. No Governo Sarney, foi membro do Conselho da Siderbrás, até sua liquidação. Na retilínea trajetória, pública e privada, por onde passou, deixou amigos e nenhuma mácula.

Daí por diante, empregou toda a sua inteligência ao jornal. No fim dos anos 60, por sua influência, o "Correio Braziliense" foi o primeiro jornal do País a adotar o sistema *web offset*, com composição fria, por computador.

Vice-Presidente do Correio Braziliense, os incontáveis amigos lhe aplaudem, com carinho, a trajetória de sucesso.

Ao Ministro Marcos Vinicios Vilaça.

Caríssimo amigo, irmão, conselheiro, companheiro de jornada e de vida, Marcos Vilaça. Filho único, como ele mesmo diz! De pai e mãe da mais sábia extração política de PE, desde cedo teve lições primorosíssimas de saber humano. Das que se haurem dos livros e das que só se adquirem na lida de política conflituosa, em que o passado convive com o futuro, num presente que exige soluções habilidosas, no uso de poder real que somente acorre aos mais capazes.

Oradores

Casado com Maria do Carmo, sua heroína pernambucana, mãe de seus filhos, Marcantônio, Rodrigo Otaviano e Taciana Cecília. Deu-me várias lições nesta Casa. Até mesmo em relação à arte de julgar. Só sabe quem julga, quem assina o ato que vergasta. Quando assumi o cargo de Ministro, há mais de dez anos, disse-me que só então eu passaria a ver o quão difícil é julgar. Sábio, tem a medida certa da vida; a proporção do bem-estar.

Iniciou sua carreira profissional em PE, como Consultor Jurídico da Assembleia Legislativa; foi magistrado, jurista, professor, jornalista, escritor, poeta, memorialista e acadêmico. E ainda encontra tempo para conviver com os muitos amigos.

Ministro do TCU, membro da Academia Brasileira de Letras, representante da sociedade civil no Conselho Consultivo do IPHAN; integra a Academia Pernambucana de Letras e a Academia Brasiliense de Letras; sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa; membro do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional e da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, entre outros.

Sua bibliografia é de riqueza incomum, com obras em vários gêneros. É detentor de inúmeras condecorações e prêmios, no Brasil e no exterior. Sua bibliografia registra extensa relação de livros reconhecidos nacional e internacionalmente.

Na imprensa, é colaborador da Revista Acadêmica, da Faculdade de direito da Universidade Federal de Pernambuco, da revista Política, da Fundação Milton Campos, do Jornal do Commércio, do Diário de Pernambuco, do Correio Braziliense, da Última Hora (Rio de Janeiro) e da Revista Nordeste Econômico (Recife).

No Tribunal de Contas da União, desempenhou as funções de Presidente da 1ª e da 2ª Câmaras, da Comissão de Jurisprudência e da Comissão de Regimento, tendo assumido a Presidência desta Casa no biênio 1995/1996.

Oradores

Sempre como a voz moderadora e moderada de sábia compreensão. Preocupava-se com as grandes linhas e não com os garranchos do dia a dia. Tem a visão do homem público, capaz de compreender a realidade e empreender sua transformação, nos limites e na velocidade que a estrutura possa suportar a dinâmica do processo.

Jorge Amado, seu estimado e fraterno amigo e compadre, comunista convicto, assim como democrata, reconhecia a inteligência do companheiro dileto, ao elegê-lo para a mais franca troca de confidências sobre o País e seus dirigentes.

Ao estimadíssimo colega, apresento-lhe os cumprimentos da Corte, sob a esclarecida presidência do Ministro Ubiratan Aguiar.

A Fundação Gilberto Freyre.

A Fundação Gilberto Freyre é a materialização da determinação do próprio sociólogo e de sua família, no sentido de instituir, na Vivenda Santo Antonio de Apipucos, subúrbio do Recife, entidade que não apenas lhe reunisse o patrimônio cultural, os bens e acervos, mas que pudesse estimular a continuidade dos seus estudos e ideias, voltados para a compreensão e interpretação da complexa realidade social brasileira, a partir da visão acertada de que para melhorar é preciso conhecer mais e melhor.

A Fundação foi criada em 11 de março de 1987 e, desde então, cumpre o seu destino maior. Na concepção do tempo, idealizado por Gilberto Freyre, o presente, o passado e o futuro se interpenetram e constituem um só tempo. A sua vida e sua obra continuam inalteradas e hoje são as balizadoras das ações desenvolvidas pela instituição.

A missão da Fundação pernambucana é contribuir para o desenvolvimento político-social, científico-tecnológico e cultural da sociedade brasileira, ten-

Oradores

do como referencial a obra freyriana e sua influência para a compreensão e interpretação da realidade. E no átrio da realidade, descortinar patamares novos, abrangentes da perspectiva de superação das desigualdades sociais.

Formalmente, os objetivos institucionais são manter reunido, preservado e à disposição do público o acervo pessoal e intelectual de Gilberto Freyre; estudar, promover, e difundir as diversas manifestações da arte, da cultura e da ciência, especialmente do NE; promover estudos tropicológicos e intercâmbio com universidades e instituições científicas e culturais brasileiras e estrangeiras; patrocinar o amplo conhecimento da região nordestina, sua história, sua formação social e econômica, seus problemas e alternativas de solução; estabelecer permuta artística, educacional, cultural e científica do NE com as demais regiões do país e com o estrangeiro.

Materialmente, a Fundação presta ao País serviço maior; almeja catalisar profunda ação transformadora da realidade e do ser humano, mediante a divulgação do grande pensador brasileiro, seu ilustre patrono Gilberto Freyre, cientista social e escritor de obras fundamentais para a compreensão e conhecimento do País, tal "Casa Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos, Nordeste, O Mundo que o Português Criou", para mencionar apenas algumas.

De 1917 a 1922, Gilberto Freyre estudou nas Universidades de Baylor e de Columbia, nos EUA, demorando-se, nesse período, na França, Bélgica, Alemanha, Inglaterra e Portugal. Em 1924, volta ao Recife, onde nasceu em 1900 e faleceu em 1987.

De estimado professor de latim, no tradicional Colégio Americano Gilreath, transformou-se no homem que interpretou o Brasil e um dos maiores escritores da língua portuguesa, autor de verdadeira obra épica da literatura moderna. Por tal, as nossas verdadeiras homenagens e congratulações à Fundação Gilberto Freyre.

Oradores

Com essa sessão solene, Sr. Presidente, homenageia o TCU, centenária instituição republicana, os cinco brasileiros, dos mais dignos e ilustres, e a meritória Fundação Gilberto Freyre.

Muito obrigado!

Walton Alencar Rodrigues
Ministro

JOSÉ ALENCAR

Em nome dos homenageados

Permito-me iniciar minha fala lendo carta datada de 27 de abril de 1893, do Ministro da Fazenda de então, Innocêncio Serzedello Corrêa, em defesa do Tribunal de Contas da União, condenando decretos presidenciais, e dirigida a Sua Excelência o Senhor Presidente da República Marechal Floriano Peixoto.

> Esses decretos anulam o Tribunal, o reduzem a simples Ministério da Fazenda, tiram-lhe toda a independência e autonomia, deturpam os fins da instituição, e permitirão ao Governo a prática de todos os abusos e vós o sabeis – é preciso antes de tudo legislar para o futuro. Se a função do Tribunal no espírito da Constituição é apenas a de liquidar as contas e verificar a sua legalidade depois de feitas, o que eu contesto, eu vos declaro que esse Tribunal é mais um meio de aumentar o funcionalismo, de avolumar a despesa, sem vantagens para a moralidade da administração.
>
> Se, porém, ele é um Tribunal de exação como já o queria Alves Branco e como têm a Itália e a França, precisamos resignarmo-nos a não gastar

Oradores

senão o que for autorizado em lei e gastar sempre bem, pois para os casos urgentes a lei estabelece o recurso.

Os governos nobilitam-se, Marechal, obedecendo a essa soberania suprema da lei e só dentro dela mantêm-se e são verdadeiramente independentes.

Pelo que venho de expor, não posso, pois Marechal, concordar e menos referendar os decretos a que acima me refiro e por isso rogo vos digneis de conceder-me a exoneração do cargo de Ministro da Fazenda, indicando-me sucessor.

Tenente-Coronel Innocêncio Serzedello Corrêa.

Não encontrei nenhuma outra forma para falar sobre o Tribunal de Contas da União que pudesse se equiparar a esta. Ela está contida nessa carta do Ministro da Fazenda Serzedello Correa ao Presidente da República Floriano Peixoto, quando este quis baixar decreto retirando do Tribunal de Contas competência para impugnar despesas consideradas ilegais.

Serzedello Correa, em vigoroso gesto de discordância com o Presidente, defendeu as condições de independência e autonomia que permanecem como marca da admirável história deste Tribunal.

Essa magnífica trajetória faz crescer a honra que me confere o nobre Tribunal, ao homenagear-me com o Grande-Colar do Mérito. O sentimento de minha gratidão é proporcional ao orgulho cívico de receber esta alta distinção que me concedem, ao lado de eminentes brasileiros como Bibi Ferreira, Marcos Vilaça, Ari Cunha, Cláudio Lembo e a prestigiosa Fundação Gilberto Freyre.

Oradores

Senhoras e Senhores, neste momento de emoção, julgo oportuno destacar aspectos relevantes dos mais de 100 anos de história desta Casa. O Tribunal de Contas da União foi criado em 7 de novembro de 1890, por iniciativa de Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda. E desde o Decreto que o criou, foi norteado pelos princípios da autonomia, fiscalização, julgamento, vigilância e energia. Verdadeiro guardião da moralidade pública.

A Constituição de 1891, a primeira Carta republicana, ainda por influência de Rui Barbosa, institucionalizou o Tribunal e conferiu-lhe competência para liquidar, averiguar as contas da receita e da despesa e verificar a sua legalidade, antes de serem prestadas ao Congresso Nacional.

Sua instalação, entretanto, só ocorreu em 17 de janeiro de 1893. Desde a sua origem, o Tribunal teve competência para exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas com a receita e a despesa da União.

A trajetória centenária desta Casa comprova que sempre esteve vinculada ao princípio da transparência, um conceito que viria a prosperar com o aperfeiçoamento das instituições democráticas.

As sucessivas Cartas Magnas foram definindo as competências do Tribunal de Contas da União e a operacionalização do processo de fiscalização financeira e orçamentária. A Carta de 1967, de forma inovadora, deu incumbência ao Tribunal para o exercício de auditoria financeira e orçamentária sobre as contas das unidades dos Três Poderes da União.

A Constituição de 1988 ampliou substancialmente sua jurisdição e competência, dando-lhe poderes para, no auxílio ao Congresso Nacional, exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta.

Oradores

Assim, por força constitucional, qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária tem o dever de prestar contas ao Tribunal. Isso é garantia de seriedade e transparência na administração dos recursos públicos. Os eminentes brasileiros que o compõem honram a justiça, a independência e a imparcialidade para, sob a égide da lei, defender os interesses da sociedade.

O esforço pessoal, o devotamento à causa da Justiça, o incontestável conhecimento técnico, a reconhecida integridade com que se conduzem os eméritos membros do Tribunal de Contas da União dignificam seu trabalho, que, por isso, tem conquistado, com sobra de méritos, o respeito e a credibilidade fundamentais ao fortalecimento da instituição e essenciais à vida democrática.

Senhores Agraciados, presidente e Imortal Marcos Vilaça, do Tribunal de Contas da União e da Academia Brasileira de Letras; querida Bibi Ferreira, soberana do Teatro brasileiro; estimado e nobre Jornalista Ari Cunha, do Correio Braziliense, nosso matutino que inaugurou Brasília; eminente Governador Cláudio Lembo, renomado constitucionalista brasileiro; conceituada Fundação Gilberto Freyre, aqui representada pela Senhora Sônia Freyre. Ao cumprimentá-los, reitero minhas congratulações pela homenagem que nos é outorgada.

Presidente Ubiratan Aguiar, Senhores Ministros. O alto conceito e o especial apreço pelo Tribunal de Contas da União nos levam a receber com humildade uma distinção dessa relevância e significação.

Estamos profundamente agradecidos pela homenagem com que nos distinguem. O sentimento de nossa gratidão se associa ao orgulho de sermos premiados por esta instituição, que dignifica o nosso país e ajuda os agentes públicos a bem cumprir o seu trabalho e a aprimorar a gestão dos recursos.

Oradores

Estejam Vossas Excelências seguros de que o Grande-Colar do Mérito será troféu de destaque que ocupará lugar especial na galeria de nossos valores maiores.

Muito obrigado.

José Alencar

Presidente UBIRATAN AGUIAR

Mais uma vez, agora na qualidade de Chanceler do Grande-Colar do Mérito do TCU, meu coração se enche de alegrias e sinto-me sensibilizado de poder participar desta cerimônia em que o Tribunal rende homenagens àqueles que muito contribuem para a efetividade do controle externo e para o engrandecimento da nação brasileira.

A extensão do currículo e o exemplo de vida de cada um dos condecorados dispensam comentários adicionais sobre a razão da sua escolha para o recebimento desta distinção. Há aqui expoentes das mais diversas searas da cultura – abrangida no seu sentido lato –, incluindo áreas do conhecimento humano como as Ciências Políticas e Jurídicas, as Letras, a Comunicação, a Dramaturgia... São variados os talentos, mas evidencia-se um traço comum a todos os homenageados nesta Sessão: suas realizações constituem valioso legado para o Brasil.

A cultura brasileira encontra motivo de júbilo neste momento, não só pelo reconhecimento do sucesso dos agraciados na atuação direta no campo intelectual e artístico, mas também porque é possível ao povo deste país se espelhar nas virtudes dos ora agraciados para enriquecer o seu conhecimento e a sua alma.

Oradores

O Dicionário Aurélio diz que a Cultura, no aspecto filosófico, é a:

> categoria dialética de análise do processo pelo qual o homem, por meio de sua atividade concreta (espiritual e material), ao mesmo tempo que modifica a natureza, cria a si mesmo como sujeito social da história.

É isso que se nota no modo de agir, alicerçado na moral e na ética, de cada um dos homenageados. Seus feitos, além de, por vezes, já constarem de obras literárias que servirão de fonte de aprendizagem para a atual e as futuras gerações, estão registrados na nossa história, mediante ações que têm a capacidade de impulsionar o crescimento pessoal e social do brasileiro.

Albert Einstein já ensinava: "procure ser um homem de valor, em vez de ser um homem de sucesso". As trajetórias aqui retratadas de benignidade, de perseverança e, acima de tudo, de luta mostram que o sucesso é decorrência natural da atuação retilínea e nos trazem o alento de que, se forem replicadas por todos os que carecem de melhores condições de vida e se forem acompanhadas de ações governamentais eficazes e eficientes, conduzirão nosso país a galgar novos degraus na escada que nos leva a um nível de desenvolvimento econômico, político e social digno.

Prezadas Senhoras Bibi Ferreira e Sônia Maria Freyre Pimentel – aqui representando a Fundação Gilberto Freyre –, e prezados Senhores Vice-Presidente José Alencar, Ministro Marcos Vilaça, Cláudio Lembo e Ari Cunha, a comenda que hoje lhes é entregue se ilumina de justiça, engrandece quem a concede, emblema o pórtico da cidadania, constrói no exemplo a história da Nação.

Ubiratan Aguiar
Presidente do TCU e Chanceler do Grande-Colar

2010 | Homenageados

Data da Cerimônia: **10/11/2010**

Assista aqui: Vídeo da Cerimônia 2010

Adib Jatene

Nascimento:
4 de junho de 1929,
Xapuri, AC.

Médico cirurgião torácico, professor universitário e cientista brasileiro. É um dos fundadores do Instituto do Coração, em São Paulo, e responsável por uma revolução na medicina, com o desenvolvimento de uma técnica de cirurgia do coração para tratamento da transposição das grandes artérias da base em recém-nascidos (a Operação de Jatene) e a invenção do primeiro aparelho coração-pulmão artificial. Membro da Academia Nacional de Medicina, ocupou cargos na Administração Pública Estadual e Federal, foi Secretário de Saúde do Estado de São Paulo e, por duas vezes, Ministro da Saúde.

Carlos Alberto Gomes Chiarelli

Nascimento:
3 de maio de 1940,
Pelotas, RS.

Advogado com pós-graduação em Direito do Trabalho pela Universidade de Roma e doutorado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi professor na Universidade de Colonia, na Alemanha; na Organización Ibero Americana de Seguridad Social, em Madri; na Universidade de Caxias do Sul e, atualmente, na Universidade Católica de Pelotas/RS. Exerceu os cargos de Ministro da Educação, Ministro de Assuntos da Integração, Deputado Federal e Senador.

Ministro Carlos Átila Álvares da Silva

Nascimento:
26 de maio de 1938,
Nova Lima, MG.

Diplomata de carreira, exerceu os cargos de chefe de gabinete do Ministro da Educação e Cultura e de Secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência da República. Ministro do Tribunal de Contas da União desde 1985, presidiu a Corte no biênio 1992/1993. Foi, também, Vice-Presidente da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores.

Juscelino Kubitschek *(post mortem)*

Representante:
Anna Christina Kubitschek (Neta)

Nascimento:
12 de setembro de 1902,
Diamantina, MG.

Médico de formação, com especialização na França, foi sufragado Prefeito de Belo Horizonte e realizou obras de remodelação da capital mineira. Deputado Constituinte em 1946, foi eleito Governador de Minas Gerais e, depois, Presidente da República, tornando-se o responsável pela fundação de Brasília, a capital do Brasil.

Mário Jorge Lobo Zagallo

Nascimento:
9 de agosto de 1931, Maceió, AL.

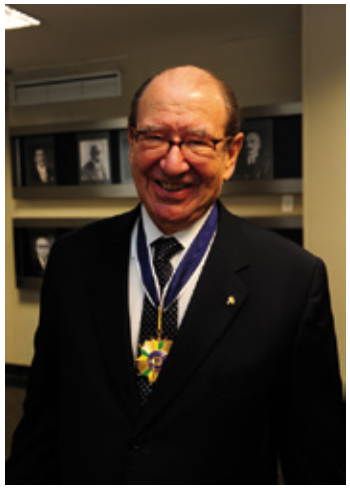
Recebeu a comenda em data posterior na Presidência do Tribunal

Primeiro futebolista a ganhar a Copa do Mundo como jogador e treinador. Mário Jorge Lobo Zagallo foi tricampeão pelo Flamengo e bicampeão pelo Botafogo, além de bicampeão mundial pela Seleção Brasileira, nas Copas de 1958 e 1962. Já na função de treinador, conquistou o tricampeonato mundial de 1970 e, como auxiliar-técnico, o tetra em 1994.

Roberto Civita

Nascimento:
9 de agosto de 1936, Milão, Itália.

Criador e editor-chefe da revista VEJA desde o seu lançamento em 1968, assumiu a Presidência do Grupo Abril em 1990. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração e Diretor Editorial. É formado em Jornalismo e em Economia pela *Wharton School*, da Universidade da Pensilvânia, e tem pós-graduação em Sociologia pela Universidade de Columbia.



Oradores

Ministro BENJAMIN ZYMLER

Em nome do Tribunal

Por honrosa designação do presidente desta Corte, ministro Ubiratan Aguiar, chanceler do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, coube-me a grata tarefa de saudar, em nome do tribunal, os agraciados de hoje.

Chamado a suceder, na função, oradores desta Casa que atuaram com brilho em edições anteriores deste magno evento, entre eles o poeta e atual presidente, ministro Ubiratan Aguiar, o comunicador e hoje decano entre nós, ministro Valmir Campelo, o intelectual, escritor e novamente presidente da Academia Brasileira de Letras, ministro Marcos Vilaça, além do jovem e culto magistrado Walton Alencar Rodrigues, vejo aumentada, em larga medida, a responsabilidade da missão que a mim foi confiada.

Acostumado à aridez dos textos técnicos, espero estar à altura das expectativas do conselho do Grande-Colar, de seu chanceler e desta seleta audiência que ora nos dá o privilégio de sua atenção, e de quem rogo, desde já, que ouçam estas minhas palavras com maciez nos ouvidos, como se fossem elas pronunciadas pelos poetas, escritores e comunicadores que me antecederam.

Antes, porém, de falar das vidas desses homens notáveis, penso que nunca é demasiada a lembrança até em consideração aos que aqui comparecem pela primeira vez de que o Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União foi criado, em 2003, por iniciativa do dinâmico presidente de então, o hoje decano da Corte, ministro Valmir Campelo, que assim procedeu com o objetivo maior de cobrir de gala personalidades que, por seus méritos excepcionais e pela relevante contribuição prestada ao controle externo e ao país, tenham-se tornado merecedores de distinção especial.

Oradores

No corrente ano de 2010, a cerimônia de entrega adquire cores mais vivas no conjunto das comemorações, pois a Corte de Contas está completando exatos 120 anos de criação, desde o distante mas nunca olvidado 7 de novembro de 1890, quando Rui Barbosa encaminhou o Decreto 966-A, criando o Tribunal de Contas ainda sob o governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca, antes mesmo de promulgada a Constituição da recém-proclamada República.

E é assim, envoltos nessa elegante moldura comemorativa que apresentamos os nossos ilustres condecorados deste ano, nos quais percebo inclusive nos que não puderam comparecer, mas cuja presença pode ser vivamente sentida neste recinto um traço comum a atravessá-los, como uma seta a tocá-los no ponto em que se assemelham: a obsessão pelo fazer, pelo realizar, espírito que os permitiu alcançar distinção, cada qual em sua atividade, mas todos imbuídos de um mesmo ideal de coletividade, graças ao qual o interesse público foi sempre colocado acima dos interesses individuais.

A fim de conhecermos um pouco mais sobre a vida dos que hoje passam a integrar essa distinta galeria, convido a todos os presentes a que me acompanhem em uma viagem pelos perfis biográficos dos nossos agraciados.

Xapuri. Essa palavra, de origem indígena, até aonde pude observar parece que não tem significado correspondente na língua portuguesa. Há algumas tentativas de definição. Nada conclusivo.

E se ainda cabe mais uma definição, penso eu (nos meus recentes estudos de línguas indígenas) que talvez deva significar alguma coisa relacionada à grandeza. E assim acredito porque a cidade acreana que recebeu o nome de Xapuri é terra de grandes nomes do cenário brasileiro. Do destacado jornalista Armando Nogueira. De Chico Mendes, o conhecido líder seringueiro. Do notável senador Jarbas Passarinho.

Oradores

É também a terra onde se revelou para o mundo a acreana de Rio Branco, colaboradora de Chico Mendes, a ministra Marina Silva, que acaba de sair de uma eleição para presidente da República com uma respeitável bagagem de quase 20 milhões de votos.

E Xapuri é também a cidade onde nasceu o primeiro dos nossos homenageados de hoje, o doutor Adib Domingos Jatene.

Por essa pequena amostra dos naturais de Xapuri se percebe que a minha teoria linguística faz sentido, e que é sina do xapuriense ser grande, fazer muito.

E o doutor Jatene não fugiu à regra: fez muito. Depois de concluir o então curso primário em Xapuri, e o ginasial e parte do científico em Uberlândia e São Paulo, formou-se em medicina na Universidade de São Paulo, em 1953, aos 24 anos de idade.

Foi responsável por uma revolução quase copernicana na medicina, quando desenvolveu uma técnica de cirurgia do coração para tratamento da transposição das grandes artérias da base em recém-nascidos (a "Operação de Jatene"), e por ter inventado o primeiro aparelho de coração e pulmão artificial do Hospital das Clínicas, equipamento que impulsionaria a criação do departamento de bioengenharia do hospital.

Trabalhou nesse hospital público e no Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia da Secretaria de Estado da Saúde, e dirigiu também a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, tendo presidido o conselho deliberativo do Hospital das Clínicas de 1990 a 1994.

Sua capacidade administrativa revelada no meio hospitalar logo iria levá-lo a ser convidado para ocupar cargos na administração pública, primeiro estadual, tendo sido Secretário de Saúde do estado de São Paulo, depois federal, ocupando por duas vezes a pasta do Ministério da Saúde.

Oradores

Na segunda passagem pelo Ministério da Saúde, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi ardoroso defensor da CPMF, contribuição destinada especificamente ao custeio da saúde pública e que, em teoria, poderia ter representado a redenção da saúde em nosso país.

Mas o menino que saiu de Xapuri não planejou nada disso. Filho de imigrantes árabes, que aos dois anos perdeu o pai, um comerciante libanês que aviava seringais, o pequeno migrante nem sonhava em revolucionar a medicina de seu país e em chegar a se tornar membro da Academia Nacional de Medicina, ou de vir a ser membro de 32 sociedades científicas de várias regiões do mundo, respeitado no país e no exterior, laureado, entre outras honrarias, pelo governo da Grécia e pela Sociedade de Cardiologia daquele país com o título de "um dos sete sábios do planeta no campo da cirurgia cardiovascular".

Aquele jovem Jatene que deixou a terra natal só pensava em estudar medicina, especializar-se em saúde pública e voltar para o Acre, para ajudar seus conterrâneos. Não pôde ter esse desejo realizado, pois a vida traçou outros planos para o competente e dedicado médico e cirurgião. Ele conheceu o professor Zerbini ainda no quarto ano da faculdade, apaixonou-se pela cirurgia cardíaca, especializou-se e pós-graduou-se sob a orientação do mestre, e Xapuri ficou na memória, quase como uma pátria imaginária.

Hoje, paulista de coração, sua terra, doutor, é o mundo! Sua missão sempre foi, e ainda é, tentar garantir um sistema de saúde que assegure bem-estar a todos os que necessitam, independentemente da condição financeira.

Por todos esses méritos, pela relevante contribuição que Vossa Senhoria deu e continua a dar ao Brasil e ao mundo, receba, doutor Jatene, esta comenda do Tribunal de Contas da União como mais um sinal de reconhecimento e admiração de toda a nação.

Oradores

O homenageado a quem saudamos a seguir é o ministro emérito deste tribunal, Carlos Átila Álvares Da Silva, natural de Nova Lima, Minas Gerais.

E aqui peço que me permitam uma breve digressão. É que tomei conhecimento de uma historinha de humor, bastante saborosa, sobre uma brincadeira, bem ao espírito dos mineiros, passada entre dois novalimenses que se achavam em um restaurante.

Um deles reconheceu no outro o conterrâneo que não via há muito tempo e, sem que fosse notado, enviou pelo garçom um bilhete no qual brincava, sem se identificar, chamando o compatriota de "capiau de Nova Lima".

Bilhete entregue, ficou o emissário de cá, escondido, saboreando a brincadeira com o amigo e conterrâneo, surpreso e encafifado.

Assim são os mineiros, e nós já tivemos nesta Casa muitos exemplos desse espírito brincalhão do povo mineiro.

Não sei se Vossa Excelência, ministro Átila, como bom novalimense que é, tem conhecimento desse episódio, mas o que eu tenho certeza é que, sendo terra pródiga em personalidades ilustres e para ficar apenas em uma, cito o bacharel em direito e magistrado Cândido Viana, o marquês de Sapucaí, que entre outras funções foi mestre da princesa Isabel. Nova Lima deve ter muito orgulho de todos os seus filhos, e mais ainda de seu ilustre filho ministro, que conquistou Brasília e o Brasil depois de transpor a serra que emoldura a terra natal, a Serra da Calçada.

Pois bem. Novalimense. Mineiro. É o que é o ministro Carlos Átila. Mas o que é ser mineiro?

O escritor Fernando Sabino, mineiro tradicional, relacionou, em crônica imortal, uma série de características (ou qualidades) do mineiro, entre elas as de

que: mineiro não olha, espia; não presta atenção, vigia; não conversa, confabula; não combina, conspira.

Mas para não ficar no elogio de mineiro para mineiro, recorro ao testemunho de uma cearense, a imortal Rachel de Queiroz, que disse, em relação aos mineiros, que eles "não contam vantagem", devendo-se louvar, em primeiro lugar, "a sua presença suave".

"Não gritam, não empurram, não seguram o braço da gente, não impõem suas opiniões", completou a autora de "O Quinze", para depois, em depoimento quase em *mea culpa* contra seu próprio berço, disparar: "Mil deles não causam o incômodo de dez cearenses".

Assim são os mineiros, como costumava dizer também em elogio o capixaba Rubem Braga. Assim é o mineiro Carlos Átila.

Diplomata de carreira, forjou a base de sua capacidade intelectual no tradicional Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte, depois no Instituto Princesa Isabel e no Colégio Andrews, ambos no Rio de Janeiro, tendo concluído em 1956 o que hoje conhecemos por ensino médio.

No ano de 1957, ingressou no curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), onde se graduaria em 1961.

Dois anos antes de graduado, foi aprovado, em 1959, no sempre difícil concurso público para a carreira diplomática do Ministério das Relações Exteriores.

Nos dois últimos anos do curso de direito, 1960 e 1961, cursou concomitantemente o rigoroso curso de preparação do Instituto Rio Branco, ao final do qual ingressou no Itamaraty, em 1961, Casa que o abrigaria por 23 anos, até 1984, e onde ocupou os mais diversos postos na diplomacia, chegando a ministro

Retornar ao sumário

Oradores

de primeira classe, com participação ativa em diversas missões no exterior e assunção de destacados postos de chefia.

Em 1981, o diplomata Carlos Átila foi convidado pelo então presidente da República, João Baptista Figueiredo, para ocupar o cargo de porta-voz do governo (formalmente denominado secretário de imprensa e divulgação), desafio que aceitou por vislumbrar na função importância ímpar se comparada à rotina do Itamaraty, já que era intenção declarada do presidente restabelecer o regime democrático no Brasil, necessitando, para tal, de um secretário de imprensa capaz de auxiliá-lo nessa árdua tarefa.

Anos mais tarde, o ministro Átila revelaria que esse período em que atuou como porta-voz do último militar presidente da República, em momento de grande turbulência política no país, teria sido fundamental em sua preparação para lidar com a incompreensão.

Com o fim do governo Figueiredo, graças ao interesse demonstrado ainda na carreira diplomática pelas áreas de planejamento e execução orçamentária, foi nomeado ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga aberta com a designação do ministro Luiz Octávio Gallotti para o Supremo Tribunal Federal.

Tomou posse no dia 12 de março de 1985 e integrou o corpo deliberativo do Tribunal de Contas da União até sua aposentadoria, voluntária, em 17 de dezembro de 1998, tendo exercido todos os mais importantes postos nesta Casa.

Foi vice-presidente nos anos de 1990 e 1991, e presidente em 1992 e 1993, período em que foi aprovada a lei orgânica do TCU, Lei n° 8.443, de 16 de julho de 1992, e o subseqüente regimento interno, aprovado pela Resolução Administrativa n° 15, de 15 de junho de 1993.

Quando ingressei no Tribunal, em 1992, ainda no cargo que então se denominava analista de finanças e controle externo, Sua Excelência ocupava a

Oradores

presidência da Casa, de maneira que me sinto bastante à vontade para falar de sua atuação como presidente do TCU.

Exerceu uma das mais elogiadas presidências da história deste órgão, tendo investido esforços e recursos principalmente na modernização e informatização da Corte. Uma de suas mais profícuas contribuições foi a instalação e consolidação do Instituto Serzedello Corrêa, criado pelo art. 88 da lei orgânica do TCU, de 1992, cuja idealização deu-se nos moldes do reconhecido Instituto Rio Branco.

Anos mais tarde, o ministro Átila expressou o sentimento de que essa teria sido a maior satisfação desse seu período à frente da presidência do TCU, uma vez que a ideia do Instituto havia sido proposta por ele próprio.

Em todos os lugares por onde passou, trabalhou sempre, como ele mesmo afirmou, "como um mouro, com dedicação integral". Aqui no TCU, essa declaração encontra testemunho em seu proceder diário. Podia o ministro ser visto, com frequência, em seu gabinete, após o fim do expediente, à frente do computador, as mangas da camisa dobradas, a digitar seus próprios votos e relatórios, sem esperar pelo auxílio de assessores.

Esse é o mineiro Carlos Átila. Homem de espírito humilde, como ocorre com os mineiros de boa cepa, dono de um vasto currículo, testemunha ocular de momentos determinantes da história do Brasil, e fez opção por viver seus dias longe do serviço público, na privacidade de sua requisitada banca de advocacia, privilegiada por sua especialização em direito administrativo, ofício que desempenha, simultânea e prazerosamente, com a fabricação da já largamente renomada cachaça "DoMinistro", em Alexânia, Goiás, na companhia de seu filho Alexandre.

Por toda essa bela trajetória de vida é que o ministro Carlos Átila recebe hoje o Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União. Pelos relevantes

Oradores

serviços prestados ao controle externo e ao país, pelo exemplo de servidor público que serve às instituições da pátria sem se acomodar no conforto da função pública, sem deixar de acreditar no fazer, no construir para o futuro do país.

Fazemos votos, ministro Átila, para que a homenagem de hoje contribua para transmitir seu exemplo às gerações mais moças.

Se é de julgamentos que cuidamos aqui hoje, como disse certa vez o ministro Marcos Vilaça e acredito que seja mesmo como julgamento que deva ser reputada a difícil e criteriosa seleção que é realizada pelo conselho do Grande-Colar , então devo dizer que o homenageado de quem falo a seguir já se submeteu a um julgamento anterior perante esta Corte de Contas.

Em 1997, por intermédio de sua Primeira Câmara, este tribunal julgou ilegal a aposentadoria do professor da Universidade Federal de Pelotas Carlos Alberto Gomes Chiarelli.

Dois anos mais tarde, em 1999, a mesma Primeira Câmara, ao julgar pedido de reexame interposto, entendeu por dar-lhe provimento e, fazendo justiça, reviu o julgado para considerar legal a aposentadoria do professor Carlos Chiarelli.

Hoje é dia de mais uma vez esta Corte fazer justiça, caro professor.

E, antes de prosseguir, me perdoe se, tendo Vossa Excelência exercido tantas e tão elevadas funções, públicas e privadas, como advogado, como deputado federal, como senador da Republica, como ministro de Estado, eu insista em chamá-lo de professor.

A razão dessa minha irreverência é que me atenho à lição e ao exemplo do patrono desta Corte de Contas, Rui Barbosa, que, tendo sido advogado, deputado, senador e ministro de Estado como Vossa Excelência, preferiu sempre

Oradores

ser designado pelo título de Conselheiro, condecoração que recebeu do Imperador Dom Pedro II em 31 de maio de 1884, por seus esforços em prol da educação no país e pela luta que empreendeu na Câmara dos Deputados nos anos de 1882 e 1883, em defesa do projeto de reforma do ensino.

Para um Rui Barbosa que então contava 35 anos de idade, e que nunca havia sido professor, o título de Conselheiro o fazia mais próximo das figuras que tanto aprendera a admirar, os professores, cujas qualidades de educadores, em sua opinião, sobressaíam em relação a todas as demais que pudessem coexistir em uma pessoa.

Confiante nesse juízo formulado por Rui Barbosa sobre a primazia da qualidade de educador é que me atrevo a continuar a me dirigir a Vossa Excelência como professor Carlos Chiarelli e, parafraseando um dos livros de sua autoria, digo:

"É hora de fazer justiça!"

Nascido em Pelotas, Rio Grande do Sul, Carlos Chiarelli tem forte componente jurídico nos traços de sua personalidade, apesar de nos surpreender com a declaração de que gostaria de ter sido psicólogo.

Bacharel e doutor em direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especializou-se e pós-graduou-se em direito nas universidades de Madri, Roma e Colônia.

Antes de ingressar na carreira jurídica, soubemos que atuava, em 1958, aos dezoito anos de idade, como jornalista profissional, publicando artigos no jornal "A Fronteira", de Uruguaiana, cidade onde foi empresário por vinte anos seu já falecido pai, Matteo Salvador Chiarelli, imigrante italiano que veio para o Brasil aos onze anos de idade, e que até hoje ainda é seu maior exemplo de caráter e de honradez.

Oradores

No meio acadêmico e educacional, atuou como professor titular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul onde ingressou muito jovem, em 6 de fevereiro de 1962, aos 21 anos , na Universidade Católica de Pelotas/RS, na Universidade de Colônia, Alemanha, no Instituto de Direito do Trabalho e da Economia, no Curso de Técnico Internacional de Previdência Social pela OISS (Organizacion Ibero Americana de Seguridad Social), em Madri, e no Curso de Mestrado e da Pós-Graduação Jurídica da Universidade de Caxias do Sul, desde 1996, onde atualmente é coordenador do curso de mestrado em direito.

Na administração pública, foi membro do conselho diretor do Fundo Nacional de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), Secretário do Trabalho e Ação Social do Rio Grande do Sul, e Secretário das Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho.

Na carreira política, teve destacada atuação. Em 1978, aos 38 anos de idade, elegeu-se deputado federal e integrou o secretariado do governador Sinval Guazzelli em seu último mês de mandato.

Filiado ao então PDS, elegeu-se senador da República pelo Rio Grande do Sul na legislatura seguinte, em 1982. Com a fundação do PFL, foi escolhido líder do partido no Senado. Participou ativamente da Assembleia Nacional Constituinte em 1987, tendo apresentado 178 emendas, 51 delas aprovadas. Foi, ainda, suplente da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, e membro titular da Comissão de Sistematização, tendo atuado como relator da denominada CPI da Corrupção, constituída pelo Senado para investigar casos de corrupção envolvendo funcionários da administração federal.

Nomeado pelo presidente da República Fernando Collor, voltou à administração pública para exercer o cargo de ministro da Educação no período de 15 de março de 1990 a 22 de agosto de 1991.

Oradores

Depois que deixou o Ministério da Educação, em agosto de 1991, passou a ocupar a pasta do Ministério Extraordinário para Assuntos de Integração Latino-Americana, rebatizado pela imprensa de Ministério do Mercosul. Nesse novo desafio ministerial permaneceria também por pouco tempo, até 24 de janeiro de 1992. Tendo se afastado da administração pública, passou a se dedicar integralmente à advocacia, ao magistério e à coordenação dos cursos jurídicos já mencionados.

Personalidades notáveis, exemplares, como a de Carlos Chiarelli justificam plenamente a criação da honraria que hoje estamos aqui a conceder, o Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União. E escolhas como a de Vossa Excelência, senador, ministro, professor Carlos Chiarelli, dão provas do acerto das decisões do conselho do Grande-Colar.

Receba, em nome deste tribunal, o reconhecimento de toda a nação brasileira pelos relevantes serviços prestados à educação, à cultura, ao meio acadêmico e à cultura jurídica de nosso país. Vossa Excelência enobrece a galeria do Grande-Colar.

A seguir homenageamos um nome que é uma Instituição. Embora nesta edição não estejamos conferindo a Insígnia do Grande-Colar a nenhuma pessoa jurídica, o nome que a seguir pronuncio, com reverência, neste plenário, designa, hoje, muito mais que um ser humano, mais que uma pessoa física.

O simples anúncio desse nome, mundo afora, evoca em todos brasileiros ou não a lembrança de uma pátria que se transformou, impulsionada por um movimento de revolução que se fez sentir de dentro para fora.

Revolução, sim, mas não de sangue, como ele mesmo afirmou; de métodos administrativos, e que conseguiu fazer brotar, da então desalentada alma do povo brasileiro, um país otimista, imbuído de um sentimento de grandeza, de afirmação como nação no grande concerto das nações desen-

Oradores

volvidas do mundo, ambiente moral que tornou possível realizar o sonho irrealizável.

Falo, como muitos já podem intuir, do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que hoje recebe, em tributo *post mortem*, o Grande-Colar do Mérito do TCU.

E como chega atrasada esta comenda à biografia do presidente Juscelino!

Houvesse o Grande-Colar sido instituído há cinquenta anos, quando da inauguração de Brasília, e já seria ele devido ao grande estadista de Diamantina.

É que, por ocasião da mudança da capital, não havia previsão de sede para o tribunal. Recebido em audiência em junho de 1959 pelo presidente Juscelino, o então presidente do TCU, ministro José Pereira Lira, expôs o problema que afligia a Corte de Contas.

Juscelino prontamente deu instruções ao presidente da Novacap, Israel Pinheiro, para que o tribunal fosse instalado em local privilegiado, refutando com veemência a possibilidade, aventada por alguns, de o tribunal ser instalado inadequadamente, no prédio de algum dos ministérios.

No mesmo dia, o arquiteto Oscar Niemeyer e sua equipe foram ao tribunal, ainda no Rio de Janeiro, para conversar e obter informações para elaboração do projeto que, anos depois, resultaria no Palácio do Tribunal de Contas, inaugurado em 1965.

Pela primeira vez em sua história, o tribunal se instalava em prédio exclusivamente seu, conquista obtida graças ao apoio incondicional do presidente JK, e que iria possibilitar uma outra conquista, ainda maior, dez anos mais tarde, quando nos mudamos, em 1975, para este prédio que atualmente ocupamos, construído pelo Ministério da Justiça em troca da nossa sede anterior.

Oradores

Vê-se, então, que nossa dívida de gratidão para com o presidente Juscelino remonta aos tempos da construção da nova capital, e é permanente.

Pois bem, senhores. Se por um lado não é tão complexa a tarefa de circunscrever no limitado espaço deste perfil a importância da contribuição de Juscelino Kubitschek para o controle externo e para o TCU, por outro lado, como dizer, nestas breves linhas, do muito que fez pelo Brasil?

Personalidade de reconhecimento mundial, escolhido "Brasileiro do Século", dono de uma biografia escrita a milhões de mãos, quase nada há que lhes possa eu dizer desta tribuna que ainda não saibam.

Dizer que nasceu em Diamantina? Que teve infância humilde, perdeu o pai antes de completar três anos de idade, que enfrentou a vida em companhia da mãe viúva, dona Júlia, e da irmã única, Naná, e que foi, jovem ainda, para a capital, Belo Horizonte, onde iria crescer, estudar, trabalhar como telegrafista, cursar medicina, especializar-se na França, e se deixar seduzir pela política?

Creio que nada disso pedem os ouvidos dos que aqui comparecem para homenagear a memória do presidente Juscelino.

O que aspira o conselho do Grande-Colar é algo além dessa narrativa.

Gostaríamos, nesta póstuma homenagem, de sermos capazes de trazer a este plenário a lembrança viva do homem que, nas palavras de sua filha Márcia, era inesquecível pela "ternura das mãos e pelo brilho nos olhos".

Quem dera pudéssemos recriar aqui, nesta solenidade, o clima de uma daquelas reuniões mais íntimas que realizava no palácio, as luzes quase todas apagadas, os amigos em círculo em torno de sua presença, personalidade por todos descrita como sedutora, o grupo a escutar músicas diamanti-

Oradores

nenses executadas ao piano por Bené Nunes, com o acompanhamento do violão de Dilermando Reis, talvez o "Peixe Vivo" de sua predileção.

Quem sabe se nos fosse possível remontar ao clima de um dia como o de hoje, também 10 de novembro, só que de 1956, quando se inaugurava o primeiro palácio de Brasília, o Catetinho, dia de muita felicidade e esperança para os nascentes projetos de Juscelino Kubitschek.

É nossa preocupação receber bem ao evocar a memória do nosso homenageado de hoje, já que ele próprio considerava, como revelou em carta à amiga Vera Brant, que "nada tão precioso quanto receber bem, integrando o visitante na atmosfera que o rodeia".

É o espírito de Diamantina, com seus céus estrelados, tão caros a JK, que gostaríamos de recriar aqui, hoje, neste plenário, para dizer da importância de Juscelino Kubitschek para o país.

Da importância desse homem que, depois de ter seu primeiro mandato de deputado federal interrompido pelo golpe do Estado Novo e pela dissolução do Congresso Nacional, em 1937, galga a sua primeira experiência administrativa, a prefeitura de Belo Horizonte, que assumiu em 1940, onde revolucionou e inventou a Pampulha, levando para a capital mineira Portinari, Ceschiatti, Burle Marx e, principalmente, Niemeyer, de cuja genialidade se utilizaria novamente, vinte anos depois, para inventar Brasília.

Um prefeito que realizou uma administração fora do comum, inovadora, progressista, até meio assustadora aos olhos dos mais conservadores, alcunhado pelo povo de "prefeito furacão", e que, ao deixar o cargo, viu uma Belo Horizonte transformada, despida da casca provinciana que até então conservara a "cidade dos funcionários", para se vestir de modernidade e cultura.

Oradores

O prefeito Juscelino que dali partiria para, primeiro, voltar a ser o deputado Juscelino, de 1946 a 1950, e mais tarde se tornar o governador Juscelino, eleito em 1950, quando então iria estender a transformação a todo o estado de Minas Gerais, no período de 1951 a 1955.

Na esfera estadual, a história de sucesso iria se repetir. Ao final de seu mandato, o governador Juscelino Kubitschek despontaria como figura nacional, pronto a disputar e a vencer as eleições de 1955 para presidente da República.

Parecia chegada a hora de uma conquista maior, agora no governo federal, e Juscelino iria aceitar o desafio e se propunha, dentre outros compromissos assumidos durante a campanha, a construir a nova capital do Brasil, Brasília, de todas as realizações de seu governo a meta que parecia audaciosa demais, inalcançável mesmo.

Até aí, porém, permaneceu a interiorização apenas no plano das ideias. Foi preciso alguém moldado em barro especial para tirar a ideia desse mundo imaginário e torná-la realidade.

Brasília hoje está plenamente consolidada, tornou-se patrimônio da humanidade, e os jovens dessa nova geração de brasileiros talvez não façam ideia das dificuldades enfrentadas por JK para fazer valer a disposição constitucional de se construir aqui no cerrado goiano a nova capital.

Mas mesmo depois de passados cinquenta anos, ainda nos surpreendemos com a dimensão da tarefa realizada pelo presidente Juscelino, e quase nos convencemos do acerto da observação de sua mãe, a mestra Júlia, a quem Juscelino sempre disse dever tudo, essa mulher de fibra que já quase perto de fazer noventa anos de idade, na noite da inauguração de Brasília, 21 de abril de 1960, a contemplar a cidade, disse a dona Sarah: “Só mesmo Nonô seria capaz de realizar tudo isto”.

Oradores

Foi esse homem, dessa estatura moral, que, com impressionante determinação e coragem, soube, ao preencher os espaços vazios do território brasileiro, preencher, também, o coração dos brasileiros com sua energia positiva e imortal, fazendo com que nunca mais fosse esquecido, permanecendo vivo na memória de cada um de seus conterrâneos, legando ao povo brasileiro parcelas de seu otimismo e de sua fé no futuro.

Prezado João César Kubitschek Lopes, neto do presidente Juscelino, você que tem o nome tão caro do pai de seu avô, receba, por intermédio dessa comenda, em nome de todos os familiares e descendentes do presidente Juscelino, especialmente em nome de sua mãe, Maria Estela, e em nome das memórias, sentidas por todo o Brasil, de sua avó, dona Sarah Kubitschek, e de sua tia Márcia, o reconhecimento público desta Corte de Contas aos inestimáveis serviços prestados pelo médico, pelo político, pelo presidente e, sobretudo, pelo ser humano que foi Juscelino Kubitschek de Oliveira, seu avô JK.

Ao entrar no edifício-sede deste tribunal, creio que nossos visitantes puderam ver, no saguão principal, em local nobre, um busto que ali fizemos entronizar para manter perene a lembrança de um personagem fundamental para a atividade que desempenhamos nesta Casa, o controle externo das contas públicas. O representado é Rui Barbosa, patrono e figura imortal na história desta Corte de Contas.

A milhares de quilômetros de distância daqui, mas com o mesmo simbolismo, cena semelhante se repete. Ao entrar no estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, o visitante pode ver, no saguão principal, um busto que ali foi colocado, em local de destaque, para tornar permanente a lembrança de um personagem fundamental para a história da atividade principal que ali dentro se desenvolve, o futebol.

O representado de lá é o “o imortal do futebol”, Mário Jorge Lobo Zagallo, personalidade que hoje homenageamos com o Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União.

Oradores

Aquela homenagem prestada pelo Estado do Rio de Janeiro em 2004, por ocasião do aniversário de 73 anos de Zagallo, é da mesma natureza da que hoje prestamos: além de reverenciar a figura ímpar de Zagallo, traduz-se em mais uma tentativa de tornar concreta a gratidão que sentimos pelo muito que representa para toda a nação brasileira.

É pena que não tenha sido possível estar aqui hoje, com sua presença física, estando representado (por seu neto Mário Jorge Lobo Zagallo Neto).

Talvez tivesse se animado se houvéssemos programado esta solenidade para se realizar em um dia 13, não é verdade, Zagallo? Graças à sua conhecida e grande afinidade com o número 13, creio que ficaria receoso de não comparecer.

Sentimos falta de sua presença, Zagallo, porque o TCU, parafraseando aquele seu célebre desabafo de 1997, depois da final da Copa América, o TCU não quer te engolir mestre Zagallo; o TCU quer te aplaudir!

Alagoano de Maceió, nascido em 1931, formado no curso técnico de contabilidade, jogador de futebol, técnico não só de grandes clubes brasileiros e estrangeiros, como também da seleção brasileira e de seleções de outros países, coordenador técnico da seleção brasileira, único ser humano a sagrar-se campeão em quatro copas do mundo de futebol, o sucesso de Zagallo, nas palavras de João Havelange, dificilmente poderá ser repetido, sendo ele exemplo único dentro do futebol brasileiro.

Foi também João Havelange, membro honorário da galeria do Grande-Colar do Mérito do TCU, agraciado no ano de 2004, quem disse que Zagallo tem de ser reverenciado e visto como exemplo para todas as gerações, não só porque foi campeão em tudo o que fez, mas principalmente porque é um homem digno, e um grande caráter.

Oradores

Essa retidão de caráter, essa honradez, Zagallo aprendeu em casa, com a família. O pai, Haroldo Cardoso Zagallo, alagoano, casado com dona Maria Antonieta Lobo Zagallo, jogou futebol pelo CRB de Maceió, e veio para o Rio de Janeiro em 1932, quando o menino Zagallo estava com oito meses de idade. Nessa época, o casal já tinha também o outro filho, mais velho que Zagallo, Fernando Henrique.

A família se instalou na Tijuca. Como decorrência natural dessa determinante geográfica, o pai se tornou sócio do clube do bairro, o América Football Club, o América do Rio, clube cujo time tem como símbolo e mascote aquele conhecido diabinho vermelho que já foi até personagem de histórias em quadrinhos.

Por esse mesmo lance do destino, foi também natural que o menino Zagallo entrasse no mundo do esporte pelas portas do América, convidado a integrar os quadros do clube graças à habilidade que demonstrara no colégio, onde fora campeão de... pingue-pongue!

Chegou a experimentar outros esportes, entre eles natação e voleibol, mas era federado do pingue-pongue, e jogava para valer, disputando, inclusive, torneios de primeira divisão. Mas foi pelas mãos do pai que foi levado da bolinha de celuloide para a bola grande, a bola de couro, a bola definitiva e consagradora do futebol.

Chutava com a perna esquerda (embora pegasse na raquete de pingue-pongue com a direita), e por isso jogava na meia esquerda, posição onde havia muitos concorrentes. Foi aí que, em 1948, aos dezessete anos "teve uma visão", como gosta de dizer. Passou a atuar mais avançado, na ponta esquerda, para poder ter chances de se destacar dos companheiros de clube.

E conseguiu. Nunca mais deixou de ser destaque. Em 1950, ainda menino, dezoito para dezenove anos, ultrapassou a idade limite para atuar como ju-

Oradores

venil e veio a proposta: ser contratado como profissional pelo Flamengo. O pai, apesar de incentivador do esporte, não queria que o filho fosse jogador profissional de futebol. Era atividade malvista na época, ganhava mal, não era profissão de respeito.

Foi o irmão mais velho, Fernando Henrique, quem negociou as coisas em casa e no clube, venceu as resistências e possibilitou a Zagallo assinar seu primeiro contrato profissional com o Flamengo, clube onde se sagraria tricampeão carioca nos anos de 1953, 1954 e 1955.

Essas conquistas, aliadas à maior divulgação de seu estilo de jogar, estilo que ele próprio desenvolveu, como ponta esquerda que avançava, mas que recuava para auxiliar na marcação do meio de campo, levaram-no a ser convocado para a seleção brasileira que iria disputar a Copa de 1958 na Suécia.

Nessa Copa se consagrou como o "formiguinha", como o apelidou o locutor Geraldo José de Almeida, porque era pequeno e magrinho, mas incansável, ia e vinha, atacava e voltava, ajudando no meio de campo e na defesa.

Carlos Alberto Parreira iria apelidá-lo, anos depois, de "Mister 4-3-3", porque foi ele que, em 1958, inventou o esquema 4-3-3 no futebol brasileiro e mundial, variação do até então tradicional 4-2-4, já que, ao atuar como ponta recuado, dando cobertura ao lateral Nilton Santos, modificava o esquema tático da equipe e inaugurava um modelo que seria copiado por muitos clubes.

Campeão do mundo ao lado de Pelé e outros craques de 1958, Zagallo, ao retornar ao Brasil transferiu-se para o Botafogo, clube onde seria campeão carioca nos anos de 1961 e 1962, e pelo qual seria novamente convocado para a Copa de 62.

Depois que regressou do Chile bicampeão do mundo, Zagallo permaneceu no Botafogo até encerrar a carreira como jogador, em 1965, aos 34 anos de idade.

Oradores

Começava aí a construir uma carreira onde iria obter ainda mais glória, a carreira de treinador de futebol.

E foi campeão pelos juvenis do Botafogo logo no primeiro ano, em 1966. E assumiu a equipe principal em 1967, e foi bicampeão carioca, em 1967 e 1968. E o sucesso não pararia mais, até ser convidado para ser treinador da seleção na Copa de 1970.

Daí para a frente, o resto é história. Voltou do México tricampeão mundial, respeitado por Pelé e toda a equipe. Foi campeão em todos os clubes onde passou, Fluminense em 1971, Flamengo em 1972, um rol de conquistas difícil de reproduzir aqui.

Em 1994, foi convidado pelo presidente da CBF, Ricardo Teixeira, para ser coordenador técnico da seleção. Uma novidade. Fez dupla com o antigo companheiro e amigo Parreira, e o resultado foi o que se viu: Brasil tetracampeão do mundo de futebol.

No início de 1998, recebeu, em Rotenburg, Alemanha, o troféu *World Football-Gala*, edição 1997, escolhido o melhor técnico de futebol do mundo.

Zagallo é isso, competência, habilidade e determinação em tudo o que faz. E o resultado é: sucesso estrondoso por onde quer que passe.

Sorte? Talvez, mas aliada a muita, muita dedicação. Estudioso do futebol, é o maior autodidata da história do esporte, nas palavras de Carlos Alberto Parreira. Encerrou a carreira de treinador no Flamengo, em 2001 (campeão, para variar), e foi novamente coordenador técnico da seleção em 2006, na Alemanha, mas não está nem aposentado, nem desempregado, foi o que disse a um repórter que o entrevistou no aniversário de 79 anos, no último dia 9 de agosto.

Apaixonado pelo futebol, ontem, hoje e sempre. É o que continua a ser.

Oradores

Há controvérsias sobre a cor do valente coração do tetracampeão. Diz-se no Flamengo que tem corpo e alma rubro-negra, mas os botafoguenses reivindicam para si a glória de tê-lo como torcedor. Há quem afirme, ainda, que na verdade seu coração bate mesmo é pela primeira paixão, o América, onde o pai foi sócio benemérito e chegou a contribuir para a colocação dos refletores no campo de futebol da Rua Campos Sales, na Tijuca.

Zagallo não diz nem que sim, nem que não. Sua paixão declarada é a "amarelinha", como carinhosamente chama a camisa da seleção brasileira.

Amor pelo Brasil. Competência. Dedicação. Caráter. Decência. Ética. Humildade.

São todas palavras recorrentes na voz dos que sobre ele se manifestam.

E em troca de toda essa dedicação à causa do esporte brasileiro, o TCU deseja demonstrar sua gratidão ao mestre Zagallo.

E veja, Zagallo, que "Gratidão do TCU" tem treze letras.

Fazemos votos de que o Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União leve felicidade a você a e a sua tão valorizada família, sua esposa, dona Alcina, seus filhos Maria Emília, Paulo Jorge, Maria Cristina e Mário Cezar, e seus netos. Nossos parabéns, "Velho Lobo", exemplo imortal.

E agora, senhoras e senhores, reproduzindo o que tem sido a praxe nas edições especiais, comemorativas de fim de ano da revista "Veja", também nesta solenidade comemorativa de fim de ano reservamos a última página ao editor Roberto Civita.

E seguindo o bom exemplo de "Veja", nós do TCU reservamos para o fechamento desta edição comemorativa uma última página com a narrativa de sua bem-sucedida trajetória de vida.

Oradores

Roberto Civita nasceu em Milão, norte da Itália, em 1936, filho do também italiano, milanês de alma e coração, embora nascido em Nova Iorque, Victor Civita, fundador do Grupo Abril, e da bela italiana de olhos azuis, Sylvana Alcorso, filha de bem situada família de Roma.

Em 1939, os pais de Roberto Civita, ambos de famílias judias, deixaram a Itália para fugir à perseguição antissemita que se agigantava por toda a Europa, e decidiram rumar para os Estados Unidos, tendo passado antes por Londres e pela França. Levavam consigo os dois filhos, Roberto Civita, então com três anos de idade, e Richard Civita, que havia recém nascido durante a viagem, em Londres.

Os poucos anos do pequeno Civita talvez não lhe permitam se recordar da viagem, feita no imponente navio Rex, o mais famoso navio italiano de então, orgulho da indústria naval italiana.

Em Nova Iorque passou toda a infância. Quando mal ingressara na adolescência, o pai, de espírito inquieto, louco por fazer, por inovar, já projetava mudar-se para o Brasil. Aliado ao irmão César Civita, dois anos mais velho, Victor Civita pretendia abrir no Brasil uma editora para publicar as revistas Disney, empresa que se traduzia na ampliação dos negócios da "Editorial Abril" que César Civita mantinha em Buenos Aires, onde, sob licença de Walt Disney, publicava *El Pato Donald* e outras revistas da marca na América do Sul.

Assim, em princípio de 1950, antes de completar 14 anos de idade, Roberto Civita desembarcava no Brasil para embarcar na aventura editorial do pai. Naquele mesmo ano, precisamente no dia 12 de julho de 1950, a Editora Abril lançava o primeiro número de sua primeira revista, "O Pato Donald".

De fato, o tempo passou e oito anos mais tarde, já rapaz, aos 22 anos, Roberto Civita começou a trabalhar na Editora Abril, ainda nos escritórios que a empresa ocupava no 9° andar do número 118 da rua João Adolfo.

Oradores

Havia estudado o jovem herdeiro. Cursou economia e jornalismo na *Warthon School*, da Universidade da Pensilvânia, e pós-graduou-se em sociologia pela Universidade de Columbia, Ohio, nos Estados Unidos. Depois de formado, passou um ano fora do país, e nesse período esteve no departamento de assinaturas da revista americana "*Time*".

De volta ao Brasil e à editora, aos poucos adquiria experiência ao lado do pai e começava a galgar postos cada vez mais importantes. Foi diretor de publicidade e primeiro diretor de redação da revista "Realidade", lançada em 1966.

Dez anos de depois de ingressar na empresa, ainda muito jovem, em 1968, aos 32 anos de idade, copiava o exemplo do pai na audácia e assumia o desafio de dar vida à revista VEJA, a publicação que vinha imaginando criar desde a sua chegada à editora, em 1958.

Eram tempos politicamente difíceis aqueles pelos quais passava o país. A Editora Abril, que naquele ano iria se transferir da rua João Adolfo para o prédio na Marginal do Tietê, até então, por influência de Victor Civita, não se interessava por publicações na área da política e do jornalismo. VC, como era conhecido de todos na empresa, entusiasmava-se com os fascículos culturais, a enciclopédia Conhecer, os Gênios da Pintura, coleções de clássicos da literatura, e outras publicações do gênero.

Foi preciso a veia jornalística do filho Roberto, desenvolvida nos bancos da *Warthon School*, para introduzir a editora no universo político do país com a revista "Veja".

Censurada, pressionada exatamente por ser o veículo que é, independente, que fala o que tem de ser falado, a revista demonstra estar atenta ao que o fundador do jornal francês *Le Monde* disse ser o papel da imprensa: "dizer a verdade, custe o que custar, sobretudo se custar".

Oradores

Seguindo essa missão editorial, desde a primeira edição, levada ao público em 11 de setembro daquele ano, "Veja", com o entusiasmo do início, mesmo depois de mais de quarenta anos de permanente sucesso, mantém-se fiel ao que se propôs a ser, "a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros".

À frente da empreitada, seu editor, Roberto Civita, venceu todos os obstáculos e soube transformar a marca editorial criada pelo fundador do Grupo Abril, e foi se transformando, até fisicamente, na figura do pai, Victor Civita.

Estava maduro para os negócios, pleno aos 54 anos de idade, em 1990, quando, em circunstâncias dolorosas, assumiu a presidência do Grupo Abril após o falecimento do pai, ocorrido em 24 de agosto de 1990.

Os desafios foram enfrentados com o mesmo entusiasmo e dedicação do fundador, e Roberto Civita, atual presidente do conselho de administração e diretor editorial do Grupo Abril, transformou o negócio do senhor Victor no maior empreendimento editorial e gráfico da América Latina, com mais de trezentos títulos publicados, verdadeiro império do qual fazem parte ainda as editoras Ática e Scipione, líderes no segmento de livros didáticos, e que se estende ainda pelas telecomunicações, com a emissora MTV Brasil e a TV por assinatura TVA.

Surpreendente crescimento para um grupo empresarial que há apenas sessenta anos iniciava suas atividades em uma pequena sala na Rua Líbero Badaró, no centro de São Paulo, com uma secretária, um telefone e meia dúzia de colaboradores, e que, em 1954, aos quatro anos de vida empresarial, seu fundador, o controlado Victor Civita, punha os filhos Roberto, então com 18 anos, e Richard, com 15, para vender revistas na rua, antes de ingressarem para valer na editora.

Entusiasmo e dedicação parecem estar no sangue italiano da família Civita. Ao completar cinquenta anos de trabalho na Abril, em 2008, Roberto Civita declarou: "Lembro que disse ao meu pai que se ele não me pagasse para trabalhar na editora, eu arranjaria dinheiro para trabalhar nela. Eu amo a Abril".

Oradores

Bem, senhores, esse é o brevíssimo resumo da trajetória exitosa e fascinante de Roberto Civita, um homem notável, um executivo brilhante e competente, e da marca editorial que o caracteriza, e que imprimiu de forma permanente na memória da sociedade brasileira, a revista "Veja", publicação que é, segundo afirmou em 2008, ao discursar na cerimônia de comemoração dos quarenta anos da revista, "a maior, a mais influente e a mais prestigiada revista brasileira", e que na essência tem muito em comum com este tribunal, porque também fiscaliza, audita os gastos públicos, debruça-se sobre a gestão pública com o propósito, também comum ao deste tribunal, de fazer prevalecer a verdade acima da versão.

Com seus milhões de leitores fiéis, acredito que "Veja" perca em tiragem apenas para a Revista do TCU, doutor Roberto, e, como supervisor do conselho editorial de nossa revista, posso, com tranquilidade, assegurar isso a Vossa Senhoria.

Como pode perceber esta seleta audiência, o Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União vem abrilhantar a trajetória do jornalista, economista e sociólogo Roberto Civita, e cobre de gala não só o seu próprio nome, já tão destacado no cenário nacional e internacional, mas também o nome de seu saudoso e reverenciado pai, Victor Civita, e do Grupo Abril por ele criado e atualmente sob a dinâmica e inovadora presidência do filho e continuador do sonho do notável milanês.

Seja sempre bem-vindo nesta Casa, doutor Roberto Civita.

Chegamos ao fim desta jornada, caríssimos homenageados. Gostaria ainda uma vez mais de lhes dizer que, ao escolher seus nomes para receber o Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, não nos moveu o propósito de perfilá-los pelo aspecto da inteligência, apenas, ou da genialidade. Acima da capacidade intelectual que os caracteriza a todos, pesou na escolha o critério a que antes me referi, o espírito de servir à coletividade, presente em todos os agraciados.

Oradores

Contamos, doravante, com o talento, com a colaboração dos agraciados de hoje, membros honorários que se tornam do Tribunal de Contas da União, para que nos auxiliem a melhor servir ao nosso país, em busca de homenagear o interesse público.

Emprestem o talento de que são detentores, a sua disposição em fazer, em realizar, e empreguem-no, cada um em suas searas, na cruzada a que nos dedicamos diariamente, aqui, neste plenário.

Assim procedendo, estarão honrando a comenda com que hoje são agraciados, e seu exemplo sinalizará aos homens públicos deste país que podemos mudar, que a transformação social com que sonhamos é possível, basta que nos empenhemos e nos dediquemos. Muito obrigado. Parabéns a todos, mais uma vez.

Benjamin Zymler
Ministro

ROBERTO CIVITA

Em nome dos homenageados

É uma enorme honra para mim receber, nessa data, a distinção que o Tribunal de Contas da União me concede, com o Grande-Colar do Mérito, a qual agradeço emocionado.

Ao manifestar minha gratidão por esta homenagem, falo também em nome dos demais agraciados desse ano.

Como o ilustre Ministro Benjamin Zymler demonstrou tão eloquentemente, meus colegas de distinção são pessoas de extraordinárias biografias que,

Oradores

apesar das diversas áreas de atuação, têm em comum o agudo senso de servir ao Brasil.

O Dr. Adib Jatene colocou o Brasil no mapa mundial da cirurgia cardíaca de ponta.

Carlos Átila Alvares da Silva, diplomata de carreira e Ministro deste tribunal, que presidiu com responsabilidade e brilho inovador no biênio 1992/1993.

Ministro Carlos Chiarelli será lembrado por ter apontado com coragem pioneira a falência da educação pública brasileira, nas palavras dele, então, "um sistema em que os professores fingem que ensinam, os alunos fingem que aprendem e o governo finge que controla".

O Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, nosso saudoso JK, desbravou o cerrado e iniciou a modernização da nossa economia, abrindo caminho para um futuro de riquezas e conquistas para o país.

Mario Jorge Lobo Zagallo aliou nos campos a inteligência dos esquemas táticos ao sacrifício da individualidade em favor do desempenho coletivo.

É uma enorme honra para mim representá-los aqui. Em contraste com muitas outras instituições da República, o Tribunal de Contas da União carrega no nome a definição de sua função. Aqui se julga, em última análise, se o homem público a quem foi dado a responsabilidade de administrar o dinheiro do povo arrecadado pela União o fez com probidade e eficiência. Em caso negativo, o TCU tem poderes para sustar projetos, multar e pedir providências judiciais contra os responsáveis por malfeitorias – seja o suspeito o Presidente da República ou um simples almoxarife.

O TCU é um órgão de aconselhamento do Poder Legislativo em questões contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais. Mas louve-se aqui a

Oradores

sabedoria do legislador constitucional que cuidou de não submeter o Tribunal de Contas da União ao Congresso, unindo-os por laços de cooperação, sem submissão.

Com isso, o constituinte deixou claro a sua intenção de que o TCU fosse um órgão de fiscalização poderoso, independente, temido, atuante, um sol permanente a iluminar os gabinetes federais – e um poderoso instrumento do Governo no combate à corrupção e no aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

Isso é essencial não apenas para respeitar a lei, preservar a ética e reduzir a impunidade que nos assola, mas também para coibir o desperdício e a corrupção e assim multiplicar os recursos disponíveis para a realização de obras e programas fundamentais.

É justo enfatizar que o TCU tem exercido seu papel constitucional com exemplaridade.

As evidências estão nas páginas da imprensa, quando membros do executivo impedidos de gastar à doida são lembrados por essa casa do sentido mais amplo da palavra "desgoverno."

O TCU foi acusado recentemente de "atrasar as obras do PAC", de "interferência", de "fazer exigências exageradas" e de "se preocupar até com preço de sabonete."

Como editor, posso atestar que, naquilo em que nossas funções se assemelham, a fiscalização da coisa pública pela apuração sistemática e rigorosa dos fatos, as reações que provocamos são as mesmas. Nós as tomamos como sinal de que estamos fazendo bem o nosso trabalho. Elas nos estimulam, nos gratificam e reavivam a altaneira missão divisada por Rui Barbosa, o grande brasileiro que também foi padrinho deste tribunal.

Oradores

> A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça.

Espero sinceramente que para o TCU também sejam bálsamo as críticas de interesses localizados quando contrariados pela defesa do bem público e da desprotegida maioria dos brasileiros.

Espero também que comunguem comigo a sensação de que por mais que tenham feito muito ainda há por fazer na fiscalização e, principalmente, na punição dos responsáveis por subtrair o erário.

Existem poucas tentações mais irresistíveis do que a de malgastar o dinheiro dos outros. Esse impulso malsão fica ainda mais forte quando o dono do dinheiro é apenas uma abstração distante e indefesa – o povo. Também por essa razão, as punições exemplarmente severas dos malversadores e dos gestores relapsos precisam se multiplicar no Brasil. Como precisam ser exaltadas as administrações virtuosas e premiados publicamente os exemplos de retidão, de desvelo e escrúpulo.

A propósito, venho sustentando há décadas que a imprensa não deve nunca abandonar o seu papel de investigar e denunciar irregularidades, corrupção, erros e mentiras. Mas também não pode abdicar de procurar os fatos estimulantes, positivos e construtivos. A imprensa não deve ser vista apenas como o anjo exterminador, vingadora, justiceira, destruidora. Deve ser uma força que ajuda a compreender, construir e defender a comunidade, o Estado e o país. Ou seja, é fundamental que a preocupação ética, o triunfo do princípio sobre a conveniência, a responsabilidade junto aos indivíduos, ao público, à nação (e até ao planeta) estejam sempre na balança.

Oradores

Com o duplo balizamento da punição aos malfeitores e a exaltação dos honestos, começará se tornar menos abstrata a idéia de que o dinheiro público tem dono – e um dono em permanente atalaia e pronto para agir com rigor.

As bases morais da atuação do TCU não poderiam ser mais sólidas e cristalinas. Elas foram estabelecidas por Serzedelo Correia. Para tanta gente apenas nome de praça em Copacabana, o paraense Inocêncio Serzedelo Correia, em apenas três anos, de 1890 a 1893, foi ministro da Fazenda, da Justiça e das Relações Exteriores do governo de Floriano Peixoto, o segundo da República.

Ao lado de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, Serzedelo foi um daqueles miraculosos rebentos cívicos de um país que, tendo sido proclamado República, ainda não tinha cidadãos. Foi ele, na Fazenda, o criador do TCU – que nasceu de parto dramático. Floriano tratou como insolência o fato do TCU ter poder de veto sobre as contas do governo. Serzedelo resistiu. O "Marechal de Ferro" colocou-o na cadeia, onde ficou por nove meses.

Serzedelo imortalizou-se com a ainda hoje atualíssima contestação ao Presidente Floriano Peixoto, ignorante da submissão do seu poder a outros poderes constitucionais, quando ele afirmou:

> Quando vossa excelência está dentro da lei e da Constituição, o tribunal cumpre as suas ordens.Quando vossa excelência está fora da lei e da Constituição, o tribunal lhe é superior.

Faço votos de que isso possa continuar sendo cada vez mais assim!

Muito obrigado.

Roberto Civita

Oradores

Presidente UBIRATAN AGUIAR

A entrega do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, em novembro de cada ano, mês em que se comemora o aniversário da criação do TCU, tornou-se tradição nesta Casa. Desde 2003 esta Corte de Contas, por inspiração do então Presidente, Ministro Valmir Campelo, tem anualmente prestado essa homenagem a algumas personalidades merecedoras de especial distinção por seus talentos excepcionais e inestimáveis serviços prestados ao País, cada uma no desempenho das respectivas atividades profissionais.

Hoje, mais uma vez temos a satisfação de nos reunirmos para registrar nosso reconhecimento àqueles que têm contribuído para a construção de uma sociedade mais justa, mais desenvolvida, mais humanitária, mais culta, mais solidária.

Ao reiterar meus cumprimentos aos ilustres homenageados, quero também parabenizar o Conselho do Grande-Colar, integrado pelos Ministros titulares deste Tribunal, pela excelente seleção dos nomes dos agraciados. Foram eleitos para receber a Comenda expoentes de diversas áreas – como a saúde, a educação, a comunicação, o controle externo e o esporte – que fizeram jus à admiração e ao aplauso de todos nós.

Por mais diversificados que sejam os campos de interesse desses nobres cidadãos selecionados para receberem a Condecoração, suas atuações e trajetórias constituem variações em torno de um ponto comum: o engrandecimento do País. Daí o respeito e a estima que têm despertado no povo brasileiro.

Assim, a escolha feita pelo mencionado Conselho reflete, em sua essência, a preocupação com o alcance dos objetivos fundamentais da nossa República, com ênfase para a promoção do bem-estar de todos. Tal decisão se coaduna perfeitamente com o pensamento otimista de Juscelino Kubitschek, que afirmou crer na “vitória final e inexorável do Brasil, como Nação”.

Oradores

Com efeito, a educação e a saúde são os pilares para o desenvolvimento de qualquer país. Não há como erradicar a pobreza ou reduzir as desigualdades sociais sem investimentos expressivos e de qualidade nessas áreas. A comunicação e o controle, por sua vez, são instrumentos relevantes e indispensáveis para a manutenção da democracia, que norteia o nosso Estado. Por fim, o esporte, em especial o futebol, é a paixão do povo brasileiro, capaz de mobilizar todos, sem distinções.

Prezada Senhora Anna Christina Kubitschek – Presidente do Memorial JK, a qual, na qualidade de guardiã do patrimônio, providenciará que a insígnia seja agregada ao acervo daquela Instituição –, Senhora Alejandra Kubitschek Bujones e Senhor João César Kubitschek Lopes, que representam nesta oportunidade o inesquecível ex-presidente da república Juscelino Kubitschek.

Prezados Senhores Adib Jatene, Carlos Alberto Gomes Chiarelli, Carlos Átila Álvares da Silva e Roberto Civita.

Para finalizar a presente solenidade, faço questão de repetir o que disse por ocasião da entrega do Grande-Colar em 2009, pois demonstra o significado dessa homenagem: "a comenda que hoje lhes é entregue se ilumina de justiça, engrandece quem a concede, emblema o pórtico da cidadania e constrói no exemplo a história da Nação".

Que as profícuas realizações dos notáveis brasileiros distinguidos com essa condecoração sirvam de modelo e inspiração aos contemporâneos e às gerações vindouras.

Muito obrigado.

Ubiratan Aguiar
Presidente do TCU e Chanceler do Grande-Colar

2011 | Homenageados

Data da Cerimônia: **09/11/2011**

Assista aqui: Vídeo da Cerimônia 2011

Delfim Netto

Representante:
Alberto Alves

Nascimento:
1º de maio de 1928,
São Paulo, SP.

Renomado economista, professor universitário, pesquisador, político e administrador. Antônio Delfim Netto foi Embaixador do Brasil na França no período de 1975 a 1978 e Ministro da Fazenda, da Agricultura e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, onde ficou até 1985. Iniciou a carreira parlamentar no ano seguinte como Deputado Federal, reelegendo-se por mais três legislaturas.

Ellen Gracie Northfleet

Nascimento:
16 de fevereiro de 1948,
Rio de Janeiro, RJ.

Jurista e professora de Direito Constitucional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-RS, foi inicialmente Procuradora do Ministério Público Federal, tendo ingressado depois no Tribunal Regional Federal da 4ª Região e no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Foi a primeira mulher a integrar e a presidir a mais alta Corte do País, o Supremo Tribunal Federal.

Ministro Humberto Guimarães Souto

Nascimento:
3 de junho de 1934,
Montes Claros, MG.

Iniciou a vida pública como Vereador em sua cidade natal, sendo depois eleito Deputado Estadual. Exerceu seis mandatos consecutivos de Deputado Federal, foi líder do governo na Câmara dos Deputados em 1991 e 1992. Em 1995, foi nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União e presidiu a Casa no biênio 2001/2002. Retornou à política em 2006, reelegendo-se Deputado Federal pela sétima vez.

Jorge Gerdau Johanpeter

Nascimento:
8 de dezembro de 1936,
Rio de Janeiro, RJ.

Empresário, sua escalada teve início na década de 1960, quando decidiu expandir os negócios da família. Comprou a fábrica de arames São Judas, em São Paulo. Em seguida, a Siderúrgica Açonorte, em Pernambuco, e, em 1972, adquiriu a Companhia Siderúrgica da Guanabara. Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau, no qual trabalha desde 1954, tem forte atuação na busca pela eficiência e qualidade da gestão nos setores público e privado. Preside a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade do Governo Federal e tem atuação destacada, também, no Movimento Brasil Competitivo, no Conselho Superior do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade e no Conselho de Governança do Movimento Todos pela Educação.

Marco Maciel

Nascimento:
21 de julho de 1940,
Recife, PE.

Professor, advogado, político e escritor. Marco Antônio de Oliveira Maciel iniciou a vida política como Deputado Estadual. Foi duas vezes Deputado Federal e exerceu a presidência da Câmara dos Deputados. Governador do Estado de Pernambuco, elegeu-se Senador por três mandatos. Integrou o Conselho da República e exerceu os cargos de Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República e de Ministro da Educação e Cultura. Foi, também, Vice-Presidente da República em dois mandatos.

Ricardo Coimbra de Almeida Brennand

Nascimento:
27 de maio de 1927,
Recife, PE.

Graduou-se em Engenharia Civil e Mecânica pela Universidade Federal de Pernambuco. Começou a vida de empreendedor na Usina São João e acabou por se tornar um "criador de fábricas", segundo ele mesmo se define. Fundou o Instituto Ricardo Brennand, que recebe anualmente milhares de visitantes e cujo acervo inclui a maior coleção privada de pinturas de Frans Post, armas antigas e livros raros.

Oradores

Ministro AUGUSTO NARDES

Em nome do Tribunal

O Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, criado em 2003, por iniciativa do eminente Ministro Valmir Campelo, decano desta Corte, tem por objetivo condecorar, anualmente, personalidades nacionais ou estrangeiras que, por seus méritos excepcionais ou por relevante contribuição ao controle externo e ao país, tenham-se tornado merecedoras de especial distinção.

A escolha dos agraciados, feita pelo Conselho do Grande-Colar, composto pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e pelos ministros titulares do TCU, é missão ao mesmo tempo árdua e reconfortante. Árdua pela dificuldade de escolher apenas seis personalidades, dentre brasileiros e estrangeiros, com tais predicados; reconfortante, pela oportunidade que tem o Tribunal de poder homenagear figuras cuja trajetória de vida tem se emoldurado como exemplo para nós próprios e para as gerações mais moças.

Sinto-me lisonjeado por ter sido designado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União, na qualidade de Chanceler do Grande-Colar, para saudar os homenageados com a comenda neste ano de 2011.

Em nome do Tribunal de Contas da União, quero, desde logo, agradecer a presença de todos aqui reunidos, membros desta Corte, agraciados, seus familiares e amigos, diletos servidores, senhoras e senhores, para prestarmos esta justa e afetuosa homenagem às seguintes personalidades brasileiras: Professor Delfim Netto; Ministra Ellen Gracie; Ministro Humberto Souto; Empresário Jorge Gerdau; Senador Marco Maciel e Empresário Ricardo Brennand.

Vejam, senhoras e senhores, que os homenageados formam um time de primeira grandeza, que vem prestando, de longa data e em suas respectivas áre-

Oradores

as de atuação, contribuições inestimáveis aos destinos do Brasil e da melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

Peço licença ao cerimonial porque, lembran-do-me da sempre atual lição do meu velho pai, que me orientava a dar primazia às damas, em especial nesta época de amplos movimentos para promoção da igualdade de gênero, gostaria de iniciar falando um pouco dessa extraordinária mulher que se transformou na primeira a assumir uma cadeira no Supremo Tribunal Federal, e desejo que os efeitos da justa homenagem pessoal que ora fazemos se estendam a cada uma das bravas cidadãs deste nosso imenso Brasil.

Refiro-me, naturalmente, à Ministra emérita do STF, Ellen Gracie.

Ellen Gracie Northfleet é carioca de nascimento e gaúcha de coração, e representa exemplo perfeito do pensamento de Leonardo da Vinci de que "a simplicidade é o último grau de sofisticação".

Filha de José Barros Northfleet e Dona Helena Northfleet, é mãe de Clara, hoje advogada em Porto Alegre. Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Guanabara, porém ao fim do primeiro ano de estudo superior transferiu-se com a família para Porto Alegre e lá, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais e pós-graduou-se em Antropologia Social.

Ellen Gracie é professora de Direito Constitucional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Rio Grande do Sul) e, além das inúmeras funções nos âmbitos nacional e internacional já exercidas, foi Procuradora da República por quinze anos.

Já na magistratura, Ellen Gracie integrou o Tribunal Regional Federal da 4ª Região onde exerceu a vice-presidência e a presidência, tendo atuado também no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

Oradores

Nomeada pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, Ellen Gracie tornou-se a primeira mulher a integrar a Suprema Corte Brasileira em 14 de dezembro de 2000, cargo que ocupou até 8 de agosto do corrente.

Durante a década que integrou o Supremo Tribunal Federal, a ministra Ellen Gracie também atuou no Tribunal Superior Eleitoral e presidiu o STF e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Nos julgamentos sempre era objetiva, raramente lia um voto, preferia sintetizá-lo, e defendia medidas para agilizar os julgamentos. Ficou conhecida por sempre manter a firmeza sem perder a classe.

Rápida, técnica e direta, adjetivos que bem caracterizam a postura e a atuação profissional da ministra no STF.

Assim, sua presidência no Supremo Tribunal Federal foi associada à essa marca de agilidade, modernidade e eficiência, uma vez que adotou uma série de medidas a fim de tornar a máquina judiciária mais ágil e eficaz.

Foi na sua gestão que o Supremo Tribunal Federal iniciou o processo de certificação digital, que serviu de base para a tramitação do processo eletrônico naquela Corte, e implantou instrumentos jurídicos para racionalizar a tramitação de processos.

Institutos como a Súmula Vinculante e a Repercussão Geral começaram a ser utilizados ainda na sua gestão, inclusive com a edição das três primeiras súmulas vinculantes pelo Tribunal.

O empenho da ministra surtiu efeito e hoje a demanda de processos no STF diminuiu de forma significativa. Em 2007 eram 100 mil agravos de instrumento e recursos extraordinários autuados no STF, e já em 2010, com os dois institutos consolidados, a demanda desses recursos caiu para 63 mil.

Oradores

Ministra Ellen Gracie, a Senhora honrou a missão para a qual foi designada, pelo exercício impecavelmente independente e imparcial da tarefa insigne que lhe foi atribuída, sendo um exemplo ao nosso país!

Obrigado por tudo!

O próximo homenageado a quem dirijo a palavra é quase uma lenda dentro do Tribunal de Contas da União. Refiro-me ao Ministro emérito desta Corte, Humberto Guimarães Souto.

Não tive a oportunidade de conviver com o ministro Humberto Souto no Tribunal de Contas da União, até porque aqui cheguei, em 2005, assumindo exatamente a vaga deste digno ministro do TCU, que, então, se aposentava compulsoriamente, colhido pela regra constitucional.

Todos no Tribunal conhecem a trajetória desse mineiro de Montes Claros, filho de Américo Souto e Maria da Conceição Guimarães, a Dona Quita, viúvo da saudosa Dona Lia, esposa e companheira de toda a sua vida.

Humberto Souto assumiu o cargo de ministro do TCU em 1995, após ter exercido o mandato de deputado federal por seis vezes, uma delas como Deputado Constituinte.

Relembro que o Ministro Humberto Souto já havia sido, no início da vida política, Vereador e Deputado Estadual nas Minas Gerais.

Na Câmara dos Deputados, ocupou o cargo de Vice-Presidente da Casa, tendo como Presidente o saudoso doutor Ulysses Guimarães, o qual muitas vezes substituiu no exercício da presidência.

Foi líder de governo e líder de bancada, exercendo forte liderança dentro do Congresso Nacional e enorme influência em importantes decisões do país,

Oradores

especialmente quando estava em construção o arcabouço jurídico-constitucional do Brasil, por meio da Assembleia Nacional Constituinte.

Havendo deixado o TCU em maio de 2004, sua aposentadoria durou pouco.

Retornou à luta eleitoral e mergulhou fundo na política de Minas Gerais. No pleito de 2006, elegeu-se Deputado Federal por seu Estado. No ano seguinte, 2007, regressou à Câmara de Deputados para o exercício do sétimo mandato federal.

Naquela ocasião, apenas confirmava o prognóstico dos antigos companheiros de Plenário do TCU, que, quando da sua aposentadoria, já diziam, num pujante exercício de *feeling* político, seu iminente retorno à vida pública.

O Brasil não podia prescindir dos seus serviços à nação! Político por vocação e por excelência, Advogado e Contador por formação. Esse o cabedal que o Ministro Humberto Souto trouxe para o TCU.

Revendo os registros históricos do Tribunal, encontro a ata da sessão do Plenário desta Corte de Contas em que os membros do colegiado lhe prestaram justa homenagem em virtude de sua aposentadoria.

Nos pronunciamentos, são fartas as referências elogiosas ao ministro, caracterizado como político autêntico e verdadeiro homem público, cuja integridade moral e honradez da conduta enobrecem a categoria e servem de exemplo ao Brasil.

No Tribunal, como na vida, notabilizou-se por essa integridade, que deixou expressa na aparente contradição entre firmeza e emotividade.

Nas palavras do ministro emérito, escritor e imortal, Marcos Vinicios Vilaça, seu então companheiro do TCU:

Oradores

> era emotivo, pois sabia que coração é a raiz da palavra coragem e que para ser democrata é preciso não ter medo; cultivava uma rudeza meio ensaiada para fugir das emoções, mas tudo não passava de autoproteção. Dava gosto vê-lo no exercício da teimosia, só que, como ocorre com alguns homens públicos, a sua teimosia é de utilidade pública.

Na presidência desta Corte, deixou legado inesquecível, pois conseguiu resolver problemas que se arrastavam há alguns anos na Casa e que preocupavam todo o Tribunal.

Como exemplo, na área administrativa, lembro que estabeleceu a organização interna do TCU, por meio da legalização dos seus quadros de pessoal e obteve conquista de valor inestimável: articulou a aprovação no Congresso Nacional da Lei n° 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispôs sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União.

Todos no TCU, indistintamente, lhe são gratos seja pelo ímpeto com que defendia e defende a Corte e qualquer dos seus membros e servidores, seja pelos enormes benefícios que sua atuação trouxe ao Tribunal e ao Brasil.

Junto-me a essas vozes. Muito obrigado, Ministro Humberto Souto!

O homenageado ao qual me refiro a seguir é pernambucano, natural de Cabo de Santo Agostinho, cidade povoada pelos índios Caetés e que viu o explorador e integrante da caravana de Cristóvão Colombo, Vicente Pinzón, aportar em suas praias, antes mesmo de Cabral.

Orgulhou-se, também, de ter sido o local de batismo do abolicionista Joaquim Nabuco, e viu nascer, no primeiro quarto do século XX, este outro grande brasileiro que ora homenageamos:

Ricardo Coimbra de Almeida Brennand.

Oradores

Filho de dona Dulce e Antônio Luiz de Almeida Brennand, oriundos de família de ascendência inglesa, Ricardo Brennand nasceu na Usina Santo Inácio, no município do Cabo, Pernambuco, e aos quatro anos foi morar no Engenho São João.

Fez seus primeiros estudos no Colégio Marista e no Oswaldo Cruz, ambos no Recife e, aos 22 anos, graduou-se em engenharia civil e mecânica pela Universidade Federal de Pernambuco, mesma idade com que se casou com dona Graça, com quem teve oito filhos: Ricardo Filho; Antônio Luís; Catarina Maria; José Jaime; Maria de Lourdes; Renata; Patrícia e Paula.

Começou a vida de empreendedor na Usina São João e acabou por se tornar um "criador de fábricas", segundo ele mesmo se define. Fez diversas delas: de cimento; de vidros; etc.

Afirma sempre que não é artista. Artista, sustenta ele, é seu primo, Francisco Brennand. No entanto, marcou para sempre a cultura e a arte de Pernambuco e do país, ao fundar, em 2002, o Instituto Ricardo Brennand, por onde passam anualmente milhares de pessoas.

Iniciativa raríssima neste país, abriu mão de patrimônio próprio para fundar uma organização privada, sem fins lucrativos, dedicada exclusivamente à promoção da cultura, da arte e da história do país.

O Instituto Ricardo Brennand é, na adequada definição da Fundação Joaquim Nabuco, "um gesto de crença e de amor, uma obra que protege um precioso patrimônio artístico e cultural".

Ali está instalado e protegido um dos maiores acervos de armas brancas do mundo, com mais de 3.000 peças, que Ricardo Brennand iniciou de forma curiosa, com um canivete que ganhou aos doze anos de seu tio homônimo,

Oradores

figura familiar de grande importância na vida do colecionador, e que homenageou dando seu nome ao Instituto que fundou.

Confessa que o melhor da sua obra é ver as crianças de escolas públicas recebendo mais informações sobre parte da história do país. Aliás, em várias ocasiões, é possível vê-las, aos grupos, nas dependências da Fundação, onde são recebidas por monitores que lhes explicam parte de nossa evolução histórica, tendo como base o acervo do Brasil Colônia.

Admira e coleciona as pinturas de Frans Post. Seu acervo detém a maior coleção mundial desse artista. Segundo a opinião de Brennand, foi ele quem melhor pintou as paisagens do nosso Brasil, quando aqui esteve integrando a comitiva de Nassau.

Na página do Instituto Ricardo Brennand na *internet* está grafada uma frase do poeta português Fernando Pessoa que se amolda com perfeição à contribuição de Ricardo Brennand: "Deus quer, o homem sonha, a obra nasce".

Meu caro Ricardo Brennand! O Tribunal de Contas da União se soma às vozes do Estado de Pernambuco e do país para lhe agradecer por haver sonhado esse sonho cultural, por haver legado a nossa história essa importante contribuição.

Povo que não cultua suas tradições, suas raízes, sua história, é um povo sem norte, sem horizonte, sem destino. O senhor deu um pouco mais de rumo para o Pernambuco e o Brasil.

Que esse nosso gesto de gratidão lhe seja também caro como uma de suas preciosas peças de coleção.

Parabéns Ricardo Brennand!

Senhor Presidente.

Oradores

Senhores Ministros.

A gratificante tarefa de saudar em nome do TCU os três primeiros homenageados desta manhã se amplia sobremaneira e se reveste de caráter quase pessoal diante dos três outros agraciados desta solenidade, porque eles cruzaram minha vida pública de modo muito especial.

Como Deputado Federal, tive a honra de fundar e presidir, no ano de 1996, a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa no Congresso Nacional.

Nessa época, e desde então, pudemos nós parlamentares dar nossa contribuição ao país. Iniciamos o movimento para simplificar a vida do micro e do pequeno empresário, objetivando uma redução da burocracia na gestão dessas empresas. Com isso obtivemos a aprovação da Lei do Simples (Lei 9.317, de 5 de dezembro de 1996).

Há época, muitas das 600 mil empresas então informais migraram para a formalidade e se cadastraram no novo sistema; hoje se aproxima a marca de 6 milhões de brasileiros empreendedores que passaram a ter a dignidade da cidadania plena, já que, de um lado, recolhem seus impostos, e de outro possibilitam que outros milhões tenham carteira assinada e contribuam para a Previdência.

Antes do Simples eram 12 tributos e contribuições pagos pelos pequenos e microempresários, e hoje somente 1 é recolhido.

Na troca de ideias e na aprovação das matérias da Lei do Simples, tive o privilégio de conviver com esses três agraciados que a seguir homenageamos.

Inicio pelo renomado economista, professor, pesquisador, político, ministro de Estado, embaixador, administrador, e, por que não dizer, conselheiro e amigo, Antonio Delfim Netto, aqui representado por Alberto Alves.

Oradores

Ao falar de Delfim Netto, recorro a uma metáfora de uso comum, perfeitamente manejada pelo Professor Roberto Macedo, ao escrever sobre a inestimável contribuição desse economista ao pensamento econômico brasileiro.

[Disse Roberto Macedo] "Delfim Netto já teve muitos chapéus, cada um associado a uma ocupação. Ainda hoje, usa vários deles. Começou modestamente, com um boné, pois trabalhou como *office-boy* de uma empresa".

Graduou-se bacharel em economia pela então Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo.

Logo depois de formado, tornou-se assistente da Cadeira de Estatística Econômica e Econometria e chegou, por concurso, a professor catedrático. Esse seu chapéu de Professor.

Seus trabalhos didáticos e de pesquisa são, naquele momento, voltados para os estudos de problemas da economia brasileira, planejamento governamental e teoria do desenvolvimento econômico. Suas preocupações: ajudar a construir instituições sólidas e efetivas e formar quadros qualificados para fazer face às crescentes necessidades do Brasil. Vestia, então, o chapéu de Pesquisador.

Em 1966, inicia sua ascensão gerencial e política. Dois novos chapéus: de administrador e de político.

Foi nomeado Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo e no ano seguinte assume o cargo de Ministro da Fazenda, época que ficou conhecida como o Milagre Econômico. Nesse período, o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu a uma taxa média acima de 10% ao ano e a construção civil cresceu, em média, 15% ao ano.

Deixou o ministério para ser embaixador do Brasil na França.

Oradores

De volta ao nosso país, assume o Ministério da Agricultura de onde se transfere para o Ministério do Planejamento.

Em 1983, de volta à USP, abraça a cátedra de Análise Macroeconômica. Quatro anos mais tarde, é homenageado pela Universidade com o título de Professor Emérito. Volta, então, a vestir o chapéu da pedagogia.

Elegeu-se Deputado Federal Constituinte em 1986 e em outros cinco mandatos, sempre com atuação destacada no Congresso Nacional e nos destinos da nação brasileira. Neste período, vestia o chapéu do político. Político verdadeiro, que tem o bem comum do povo e o desenvolvimento de sua pátria como horizonte.

Durante esse período, trabalhamos lado a lado no Congresso Nacional e muitas vezes trocamos ideias sobre o Brasil. Nesse interregno, tive em Delfim Netto um conselheiro, um professor, um amigo. E pude desfrutar de sua conhecida veia humorística, de seu temperamento agradável, alegre e divertido. Homem de tiradas inesquecíveis, tão importantes quanto a contribuição que deu à economia do país.

E é com muito prazer que hoje tenho a oportunidade de lhe prestar este agradecimento, em nome do Tribunal de Contas da União, e mais ainda, em nome do Brasil, pelo muito que Sua Excelência fez no Congresso Nacional e, particularmente, o apoio que tive na articulação da Lei do Simples.

Professor Delfim Netto!

Melhor refletindo sobre a metáfora que tomei de empréstimo de Roberto Macedo para ilustrar a sua trajetória de vida, penso que o Senhor sempre vestiu um chapelão tipo aquele *sombrero* mexicano, que se eternizou em nossas mentes durante a Copa do Mundo de futebol de 1970, no México. Esse modelo representa, de fato, uma composição de todos os outros a que me referi.

Oradores

O boné de *office-boy*, representando a simplicidade e a humildade que sempre lhe caracterizou o comportamento. O chapéu de professor e o de pesquisador, pela disposição de estar sempre ensinando e compartilhando suas experiências de tantos anos, e pela preocupação em melhor compreender os problemas que afetam a nação brasileira. O de Administrador e Político quando deu valiosa contribuição à nação por quase meia década como ministro, embaixador e deputado federal.

O Brasil tem muito a agradecer a Delfim Netto!

E o Tribunal de Contas da União orgulha-se de ser o porta-voz nesse agradecimento: muito obrigado, Professor Delfim Netto.

O outro homenageado de hoje com quem tive o prazer de caminhar ao seu lado pela vida pública é o oitavo ocupante da Cadeira nº 39 da Academia Brasileira de Letras, lá recebido em 3 de maio de 2004 pelo Acadêmico Marcos Vinicios Vilaça: o amigo do Brasil,

Marco Antônio de Oliveira Maciel.

Nascido no Recife, esse genuíno fidalgo pernambucano é filho de José do Rego Maciel e de Carmem Sylvia Cavalcanti de Oliveira Maciel.

Para os desportistas e amantes do futebol, uma lembrança carinhosa do pai do nosso agraciado: ele dá nome oficial, glória reservada a poucos, ao estádio do Santa Cruz Futebol Clube, do Recife, o popular "Colosso do Arruda".

Dos três filhos e seis filhas do casal Maciel, só Marco Antônio optou pela vida pública, seguindo o exemplo de seu pai, que foi Promotor Público, Juiz, Secretário de Justiça e da Fazenda de Pernambuco, Deputado Federal, Prefeito do Recife, Consultor-Geral do Estado de Pernambuco.

Oradores

Marco Maciel aprendeu muito bem as edificantes lições do grande homem público que foi seu pai. Optando pela vida pública, exerceu quase tudo o que um cidadão pode desempenhar por seu país. Foi Secretário Assistente da Secretaria de Trabalho e Ação Social do Recife, Assessor Especial do Governo de Pernambuco, membro do Conselho da República, Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República e Ministro da Educação e Cultura no governo José Sarney.

Mas o filho dedicado foi além: tornou-se professor, advogado, político e escritor.

Graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil. É Professor Titular licenciado de Direito Internacional Público da Universidade Católica de Pernambuco.

Começou militando na política universitária na Faculdade de Direito da Universidade Federal em seu estado natal. Foi eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da universidade e, como tal, foi membro do Conselho Universitário da Universidade Federal de Pernambuco, isso aos 20 anos.

Naquela época, conheceu, na universidade, a estudante de Sociologia Anna Maria, que se tornaria sua esposa, com quem veio a ter três filhos: Gisela, Maria Cristina e João Maurício; que lhes deram quatro netos: João Pedro, Luiza, Maria Isabel e Marco Antônio.

Exerceu mandato de Deputado Estadual, foi duas vezes Deputado Federal, numa delas exercendo a presidência da Câmara dos Deputados. Governador do Estado de Pernambuco, Senador por três mandatos, intercalados por dois mandatos consecutivos de Vice-Presidente da República, inclusive passado mais de um ano na Presidência somadas as vezes em que substituiu o Presidente.

Esse o respeitado homem público Marco Maciel, reconhecido por suas excepcionais habilidades como articulador político. No período a que me referi há

pouco, quando tivemos a honra de conduzir a aprovação do Simples, Marco Maciel era o Vice-Presidente da República, e seu apoio no Palácio do Planalto juntamente com o então Presidente Fernando Henrique Cardoso foi determinante para o êxito da iniciativa e para o bom andamento dos trabalhos que nós desenvolvíamos no Congresso Nacional.

Concordo com a Academia Brasileira de Letras quando afirma que

> quem acompanhar a vida do Senador Marco Maciel, vai conhecer alguém que pratica a política como ação missionária, que a faz como virtude, ciência e arte do bem comum, como define Tristão de Athayde.

Obras sobre política, como "Ideias liberais e realidade brasileira", de 1984, e "Educação e liberalismo", de 1987, renderam-lhe a imortalidade na Academia Brasileira de Letras, glória literária que veio se somar à que já ostentava, desde 1992, como titular da cadeira 22 da Academia Pernambucana de Letras.

Jamais deixou de escrever e de publicar na melhor imprensa nacional. Mais recentemente, no ano de 2009, tive o prazer de ler seu último livro "Política das Ideias", no qual reúne artigos publicados e discursos proferidos na tribuna do Senado Federal. É o mais recente produto do trabalho do escritor e imortal incansável na expressão das suas ideias por meio de palavras, e de transformar essas palavras em ações, em programas, em obras para seu povo e seu país.

Como visto, são numerosos e destacados os serviços prestados por Marco Maciel à nação brasileira. Não são poucos os méritos que o levaram a ser merecedor desta homenagem, que representa o reconhecimento desses méritos por parte do Tribunal de Contas da União.

Oradores

Receba, ilustre Senador e Vice-Presidente da República, meu caro amigo Marco Maciel, por meio desta Comenda que lhe ornamenta o busto, o abraço fraterno do Tribunal de Contas da União.

Por fim, Senhores, nossas atenções se voltam para o industrial brasileiro cujo nome é sinônimo de qualidade tanto no setor privado quanto no setor público:

Jorge Gerdau Johannpeter.

Terceiro filho de Curt Johannpeter e de Helda Gerdau, bisneto de João Gerdau, fundador da empresa que toma o seu sobrenome, Jorge Gerdau radicou-se com a família de origem alemã no Rio Grande do Sul, onde cresceu e estudou junto com os três irmãos: Germano, Klaus e Frederico.

Casado e pai de cinco filhos: Carlos; André; Karina; Beatriz e Marta; hoje é avô de oito netos.

Para chegar à presidência do Grupo Gerdau, o rapazinho de quatorze anos conviveu com os operários em suas férias escolares, operando as máquinas de produção de pregos na fábrica da família.

Incansável e obstinado, à tarde trabalhava no escritório, aprendendo a tirar notas fiscais, e à noite estudava contabilidade.

Cursou como aluno o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre, estabelecimento de ensino do Exército Brasileiro. Em 1961, formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A escalada empresarial teve início na década de 1960, quando decidiu expandir os negócios da família. Comprou a Fábrica de Arames São Judas, em São Paulo. Em seguida, a Siderúrgica Açonorte, em Pernambuco e, em 1972, adquiriu a Companhia Siderúrgica da Guanabara.

Oradores

A partir de então, o Grupo Gerdau entendeu a necessidade de ultrapassar as fronteiras, primeiro do Rio Grande do Sul, e depois do Brasil, a fim de manter a competitividade.

Em 1973, passa a integrar o Conselho de Administração do grupo e em 1983 torna-se o diretor-presidente, cargo que ocupou até 2006. Nesse período, o empresário levou o grupo se tornar um dos maiores conglomerados siderúrgicos do mundo.

Poderia ter se aposentado em 2006, mas ao passar ao filho André o comando do grupo empresarial, que conta com 53 unidades produtoras de aço em mais de 14 países, sua vontade de alterar a realidade brasileira o impediu de se dedicar mais ao hipismo e às ondas do mar, duas grandes paixões.

Aliás, essa paixão pelo esporte, especialmente pelo hipismo, já o levou a atitudes até um tanto quanto extremadas, como me revelou este ano, no seminário que coordenamos aqui no TCU, sobre os megaeventos esportivos. Disse o Doutor Gerdau que participou de uma Olimpíada como "ferrador de cavalos". É que, como queria conhecer a Vila Olímpica e não tinha acesso, foi credenciado como ferrador pela equipe olímpica brasileira. Aliás, isso tem tudo a ver com quem produz ferro e aço. E, assim, acompanhou seus familiares na disputa de hipismo, conhecendo a Vila Olímpica, e vendo-os conquistarem medalhas para o nosso país, aliás, o que é tradição entre eles.

Essas características do aspecto pessoal da vida do Dr. Jorge Gerdau eu tive oportunidade de observar bem de perto, pois convivi bastante com ele, como disse, na luta pela aprovação do Simples, em que ele foi um parceiro determinante para o bom resultado que obtivemos.

E também porque temos elementos de convergência que nos aproximam, como o Rio Grande do Sul, nosso estado, e o Grêmio de Futebol Porto Alegrense, nossa paixão comum no futebol. Por sinal, prova mais que cabal do bom senso e da inteligência do Dr. Gerdau.

Oradores

A propósito, meu presidente Benjamin Zymler, dileto flamenguista, talvez Vossa Excelência discorde desse único ponto; recentemente nossos times se encontraram, não?

Pois bem, desde que deixou o Grupo Gerdau, Doutor Jorge ocupou diversas funções de relevo no setor público e prestou consultoria empresarial a diversas instituições privadas e públicas, e até a governadores, como Aécio Neves em Minas Gerais e Eduardo Campos em Pernambuco.

Em seu segundo mandato presidencial o ex-presidente Lula tentou convencer Jorge Gerdau a assumir um ministério, mas não conseguiu. No final de 2010, Gerdau aceitou convite da presidenta eleita, Dilma Rousseff, para presidir a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade, vinculada ao Conselho de Governo da Presidência da República.

Com sua reconhecida experiência e liderança nas áreas de gestão e competitividade, o empresário Jorge Gerdau tem a missão de coordenar a integração das estratégias federais de desenvolvimento social com redução de desigualdades, de promoção do equilíbrio fiscal e do desenvolvimento econômico sustentável.

Cabe ainda à Câmara presidida por Jorge Gerdau o assessoramento da Presidenta da República na formulação de mecanismos de controle da qualidade do gasto público e o estabelecimento de diretrizes para a melhoria da gestão pública.

Nessa nova e nobre missão, a insólita trajetória desse extraordinário brasileiro se cruza com a desta Casa, dando ares de um relacionamento perene aos nossos encontros recentes.

Por tudo isso, a presença do Senhor Jorge Gerdau Johannpeter enche de orgulho esta Casa neste dia tão festivo, em que condecoramos expoentes dessa Nação com o Grande-Colar do Mérito, do Tribunal de Contas da União.

Oradores

Meus parabéns, Senhor Jorge Gerdau. Receba com orgulho esta comenda que esta Casa concede com muita parcimônia a poucos e seletos agraciados.

Meus caros agraciados. Chego ao final desta fala. Gostaria apenas de lhes dizer, ainda, que, ao escolher seus nomes para receber o Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, pesou na escolha do Conselho o rol de atributos de que todos são detentores, com inúmeros e inestimáveis serviços prestados à coletividade.

Esta Corte busca auxiliar as instituições públicas do país na busca da eficácia, eficiência e efetividade na boa e regular aplicação dos recursos públicos. Os senhores são exemplos vivos dessa eficiência tão buscada para o Brasil.

Esperamos continuar contado, de hoje em diante, com a colaboração dos agraciados de agora, membros honorários que se tornam do Tribunal de Contas da União, para que nos auxiliem a melhor servir ao nosso país, em busca de homenagear o interesse público.

Dediquem-se às nobres causas que caracterizam suas trajetórias e que os trouxeram até este alto patamar. Abrilhantem ainda mais os títulos que os marcam.

Sirvam a seu país, ao nosso Brasil. Honrem o Grande-Colar que hoje lhes é conferido e espalhem seus bons exemplos aos jovens, aos empresários, aos homens públicos, aos cidadãos brasileiros.

Muito obrigado.

Parabéns a todos, mais uma vez.

Augusto Nardes
Ministro

Oradores

MARCO MACIEL

Em nome dos homenageados

Mais do que um agradecimento, meu reconhecimento pela distinção com que sou agraciado, fruto da generosidade de Vossas Excelências e, sem dúvida, um gesto de fidalguia para com quem participa da vida pública, antes por vocação do que por obrigação.

Devo confessar que tive inspiração nos exemplos que recebi de meu pai, cuja conduta proba orientou minha trajetória e os meus passos, nas funções que os desígnios me reservaram.

Senhoras e Senhores,

Nunca tive ilusão quanto ao risco que representa em nosso País o exercício de cargos públicos, em especial os de representação política, sujeitos aos ônus da crítica e da incompreensão humanas. Não é justo omitir que o Tribunal de Contas da União ao fazer entrega de seu mais alto galardão, recompensa todas as vicissitudes e desafios a que estão submetidos os que escolheram servir a seus semelhantes na atividade pública e na Política.

Senhor Presidente, este Tribunal é a primeira das instituições republicanas, circunstância que o distingue dos demais órgãos, por haver sido criado pela Constituição Republicana de 1891. Entre os comentadores da referida Carta Magna destacava-se um ilustre pernambucano – João Barbalho de Uchoa Cavalcanti. O regime republicano mudou a forma de Estado, pois passamos de nação unitária para a organização federativa. Transformou também a forma de governo depois de havermos vivido 67 anos sob o regime monárquico, para nos aventurar no que subsiste até hoje. Mantivemos, contudo, a tradicional repartição dos Poderes do Estado, princípio que, segundo o ensinamento de Benjamin Constant de Rebecque, tanta influência teve não só na Constituição do Império de 1824, quanto em nossa organização política.

Oradores

O ideal de justiça, de que falava John Rawls, por exemplo, é permitir que todos tenham um tratamento equitativo, o que não significa igual, mas, ao contrário, diferenciado. Igualdade é o princípio de acordo com o qual todos devem contribuir com a mesma parcela para o bem comum. Equidade é o princípio pelo qual as contribuições são repartidas de forma proporcional e não igual. Logo, igualdade e equidade são princípios éticos e políticos distintos, na medida em que o último é compensatório, e não meramente regulatório.

A tudo isso se enlaçam as candentes questões de legalidade e de legitimidade, que hoje oferecem completeza à definição das modernas democracias. A legalidade se funda a partir da investidura formal de seus titulares, observados os procedimentos para ascender ao poder, sob a forma estatuída no pacto constitucional.

O texto constitucional do Império, de 1824, regeu mais tempo nossos destinos e previu o Poder Moderador. Já o texto republicano traçou com objetividade o papel reservado a esta Corte, em seu artigo 89:

> É instituído um Tribunal de Contas para liquidar as contas da receita e despesa e verificar a sua legalidade, antes de serem prestadas ao Congresso.
>
> Os membros deste tribunal serão nomeados pelo Presidente da República com a aprovação do Senado, e somente perderão seus lugares por sentença.

Essa inovação persiste e o Tribunal de Contas da União se tornou ao mesmo tempo uma instituição que assegura a legitimidade de nossa organização política.

Redistribuir de forma justa os recursos gerados pela sociedade continua a ser o maior desafio da política. É prerrogativa desta Corte acompanhar e fiscalizar o emprego desses recursos e, em última análise, a ação do governo.

Oradores

As políticas que visam reduzir as diferenças sociais são o recurso imemorial utilizado na busca de conciliar ideais de liberdade com as aspirações de igualdade. O inconveniente é que o uso de medidas compensatórias termina sendo, porém, invariavelmente discriminatório. A discriminação consiste em dar aos benefícios concedidos pelo Estado o caráter de condescendência patrimonialista do poder e não o desfrute de uma prerrogativa a que todo o cidadão deveria ter, quando as carências de que foi vítima não lhe garantiram igualdade de oportunidades.

Lembrando Max Weber, que produziu tantos ensinamentos nesse campo, é preciso que a burocracia seja o suporte legítimo da dominação legal. Quanto mais explícitos forem os limites que separam a esfera de competência da Política da esfera de atribuições dos agentes da Administração, maior deve ser a racionalidade a cargo das diversas esferas de poder.

Senhores Ministros,

Vossas Excelências, portanto, exercem função insubstituível que, a partir da Constituição de 1891, foi delegada aos ilustres membros da Corte de Contas examinar com espírito público o relevante papel que lhes conferiu a nossa primeira Carta republicana.

Temos de reverenciar, antes de mais nada, a visão dos constituintes republicanos que, modernizando o País e aprimorando as instituições criadas, anteciparam o nosso futuro e ensejaram, com equilíbrio e sensatez, a consolidação de instituição mais que centenária, que tantos e tão relevantes serviços presta ao País.

Sr. Presidente,
Quero cumprimentar aos hoje agraciados e dizer que recebo o Grande Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, menos por méritos próprios, mas com certeza graças à generosidade de Vossas Excelências, Senhores Ministros.

Marco Maciel

Oradores

Presidente BENJAMIN ZYMLER

Renova-se, anualmente, em novembro, a tradição de o TCU entregar o Grande-Colar do Mérito, mês em que se comemora o aniversário da criação do Tribunal de Contas da União.

Lembro, por oportuno, que no último dia 7 esta Casa completou 121 anos de existência.

Desde 2003, por iniciativa do Ministro Valmir Campelo, o Tribunal tem prestado essa homenagem a personalidades merecedoras de especial distinção por seus talentos excepcionais e inestimáveis serviços prestados ao País.

É o que ocorre, aqui, hoje, pela nona vez.

Reafirmo, na condição de Chanceler da Insígnia, tudo o que o Vice-Presidente, Ministro Augusto Nardes, já disse sobre os seis homenageados, parabenizando-os a cada um em particular. Agradeço, ainda, de forma muito especial, a presença dos agraciados nesta sessão solene.

Em especial fico feliz em ter a oportunidade de saudar referências que me inspiraram ao longo de minha vida. Na magistratura, a Ministra Ellen Gracie; no setor privado e agora no setor público, o Dr. Jorge Gerdau; no mundo das artes, o Dr. Ricardo Brennand; na economia, o Prof. Antônio Delfim Netto. Mas minha alegria é completa porque tenho a honra de homenagear o vice-presidente Marco Maciel, que me honrou, quando exercia a Presidência da República, com a nomeação para Ministro do TCU, e o Ministro Humberto Souto, que me deu posse no mesmo cargo e que foi referência para mim e grande e conselheiro nesta Casa.

Oradores

Congratulo-me, também, com o Conselho do Grande-Colar, integrado pelos ministros titulares deste Tribunal, pela feliz seleção dos nomes contemplados com a Comenda neste ano.

Por fim, agradeço a todos que prestigiam esta cerimônia e informo que os agraciados receberão cumprimentos na Sala dos Presidentes ao lado do Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

Benjamin Zymler
Presidente do TCU e Chanceler do Grande-Colar

2012 | Homenageados

Data da Cerimônia: **14/11/2012**

Assista aqui: Vídeo da Cerimônia 2012

Ariano Vilar Suassuna

Nascimento:
16 de junho de 1927,
João Pessoa, PB.

Escritor, dramaturgo, romancista, poeta, professor e advogado. Desde 1990, ocupa a cadeira nº 32 da Academia Brasileira de Letras. Em 1993, foi eleito para a cadeira nº 18 da Academia Pernambucana de Letras e, em 2000, ocupou a cadeira nº 35 da Academia Paraibana de Letras. "O Auto da Compadecida", comédia escrita em 1955 e considerada sua obra-prima, foi adaptada para a televisão e para o cinema. Sua produção reúne, além da sua capacidade criativa, seus conhecimentos sobre o folclore nordestino.

Carlos Ayres Britto

Nascimento:
18 de novembro de 1942,
Propriá, SE.

Jurista e escritor, ocupou, em Sergipe, os cargos de Consultor-Geral do Estado, Procurador-Geral do Estado e Procurador do Tribunal de Contas do Estado. Em 2003, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal. Presidiu o Tribunal Superior Eleitoral ente 2008 e 2010, e o STF desde março de 2012. Foi considerado pela Revista Época um dos 100 brasileiros mais influentes do ano de 2009. Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e da Academia Sergipana de Letras, publicou diversas obras jurídicas e de poesia.

Jorge Amado
(post mortem)

Representante:
Bruno Celestino Amado (Neto)

Nascimento:
10 de agosto de 1912, Itabuna, BA.

O escritor foi membro da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de nº 23. Também foi membro correspondente da Academia de Ciências e Letras da República Democrática da Alemanha, da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Paulista de Letras e membro especial da Academia de Letras da Bahia. Seus livros foram traduzidos para quase todas as línguas. Entre suas obras adaptadas para a televisão, cinema e teatro estão "Dona Flor e seus dois maridos", "Gabriela Cravo e Canela", "Tenda dos milagres" e "Tieta do Agreste".

José Carlos de Almeida

Nascimento:
27 de outubro de 1955, Goiânia, GO.

Formado em Medicina, pós-graduado em urologia pela Lahey Clinic Medical Center de Boston e doutor na área de câncer prostático pela Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília. Presidiu, por três gestões, a Sociedade Brasileira de Urologia É membro correspondente da Associação Americana de Urologia e, há 16 anos, chefe da clínica urológica do Hospital das Forças Armadas, em Brasília.

Ministro Ubiratan Aguiar

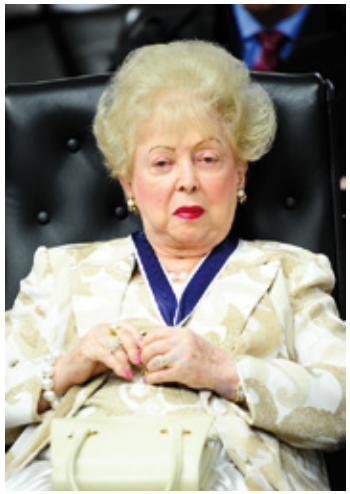
Nascimento:
7 de setembro de 1941, Cedro, CE.

Jurista e escritor, iniciou a carreira política como Vereador na cidade de Fortaleza. Em 1979 foi eleito Deputado Estadual, cargo que ocupou durante os oito anos seguintes. Entre 1987 e 1999 foi Deputado Federal pelo Ceará. Em 2001 foi indicado Ministro desta Corte de Contas, cargo que exerceu até 2011. Ocupante da cadeira n° 34 da Academia Fortalezense de Letras e da cadeira nº 21 da Academia de Letras de Brasília, é também membro da Associação Cearense dos Escritores. Possui mais de quinze obras publicadas.

Yolanda Vidal Queiroz

Nascimento:
12 de novembro de 1928, Fortaleza, CE.

Presidente do Grupo Edson Queiroz. Viúva do empresário Edson Queiroz, participou de todas as etapas do crescimento e consolidação do grupo criado por seu marido em 1951. O conglomerado empresarial emprega hoje 14 mil funcionários, constituindo um das 100 maiores empresas do Brasil. Atua em diversos setores, como distribuição de gás, água mineral, fabricação de refrigerantes e sucos, metalurgia, comunicação, agropecuária, agroindústria e imóveis.



Oradores

Ministro AROLDO CEDRAZ

Em nome do Tribunal

Foi com satisfação que recebi do Excelentíssimo Senhor Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União, na qualidade de Chanceler do Grande-Colar, a missão de saudar os homenageados e proferir algumas palavras nesta cerimônia que os distinguem por terem deixado à sociedade brasileira uma excepcional marca em razão dos seus méritos ou por relevante contribuição ao controle externo e ao País.

E é em nome do Tribunal de Contas da União que agradeço a presença de todos os agraciados, seus familiares e amigos, bem como a participação dos membros desta Corte e de seus servidores para prestar esta merecida homenagem às seguintes personalidades brasileiras: Sra. empresária Yolanda Queiroz, Dr. José Carlos de Almeida, Ministro Ubiratan Aguiar, Ministro Ayres Britto, Professor Ariano Suassuna e o escritor Jorge Amado.

Como se pode notar, estamos diante de um seleto grupo de pessoas e, a exemplo do ano passado, quando o orador da vez, Ministro Augusto Nardes, relembrou-nos que as damas sempre têm primazia, iniciarei referindo-me à Sra. Yolanda Queiroz.

Ao lado de seu marido, Edson Queiroz, morto em junho de 1982, esta notável senhora participou de todas as etapas do crescimento e da consolidação do Grupo Edson Queiroz, criado em 1951 e que, desde a fatalidade que envolveu seu esposo, assumiu com iguais vigor e propósitos.

Apesar do terrível impacto que sofreu, não se deixou abalar. Sob sua direção, o Grupo não só manteve as conquistas obtidas, mas ampliou ainda mais suas fronteiras, com registro considerável de crescimento nos mercados interno e externo.

Oradores

Para que se tenha noção da magnitude de seus empreendimentos, é bom que se diga que o Grupo Edson Queiroz hoje constitui um dos 100 maiores conglomerados empresariais do Brasil, com especial destaque no seu contexto socioeconômico.

O empreendedorismo da Sra. Yolanda Queiroz, entretanto, não a afastou de sua preocupação com as necessidades da população. À frente de seu tempo, antecipou conceitos como o da responsabilidade social, levando suas empresas a se identificarem diretamente com o bem-estar do povo cearense.

Na área da educação, ressalta-se a Fundação Edson Queiroz, mantenedora da Universidade de Fortaleza (Unifor), implantada em 1973 como expressão de responsabilidade e compromisso para com a formação profissional do nosso povo, embora, num primeiro momento, visasse ao desenvolvimento local, com benefícios apenas a famílias ali instaladas.

É oportuno relembrar, neste momento, as sábias palavras do saudoso Edson Queiroz, as quais demonstram a nobre vocação daquela instituição e a preocupação social do seu idealizador, ao dizer: "Educação é gênero de primeira necessidade e investimento prioritário" e "a Universidade de Fortaleza não pertence à Fundação Edson Queiroz: pertence a todos".

Prestes a completar seus quarenta anos, é incontestável o valor da Universidade de Fortaleza no cenário da educação brasileira. A instituição, além dos seus milhares de alunos, mantém obras sociais por meio de seus centros de prestação de serviços à comunidade.

Exemplo disso é a Escola de Aplicação Yolanda Queiroz que, anualmente, proporciona educação gratuita a aproximadamente 600 crianças residentes nas comunidades vizinhas ao *campus* da Unifor. Meninos e meninas recebem gratuitamente material escolar e fardamento, e o currículo é enriquecido com atividades como informática, artes plásticas, ludote-

Oradores

ca, psicomotricidade, dança, capoeira e educação física. A Escola Yolanda Queiroz, que já alfabetizou mais de 7 mil crianças, é, também, campo de prática de estágio para alunos dos cursos dos Centros de Ciências Humanas e da Saúde.

Por suas peculiares realizações, a Sra. Yolanda Queiroz já recebeu outras merecidas condecorações. Este Colar do Mérito, portanto, é apenas mais um reconhecimento à sua extraordinária contribuição pelos feitos econômicos e sociais que até hoje beneficiam o Brasil.

Ao fim desta homenagem dirigida à sua pessoa, D. Yolanda, replicarei as palavras de seu saudoso marido, ditas em 5 de agosto de 1976 na solenidade da 2ª Colação de Grau da Unifor:

> Falo-vos por delegação de poderes. As palavras que vos dirijo traduzem os sentimentos da Patrona das vossas turmas, Dona Yolanda Queiroz, minha mulher, co-responsável pela criação da Universidade de Fortaleza, cuja presença em meus dias constitui uma fonte de energia e inspiração.

Assim, D. Yolanda, receba esta comenda como nossos mais sinceros agradecimentos pelo exemplo de vida e de empreendedorismo econômico e social que a senhora tem dado ao nosso País.

Passo, agora, às homenagens devidas ao Dr. José Carlos de Almeida.

Estudante de violão desde os nove anos de idade, desenvolveu duas paixões: a música e a medicina. Mas, não foi a música sua opção profissional. Nosso condecorado tornou-se um destaque na área médica.

O Dr. José Carlos de Almeida, graduado em Medicina pela Universidade de Brasília, tornou-se especialista em urologia pela Sociedade Brasileira de Urologia, fez especialização no exterior e acumula centenas de ações beneficen-

Oradores

tes, palestras e participações em congressos nacionais e internacionais, além de diversas contribuições em capítulos de livros médicos.

Com trinta e dois anos de experiência profissional, o Dr. José Carlos atualmente é Chefe da Clínica Urológica do Hospital das Forças Armadas, cargo que ocupa há 22 anos, e, também, Coordenador da Residência Médica em Urologia daquele Hospital.

Além disso, é Médico da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, Urologista do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social e Conselheiro do Escritório de Representação da Sociedade Brasileira de Urologia no Distrito Federal.

Na ocasião de sua posse como Presidente da Sociedade Brasileira de Urologia, cargo que ocupou nos anos de 2008 e 2009, declarou seu desejo de trabalhar diuturnamente com o Ministério da Saúde para melhorar as condições de atuação do urologista e dos pacientes urológicos que procuram o serviço público de saúde.

Nesse sentido, levou ao plano político demandas importantes para o tratamento de doenças urológicas, em especial, do câncer. Além disso, foi ele o autor da proposta da política de "Atenção Integral à Saúde do Homem", implementada pelo Ministério da Saúde.

Em uma associação de talentos, o Dr. José Carlos aproveitou a paixão pela música em sua profissão. Idealizou o projeto "Hospital Musical", no qual médicos/músicos fazem shows para internos e profissionais de saúde nos finais de semana, na busca de uma maior humanização do ambiente hospitalar.

Recentemente, nosso agraciado, que se doutorou pela Universidade de Brasília, defendendo tese na área de câncer de próstata, escreveu importante matéria a respeito dos dados dessa doença em nosso País, manifestando sua

Oradores

visão sobre as ações que são importantes no combate a esta doença de alta prevalência em nossa sociedade.

O artigo de sua autoria, intitulado "O paciente com câncer e a política centralizadora", foi publicado no Jornal Correio Braziliense, em maio deste ano, e buscou conscientizar a população da amplitude dos problemas vividos em nosso País na área de saúde. Em seu texto, apresentou avaliação crítica sobre a atuação dos órgãos públicos, mostrando o quanto uma política inadequada de saúde pode sacrificar o erário.

No mesmo artigo, o Dr. José Carlos demonstrou preocupação com os aspectos preventivos da doença e a importância do seu diagnóstico precoce. Para tanto, registrou que:

> Estudo baseado em dados de usuários de um plano de saúde privado estimou que, entre 2008 e 2010, o tratamento do câncer em estágios avançados foi quase oito vezes mais caro do que se esses mesmos pacientes tivessem detectado a doença na fase inicial. Para o mesmo período, as projeções indicaram que os custos de tratamento foram sete vezes maiores do que as despesas com ações de prevenção.

Essa reflexão, promovida pelo Dr. José Carlos, mostra-nos o quanto ele se preocupa, não só com a saúde do homem, mas com as políticas públicas que podem beneficiar o Estado Brasileiro e promover o bem-estar da população.

Tal preocupação, também, ficou estampada nos dois anos em que apresentou na TV Brasília programa educativo, que ele mesmo criou, chamado "Viver Bem".

Por esse empenho em ajudar pessoas e em sua busca pelo bem-estar social e pela eficiência das políticas públicas de saúde, temos inúmeras razões para que o Dr. José Carlos de Almeida receba, hoje, nossas mais sinceras homenagens.

Oradores

Nosso próximo homenageado trata-se de um companheiro na missão de exercer controle público, Ministro Ubiratan Diniz de Aguiar.

Nascido em Cedro, Ceará, fez jus à nobreza que designa seu berço natalício. Assim como esta madeira de lei serviu à construção naval, por sua resistência, e à confecção de móveis de luxo e instrumentos musicais, por sua beleza e densidade, o Ministro Emérito deste Tribunal Ubiratan Aguiar, por feliz coincidência, serviu ao Brasil com essas mesmas qualidades.

A trajetória de vida do Ministro Ubiratan demonstra a sua fibra na capacidade de enfrentar e resistir às adversidades com firmeza e determinação, mas ao mesmo tempo revela a suavidade e a beleza criativas advindas da alma de um poeta e compositor.

Ao tempo em que aumentava a sua experiência profissional, cresciam a sua vocação e o seu conhecimento quanto à didática educacional, escrevendo e editando vários livros. Pelo que registramos, já publicou 14 obras de conteúdo técnico, em que tratou de diversos assuntos, entres outros, sobre tomadas de contas especiais, convênios, diretrizes e bases da educação, responsabilidade fiscal, controle externo e desigualdades regionais.

Após exercer diversos cargos importantes no Município de Fortaleza e no Estado do Ceará, ingressou no Congresso Nacional, como Deputado Federal, no qual, como constituinte, teve a oportunidade de participar de um momento ímpar da história do Brasil, com o estabelecimento da nova ordem constitucional.

No Parlamento, teve, ainda, a oportunidade de dar contribuição efetiva para uma das suas paixões, que é a educação, ao relatar a Lei 9.424, de 1996, que instituiu o Fundo Nacional de Apoio ao Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.

Oradores

Porém, a vocação do nosso homenageado não se limita a de educador, advogado, político e especialista técnico. Ele desenvolveu outros talentos culturais e poéticos, os quais são igualmente marcantes na sua vida.

Ocupante titular da cadeira nº 34 da Academia Fortalezense de Letras desde março de 2008, sua alma inspirada revela sabedoria sob forma de poesias e canções.

Entre suas obras, destaco três livros de poesias: "Idioma dos Pássaros", "Passageiro do Tempo" e "Versos de Vida".

Vale registrar, também, a gravação de cinco CDs, nos quais as suas poesias são expressas de modos diversos, inclusive o musical.

Essa, portanto, é a peculiaridade do nosso Ministro Ubiratan Aguiar. Com a leveza de alma de um poeta e a dedicação de um educador, desempenhou atividades importantes e de alta complexidade, sempre com ponderação e afabilidade no trato, porém sem perder a firmeza e a determinação que o momento exigia.

Da caneta da qual brotam versos e canções surgiram projetos de leis, atos administrativos e decisões que marcaram a história das instituições onde exerceu as duas atividades, inclusive neste Tribunal de Contas da União, como Ministro e Presidente, sempre com sabedoria, moderação e determinação.

Nesse mister público, deixou lições de competência, capacidade de aglutinação e eficiência das suas ações. Porém, essas realizações devem ser mais ainda ressaltadas porque edificadas sobre bases sólidas de honestidade, prudência e espírito público, que são características marcantes da sua personalidade.

E, para finalizar, cito o próprio agraciado que, na introdução de seu livro "Idioma dos Pássaros" nos lembra que: "Cada pessoa carrega consigo as tintas que desenham sua personalidade, formatam seu estilo e registram sua história.".

Oradores

Exatamente dos traços de suas tintas é que hoje registramos a história e a personalidade de um homem público brilhante.

Ministro Ubiratan Aguiar receba nosso carinho e nossa consideração, por meio da presente comenda que o Tribunal de Contas da União hoje lhe concede, como gesto de reconhecimento por sua grande contribuição ao nosso País e a esta Corte de Contas.

Nosso próximo homenageado, hoje na condição de Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é o atual chefe do Poder Judiciário Brasileiro: Ministro Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto.

Sergipano de Propriá, o Ministro Ayres Britto é poeta, professor universitário, magistrado, jurista, conferencista dos mais requisitados, membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e da Academia Sergipana de Letras, vegetariano e praticante de meditação.

Seguindo orientação de seu pai, abdicou do seu sonho da adolescência, deixou as chuteiras de jogador de futebol, e abraçou a sua outra paixão: os livros.

Mestre em Direito do Estado e Doutor em Direito Constitucional, exerceu diversos cargos importantes no Estado de Sergipe, entres eles o de Procurador-Geral de Justiça e Procurador do Tribunal de Contas.

Por algumas vezes, aproximou-se da política, mas quis o destino que suas habilidades fossem utilizadas em prol da Justiça.

Juiz de Carreira, chegou ao Supremo Tribunal Federal em 2003. Presidiu o Tribunal Superior Eleitoral e, em abril deste ano, assumiu a presidência da mais alta Corte de Justiça do nosso País, cujo mandato encerrar-se-á, juntamente com sua aposentadoria, daqui a alguns dias.

Oradores

Escreveu diversos livros jurídicos, situados, em sua maioria, no campo do Direito Constitucional, entre os quais: "Interpretação e Aplicabilidade das Normas Constitucionais", em parceria com Celso Ribeiro Bastos; "O Perfil Constitucional da Licitação" e "Teoria da Constituição".

Possui, também, várias publicações poéticas, como "Varal de Borboletras", "Ópera do Silêncio", "Um Lugar Chamado Luz" e "A Pele do Ar".

À semelhança do nosso último condecorado, Ayres Britto conseguiu associar arte e técnica, fazendo de sua inspiração poética a indutora de uma racionalidade mais humana, como ele mesmo afirmou em entrevista concedida à revista "Veja".

Ao ser indagado sobre o que mudaria com um poeta na presidência do Supremo, disse que

> Ser poeta não atrapalha. Só ajuda. O poeta se aloja mais vezes no lado direito do cérebro, que é o da sentimentalidade, o que abre os poros da inteligência racional, para humanizá-la.

Agora, sabemos a razão de seus votos e despachos serem iniciados, por vezes, com inspirações poéticas até mesmo de autores da música popular brasileira.

Sobre suas prioridades na condução do STF, afirmou que tinha uma caneta e não uma vara de condão, declarando, em seguida, que entre suas prioridades estaria o combate à corrupção e o crime do colarinho-branco.

De fato, mesmo antes de assumir a presidência do STF, o Ministro Ayres Britto já demonstrava ao País que não é necessária mágica alguma para fazer com que a justiça seja realizada, bastando competência, vontade e determinação.

Oradores

Foi de sua caneta, e não de uma vara de condão, que partiu o voto que abriu o debate sobre a necessidade de políticos terem ficha limpa como condição para o exercício de mandatos eletivos – um marco de progresso no processo político brasileiro. Dessa mesma caneta, partiram votos em processos determinantes para a nossa sociedade.

Em prol da visibilidade e da transparência, a partir de 2007, por sua provocação, o STF abriu suas portas para o público, com a convocação da primeira audiência pública, no âmbito do julgamento da Ação que questionava a constitucionalidade do artigo da Lei de Biossegurança, o qual discutia o uso de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas.

Naquela ocasião, defendeu que a democracia exige visibilidade em tudo que diga respeito aos interesses da sociedade e que nada impede que os julgadores auscultem as expectativas populares para ver o que é possível formatar juridicamente, entendendo que, ao consultar a sociedade, o juiz aguça o seu senso de realidade.

Ainda com a visão da transparência, saiu em defesa da cobertura televisiva em tempo real dos trabalhos do Supremo Tribunal Federal, por ser este um mecanismo de controle indispensável para que a sociedade saiba como as decisões do STF podem interferir na sua vida cotidiana.

Já na presidência do STF, em curto espaço de tempo, a partir de suas provocações, deixou mais uma marca histórica. Foi em sua gestão, de apenas sete meses, que um julgamento há muito esperado pelos brasileiros realizou-se. Refiro-me à ação penal relativa ao chamado “Mensalão”, um dos maiores escândalos políticos da história brasileira.

Como se vê, muitos são os méritos do nosso agraciado e, seguramente, não partirá do Supremo Tribunal Federal para outras atividades sem deixar ali marcas indeléveis, que merecem o reconhecimento de todo o povo brasileiro.

Oradores

Encerro esta homenagem, utilizando as palavras do nosso condecorado que, em 2010, ao receber comenda do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, disse que "vivemos em um mundo perigoso, em que é possível conviver com todo tipo de pessoa, mas não se contaminar. Isso, jamais!"

Presidente Ayres Britto receba esta comenda como representação de nossa estima e consideração por sua inestimável contribuição ao nosso País.

Passamos, agora, às homenagens ao advogado, professor, dramaturgo, romancista, defensor incansável da cultura popular, das raízes brasileiras e, essencialmente, poeta, Ariano Vilar Suassuna, que, apesar de não gostar de viajar, honra-nos com sua presença neste Tribunal.

Sim, eu disse essencialmente poeta porque, na ocasião da comemoração dos seus oitenta anos de idade, Suassuna deu entrevista no programa Jô Soares, revelando exatamente isso.

Ele disse:

> Eu sou mais conhecido como dramaturgo... Sou menos conhecido como romancista. Mas, sou inteiramente desconhecido como poeta. No entanto, eu considero a minha poesia a fonte profunda de tudo o que escrevo, inclusive o romance e o teatro.

Hoje, aos oitenta e cinco anos de idade, nosso homenageado tem uma bela história de vida e muitas marcas deixadas ao longo de sua trajetória.

No sertão paraibano, em Taperoá, o poeta Suassuna familiarizou-se com os temas e com as formas de expressão que mais tarde vieram a povoar sua obra. Ali, ainda menino, fez seus estudos iniciais e assistiu, pela primeira vez, a uma peça de mamulengos e a um desafio de viola, acontecimentos que integraram sua inspiração para a improvisação, tão presente em sua produção teatral.

Oradores

Assim que se formou, dedicou-se à advocacia e ao teatro, até perceber que não gostava de advogar. Certamente, a sequência de obras de sucesso produzidas o ajudaram a tomar sua decisão. São desse período: "Torturas de um Coração", "O Arco Desolado", "O Castigo da Soberba", "O Rico Avarento" e "O Auto da Compadecida".

Esta última obra foi traduzida e representada em 9 idiomas, além de ser adaptada com enorme sucesso para o cinema. Por sua projeção, em 1962, foi considerada por Sábato Magaldi "o texto mais popular do moderno teatro brasileiro".

Mas, não é só. Além das obras citadas, escreveu diversas outras, romances e poesias e ainda encontrou tempo para se dedicar a outras importantes atividades.

Por seu interesse e dedicação à cultura, em especial ao desenvolvimento e ao conhecimento das formas de expressão populares tradicionais, em 1970, lançou o Movimento Armorial, com o concerto "Três Séculos de Música Nordestina: do Barroco ao Armorial", na Igreja de São Pedro dos Clérigos e uma exposição de gravura, pintura e escultura.

Ariano Suassuna dedicou-se também à prosa de ficção, publicando o "Romance da Pedra do Reino" e o "Príncipe do Sangue do Vai e Volta" e a "História do Rei Degolado nas Caatingas do Sertão/Ao Sol da Onça Caetana", classificados por ele como "romance armorial-popular brasileiro". O primeiro teve sua segunda edição esgotada em menos de um mês, o que é algo extraordinário para um volume de quase 800 páginas.

Entre tantas marcas deixadas à cultura e à arte brasileira, nosso agraciado construiu em São José do Belmonte, onde ocorre a cavalgada inspirada no "Romance da Pedra do Reino", um santuário ao ar livre, constituído de 16 esculturas de pedra, com 3 metros e meio de altura cada, dispostas em círculo, representando o sagrado e o profano. As 3 primeiras são imagens de Jesus Cristo, Nossa Senhora e São José, o padroeiro do município.

Oradores

Por seus reconhecidos méritos, o poeta Suassuna ocupa a cadeira número 32 da Academia Brasileira de Letras desde 1990, cujo patrono é Araújo Porto Alegre, o Barão de Santo Ângelo. Também, em 1993, foi eleito para a cadeira número 18 da Academia Pernambucana de Letras e, em 2000, ocupou a cadeira número 35 da Academia Paraibana de Letras.

Recentemente, recebeu merecido título de Doutor *honoris causa* pela Universidade Federal do Ceará. Segundo ele próprio, o intervalo de tempo entre a concessão e o recebimento do título deveu-se a "problemas de agenda".

Compreendemos bem isso! Afinal, ao completar 80 anos de idade, em 2007, Suassuna foi homenageado em todo o Brasil pela grandeza de sua obra. E isso, certamente, custou-lhe muitas viagens e muito atendimento a diversos compromissos.

E é exatamente por saber que o poeta Suassuna não gosta de viajar e que tem um agenda assim concorrida é que ficamos ainda mais honrados em recebê-lo hoje nesta Casa.

Portanto, é com satisfação que realizamos esta merecida homenagem. Como nosso condecorado mesmo diz: "passada a infância, e também um pouco da adolescência, tempo em que se forma o universo mítico do escritor, depois daí, tudo é acréscimo". E nós somos testemunhas do quanto este poeta tem acrescido à cultura popular brasileira, razão desta merecida honraria. Muito obrigado, Ariano Suassuna!

Por último, Senhores, celebramos a memória de um dos escritores mais conhecidos do Brasil – Jorge Amado.

Se estivesse vivo, completaria 100 anos no último dia 10 de agosto. Esta é apenas mais uma das diversas manifestações honrosas que vem recebendo desde o ano passado, principalmente na Bahia, sua terra natal.

Oradores

Pelo que sabemos, as comemorações pelo centenário de Jorge Amado ainda se estenderão até o mês de dezembro deste ano e fazem parte do projeto "Ano Jorge Amado".

Seria impossível dizer ou fazer algo inédito em sua homenagem. Não teríamos tal pretensão. Mas, vale a pena, em sua memória, nesta oportunidade, relembrar um pouco do legado que deixou ao Brasil.

No litoral sul da Bahia, "nação grapiúna", o menino Jorge Amado ganhou intimidade com o mar, elemento fundamental de seus livros, e viveu algumas experiências marcantes. Cresceu em meio a lutas políticas, disputas pela terra e brigas de jagunços e pistoleiros.

Em Salvador, onde foi morar com 11 anos de idade, cursou o secundário e viveu sua adolescência, participando da vida popular que iria marcar fundamentalmente sua obra de romancista.

Apesar da saudade que sentia do mar de Ilhéus, o menino experimentou ali a paixão pelos livros. Por intermédio do professor de Português, Padre Luiz Gonzaga, teve o contato inicial com os clássicos portugueses. Foi o Padre Cabral o primeiro a afirmar que Jorge Amado se tornaria escritor, ao ler uma redação intitulada "O Mar".

Foi, também, em Salvador sua iniciação profissional. Com apenas catorze anos já estava empregado como repórter policial no "Diário da Bahia", e, nessa mesma época, escrevia na revista literária baiana "A Luva".

Do candomblé veio o contato com as tradições afro-brasileiras e com a história da escravidão que levaram o escritor a desenvolver uma visão específica da Bahia e do Brasil, que perpassa toda a sua criação literária: uma nação mestiça e festiva.

Oradores

Mas, foi no Rio de Janeiro, então capital do País e um grande centro cultural, que nosso agraciado estabeleceu amizade com personalidades da política e das letras, como Raul Bopp, José Américo de Almeida, Gilberto Freyre, Carlos Lacerda, José Lins do Rego e Vinicius de Moraes. Do Rio, deslocou-se a Maceió especialmente para conhecer Graciliano Ramos e, nesse período, entrou em contato com os ideais comunistas por meio da escritora Rachel de Queiroz.

Nessa época, conhecida como "Movimento de 30", foi que Jorge Amado despertou para a realidade dos problemas nacionais brasileiros, a exemplo das desigualdades sociais.

O escritor foi preso 3 vezes; exilou-se no Uruguai e na Argentina e, em Salvador, mais de 1.000 exemplares de seus livros foram queimados em praça pública pela polícia.

Devido ao temor de represálias em razão de seu ativismo político, partiu para um exílio voluntário na Europa e fixou-se em Paris. Nesse período, conheceu Jean-Paul Sartre, Pablo Picasso e outros escritores e artistas. Ao ser expulso do País pelo governo francês, por motivos políticos, Jorge Amado passou a morar na Tchecoslováquia.

Nos anos seguintes, viajou pelo Leste Europeu, em visita à União Soviética, China e Mongólia. Escreveu seus livros mais engajados, como a trilogia Os "Subterrâneos da Liberdade", que narra sua experiência de militante comunista.

Jorge Amado regressou ao Brasil e anunciou seu desligamento de todas as obrigações partidárias, dizendo: "Cumprir as tarefas que me atribuem, qualquer um pode, porém escrever meus livros, só eu".

Afastando-se definitivamente do ativismo político, dedicou-se integralmente à literatura. E isso se tornou perceptível em suas novas produções, com maior relevo ao humor, à sensualidade, à miscigenação e ao sincretismo religioso.

Oradores

Em meio a tanta produção de sucesso, seguia-se o natural reconhecimento. Na vaga deixada por Otávio Mangabeira, em 1961, Jorge Amado foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de número 23, que teve por fundador Machado de Assis e cujo patrono é José de Alencar.

Em 1987, foi inaugurada a Fundação Casa de Jorge Amado, com sede em casarão restaurado no Pelourinho. A Fundação possui em seu acervo publicações sobre o escritor, como teses, ensaios e outros textos acadêmicos, artigos de imprensa, registro de homenagens e cartas.

O escritor faleceu em agosto de 2001, poucos dias antes de completar 89 anos. Seu corpo foi cremado e as cinzas enterradas junto às raízes de uma velha mangueira, no jardim de sua casa, ao lado de um banco onde costumava descansar, à tarde, em companhia de Zélia Gattai.

Deixou, ao Brasil e ao mundo, além de muitas saudades, uma história de realizações e maravilhosa obra devidamente reconhecida. Seus livros foram traduzidos para 48 idiomas e dialetos e publicados em 52 países. Também, foram adaptados para diversas peças de teatro, cinema e séries de televisão. Seus personagens viraram nomes de ruas, batizaram estabelecimentos comerciais e foram associados a marcas de vários produtos.

Por essa diversidade de produções, recebeu ao longo de sua vida muitas premiações, títulos honoríficos e centenas de homenagens, embora sempre recusasse pompa ou distinções que o afastassem das pessoas comuns.

Assim viveu nosso agraciado, um homem do povo brasileiro, com marcas de ativismo político e literárias, mas sempre cercado de carinho e admiração de todas as classes sociais e intelectuais, fazendo jus ao seu nome, “amado”.

Oradores

Portanto, sem sua licença, decidimos homenageá-lo, na pessoa de seu neto, Bruno Celestino Amado. Porém, se possível fosse, certamente, ele próprio estaria presente aqui hoje para ouvir o nosso muito obrigado.

Mas, como não pode estar presente, peço licença às senhoras e aos senhores para, em sua memória, apresentar um breve vídeo que registra seu amor, preocupação e otimismo em relação à causa social e à democracia, objetos, também, da atividade desta Corte de Contas.

Senhoras e Senhores, gostaria de encerrar minhas palavras destacando o quanto nos orgulhamos com a presença de todos, que muito nos alegram neste dia.

Aos nossos homenageados, em especial, asseguro que o Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União é um distintivo concedido com muita parcimônia, após sopesarmos os atributos daqueles que, com suas inestimáveis contribuições ao Brasil, merecem ser distinguidos com essa honraria.

É bom saber que, no desenvolvimento da nossa missão institucional, temos no Brasil bons exemplos a seguir, como nos mostram os registros ora anunciados.

Sim, honramos hoje quem nos mostra que uma vida repleta de bons propósitos dará bons frutos e vale a pena ser vivida, compartilhada e lembrada.

Para terminar, gostaria de conclamar a todos que, a exemplo de Jorge Amado, sejamos confiantes no povo brasileiro e defensores da democracia plena em nosso País, como bem maior de todos. Muito obrigado e parabéns a todos, mais uma vez.

Aroldo Cedraz
Ministro

Oradores

CARLOS AYRES BRITTO

Em nome dos homenageados

Agradecido por participar dessa solenidade e receber este colar de uma instituição que dá exemplos de cumprimento irrestrito da nossa Constituição.

Neste momento experimento uma grande dificuldade para dar conta da minha honra e dos demais agraciados pelo recebimento deste colar. Os títulos honoríficos que nos são concedidos por instituições de grande prestígio, de grande valor de trajetória essencial, retilínea na vida brasileira. Tudo isso nos deixa numa dificuldade lógica, porque se nós dizemos que somos merecedores do título, estamos fazendo autoelogio, ficamos embaraçados em nos considerar merecedores da comenda. Se por um lado apelarmos para a generosidade da instituição, estaremos dizendo que a instituição não foi muito criteriosa na concessão do título. Evidente que no caso aqui dos outros agraciados, não houve generosidade, houve uma rigorosa justiça.

É grande dificuldade também falar em nome de pessoas tão queridas, tão dignas, tão merecedoras de elogio como as pessoas agraciadas, de fora, evidentemente, a minha pessoa. Mas por uma coincidência, há pessoas aqui todas criativas, todas imaginativas, todas inventivas, empreendedoras, que sabem sair da inércia e fugir do lugar comum.

D. Yolanda Queiroz é uma empresária, uma empreendedora, uma criadora, uma geradora de riqueza, é uma mulher devotada ao que faz. O Dr. José Carlos é um cientista, um médico admiradíssimo, um inovador também no exercício da sua profissão e na redação dos seus textos de inovação científica. Ubiratan Aguiar é um poeta, é um escritor, compositor popular, um escritor também notável, dotado de uma prosa fascinante, como fascinante também é a personalidade dele.

Oradores

O Bruno Celestino Amado representa aqui uma figura definitiva na historia literária brasileira e política também, um emancipador, um libertário, um homem desassombrado, no plano pessoal, no plano das ideias que deixou um legado de grandeza, de afirmação, de sentido para a nossa experiência coletiva de país, de pátria, de nação.

E Ariano Suassuna é uma instituição viva, e um poeta acima de tudo, um poeta que sabe como ninguém livrar o mundo das garras da mesmice, salva as palavras da esclerose. Como diria Manoel de Barros "assim como as minhocas arejam a terra, os poetas arejam a linguagem". E Suassuna sempre nos lembra, com a intimidade que tem com as palavras, uma frase de Mário Quintana. Mário Quintana dizia que morrer era muito triste, porque era, sobretudo, se despedir das palavras. E Ariano Suassuna é um esteta das palavras, ele nos encanta, nos enternece, nos eleva.

E nordestino que é, da melhor cepa, ali da fronteira da Paraíba com Pernambuco – como também nordestino da melhor cepa foi um sergipano que se notabilizou em Pernambuco, fundador da escola do Recife, Tobias Barreto, um dos poetas condoreiros melhores do Brasil-, Ariano Suassuna – que me perdoem os não nordestinos – ele mostra que a cultura brasileira mais profunda, mais original , mais criativa está enraizada mesmo no nordeste. Ali o Brasil nasceu. Ali o Brasil se afirmou culturalmente, biograficamente, espiritualmente.

De sorte que falar em nome deles, para mim é uma honra suprema. Estou homenageado com essa incumbência. Melhor seria que Sua Excelência o Ariano falasse em nome de todos. Então é o que eu tenho a dizer, agradecido por participar dessa solenidade e receber este colar de uma instituição que dá exemplos de cumprimento irrestrito da nossa Constituição, que é uma Constituição de vanguarda no plano que mais conta – cívico, ético e democrático – que são três valores planetários. O Tribunal de Contas não governa, mas impede o desgoverno, impede o desmando, impede a desordem, sobretudo no trato da

coisa pública e dos dinheiros, bens e valores públicos e nos ajuda a criar um país, a fundar um país, consolidar um país em que não muito distantemente no tempo nós saberemos rimar erário com sacrário. Obrigado.

Carlos Ayres Britto

Presidente BENJAMIN ZYMLER

No dia 7 de novembro de 1890, por meio do Decreto 966-A, foi criado o Tribunal de Contas da União, idealizado por Rui Barbosa. Portanto, são 122 anos de história.

Para marcar a passagem do aniversário da instituição, foi instituído o Grande-Colar do Mérito em 2003, por iniciativa do então Presidente Ministro Valmir Campelo, entregue em cerimônia que se repete em todos os meses de novembro. Nessa cerimônia, que já se tornou uma tradição para o Tribunal, são agraciadas personalidades que se distinguiram por seus talentos excepcionais e inestimáveis serviços prestados ao País.

Faço minhas as palavras do Ministro Aroldo Cedraz, que discorreu com propriedade sobre o perfil de cada um dos agraciados, cidadãos de escol, cujas trajetórias de vida contribuíram para o desenvolvimento pátrio nas respectivas áreas de atuação e a todos nos inspiram. Yolanda Queiroz, empresária e filantropa de destaque no cenário nacional; Ministro Ayres Britto, que tão bem vem conduzindo a mais alta Corte do País; Ministro Ubiratan Aguiar, cujos conhecimentos jurídicos e de administração pública foram de fundamental importância para a evolução da jurisprudência deste Tribunal; Ariano Suassuna, ícone da literatura brasileira; Dr. José Carlos de Almeida, médico de re-

Retornar ao sumário

Oradores

nome nacional e chefe da clínica de urologia do Hospital das Forças Armadas em Brasília, e o saudoso escritor Jorge Amado, aqui representado por seu neto Bruno Amado.

Por fim, agradeço a todos que prestigiaram esta cerimônia e informo que os agraciados receberão cumprimentos na Sala dos Presidentes ao lado do Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

Benjamin Zymler
Presidente do TCU e Chanceler do Grande-Colar

2013 | Homenageado

Janeiro

Data da Cerimônia: **24/01/2013**

Assista aqui: Vídeo da Cerimônia 2013

José Manuel Durão Barroso

Nascimento:
23 de março de 1956,
Lisboa, Portugal.

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, diplomado em Estudos Europeus e mestre em Ciência Política pela Universidade de Genebra, fundou a Associação Universitária de Estudos Europeus em 1979. Iniciou sua carreira política no ano seguinte, quando aderiu ao Partido Social Democrata de Portugal, o qual presidiu por quatro mandatos consecutivos. Durante o mesmo período foi Vice-Presidente do Partido Popular Europeu. Como Secretário de Estados dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação destacou-se como mediador dos acordos de paz para Angola. Como Ministro dos Negócios Estrangeiros conduziu o processo de autodeterminação de Timor-Leste entre 1992 e 1995. Em abril de 2002 foi nomeado Primeiro-Ministro de Portugal, cargo que exerceu até julho de 2004, quando foi nomeado pelo Conselho Europeu e eleito Presidente da Comissão Europeia.

Oradores

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Em nome do Tribunal

Por honrosa designação do Presidente desta Corte, Ministro Augusto Nardes, Chanceler do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, coube-me a grata tarefa de saudar, em nome do Tribunal, o agraciado de hoje, Doutor José Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia.

O Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União foi criado em 2003, por iniciativa do então Presidente desta Casa, o hoje Decano Ministro Valmir Campelo, que assim procedeu com o objetivo maior de cobrir de gala personalidades que, por seus méritos excepcionais e relevante contribuição prestada ao controle externo ou ao país, tenham-se tornado merecedores de especial distinção.

Desde 2003, sucederam-se dez edições deste evento que está hoje plenamente incorporado às tradições de nossa Casa sesquicentenária. Um traço, porém, distingue ligeiramente esta cerimônia das demais antes realizadas.

Consoante estabelece o regulamento da Comenda, o Grande-Colar do Mérito do TCU é entregue anualmente, no mês de novembro, na semana em que se comemora o aniversário da Corte de Contas, criada pelo Decreto nº 966-A, de 7 de novembro de 1890 (Resolução-TCU nº 160/2003, art. 19, § 3º).

Na data de hoje, inauguramos dispositivo de excepcionalidade previsto na norma. Pela primeira vez na história da Comenda, realizamos sessão extraordinária para conceder a honraria. Dispõe o regulamento, no § 4º do art. 9º, que a distinção pode ser conferida sem observância do período antes mencionado, na hipótese de ser atribuída a personalidade estrangeira, como sói acontecer na data de hoje, em que o Tribunal de Contas da União agracia o Doutor José Manuel Durão Barroso, português de nascimento, lisboeta, perso-

Oradores

nalidade política de proa, com trajetória pública que goza de reconhecimento e prestígio internacional.

José Manuel Durão Barroso nasceu em Lisboa, mais precisamente na freguesia denominada São Jorge dos Arroios, pertencente ao Concelho de Lisboa, localidade que, com a reorganização administrativa promovida em 8 de novembro de 2012, passou a se denominar apenas Arroios, resultado da agregação das antigas freguesias de São Jorge dos Arroios, Pena, Anjos e São José.

Filho de Maria Elisabeth de Freitas Gomes Durão e do trasmontano de origem, embora nascido no Rio de Janeiro, Luís António Saraiva Barroso, o atual Presidente da Comissão Europeia descende de uma das mais antigas famílias de Portugal, oriundos das terras de Barroso, de onde provém o nome de família, na província de Trás-os-Montes, onde havia uma vetusta torre, solar da família, propriedade transmitida de geração a geração.

A família materna, de onde se origina o sobrenome Durão, é proveniente de Folhadela, freguesia do Concelho de Vila Real, também na Região Norte de Portugal, que foi capital da extinta província de Trás-os-Montes e Alto Douro. Com mais de setecentos de história, o município de Vila Real abrigou no passado muitos nobres da Corte Portuguesa, que ali fixaram residência, razão pela qual chegou a ser conhecido como “a Corte de Trás-os-Montes”.

Com o casamento de Maria Elisabeth e Luís António, realizado na freguesia de Peso da Régua no dia 4 de fevereiro de 1952, iniciava-se a geração dos Durão Barroso, que se completaria com o nascimento dos filhos Luís José Durão Barroso e José Manuel Durão Barroso, este nascido em 23 de março de 1956.

José Manuel Durão Barroso licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Vivenciou no período acadêmico o auge da Revolução dos Cravos, o 25 de abril de 1974, tendo iniciado sua carreira política

Oradores

durante a faculdade, primeiramente exercendo a Presidência da Associação Acadêmica da Faculdade de Direito nos anos de 1975 e 1976.

Nos anos seguintes, mudou-se para Genebra, Suíça, onde se diplomou em Estudos Europeus pelo Instituto Universitário de Estudos Europeus da Universidade de Genebra. Obteve, também, o grau de Mestre em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais da Universidade de Genebra, tendo como tema de tese *Le systéme politique portugais face à l'intégration européenne*.

No ano de 1979, ajudou a fundar a Associação Universitária de Estudos Europeus. Embora tenha tomado parte em agremiações políticas entre os anos de 1976 a 1980, como a Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas, da qual foi um dos líderes, e do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), somente em 1980 ingressou verdadeiramente na vida política partidária, filiando-se ao Partido Social Democrata (PSD), de centro-direita, partido ao qual ainda se mantém fiel, e no qual galgou os mais altos postos, tendo sido membro do Conselho Nacional, membro da Comissão Política Nacional, diretor adjunto do Gabinete de Estudos, Presidente da Comissão de Relações Internacionais e Presidente do Partido.

No ano de 1985, elegeu-se deputado pelo PSD. No mesmo ano, por influência e recomendação do Secretário de Cultura de Portugal, Pedro Santana Lopes, foi convidado pelo então Primeiro-Ministro de Portugal, Cavaco Silva, para assumir a Subsecretaria de Estado no Ministério de Assuntos Internos. Sua inteligência e habilidade logo foram ressaltadas no desempenho de cargos no governo, a tal ponto de, em 1987, ter sido nomeado Secretário de Estado dos Assuntos Externos e Cooperação, cargo que exerceria até 1992.

Em 1990, foi o principal promotor dos acordos de Bicesse, que levaram a um armistício temporário na Guerra Civil de Angola entre o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência

Oradores

Total de Angola (UNITA), de Jonas Savimbi. Foi dele a habilidade, reconhecida por ambos os lados da disputa, na condução das negociações que culminaram com a celebração dos Acordos em 31 de maio de 1991.

Foi também considerado divulgador, no panorama político internacional, da causa da independência de Timor-Leste, ex-colônia portuguesa, invadida em 7 de dezembro de 1975 pela Indonésia e considerada por esse país como a sua 27ª província. Por essa ocasião, tornou-se membro do Movimento Europeu, após a reativação da seção portuguesa.

Por sua destacada atuação à frente dos assuntos externos, em 1992 foi nomeado Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, cargo que exerceria até 1995. Em sua gestão, conduziu o processo de autodeterminação de Timor-Leste, entre 1992 e 1995.

Entre 1995 e 1996, foi Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros da Assembleia da República. Em setembro de 1996, foi chefe da delegação enviada à Bósnia Herzegovina pelo Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (IDEA), de Estocolmo, Suécia, e em outubro de 1997 atuou como consultor da ONU para o projeto relativo à pacificação da Tanzânia, África.

Além dessas missões específicas, foi membro de vários grupos informais de apoio ao Secretário-Geral das Nações Unidas, nomeadamente do *Secretary General's Resource Group* para a República Democrática do Congo.

Em nenhum momento de sua carreira política, deixou de aprimorar sua formação acadêmica. Foi bolsista da Confederação Suíça, da Comissão das Comunidades Europeias, da Fundação Volkswagenwerk, da OTAN e do Fundo Nacional Suíço para a Investigação Científica. Fez estágios e cursos de curta duração na Universidade de Colúmbia (Nova Iorque), na Universidade de Georgetown (Washington, D.C.), no Instituto Universitário Internacional (Luxemburgo) e no Instituto Universitário Europeu (Florença).

Oradores

Foi assistente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, assistente no Departamento de Ciência Política da Universidade de Genebra e professor convidado no *Department of Government e na School of Foreign Service* (Centro de Estudos Germânicos e Europeus) da Universidade de Georgetown, Washington, D.C. (1996-1998), além de Diretor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Lusíada (outubro de 1995 a março de 1999).

Entre os anos de 1999 e 2002, foi Vice-Presidente do Partido Popular Europeu. A partir de 2001, Vice-Presidente do *Center Democrats International*. No ano de 2002, sob sua liderança política, o PSD venceu as eleições legislativas em Portugal.

Em 6 de abril daquele ano, Durão Barroso foi nomeado e se tornou o 160º (centésimo sexagésimo) Primeiro-Ministro de Portugal. Realizou uma gestão marcada por política de contenção da despesa pública.

Em julho de 2004, foi nomeado pelo Conselho Europeu e eleito pelo Parlamento Europeu para assumir as funções de 12º (décimo segundo) Presidente da Comissão Europeia, em sucessão a Romano Prodi. A escolha de seu nome foi feita por unanimidade pelos executivos dos 25 Estados-Membros da União Europeia, após reunião extraordinária do Conselho Europeu.

Em junho de 2009, foi novamente nomeado, por unanimidade, pelo Conselho Europeu para um segundo mandato como Presidente da Comissão Europeia, tendo sido eleito pelo Parlamento Europeu em setembro do mesmo ano com maioria absoluta para o novo mandato, que se encontra em pleno vigor e que tem duração prevista até o final do ano de 2014.

Como consequência natural dessa sólida e bem estruturada formação acadêmica, e em razão de sua vasta atuação política, o Presidente Durão Barroso publicou diversas obras nas áreas de Ciência Política, Relações Internacionais e questões relativas à União Europeia, com destaque para "Sistema de Governo e Sistema Partidário" (coautor), Lisboa, 1980; *Le systéme politique portugais*

Oradores

face à l'intégration européenne, Lisboa e Lausana, 1983; "Política de Cooperação", 1990; "A Política Externa Portuguesa 1994-1995"; "Uma Certa Ideia de Europa", 1999; "Uma Ideia para Portugal", 2000; "Mudar de Modelo", 2002; e "Reformar: Dois Anos de Governo", 2004.

Também publicou inúmeros artigos de Ciência Política e de Direito Constitucional em obras coletivas, enciclopédias e revistas científicas nacionais e estrangeiras, nomeadamente *Pólis*, "Análise Social", *Il Politico* e *Dictionnaire International du Fédéralisme*. Fundou e atuou como primeiro diretor da "Revista de Ciência Política".

José Manuel Durão Barroso recebeu mais de vinte títulos de doutor *honoris causa* concedidos, entre eles, principalmente, pela Universidade de Georgetown, Washington, D.C. (2006), pela Universidade de Gênova, Itália (2006), pela Universidade de Kobe, Japão (2006), pela Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro (2006), pela Universidade de Edimburgo (2006), pela HEC, de Paris (2006), pela Universidade *La Sapienza*, de Roma (2007), pela Universidade de Varsóvia (2007), pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008), pela Universidade de Nice Sophia Antipolis (2008), pela Universidade de Chemnitz (2009), pela Universidade de Genebra (2010), pela Universidade de Ghent (2011), pela Universidade Técnica de Lisboa (2011) e pela Universidade de Haifa (2012).

Foi nomeado *Global Leader for Tomorrow* pelo *World Economic Forum*, em 1993. Em 2006, foi considerado "Europeu do ano" pelo jornal *European Voice*. Recebeu a medalha de ouro da cidade de Lamego em 2007 e a chave de honra da cidade de Lisboa em maio do ano seguinte.

Entre as distinções e honrarias que lhe foram concedidas, destacam-se a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul do Brasil, em 1991; a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco do Brasil, em 1996; a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, comenda portuguesa concedida no grau máximo em 1996; o Grande-

Oradores

-Colar da Ordem de Timor-Leste, em 2010; o Colar do Mérito Europeu, em 2010; e a Grã-Cruz da Real e Distinta Ordem Espanhola de Carlos III, em 2011.

No final do ano de 2012, ainda recebeu, em nome da União Europeia, o Prêmio Nobel da Paz, na companhia dos Presidentes do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e do Parlamento Europeu, Martin Schulz, oportunidade em que salientou a ideia de unidade como premissa para a democracia e para a liberdade.

Por último, Senhor Presidente, Senhores Ministros, gostaria de mencionar um título que o agraciado recebeu no final do último ano de 2012. Título de não menos importância que os demais aqui mencionados, pelo menos no aspecto sentimental.

Trata-se do "Dragão de Honra", distinção conferida pelo Futebol Clube do Porto. A honraria, ao que se divulgou, foi concedida de surpresa em tradicional cerimônia de gala dos Dragões de Ouro.

O dragão, para os que não conhecem, é o mascote do time, que é da cidade do Porto e creio eu que também do coração do nosso homenageado. Na oportunidade do recebimento da comenda, o Presidente Durão Barroso deu admirável exemplo de entusiasmo por todas as formas de promoção da cidadania, tendo feito questão de enaltecer as vitórias do Porto e a projeção que conferem à cidade e ao país.

Senhor Presidente. Senhores Ministros. Senhoras e Senhores convidados. Chego ao fim desta oração. Gostaria apenas de dizer da felicidade da escolha do nome do Presidente José Manuel Durão Barroso para receber o Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União.

Acima do aspecto da inteligência e da capacidade intelectual que assinala a vida pública e a trajetória de Sua Excelência, chama a atenção de todos nós o

Oradores

prestígio com que o Presidente Barroso distingue o Brasil no relacionamento com a União Europeia e com a Comissão Europeia por ele presidida.

Destaco, a título de exemplo, trechos do discurso de Sua Excelência proferido na Cimeira Empresarial União Europeia-Brasil, realizada em Bruxelas no dia 4 de outubro de 2011. Naquela oportunidade, o Presidente Barroso destacou a "cumplicidade estratégica entre Brasil e Europa, porque assentada em valores comuns".

Salientou, ainda, a prioridade política da União Europeia no aprofundamento das relações estratégicas com o Brasil. Nesse sentido, ponderou que seria determinante não só o papel dos governos, ou dos agentes diplomáticos, mas das sociedades, das instituições, com vistas ao fortalecimento dessa parceria, já que, segundo afirmou na ocasião, "um Brasil forte, assim como uma União Europeia forte, são essenciais para o mundo".

Assim, Senhor Presidente, esta Casa parabeniza v. exa. pela iniciativa e sente-se orgulhosa de haver concedido nossa mais alta honraria a uma personalidade estrangeira da qualidade do Presidente José Manuel Durão Barroso. Um homem público de prestígio internacional que preza e valoriza a relação com nosso país, com nossas instituições, com nossa sociedade.

Creio sobejamente demonstrado, na tarde de hoje, aos olhos do mundo, que a outorga do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União ao Presidente Durão Barroso observa fielmente os pressupostos da concessão, de que os agraciados sejam dela merecedores pela relevante contribuição prestada ao país.Vossa Excelência, a partir de agora, Presidente Durão Barroso, faz parte do quadro de honra deste Tribunal, e nesta condição a Casa conclama sua colaboração no cumprimento da nobre causa a que nos dedicamos.

Este Tribunal tem a missão de servir à nação e zelar para que não sejam malversados os recursos entregues pela sociedade, pelo cidadão, para que o

Oradores

governo gerencie a máquina pública e promova o desenvolvimento de que todos necessitamos.

Auxiliando na construção de um Brasil mais forte, um Brasil melhor, estaremos nos aproximando do ideal sustentado por Vossa Excelência, de uma União Europeia também mais forte, e de um mundo melhor.

Receba, Presidente Durão Barroso, esta homenagem do Tribunal de Contas da União, que desejamos seja extensiva a toda a sua família, em especial a sua esposa Maria Margarida Pinto Ribeiro de Sousa Uva, e a seus três filhos: Guilherme de Sousa Uva Durão Barroso; Francisco de Sousa Uva Durão Barroso e Luís de Sousa Uva Durão Barroso.

Muito obrigado a todos. Parabéns, mais uma vez, Presidente Barroso.

Walton Alencar Rodrigues
Ministro

JOSÉ MANUEL DURÃO BARROSO

Homenageado

É para mim uma grande satisfação e uma grande honra ser hoje homenageado com o Grande Colar de Mérito do Tribunal de Contas da União. Uma distinção que passarei a partilhar com figuras e instituições tão eminentes da sociedade brasileira quanto Jorge Amado, Oscar Niemeyer, Jucelino Kubitschek ou a Academia Brasileira das Letras, entre tantos outros homens, mulheres e instituições da vida política, cultural e social brasileira. Imaginam pois a emoção com que recebo esta distinção e que agradeço do fundo do coração.

Oradores

Ouvi também com imensa atenção e quero também agradecer a oração do Ministro Walton Alencar Rodrigues, que, com grande pesquisa, com imenso cuidado – que eu interpreto como mais uma manifestação da generosidade e da gentileza brasileiras – descreveu grande parte da minha vida pública e privada. E devo dizer que eu próprio, ao ouvi-lo, relembrei factos que porventura já não estavam na minha memória.

Mas como a vida é dinâmica, quero só acrescentar um pequeno ponto ao magnífico discurso que fez o Senhor Ministro Walton Alencar Rodrigues, quando, com tanto cuidado, estabeleceu o meu currículo. Falou na minha mulher, falou nos meus filhos, mas não falou no meu neto. É uma recente conquista, o meu neto, Manuel, de dois anos. Por isso queria partilhar também com ele a honra que vossas excelências quiseram dar hoje ao dar-me esta grande distinção do Tribunal de Contas da União. O meu sincero muito obrigado.

E é com especial emoção que esta distinção me é atribuída aqui no Brasil, um país que me diz muito e ao qual me ligam laços muito fortes de afecto e, como disse também, laços familiares profundos.

Por isso mais uma vez o meu agradecimento a todos os membros do Tribunal de Contas por este reconhecimento e, permitam-me em particular, uma palavra ao seu Presidente, Ministro João Augusto Nardes, a quem me liga uma relação de amizade que data de há já muitos anos, dado que nos conhecemos em 1979, em Genebra, numa altura em que éramos ainda mais novos do que o que somos hoje.

Como nos lembrava Vinicius de Moraes, a vida é a arte do encontro, e aqui nos encontramos, mais uma vez, 34 anos depois, em Brasília.

E embora a estrada da vida se faça a olhar para a frente, às vezes é útil olhar para o retrovisor para perceber o caminho já percorrido. Só assim podemos dar valor ao nosso percurso actual e sobretudo dar sentido ao nosso rumo futuro.

Oradores

Gostaria por isso hoje de partilhar convosco uma breve reflexão sobre o caminho conjunto que Europa e Brasil, Europa e América Latina, têm percorrido, os desafios que já superaram e os que ainda têm pela frente e também a importância para nós da liberdade e da democracia e dos valores em que assenta a nossa amizade.

E por isso lembrei-me precisamente de fazer uma comparação com a situação que tínhamos quando conheci o Ministro João Augusto Nardes, na altura ambos jovens estudantes, pós-graduados em Genebra.

Em 1979 o mundo era um local muito diferente, e os nossos dois continentes, neste caso os nossos dois países, falando agora como português, viviam ainda noutra era. A Europa era um continente dividido, com o leste europeu separado do resto do continente por um muro, o Muro de Berlim, por uma cortina de ferro. E isto era mais do que simbólico, era uma divisão real, profunda no continente europeu. Estávamos em 1979.

Na Europa do Sul, o meu país, o meu querido país Portugal, tinha saído, alguns anos antes, de uma ditadura que durou quase 50 anos. E o movimento e os ideais democráticos que derrubaram o regime autoritário em Portugal, e que rapidamente se alastraram à nossa vizinha e irmã Espanha, já tinham vindo fazer o seu efeito na Grécia, onde também desabava a chamada ditadura dos coronéis.

O regime que existia no Brasil era ainda também um regime militar, que começava precisamente a dar sinais de abertura e fragmentação em 1979, com a vitória do MBD nas eleições do ano anterior, a adopção da Lei da Amnistia, que concedia o direito de retorno ao Brasil para os políticos, artistas, intelectuais e outros exilados e também a aprovação da lei sobre o multi-partidarismo.

Os movimentos e ideais democráticos que despontaram na Europa do Sul em meados da década de 70 foram aliás uma grande inspiração para os proces-

Oradores

sos de democratização na América do Sul, incluindo o Brasil, num processo que o académico norte-americano Samuel Huntington classificou como a terceira vaga de democratização no mundo. E este académico, mais conhecido pelo controverso conceito de choque das civilizações, na realidade estudou de modo comprado as transições democráticas na Europa, na América Latina e noutros continentes.

No entanto, a transição e a consolidação da democracia na Europa do Sul e a abertura completa no Brasil levariam ainda alguns anos. Aqui no Brasil o processo completava-se com a eleição de Tancredo Neves para Presidente e a aprovação de uma nova constituição democrática em 1988 e em Portugal, Espanha e Grécia a consolidação democrática ficava definitivamente selada com a adesão dos três países à União Europeia, que então se chamava Comunidade Europeia.

E é importante entender isto: porque para nós, para a minha geração em Portugal, mas também em Espanha, na Grécia, ou para a mesma geração na Europa Central e de Leste, a Europa queria dizer democracia, queria dizer liberdade.

E voltando a falar com o meu amigo Nardes, os dois jovens que então éramos em 1979, oriundos de países diferentes, continentes diferentes, partilhavam uma mesma ambição e um mesmo anseio: poder viver em liberdade nos nossos países e também num mundo mais justo e mais unido. Foi uma das coisas que aprendemos em Genebra: a importância, não apenas da democracia, mas do desenvolvimento global.

E se olharmos para trás muito caminho foi percorrido. Hoje a Europa é um continente reunificado, em paz e democracia, tendo na União Europeia o expoente máximo destes valores. O Brasil é um país que está a crescer e a afirmar-se como uma das grandes potências mundiais. Deixou de ser o país do amanhã para ser o país do presente, hoje, aqui e agora.

Oradores

Avançou-se muito, não só na Europa, ou na América do Sul, mas um pouco por todo o mundo. De acordo com a ONG *Freedom House*, em 2011, num universo de 195 países, havia 117 regimes democráticos, baseados em eleições livres. Três vezes mais do que nos anos 70, em que o número de democracias era de cerca de 45.

Todavia a democracia nunca está ganha. Conquista-se todos os dias. E num regime democrático as eleições são sempre um ponto de partida e não apenas um ponto de chegada. E é necessário que para além da democracia eleitoral se possa construir e consolidar um Estado de direito onde se observem os direitos humanos e onde se promova também um desenvolvimento económico e social, um desenvolvimento inclusivo.

São esses os valores e os propósitos da União Europeia que logo o artigo 2º do Tratado da União Europeia, chamado Tratado de Lisboa, afirma.

E tem sido este um dos grandes sucessos da União Europeia, promover a paz, a democracia, os direitos humanos, não apenas no continente europeu, mas por todo o mundo.

Foi esta aliás a justificação do Comité Nobel, quando decidiu atribuir o Prémio Nobel da Paz à União Europeia em 2012.

E devo dizer-vos a emoção com que proferi o discurso de aceitação do Prémio Nobel da Paz, conjuntamente com o Presidente do Conselho Europeu, referindo precisamente o contributo da União Europeia não apenas para a reunificação do continente mas para estes valores que partilhamos com tantos no mundo, como com os nossos amigos brasileiros.

Senhoras e Senhores, excelências.

Oradores

Sem um Estado de direito, sem desenvolvimento social, a democracia não passa de um conceito formal. A democracia nunca ficará completa sem uma dimensão económica e social.

É por isso que o desafio do crescimento económico é tão importante. Não apenas de um ponto de vista material, pois possibilita melhores condições de vida às pessoas, mas também de um ponto de vista da consolidação dos sistemas democráticos e dos próprios valores em que assentam as nossas sociedades. É por isso que estamos a querer, também, desenvolver a ideia de crescimento económico na Europa.

Passamos por momentos difíceis, como sabem, mas quero dizer-lhes que tenho grande confiança na capacidade da Europa de ultrapassar todas estas dificuldades.

Estamos a fazê-lo como uma forma de manter o nosso modelo, modelo a que chamamos economia social de mercado, onde procuramos conciliar uma economia aberta, livre, uma economia de iniciativa privada, com preocupações sociais, nomeadamente em relação aos mais vulneráveis.

E as reformas estruturais que estamos a fazer neste momento nos países da União Europeia, destinam-se precisamente a tornar os nossos países e o nosso modelo mais competitivos de forma a melhor poder fazer face aos desafios do século XXI. O que pretendemos é um crescimento sustentável e inclusivo. Porque já vimos e aprendemos, que um crescimento assente na dívida pública excessiva ou na dívida privada desregrada não é um crescimento sustentável, não é um crescimento viável. Queremos crescimento, mas um crescimento sustentável do ponto de vista financeiro, mas também do ponto de vista social e, porque não dizê-lo, do ponto de vista ambiental.

Tive a oportunidade de dizer aqui no Brasil no ano passado, no Rio de Janeiro, quando representei a União Europeia na cúpula do Rio+20, que a desi-

gualdade não é sustentável, nem de um ponto de vista económico, nem de um ponto de vista social e político.

É por isso que temos vindo a trabalhar, e tem sido também esse o grande sucesso do Brasil, na dimensão económica e social do desenvolvimento.

Esse caminho tem vindo a ser feito no vosso país. Os cerca de 35 milhões de brasileiros que saíram de uma condição de pobreza constituem uma grande contribuição para a democracia brasileira e devem ser motivo de orgulho para este grande país que é o Brasil.

E o papel de instituições como o deste Tribunal têm também importantíssimo para reforçar a democracia. O princípio da responsabilização e da prestação de contas são fundamentais num Estado democrático.

As pessoas só terão confiança no sistema se souberem que os titulares dos cargos políticos servem o Estado em prol de um bem comum, em vez de se servirem do Estado para seu benefício pessoal.

A integridade e a ética dos eleitos é a primeira e mais importante garantia contra o abuso de poder ou a corrupção. Mas a existência de instituições como o Tribunal de Contas é fundamental como garante institucional de que o interesse público é respeitado.

A confiança das pessoas nos sistemas políticos demora muito tempo a ganhar, mas pode perder-se de um momento para o outro. Daí a importância de uma gestão íntegra e responsável.

Um dos pais fundadores da construção europeia, o francês Jean Monnet, disse uma vez, e é uma citação que fazemos muitas vezes, que *rien ne se crée sans les hommes, rien ne dure sans les institutions*, "nada se faz sem os homens, mas nada perdura sem as instituições". O génio humano é fundamental,

Retornar ao sumário

mas instituições sólidas e independentes são o seguro de vida dos nossos sistemas democráticos.

Na União Europeia, para além da Comissão Europeia, que é o executivo, a que tenho honra de presidir, e que tem também a função de guardiã dos Tratados, temos também um Tribunal de Justiça, um Tribunal de Contas além do Parlamento Europeu, que é directamente eleito pelos 500 milhões de cidadãos europeus, que constituem a arquitectura institucional da nossa comunidade, que é uma comunidade de direito, baseada no direito europeu, que é um direito que se impõe mesmo acima do direito nacional.

Trata-se de uma ordem democrática que precisa de estar em constante evolução para acompanhar as mudanças em curso. Como tenho dito muitas vezes, o projecto europeu não pode nem deve ser burocrático, nem sequer tecnocrático, tem de ser cada vez mais um processo democrático.

É interessante constatar que as regiões do mundo onde há mais Estados democráticos são precisamente a Europa e a América do Sul. Isto talvez não aconteça por acaso.

As primeiras constituições liberais surgiram quase ao mesmo tempo na Europa e na América do Sul, desde a revolução francesa em 1789. Tivemos depois as constituições liberais de 1812 em Espanha, 1822 em Portugal, 1811 no Chile e na Venezuela ou 1824 no Brasil.

O Atlântico tem sido ao longo da história um espaço de circulação de ideias. Europa e América do Sul partilham muitos elementos de uma mesma matriz política e cultural. É por isso que eu acredito muito no potencial da cooperação entre a União Europeia e o Brasil e a União Europeia e a América Latina em geral.

Retornar ao sumário

Oradores

Orgulho-me de há cinco anos ter proposto o estabelecimento de uma parceria estratégica entre a União Europeia e o Brasil, quando alguns ainda duvidavam da importância do Brasil no contexto internacional.

Esta manhã participei na 6ª Cimeira – reunião de cúpula – entre a União Europeia e o Brasil onde tive a oportunidade discutir com grande abertura e amizade com a Presidente Dilma Rousseff formas de aprofundar a nossa colaboração.

Acredito que no mundo em que vivemos não é só a economia que é importante, os valores também são fundamentais. E o facto de a União Europeia e o Brasil partilharem os mesmos ideais democráticos e de justiça social, de partilharem o objectivo de um multilateralismo mais efectivo nas relações internacionais, constitui um activo que deve ser mais aproveitado e ainda mais valorizado.

Esta será uma mensagem que levarei também a todos os países latino-americanos em Santiago do Chile, para onde partirei amanhã para a 7ª reunião de cúpula entre a União Europeia e a América Latina.

O sonho e a ambição de toda uma geração de jovens, na América Latina e na Europa, que sonhávamos nos anos 70 e 80, estão a ser cumpridos. Há imensas dificuldades pela frente, sabemos isso. Mas quando pensamos de onde viemos, quando pensamos numa Europa dividida – e hoje estamos numa Europa unida –, quando pensamos que tanto caminho foi percorrido, penso que temos razão, não para ficarmos satisfeitos, mas pra ficarmos animados e encorajados, para darmos um contributo suplementar para uma governação mundial mais ordenada, para uma ordem internacional mais justa.

A nossa geração tem por isso a grande responsabilidade de deixar às futuras gerações não só um mundo mais livre e mais democrático, mas também um mundo mais justo e mais solidário.

Oradores

E é bom aqui no Brasil, aqui em Brasília, União Europeia e Brasil trabalharem para esse objectivo.

Porque como nos lembrava o grande escritor brasileiro Carlos Drummond de Andrade: "Necessitamos sempre de ambicionar alguma coisa que, alcançada, não nos torne sem ambição".

É essa ambição que eu penso que o Brasil e a União Europeia vão manter.

Queria mais uma vez agradecer a grande distinção e honra que quiseram, com a vossa generosidade, conceder-me, vendo nela também um gesto em relação à Comissão Europeia que tenho a honra de presidir, e à União Europeia que tenho o prazer de hoje aqui representar.

Muito obrigado pela vossa atenção.

José Manuel Durão Barroso

2013 | Homenageados

Novembro

Data da Cerimônia: **13/11/2013**

Assista aqui: Vídeo da Cerimônia 2013

Carlos Roberto Ribeiro de Moraes

Nascimento:
14 de outubro de 1940,
Recife, PE.

Diretor e cirurgião do Instituto do Coração de Pernambuco e presidente do Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira (Imip). Defendeu três teses (doutoramento, livre docência e de professor titular), publicou 118 trabalhos científicos em revistas nacionais e estrangeiras e nove capítulos de livros, quatro dos quais editados no exterior. É autor dos livros "Breve história da cirurgia cardíaca" e "Manual de cirurgia cardiovascular". É também pioneiro no transplante de coração em Pernambuco.

Celso Lafer

Nascimento:
07 de agosto de 1941,
São Paulo, SP.

Formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, cursou mestrado e doutorado em ciência política na Universidade de Cornell, nos Estados Unidos. Foi livre-docente em direito internacional público na USP e professor titular de filosofia do direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Desde 2007 é o presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e das Relações Exteriores em duas ocasiões e embaixador do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e junto à Organização das Nações Unidas. Autor de dezenas de livros, é membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Brasileira de Ciências.

Edson Porto

Nascimento:
03 de outubro de 1931,
Araguari, MG.

Primeiro médico de Brasília, tendo chega-do à capital federal em 4 de dezembro de 1956. Foi diretor daquele que se transformaria no primeiro centro médico da cidade, chamado de Hospital do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários), mais tarde denominado Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, onde hoje funciona o Museu Vivo da Memória Candanga.

Ministro Guilherme Palmeira

Nascimento:
25 de dezembro de 1938,
Maceió, AL.

Formado em ciências jurídicas e sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, o advogado e político alagoano foi deputado estadual, prefeito de Maceió, governador, senador e ministro do Tribunal de Contas da União no período de 1999 a 2008, onde exerceu a Presidência em 2006.

Jair de Oliveira Soares

Nascimento:
26 de novembro de 1933, Porto Alegre, RS.

Cirurgião-dentista e bacharel em ciências jurídicas e sociais. Foi presidente do Departamento de Compras do Estado, secretário da Administração e de Saúde, vereador de Porto Alegre, deputado estadual, federal, ministro da Previdência Social e governador do Rio Grande do Sul.

Ministro João Nogueira de Rezende

Nascimento:
13 de dezembro de 1915, Conselheiro Lafaiete, MG.

Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, foi deputado federal por oito mandatos consecutivos, de 1951 a 1981, quando, então, assumiu o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União, que presidiu no ano de 1985. Foi secretário do Interior e Justiça de Minas Gerais, diretor do Banco de Crédito Real e um dos fundadores da Academia de Letras de Conselheiro Lafaiete.

Teresa de Jesus Costa D'Amaral

Nascimento:
21 de abril da 1949,
Teresina, PI.

Mestre em comunicação com a tese "Defi-ciência e democracia". Participou da criação e foi a primeira titula,r da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, órgão federal de planejamento e coordenação das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência, atual Secretaria Nacional de Promoção da Pessoa com Deficiência. Autora do projeto da Lei Federal nº 7.853/89, que trata dos direitos da pessoa com deficiência, considerada a mais inclusiva das Américas. É superintendente do Instituto Brasileiro da Pessoa com Deficiência (IBDD).

Oradores

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

em nome do Tribunal

Minhas senhoras e meus senhores,

Fechado o ciclo dos primeiros 10 anos, o Grande Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União inaugura, nesta cerimônia, sua segunda década de atividade reconhecendo a especial contribuição à função de controle externo e o excepcional mérito de homens, de mulheres e de instituições as quais, por esse específico valor e desempenho, mereçam ser distinguidos com a sua atribuição. E o faz tendo por base dois fundamentos bastante sólidos.

Um deles é o histórico de serviços prestados à administração pública federal pelo tribunal de contas da união, cuja forma institucional foi dada, faz 123 anos, por Rui Barbosa, mas cuja substância vem sendo reinventada e aprimo-

Oradores

rada, ao longo do tempo, por todos que aqui passaram – mas ainda devedores, nós todos!, do impulso inicial que lhe emprestou o talento e a operosidade de Serzedello Corrêa.

Esta casa, em sua mistura de tradição e de renovação, é um dos fundamentos, portanto, do valor que se pode atribuir à sua maior comenda.

O outro fundamento é a excepcional galeria de instituições e de personalidades já agraciados com o grande colar, galeria essa a que se juntam os nossos homenageados de hoje. De fato, enriquece o rol de nomes que, na impossibilidade de ser resumido, apenas exemplifico – e muito brevemente – com a citação de figuras que já não estão entre nós.

É o caso de Juscelino Kubitschek de Oliveira, no mundo da liderança política;
Do ministro Djaci Falcão, na atividade jurídica;
De Oscar Niemeyer, na arquitetura e nas belas-artes;
De Jorge Amado, na literatura;
De Roberto Marinho e de Otávio Frias, na comunicação;
E de Zilda Arns, na ação social.

Uma lista realmente inquestionável, que continua a ser engrandecida pelos agraciados cuja homenagem me coube fazer, esta manhã, por encomenda expressa do Conselho do Grande-Colar e de seu Chanceler, o presidente do TCU, ministro Augusto Nardes.

A primeira dúvida que surge, porém, na hora de fazê-lo, é a ordem pela qual se deva apresentar nossos homenageados. Pensei, de início, que a idade poderia ser uma boa alternativa, visto que todos nós os envolvidos atingimos, a esta altura da vida, um estágio no qual o passar do tempo, mais que um peso, começa a ser em si mesmo um galardão. Mas, confesso que o receio de que essa avaliação pudesse não ser por todos compartilhada me fez correr para o mais neutro e inquestionável critério da ordem alfabética do nome dos

Oradores

nossos convidados de honra. Assim, foi por aí que me resolvi, com uma exceção que será a de apresentar, por primeiro, a única dama dentre os sete agraciados com o grande colar do mérito, este ano.

Apresento a todos, portanto, a senhora Teresa de Jesus Costa D'Amaral, uma cidadã brasileira, piauiense de origem, militante da causa dos direitos das pessoas com deficiência. E militante não por acaso, mas também por vocação familiar, continuadora que é da senda corajosa e pugnante de seu pai, o maranhense Odylo Costa, filho, meu conterrâneo, membro da Academia Brasileira de Letras e uma das maiores personalidades das letras e do jornalismo de toda a história do Brasil.

Com formação em história, comunicação e cultura, Teresa D'Amaral começou sua atividade no terceiro setor junto à Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi, na qual chegaria ao cargo de vice-presidente. Em função dessa experiência, foi convidada em 1986, pelo presidente José Sarney, para assumir os trabalhos de implantação da CORDE (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, da Presidência da República), órgão que lideraria por quatro anos.

A CORDE, hoje elevada a status de ministério, como Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, constituiu o embrião original da institucionalização da abordagem governamental do problema da pessoa com deficiência, questão até então tratada de forma assistemática pela administração pública federal, sem organicidade e sem um conjunto de políticas públicas especificamente vocacionadas para o seu tratamento.

Conduziu Tereza, nessa época, o processo de aprovação da lei 7.853, de 1989, norma que dispôs sobre o apoio e a integração da pessoa com deficiência, e estabeleceu a tutela jurisdicional dos interesses coletivos e difusos dessas pessoas.

Oradores

Mas dizer apenas isso seria banalizar o alcance que teve a lei 7.853, à época de sua promulgação. Amplamente baseada na experiência institucional da CORDE, aquele diploma veio a tornar-se a base a partir da qual se desenvolveram todas as políticas públicas posteriormente constituídas, voltadas à tutela das pessoas com deficiência, um contingente que – em maior ou menor grau de comprometimento físico – perfaz cerca de 10% de nossa população.

Esse foi o marco de reconhecimento, por parte do estado brasileiro, do fato de que a verdadeira solidariedade social é a que mobiliza todos em função de todos, a partir da fundamental igualdade de direitos que ampara a vida coletiva. Foi marco do reconhecimento, mais ainda, de que não pode haver diferença entre os homens, porque da mesma essência jurídica os fez o direito natural. E essa, como sabemos todos, é lei mais antiga e imemorial de nossa cultura; lei que, mesmo não inscrita na pedra, está de modo inquebrantável insculpida no próprio coração humano.

Todavia, não foi somente essa a contribuição de Teresa D'Amaral ao campo de lutas que resolveu adotar. Sua maior obra talvez esteja fora da área pública, no terceiro setor, materializada na forma do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD), organização atuante e reconhecida, que criou e ainda dirige. E não é o tribunal de contas a primeira instituição a reconhecer o pioneirismo e o valor da atuação de Teresa D'Amaral que, à frente do IBDD recebeu, entre muitos outros, o Prêmio Empreendedor Social Ashoka-Mckinsey 2002; o prêmio FORBES 2006, como a brasileira mais influente no terceiro setor; e o Prêmio Visionaris 2006, concedido pela *Union de Banques Suisses* (UBS) ao empreendedor social de destaque.

Por toda essa distinta contribuição a um setor tão relevante quanto o é o da pessoa com deficiência, é uma honra para esta corte poder lhe outorgar o grande colar do mérito, senhora Tereza de Jesus Costa D'Amaral. Parabéns!

Oradores

O doutor Carlos Roberto Ribeiro de Moraes, nosso segundo homenageado de hoje, é médico e, na medicina, decidiu dedicar-se à espinhosa especialidade da cirurgia cardíaca, tarefa que, por toda a sua vida profissional, compartilhou com a docência universitária.

Até a graduação, toda a sua formação deu-se em sua recife natal, sendo seu título obtido na Faculdade de Medicina da Universidade do Recife, atual Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal de Pernambuco, no ano de 1964. Inicialmente direcionando seu interesse para a área da cirurgia geral, Carlos Roberto Ribeiro de Moraes cedo se voltaria para a cirurgia torácica, e passaria a frequentar, na condição de interno, o antigo Instituto de Cardiologia de sua Universidade. Data da mesma época o envolvimento com o magistério, que se iniciou formalmente em 1966, como professor da disciplina de Cirurgia Torácica do Departamento de Cirurgia, posto no qual trabalhou até sua recente jubilação, em 2008.

O aperfeiçoamento da técnica cirúrgica foi, de fato, uma meta que o Dr. Carlos Roberto de Moraes perseguiu ao longo de toda a sua carreira médica, num processo que começou com um prestigioso estágio junto à equipe do professor Euryclides de Jesus Zerbini, na Universidade de São Paulo, onde se pós-graduou com o apoio da CAPES.

Os estágios internacionais começaram logo em seguida, tendo sido os mais importantes aqueles feitos no Departamento de Cirurgia de *nuffield* (*Nuffield Department of Surgery*), na Enfermaria de *Radcliffe* (*Radcliffe Infirmary*), em *Oxford*, no Reino Unido e no Hospital Nacional do Coração (*National Heart Hospital*), de Londres, no mesmo país, ao lado de uma extensa série de visitas técnicas a importantes centros médicos do continente europeu, em Paris, Munique, em Zurique e em Lisboa, além do famoso Instituto Karolinska, de Estocolmo.

Oradores

Em 1972, foi promovido a professor assistente, e a adjunto, poucos meses depois, atuando tanto na graduação quanto na pós-graduação da Faculdade de Medicina da UFPE, galgando a condição de professor titular em 1980, época em que já chefiava o Serviço de Cirurgia Torácica do Hospital das Clínicas da universidade.

Trabalhou como cirurgião na Secretaria de Saúde do estado de Pernambuco, no Hospital Otávio de Freitas, tendo fundado, em 1985, o Serviço de Cirurgia Cardíaca do Hospital dos Servidores do estado de Pernambuco (IPSEP), que também dirigiu.

O doutor Carlos Roberto tem, ainda, várias publicações técnicas na área de cirurgia, e é membro de diversas sociedades médicas nacionais e estrangeiras, entre as quais podem ser citadas:

As Sociedades Brasileira de Cardiologia e de Cirurgia Cardiovascular;
O Colégio Americano de Cirurgiões (*American College of Surgeons*),
A Real Sociedade de Medicina (*Royal Society of Medicine*),
E a Associação Européia de Cirurgia Cardiotorácica (*European Association for Cardithoracic Surgery*), essas últimas sediadas no reino unido.

Não obstante sua imensa atividade na medicina pública, foi cofundador, em 1986, do Instituto do Coração de Pernambuco (INCOR/PE), do qual foi diretor e cirurgião-chefe até 2009. Essa, aliás, foi a entidade pioneira no transplante de coração no estado de Pernambuco. Em 2011, foi eleito presidente do Instituto de Medicina Integral prof. Fernando Figueira (IMIP), onde ainda desenvolve atividades clínicas, no setor de cirurgia cardíaca.

Doutor Carlos Roberto de Moraes, em função de seu admirável e pioneiro histórico na área da cirurgia cardíaca, tanto em Pernambuco quanto em todo o nordeste, é muito justa a homenagem que ora lhe faz o Tribunal de Contas da União. Receba, por favor, minha admiração e minhas congratulações!

Oradores

O professor Celso Lafer, personalidade decerto conhecida de todos os presentes, constitui-se, ao mesmo tempo, em figura do primeiríssimo time da cultura brasileira, e também – à maneira florentina –, num verdadeiro homem de ação.

Sua abrangente formação acadêmica começou na tradicional Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na década de 1960, e continuou na Universidade de Cornell (EUA), na área da ciência política, culminando a carreira na obtenção da livre-docência em Direito Internacional Público e da titularidade da cadeira de Filosofia do Direito, na USP, esta última obtida em 1988.

O sucesso que alcançou em sua vida acadêmica é enorme, contando em seu currículo inúmeros títulos de doutor Honoris Causa, seja por universidades da América Latina, seja por instituições de outros continentes, a exemplo da França e de Israel, além de haver ocupado, em 2006, a cátedra "Países e Culturas do Sul" do Centro John W. Kluge, ligado à Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.

Na iniciativa privada, Celso Lafer emprestou seus talentos a José Mindlin, na presidência do Conselho da Metalleve, tendo integrado ainda o Conselho da klabin, no mundo privado, e o da Associação Pinacoteca Arte e Cultura, de são paulo, e o da Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, a OSESP, no terceiro setor; além do conselho editorial da Revista Política Externa e o deliberativo, do Museu Lasar Segall, os quais preside.

Na área pública, Celso Lafer tem passagens marcantes na chefia da missão brasileira junto às Nações Unidas e à Organização Mundial do Comércio, tendo nesta última presidido sucessivamente seu Conselho de Solução de Controvérsias e o próprio Conselho Geral. Não bastasse um rol tão exigente e variado de atividades, ocupou por três vezes a função ministerial, duas delas na pasta das Relações Exteriores, em 1992, na equipe do presidente Collor, e entre 2001 e 2002, a convite do presidente Fernando Henrique, a quem também auxiliara pouco antes, em 1999, à frente do Ministério da Indústria e Comércio.

Oradores

Celso Lafer tem se destacado, no seio da intelectualidade brasileira, pela seriedade e profundidade com que explora os temas de sua predileção, apresentando uma visão sempre apropriada e crítica da política externa brasileira e das questões dos direitos humanos no cenário internacional. Para essa abordagem, vem travando um proveitoso diálogo com alguns dos mais agudos pensadores do século XX. Entre alguns de seus favoritos, é possível citar Norberto Bobbio, tema de seu último volume publicado, e Hannah Arendt, fonte inspiradora de seu livro "A Reconstrução dos Direitos Humanos", obra que recebeu, entre outros prêmios, o Jabuti de 1989.

No auge de sua capacidade produtiva, o chanceler Celso Lafer ainda encontra lugar na sua agenda para atuar numa das áreas mais sensíveis e decisivas para nossa estratégia nacional de desenvolvimento, a da inovação; e, desde 2007, preside uma das mais importantes instituições brasileiras de fomento à pesquisa científica e tecnológica e à inovação: a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Por essa imensa atividade reflexiva e transformadora, Chanceler Lafer – cujo espectro, no seu caso, alcança todos os setores em que se convencionou dividir a produção social: o público, o privado e o terceiro setor –, é muito justa a lembrança de seu nome para compor o rol dos agraciados com o grande colar do mérito de 2013. Parabéns e muito grato pela imensa contribuição que sua atividade incansável vem dando ao Brasil!

A condecoração que se dá ao médico Edson Porto é, de certa forma, uma homenagem que o Tribunal também faz à cidade de Brasília, tão íntima e precoce é a relação que o doutor Edson estabeleceu com a nova capital, desde muito antes de sua inauguração.

De fato, mineiro de Araguari e graduado pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, Edson Porto chegou a Brasília aos 26 anos, em fins de 1956, contratado para tomar a frente de um posto médico montado pelo extinto

IAPI, em parceria com a Novacap, para prestar atendimento médico aos trabalhadores que vieram de longe atuar na construção da nossa capital.

Esse pequeno ambulatório não passava, a princípio, de um pequeno barracão de nove metros quadrados, que acumulava, separados por biombos, a sala de atendimento, a despensa dos remédios, trazidos na mala, e o quarto do médico.

Ali, além dos exames admissionais dos operários, eram tratadas as emergências de menor porte, que incluíam variados tipos de acidente e até mesmo os inúmeros casos de picadura de cobra, muito comuns em todos os canteiros de obra que por aqui havia. Para os casos de maior gravidade não havia maiores recursos, motivo pelo qual um avião cessna ficava de prontidão, para efetuar os deslocamentos até a cidade de Goiânia, onde os casos excepcionais eram de regra tratados.

Com isso, Edson Porto não somente se constituiu no título de Primeiro Médico de Brasília, um verdadeiro Médico-Candango!, mas também acabou por aproveitar aquela época heroica para se apaixonar pela cidade que aos poucos via crescer ao seu redor. E apaixonou-se a ponto de nunca mais deixá-la.

De fato, o homem põe e deus dispõe, como aprendemos de São Tomás de Kempis. Os planos de ficar apenas três meses e retornar para Goiânia, onde o esperava uma posição estável e mais bem remunerada, logo foram mudados. Inauguradas as modestas instalações do hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, no local onde hoje se encontra o Museu Vivo da Memória Candanga, o nome de Edson Porto foi imediatamente lembrado para sua direção, e o fascínio de Brasília fez fácil uma decisão que de fácil nada tinha, à época.

O novo hospital, de quarenta leitos, era parca e pobremente equipado, mas foi o início de 50 anos de uma carreira brasiliense que não se conformou aos limites da medicina. É que o espírito de Edson Porto, de matiz nitida-

Retornar ao sumário

Oradores

mente renascentista, compartilha a atividade médica com inúmeras outras predileções que seu talento permite explorar. Entre elas estão o violino, que executou profissionalmente na Orquestra Sinfônica de Brasília, a pintura, a marcenaria e a sinuca – que ainda joga com regularidade, e por cujo reconhecimento como esporte lutou, sendo um dos fundadores da Federação Brasiliense de Sinuca.

Doutor Edson Porto, por seu pioneirismo e seu amor por esta terra que acolheu tantos dentre nós, aceite minhas congratulações. E eu as dou em meu nome, e em nome de todos aqueles que – tal como sua esposa, dona Marilda, e seus cinco filhos, inclusive Mauro, que frequentemente atua como advogado junto a este Tribunal – repito: aceite minhas congratulações em nome daqueles que, de todos os cantos do país, acorreram para fazer de Brasília o que ela é hoje. Meus parabéns!

O Governador Jair Soares é uma das figuras-chave da política gaúcha na segunda metade do século passado, tendo feito de quase tudo na política do seu estado natal, o Rio Grande do Sul.

Iniciado na política estudantil muito jovem, quando cursou Odontologia, na Pontifícia Universidade Católica de sua cidade natal, porto alegre, o talento administrativo de Jair Soares desabrochou plenamente na década de 1970, tendo exercido de modo ininterrupto a função de Secretário de Estado, ao longo de três diferentes administrações estaduais. Serviu com Peracchi Barcelos na pasta da Administração, e com Euclides Triches e Sinval Guazzelli, na da Saúde, tendo a boa avaliação que teve à época, no exercício desses desafios, valido como cartão de visitas perante o eleitor, que lhe confiou – já agora bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela mesma PUC – seu primeiro mandato de Deputado Federal, pela legenda da Arena.

Mas esse mandato não seria exercido de forma integral, uma vez que a fama do administrador Jair Soares já havia extrapolado as fronteiras de seu estado,

Oradores

e influenciado decisivamente o convite que lhe fez o Presidente João Figueiredo para que assumisse a pasta nacional da Previdência e Assistência Social. E a gestão de Jair Soares à frente do ministério foi realmente histórica, fechando o grande arco de mudanças que a previdência pública federal brasileira experimentou ao longo da década de 1970, iniciadas sob a liderança de seu antecessor, o ministro Nascimento e Silva.

Em 1982, após pouco mais de três anos à frente do desafio ministerial, sua candidatura ao governo do estado do Rio Grande do Sul já é uma realidade incontornável. E, em sua eleição – a primeira sob o voto popular, desde a volta do multipartidarismo –, derrota oponentes formidáveis – quais sejam, pela ordem: Pedro Simon, Alceu Collares e Olívio Dutra – que, anos depois, respeitada idêntica precedência, se elegeriam à Governadoria Gaúcha.

Atuando numa terra que sabe muito bem cobrar seus representantes, Jair Soares foi um Governador acima da média, tal como foi destacado vereador de porto alegre, e Deputado Estadual e Federal pelo estado do Rio Grande do Sul.

No exercício do Mandato de Governador – ao longo do qual privilegiou os temas da Saúde e da Educação –, utilizou-se de um expediente que o fez famoso à frente da Previdência: as visitas de surpresa que fazia aos órgãos e aos locais em que havia problemas; ou "incertas", como ele as chamava, levando ânimo e apoio aos funcionários e zelando pela correção dos procedimentos administrativos da máquina pública.

Talvez esse, governador Jair Soares, seja um exemplo que dá apenas quem considera a função administrativa como verdadeiro serviço à sociedade, sendo um dos motivos pelos quais considero muito justa e oportuna a lembrança do seu nome para a condecoração máxima concedida por esta corte de contas. Parabéns!

Oradores

Os mais observadores já devem ter percebido que cometi um deslize, em relação à minha intenção inicial de apresentar nossos homenageados com base na ordem alfabética de seus nomes. Mas não poderia, por questões de afeto pessoal e de deferência institucional, deixar de dar um lugar especial à apresentação dos nossos últimos convidados de honra.

Isso porque são ambos cristais desta casa, e o primeiro deles, o ministro Guilherme Palmeira, um homem excepcionalmente experimentado e cordial, com o qual tive a honra e o prazer de conviver sob este teto – eu recém-chegado, e ele concluindo sua carreira no Tribunal de Contas da União. Uma convivência da qual me recordo com prazer, e cuja extrema brevidade somente posso lamentar.

Figura destacada da história recente do Brasil, Guilherme Palmeira pertence a uma família que, como poucas outras, tem em seu patrimônio genético a vocação da política, sempre exercida com paixão, com coragem e com dignidade.

É neto do deputado Miguel Soares Palmeira;
Filho do senador Rui Palmeira;
Irmão do deputado Vladimir Palmeira;
Primo de José Thomaz Nono, hoje Vice-Governador de Alagoas;
E pai de Rui Soares Palmeira, atual prefeito da cidade de Maceió.
Como se vê, uma grande e admirável linhagem de homens públicos.
Guilherme, por sua vez, foi deputado estadual em três ocasiões;
Prefeito de Maceió;
Senador, por dois mandatos;
Vice-presidente do Senado;

Duas vezes governador – tudo isso num estado, o de Alagoas, que tem, como é de conhecimento geral, uma das cenas políticas mais disputadas de todo o Brasil. Missões Eleitorais, portanto, nada fáceis para quem não tem a paixão da disputa política.

Oradores

Mas, para Guilherme Palmeira, criado numa família que conviveu com extremos do espectro político, a política não era uma atividade para ser exercida com ódio, mas com tolerância e, em especial, com grandeza.

Adversário de Teotônio Vilela, pai, em disputa para o senado, eram na verdade amigos, afora a disputa política. E até mesmo a ex-senadora Heloísa Helena, uma formidável opositora e oradora parlamentar, reconheceu recentemente, na cerimônia de posse de Rui Soares na Prefeitura de Maceió – e cito textualmente –: "o ministro Guilherme Palmeira foi meu adversário (...) Em 1997. E não usou gestos de intolerância durante a campanha". Para quem conhece a personalidade vibrante e combativa da senadora, esse comentário é um atestado especialmente convincente da correção e da integridade na forma de fazer política que sempre foi a marca do ministro Guilherme Palmeira.

Foi o governador Guilherme Palmeira quem por primeiro implantou na plenitude a Lei de Anistia, promovendo o retorno em massa dos funcionários públicos alagoanos demitidos por motivos Político-Ideológicos. E, senador, um dos criadores da frente liberal, articulando a base independente de parlamentares que garantiu a eleição de Tancredo Neves e José Sarney à Presidência e Vice-Presidência da República. Mais tarde, foi dos primeiros a sustentar a candidatura presidencial de Fernando Henrique Cardoso, na chapa que seria vitoriosa nas urnas com Marco Maciel.

Mais, ainda: numa sucessão impressionante de cargos conquistados no voto, todos eles de grande responsabilidade, jamais obtiveram sucesso em atacar sua conduta, embora por mais de uma vez tivessem tentado fazê-lo, sempre com óbvias, inconfessáveis e oblíquas intenções.

Sua carreira pública, ministro Guilherme Palmeira, culminou justamente neste Tribunal de Contas; no exercício da missão em cujo curso viemos a nos reencontrar, ocupando vossa excelência, na época, a honrosa atribuição de vice-presidente desta corte. Saiba que, para mim, foi uma honra servir junto

Oradores

com um brasileiro que tem tal folha de serviços prestados ao país, somente podendo me lamentar ter sido esse um intervalo de tempo tão curto, quando poderia usufruir um pouco mais de sua convivência.

Introduzo à atenção dos presentes, por fim, o nome do ministro João Nogueira de Rezende, que compôs o Plenário desta casa entre os anos de 1981 e 1985, havendo ocupado, nesse último exercício, a Presidência do Tribunal.

Também herdeiro de uma honrosa tradição política familiar, o ministro João Nogueira é filho de Telésforo Campos de Resende, por três vezes prefeito da cidade de Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais, e cunhado do deputado, senador e ministro Eliseu Resente, recentemente falecido, cujo talento por duas vezes serviu ao executivo federal, na condição de Ministro dos Transportes e da Fazenda, ao longo do último quartil do século passado.

João Nogueira é advogado por profissão e por vocação, sendo egresso da prestigiosa faculdade de direito da universidade de Minas Gerais, hoje UFMG, e autor de trabalhos relevantes na área do Direito Administrativo, entre os quais ressalto o estudo "Da Desapropriação por Utilidade Pública".

Mas o apelo da política falou mais alto, e triunfou em sua biografia. Candidato a deputado federal, elegeu-se em 1951 para o primeiro de oito mandatos consecutivos, dando início a uma carreira parlamentar realmente impressionante, ao longo da qual, por mais de três décadas, exerceria a representação do povo do estado de Minas Gerais. Apenas em 1981 deixou em definitivo sua instituição de adoção, a Câmara dos Deputados, vindo a integrar os quadros do Tribunal de Contas da União.

No legislativo, logo granjeou o respeito dos seus pares e das lideranças partidárias, tendo, em decorrência disso, alcançado diversas posições de destaque na vida parlamentar. Cito, a título meramente exemplificativo, a liderança de seu partido político de origem, o PR; a titularidade da Quarta Secretaria da

Oradores

Mesa; a Vice-Presidência da Comissão de Relações Exteriores; a Presidência da Comissão de Minas e Energia; e a ViceLiderança da Arena, além do assento efetivo que obteve em diversas das Comissões Especiais, de Inquérito, e Permanentes da Câmara, a exemplo da de Finanças, Orçamento, Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, e da de Constituição e Justiça.

Fora do parlamento, atuou ainda num sem número de funções, tanto públicas, quanto privadas, entre as quais dou destaque à militância como advogado, à função de diretor do Jornal de Conselheiro lLafaiete, ao Magistério Universitário de Economia Política e Legislação Fiscal, ao cargo de Secretário de Estado do Interior e Justiça de Minas Gerais e, não menos importante, à militância na Academia de Ciências e Letras de Conselheiro Lafaiete.

Por isso, ministro João Nogueira de Rezende, encerro com o seu elogio esta apresentação que me coube fazer dos agraciados com o Grande Colar do Mérito, na edição de 2013, comenda com a qual o TCU distingue e reconhece o mérito pessoal excepcional e, da mesma forma, as especiais contribuições que venham a ser feitas à função de controle externo, competência e missão desta Casa.

Vossa excelência, em conjunto com a figura do ministro Guilherme Palmeira e dos nossos homenageados especiais na manhã de hoje, resumem todos – e soberbamente! – os objetivos que levaram à instituição da nossa comenda. E é no conjunto de todos os agraciados com o grande colar do mérito, que personifico o espírito que anima o trabalho de todos os Ministros e do Ministério Público aqui presentes, bem como, tenho certeza, de todos os servidores desta casa, no cumprimento das funções constitucionais que tocam ao Tribunal de Contas da União.

Agradeço a todos a paciente atenção que dispensaram às minhas palavras e, aos meus colegas de corte, a generosidade que demonstraram ao me confiar a tão honrosa missão de que ora me desincumbo.

Oradores

Parabéns aos agraciados com o Grande Colar. O mérito já era todo seu; o Tribunal de Contas da União apenas fez reconhecê-lo e proclamá-lo!

Bom dia e obrigado.

Raimundo Carreiro
Ministro

CELSO LAFER

em nome dos homenageados

Começo, reiterando nessa cerimônia, uma observação de Hannah Arendt:

> "O conhecimento está ao nosso alcance. O reconhecimento não. É algo a que podemos aspirar mas que não nos cabe reivindicar. É um dom, um prêmio que nos é conferido pelos outros na pluralidade da condição humana".

É este prêmio-homenagem - o Grande Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União - que agradeço, não só a título pessoal, mas em nome do grupo que está sendo hoje agraciado, honrado pelos meus ilustres parceiros para realçar, neste momento, o significado especial que para nós se reveste esta solenidade. Quero destacar dois aspectos que me parecem especialmente relevantes.

Em primeiro lugar o valor intrínseco que traz consigo o Grande Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, por simbolizar os princípios que historicamente inspiram o Tribunal de Contas e que se prolongam até os dias de hoje.

Oradores

Estes princípios consubstanciam um dos componentes essenciais dos direitos humanos e da sua relação com a democracia - dois ternas recorrentes do meu percurso.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, documento inaugural, consagrador da passagem dos deveres dos súditos para os direitos do cidadão, em seu art. 15 afirma:

"A sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração".

Trata-se de urna clara visão, *ex parte populi*, da condução da vida pública, de índole democrática, que garante o controle da sociedade sobre a ação dos governantes a qual, portanto, há de ser pública no sentido de não ser secreta.

Como diz Norberto Bobbio em O futuro da democracia "pode-se definir o governo da democracia como o governo do poder público em público", pois o que é do interesse de todos deve ser do conhecimento de todos. É neste contexto que "os atos dos governantes devam ser conhecidos pelo povo soberano", pois um dos eixos do regime democrático é a transparência do poder.

O agente público, no contexto do estado de direito, tem sua conduta pautada pela objetividade do direito e não pela subjetividade de seu próprio arbítrio e, para que essa submissão ao direito seja efetiva, deve haver um sistema de controle, particularmente no tocante à gestão econômico-financeira da coisa pública.

No caso brasileiro, a criação de um tribunal de contas deu-se com a consolidação de uma visão republicana, mais propensa à abertura democrática e à responsabilização dos agentes públicos – afirmação que faço sem desconsiderar as virtudes "republicanas" pessoais do nosso Imperador Pedro II.

Oradores

Ao longo do Império já houvera iniciativas, não bem sucedidas, da criação de um tribunal de contas, como registra João Barbalho (em seus Comentários à Constituição Federal Brasileira de 1891, pp. 360/361). É o caso da proposta legislativa formulada pelo então Ministro da Fazenda Manoel Alves Branco, em 1845; ou ainda das ideias defendidas por Pimenta Bueno e pelo Visconde do Uruguai.

Entretanto, como conclui João Barbalho:

"Coube à República a realização, premeditada por aqueles grandes vultos, da instituição sem a qual as leis de despesas são simulacros e a responsabilidade do emprego dos dinheiros públicos uma simples ficção".

Rui Barbosa foi o grande artifice e impulsionador dessa conquista republicana. Sob a liderança de Rui, já o Governo Provisório, antes mesmo da Constituição de 1891, reconhecendo que "entre nós, o sistema de contabilidade orçamentária defeituoso no seu mecanismo e fraco na sua execução", decide pela criação de um Tribunal de Contas:

"corpo de magistratura intermediária à administração e à legislatura que, colocado em posição autônoma, com atribuições de revisão e julgamento, cercado de garantias contra quaisquer ameaças, possa exercer as suas funções vitais no organismo constitucional, sem risco de converter-se em instituição de ornato aparatoso e inútil" (Obras Completas de Rui Barbosa, v. 18, t. 3, 1891, p. 363).

Deve-se, assim a Rui, a clareza da função do Tribunal de Contas como instrumento fundamental de sustentação da democracia e do seu empenho na preservação da *res publica*, que não se confunde com a *res privata* a" doméstica", a" familiar", e que se norteia pela" utilidade comum", balizada pelo *consensus juris* da Constituição, que afirma a prevalência do "governo das leis" e não o "governo dos homens".

Oradores

A este valor intrínseco da homenagem, associado aos princípios que inspiram a criação do Tribunal de Contas - destaco agora um segundo aspecto, relativo ao contexto concreto em que se dá esta homenagem.

E é esse o contexto em que o Tribunal, uma instituição amadurecida e consolidada em sua legitimidade perante a sociedade brasileira que, no Brasil redemocratizado exerce as suas atribuições de apreciação, fiscalização e julgamento das contas nos termos do art. 71 da Constituição de 1988, - a "constituição cidadã" - abre-se para essa sociedade e alarga sua compreensão do fenômeno político e social nacional e das distintas modalidades do exercício da cidadania.

Com efeito, ao homenagear cidadãos brasileiros, cuja trajetória pessoal se constrói também em matérias distintas dos temas com os quais mais diretamente o Tribunal lida em seu cotidiano, o Tribunal indica perceber sua própria função como sendo integrada a um sentido finalístico mais amplo, voltado à concretização do mandamento constitucional da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, voltada para preservar o bem de todos.

Com efeito, o Tribunal hoje homenageia dois dos seus antigos Ministros, o mineiro João Nogueira de Rezende e o alagoano Guilherme Palmeira que trouxeram para o Tribunal a prévia experiência de uma destacada vida pública, que assumiram a Presidência do Tribunal, respectivamente em 1985 e 2006 e que exerceram suas funções, o primeiro de 1981 a 1985 e o segundo de 1989a 2008.Homenageia, igualmente, atento ao equilíbrio federativo, como cabe a uma instituição da União, o gaucho Jair Soares que, na sua vida pública destacou-se como Ministro da Previdência Social e Governador do Rio Grande do Sul.

No pluralismo do seu reconhecimento o Tribunal homenageia dois médicos que promoveram o bem de todos no exercício de sua atividade profissional. Edson Porto que, motivado pelo espírito desbravador, catalisado pelo Presi-

Oradores

dente Juscelino Kubitschek, foi o primeiro médico de Brasília e responsável pela implantação do primeiro centro médico na Capital Federal, e Carlos Roberto Ribeiro de Moraes, professor universitário e pesquisador que, em Pernambuco, dirigiu o Instituto do Coração do Estado e foi, no seu Estado, o pioneiro no transplante de coração.

No pluralismo do seu reconhecimento o Tribunal está agraciando Teresa de Jesus Costa D'Amaral, cujas atividades em prol do bem comum têm outra vertente: a de ter se dedicado a pensar e levar adiante a efetivação, na sua especificidade, dos direitos das pessoas com deficiência e, desta maneira, pela sua ação, cumprir o mandato constitucional de promover o bem de todos sem discriminação de qualquer natureza.

Ilustres Membros do Tribunal de Contas, encerro estas palavras em nome de todos os agraciados, com as mais simples e eloquentes palavras: muito obrigado por esta premiação que nos honra com um reconhecimento público das atividades que, na pluralidade cidadã das nossas vidas, nos identifica com o *communis utilitatis* da *res publica*.

Celso Lafer

Presidente AUGUSTO NARDES

Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,
Senhoras e Senhores,

Como acabamos de ouvir, desde o ano de 2003, por inspiração do Ministro Valmir Campelo, tem sido tradição nesta Casa comemorarmos no mês de

Oradores

novembro o aniversário da criação do TCU com a solenidade de outorga do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União. Este ano, além dos 123 anos do Tribunal, estamos festejando os 50 anos de existência da Organização Latino-americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores, a OLACEFS, Instituição reconhecida mundialmente, que o Brasil preside pela primeira vez na sua história.

Este ano, além dos 123 anos do Tribunal, estamos festejando os 50 anos de existência da Organização Latino-americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores, a OLACEFS, Instituição reconhecida mundialmente, que o Brasil preside pela primeira vez na sua história.

E é com satisfação que registro e agradeço as ilustres presenças dos senhores Oscar Rubén Velázquez Gadea, Controlador Geral da EFS do Paraguai, José Enrique García Santamaria, Subdiretor de Assessoria Econômica e Financeira da EFS do Panamá, e Yany Estela Chávez Rivera, Diretora de Assuntos Internacionais da EFS do Panamá.

É com duplicada alegria, portanto, que nos reunimos para homenagear personalidades dos mais diversificados campos de atuação, cujas trajetórias e realizações constituem variações em torno de um ponto comum: o desenvolvimento brasileiro em sua acepção mais ampla, que abrange o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

Em relação às qualidades dos agraciados, endosso as palavras do nobre Orador, Ministro Raimundo Carreiro, as quais retratam com exatidão o brilho de suas trajetórias e a importância da outorga do Grande-Colar do Mérito do TCU.

O pronunciamento que ouvimos há pouco assevera, em justa medida, o respeito e o apreço que devemos devotar àqueles que muito contribuem para o engrandecimento do nosso Brasil.

Oradores

Gostaria de me congratular com Sua Excelência também por mais uma conquista do Tribunal de Contas da União. Nesta solenidade, estamos completando dez anos do Grande-Colar do Mérito do TCU. O Ministro Carreiro sugeriu que nós produzíssemos uma memória para assinalar esta data tão significativa.

Assim, é com grande honra que faço chegar às mãos dos senhores a edição histórica do Livro do Grande-Colar do Mérito do TCU, que vai preservar e valorizar a memória da Comenda e dos agraciados que a receberam.

Para finalizar, gostaria apenas de agradecer a presença dos meus ilustres Pares, Ministros do Tribunal de Contas da União, membros do Ministério Público que atua junto a esta Casa, das autoridades aqui presentes, das personalidades agraciadas, dos seus familiares, enfim, de todos os convidados e dos servidores e de todos que nos prestigiam com suas honrosas presenças.

Muito obrigado.

João Augusto Ribeiro Nardes
Presidente do TCU e Chanceler do Grande-Colar

2014 | Homenageados

Data da Cerimônia: **05/11/2014**

Assista aqui: Vídeo da Cerimônia 2014

Artur Ávila Cordeiro de Melo

Representante:
Lenir Letieri (mãe)

Nascimento:
29 de junho de 1979,
Rio de Janeiro - RJ

Formado em Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, obteve o título de mestre e de doutor em Matemática pela Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA. Pesquisador do IMPA e do Centre National de la Recherche Scientifique, na França, com dezenas de artigos científicos publicados em periódicos especializados. É o primeiro latino-americano a receber a Medalha Fields, considerada o "Nobel de Matemática", pelos seus trabalhos em teoria de sistemas dinâmicos.

Cleonice Berardinelli

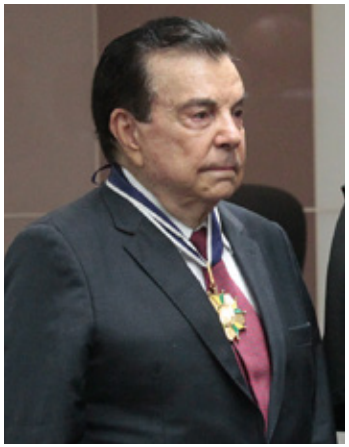
Representante:
Gilberto Amaral

Nascimento:
28 de agosto de 1916,
Rio de Janeiro - RJ

Formada em Letras Neolatinas pela Universidade de São Paulo, a professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro é especialista em Camões e Fernando Pessoa, com diversas obras publicadas sobre o tema. Ocupa, desde 16 de dezembro de 2009, a cadeira nº 8 da Academia Brasileira de Letras. Integra, ainda, o PEN clube do Brasil e a Academia Brasileira de Filologia. Foi eleita, por unanimidade, acadêmica correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.

Fábio de Salles Meirelles

Nascimento:
10 de julho de 1928,
Cajuru - SP



Formado em Ciência Jurídicas e Sociais, presidiu o Banco Nacional de Crédito Cooperativo e o Instituto do Café do Estado de Sao Paulo, entre outras instituições. Produtor rural e criador de bovinos e de equinos. Presidente da Faesp – Federação da Agricultura do Estado de São Paulo desde 1975. Sua atuação junto ao setor agropecuário começou em 1948, na antiga Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo (Faresp). Foi responsável pela implantação do Senar - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no Brasil e no Estado de São Paulo. Elegeu-se Deputado Federal por São Paulo em 1990. Recebeu inúmeras condecorações, comendas e títulos, entre eles o de Doutor *Honoris Causa* da "*Universitas Internationalis Studiorum Superiorum Pro Deo*" de Nova Iorque.

João Ubaldo Ribeiro *(post mortem)*

Representante:
Emília Roeters Ribeiro (filha)

Nascimento:
23 de janeiro de 1941,
Ilha de Itaparica - BA

Escritor, jornalista, roteirista e professor. Formado em Direito e Membro da Academia Brasileira de Letras. Foi detentor da cátedra de Poetikdozentur (Docente em poesia) na Universidade de Tübigen, Alemanha. Participou em 1994 da Feira do Livro de Frankfurt na Alemanha, recebendo o Prêmio Anna Seghers, concedido somente a escritores germanófonos e latino-americanos. Em 2008 recebeu o Prêmio Camões pelo alto nível de sua obra literária.Entre seus principais romances estão: Sargento Getúlio, Viva o Povo Brasileiro e O Sorisso do Lagarto.

Lúcia Willadino Braga

Nascimento:
28 de maio de 1958,
Porto Alegre - RS

Meste em educação, Doutora em neuropsicologia e Ph.D. em neurociências. Formou-se em música, tendo cursado também psicologia na Universidade de Brasília. Presidente e Diretora Executiva da Associação das Pioneiras Sociais, Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação. É professora do corpo docente permanente do Centro SARAH de Formação e Pesquisa - Universidade SARAH. Em 1999, tornou-se doutora Honoris Causa pela Universidade de Reims Chammpagne-Ardenne (França), tendo sido a primeira mulher a receber o título dado a três personalidades a cada cinquenta anos. Dedica-se ao atendimento de pessoas com problemas neurológicos em uma abordagem social e humanística.

Oradores

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

em nome do Tribunal

Inicialmente, registro meu agradecimento à presidência desta Casa pela primorosa organização deste evento e pela oportunidade a mim oferecida de fazer a saudação aos homenageados.

Tomo tal tarefa com muito júbilo, mas sei que, na verdade, trata-se de imenso desafio cortejar quem, por si só, pelo que já fez e demonstrou, dispensaria maiores apresentações, pois apenas a citação de seus nomes seria condição suficiente para serem venerados.

O Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, criado em 2003, por iniciativa, concepção e proposta de outro merecedor homenageado hoje, o nosso presidente à época, Ministro Valmir Campelo, é uma insígnia que

procura condecorar pessoas que, por seus méritos ou por relevante contribuição à sociedade brasileira, tornaram-se merecedoras de especial distinção por parte deste órgão de Controle Externo.

Hoje estamos prestando uma singela deferência a personalidades, que se destacaram por seus feitos pessoais com contribuição efetiva em áreas aparentemente bem diferentes, que vão da matemática dos sistemas dinâmicos (Artur Ávila) à Literatura Brasileira (Cleonice Berardinelli), passando pelo desenvolvimento agropecuário (Fábio Meirelles), pela neurociência reabilitadora (Lúcia Willadino) e chegando à fina e habilidosa escrita enraizada em tradições brasileiras (o nosso querido e saudoso João Ubaldo Ribeiro).

A ponte que une esses notáveis brasileiros e o TCU é a pragmática contribuição para o avanço da sociedade brasileira nas mais distintas áreas. Assim como o lema do Tribunal é "fiscalização a serviço da sociedade", o dos nossos agraciados poderia ser bem resumido em "ciência, empreendedorismo e literatura a serviço da sociedade".

Portanto, correndo o risco de pecar por falta ou por excesso, uma vez que, para as personalidades aqui agraciadas, toda deferência é pouca e por mais que se fale ainda há o que se dizer, passo a apresentar os nossos homenageados.

Artur Ávila Cordeiro de Melo

O jovem matemático carioca Artur Ávila Cordeiro de Melo recebeu, no dia 12 de agosto deste ano, a Medalha Fields, considerada o equivalente ao "Prêmio Nobel" da Matemática. A Medalha Fields é concedida a cada quatro anos no Congresso Internacional de Matemáticos, que, neste ano, foi realizado na Coreia do Sul. Nascido, criado e educado próximo às belas praias da cidade do Rio de Janeiro, mas com raiz paterna na área rural do Amazonas, Artur Ávila representa essa miríade de cenários brasileiros capazes de gerar grandes gênios entre toda sorte de adversidades.

Retornar ao sumário

Oradores

É a primeira vez que um brasileiro conquista o prêmio, sendo relevante destacar que a sua vida de estudante foi toda trilhada no Brasil. Além da formação no ensino fundamental e médio, nos tradicionais colégios cariocas Santo Agostinho e São Bento, Artur Ávila graduou-se em Matemática na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e fez mestrado e doutorado, também nessa nobre área das "Ciências Duras", no Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA.

Quem já tinha o privilégio e o prazer de conviver com o doutor Artur não ficou surpreso, pois ele havia vencido outros prêmios, tais como: a medalha de bronze na Olímpiada Brasileira de Matemática, em 1992, e a de ouro, nas edições de 1993, 1994 e 1995; foi prata na Olímpiada do Cone-sul, em 1994; ouro na Íbero-americana, Cone Sul e Internacional, em 1995; recebeu o Prêmio Salem, em 2006; ganhou o Prêmio da Sociedade Matemática Europeia, em 2008; venceu o *Grand Prix* Jacques Herbrand da Academia de Ciências da França, em 2009; e ganhou o Prêmio Michael Brin, em 2011.

Estando, hoje, à frente da direção de pesquisa do Centro Nacional de Pesquisa Científica da França (CNRS), atua também como pesquisador-associado naquele que é a sua casa, o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, unidade de ensino e pesquisa qualificada como organização social na esfera do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Essa parceria França-Brasil, que começou nos anos 1970, com matemáticos franceses conduzindo pesquisas no IMPA, nos presenteia, agora, com um brasileiro de mente intuitiva, capaz de simplificar as mais profundas complicações do mundo da matemática, para quem poderíamos colocar a alcunha de "aquele que acalma o caos". A sociedade brasileira, devemos registrar, é provedora de mentes brilhantes, com a de Artur Ávila.

Devemos sempre reconhecer o talento e o esforço individual do nosso jovem matemático. Porém, saibamos, também, dar créditos ao longo trabalho de construção do IMPA, como centro de excelência da matemática mundial, nos

últimos 62 anos, uma instituição aberta, que se destaca por fazer contatos, acordos e interações científicas com organizações afins no exterior, tudo com base na meritocracia.

Quebrando o mito do cientista isolado e circunscrito em seu laboratório, doutor Artur Ávila galgou o ápice da Matemática sempre trabalhando em colaboração com seus pares e mostrando, pois, que é regra e não exceção o trabalho em grupo dos nossos jovens matemáticos.

O Brasil nunca teve um ganhador de tão destacado prêmio, apesar de figurar entre as maiores economias do planeta. Isso deve servir como estímulo para que nossos jovens se esforcem cada vez mais para serem os melhores em suas áreas de escolha e levarem a ciência brasileira a um merecido alto nível. A todos os cientistas brasileiros, o feito de Artur Ávila serve como incentivo a uma maior conscientização de seus valores no cenário mundial. Ao governo e às empresas, é indicativo para que acreditem no investimento em ciência e tecnologia como fonte segura a gerar ótimos resultados. Refiro-me ao doutor Artur Ávila, aqui representado por seus pais Sr. Raimundo Nonato Cordeiro de Melo e Sra. Lenir Letiere.

Cleonice Seroa da Mota Berardinelli

A carioca professora livre-docente da UFRJ Cleonice Seroa da Mota Berardinelli é graduada em Letras Neolatinas pela USP e especialista naqueles que poderíamos chamar de os maiores escritores da Língua Portuguesa, a 4ª mais falada no mundo, Luís de Camões e Fernando Pessoa.

Cleonice Berardinelli, que ocupa a Cadeira nº 8 da Academia Brasileira de Letras, desenvolve um verdadeiro trabalho de construção da ligação cultural entre Brasil e Portugal. Porém, por pouco esta construtora de pontes literárias não envereda pelos caminhos do nosso jovem matemático, anteriormente citado, Artur Ávila. Como já amava a matemática, Cleonice Berardinelli, em

Retornar ao sumário

Oradores

razão da paixão pela estética dos viadutos, quase decide ser engenheira. Para a sorte dos lusófilos, ela seguiu a paixão de seu pai, um oficial do exército, e da sua mãe, uma dona de casa, e se tornou uma das maiores especialistas do mundo em literatura portuguesa.

Estando perto de completar muito bem vividos 100 anos, Cleonice Berardinelli já formou gerações e mais gerações de professores e intelectuais, sendo que, somente na Academia Brasileira de Letras, convive com quatro imortais, que no passado foram seus alunos.

Sendo exemplo para as novas gerações de escritores, Dona Cléo continua até hoje lecionando. Com isso, a maior lusitanista brasileira nos faz lembrar que as modernidades e contemporaneidades, que, nos dias de hoje, envolvem e muitas vezes embriagam e entorpecem os jovens professores, não devem nunca se desvincular da base da Literatura Portuguesa de Camões, Pessoa, Bocage, Dom Diz, Gil Vicente, Saramago, só para citar alguns. Sua contribuição à atualização contínua da Literatura Portuguesa, sem sair dos seus legados básicos autorais, é um presente que a professora Cleonice Berardinelli nos dá. E, para quem não tem o privilégio de assistir a suas aulas, ou, ainda que tenha, queira mais, Dona Cléo nos fornece as obras: "Cantigas de Trovadores Medievais em Português Moderno"; "Estudos Camonianos"; "Estudos de Literatura Portuguesa"; "Os Melhores Poemas de Bocage"; "Falas"; e "Fernando Pessoa: Outra vez te Revejo".

A insígnia que hoje oferecemos, juntando-se às inúmeras já recebidas - só para lembrar duas, a de Doutora Honoris Causa da Universidade de Lisboa e a Grã-Cruz da Ordem de Santiago da Espada, concedida pelo Governo de Portugal e recebida das mãos do Primeiro Ministro, José Sócrates, no Real Gabinete Português de Leitura - é nosso singelo sinal de agradecimento à professora Cleonice por nos lembrar que nosso ofício pode até ser tecnicamente bem feito, mas nunca deve abandonar os alicerces da Língua e da Literatura Portuguesa, para não correr o risco de se tornar pernóstico e tecnicista, mas, sim,

Oradores

ser simples e belo, como o trabalho da nossa homenageada, Cleonice Berardinelli, aqui representada pelo jornalista Sr. Gilberto Amaral.

Fábio de Salles Meirelles

Natural do interior de São Paulo, da cidade de Cajuru, Fábio Meirelles é produtor rural e criador de gado bovino e de cavalos, ou seja, está entre aqueles empreendedores que no dia a dia se arrisca no competitivo e essencial ramo do agronegócio para que todos nós tenhamos nossas mesas abastecidas. Somente por isso, o empresário brasileiro do setor agropecuário deveria ser homenageado a cada dia em que passamos sem enfrentar qualquer perigo de racionamento, pois se temos segurança alimentar, não nos esqueçamos, é porque algum produtor rural traspôs os riscos do agronegócio.

Fábio Meirelles teve seu currículo iniciado com a formação acadêmica em Ciências Jurídicas e Sociais e com a atuação pioneira junto ao setor agropecuário, em 1948, na antiga Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo (FARESP).

Sobre tal federação, relembro aqui que, em razão da crise mundial do café de 1929, a década de 1930 foi palco das primeiras conversações e movimentos de pecuaristas e produtores rurais paulistas, que se mobilizaram para organizar um sistema representativo do setor, culminando na concepção da primeira estrutura associativa rural paulista, a então FARESP, precursora da atual Federação da Agricultura do Estado de São – FAESP.

Fábio Meirelles seguiu engrandecendo seu perfil com a assunção de funções representativas de cargos públicos e de atividades políticas e empresariais, das quais cito, somente para destacar algumas, as seguintes: Presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo e do Instituto do Café do Estado de São Paulo e Deputado Federal pelo Estado de São Paulo.

Oradores

Atuou nas instâncias superiores da FAESP, do SENAR, do CNA, do SEBRAE e, mais recentemente, foi escolhido como o presidente da Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (Agrishow), principal evento do agronegócio na América Latina.

Para termos uma breve noção da importância do nobre homenageado para o setor agrícola brasileiro, destaco que a FAESP, pela firme atuação do seu Presidente Fábio Meirelles, engendrou as discussões que contribuíram decisivamente para o estabelecimento de um setor agropecuário brasileiro moderno e adequado à realidade nacional, bem como para a criação do SENAR e do Sistema FAESP/SENAR/SINDICATOS, que vem procurando conciliar os interesses e as necessidades dos produtores, trabalhadores rurais e de seus familiares na defesa do setor primário. Tais ações beneficiaram todo o setor agropecuário brasileiro, pois a visão de Fábio Meirelles, transcendendo os limites do Estado de São Paulo, sempre foi pela integração nacional.

Fábio Meirelles é um dos mais representativos líderes do setor agropecuário brasileiro dos últimos 50 anos. Se hoje este setor conta com 5,2 milhões de estabelecimentos, é responsável por 33% dos empregos, 36% das exportações, 27% do PIB, responde diretamente pelo saldo positivo da balança comercial brasileira - com exportações de US$ 72 bilhões, importações de US$ 12 bilhões, e saldo de US$ 60 bilhões –, devemos isso a homens de coragem e que se arriscam. Entre eles, como um dos mais representativos, com certeza, está Fábio Meirelles.

Lúcia Willadino Braga

Meus amigos, permitam-me apresentar-lhes Lúcia Willadino, musicista e neurocientista, doutora Honoris Causa da Universidade de Reims Champagne-Ardenne da França que, pelo tipo de serviço que vem prestando ao Brasil e ao mundo, poderia ser chamada de “a harmonizadora”. Lúcia Willadino está à frente, como diretora-executiva, da Rede Sarah de hospitais, entidade de

Oradores

serviço social autônomo, que é o melhor exemplo de que o Estado deve se responsabilizar por prover à sociedade serviços essenciais, como a saúde, porém, também é seu dever deixar que a gestão seja feita por profissionais dedicados e gabaritados, os quais não precisam estar necessariamente na sua órbita de jurisdição direta, porquanto necessitam de flexibilidade para prestar serviços de excelência. Sobre isso, os números da Rede Sarah falam por si: 1,5 milhão de pacientes; 5.583 municípios atendidos; 5.216 empregados; 20 milhões de atividades realizadas; 98,3 % de satisfação dos usuários.

Ao orientar, conduzir e incentivar seus pacientes na árdua tarefa de procurar superação para politraumatismos e os mais diversos problemas do aparelho locomotor, a doutora Lúcia deu continuidade ao trabalho do pioneiro Campos da Paz, de forma louvável e competente.

A extensa lista de pacientes acolhidos, tratados e satisfeitos pela Rede Sarah, que vai de notáveis figuras como Fernando Torres, Jorge Amado, Millôr Fernandes, Darcy Ribeiro e Hebert Viana até os não menos notáveis e ilustres anônimos pertencentes a todas as classes sociais brasileiras, mostra que o trabalho desta brasileira é o que há de melhor em nossa sociedade em matéria de reabilitação física. A Rede Sarah, admirada no mundo todo, atende a ricos e pobres.

Com mais de 65 publicações científicas, a Rede Sarah, sob a administração da doutora Lúcia, une ciência, música, afeto e força de desejo para trazer de volta aos que se viram privados de suas básicas funções locomotoras o prazer de dar alguns passos, soletrar pequenas frases e manusear simples objetos. Com isso, ela acolhe pessoas, que nas suas 11 unidades entram como pacientes e saem como seus amigos.

Lúcia Willadino mostra dedicação e competência profissional e, ainda, como afetuosa esposa, mãe de três filhos e avó, serve como exemplo para as mulheres que almejam uma bem sucedida carreira profissional, sem abrir mão

do importante e insubstituível papel que a elas é reservado no ambiente familiar. Com isso, ela mostra que é possível, sim: ser uma servidora, no mais largo sentido que se possa expressar, que se dedica por mais de 14 horas ao trabalho; tratar todo e qualquer paciente como parceiro e amigo; não abrir mão do convívio familiar; e, ainda, desenvolver o árduo trabalho de pesquisas na área de neuropsicologia, nos campos da: Afetividade (comprovou a importância das relações afetivas na reabilitação de crianças com lesões cerebrais); Letramento (constatou que o aprendizado e a reabilitação ativam novas áreas cerebrais); e Memória (embora as perdas cognitivas sejam ligadas à velhice, demonstrou que o estresse da meia idade prejudica a memória).

Amor à música, à ciência, ao trabalho, à família e ao próximo, eis o que me parece ser o segredo do sucesso da nossa homenageada, a doutora Lúcia Willadino Braga.

João Ubaldo Osório Pimentel Ribeiro

O Brasil, a Bahia e, especialmente, a ilha de Itaparica ainda choram pela partida do nosso professor, jornalista, cronista e escritor João Ubaldo Osório Pimentel Ribeiro. Romancista que soube, como nenhum outro, temperar história, culturas e costumes do nordeste brasileiro, ele, que ocupou a Cadeira nº 34 da Academia Brasileira de Letras, nos deixou um vasto acervo que passeia, com enorme domínio e leveza, praticamente por todo o possível mosaico literário, pois nas suas obras parece nada faltar: há ensaios, novelas, contos, biografias, crônicas, antologia, pesquisas históricas, histórias infantis, poesia, comédias, etc.

Nascido em Itaparica/BA, viveu em Sergipe, passando períodos em Lisboa, Califórnia, Berlim e no Rio de Janeiro e, por um bom tempo esteve fixado na tranquila ilha da Baía de Todos os Santos (Itaparica).

A comunidade de Itaparica, que convivia com a simplicidade, a amizade e os gestos fagueiros do modesto autointitulado “contador de histórias”, poderia

Retornar ao sumário

Oradores

até não desconfiar que estava diante de um ícone da literatura brasileira. Mas, ali, papeando com os insulares nas praças e mesas de bares, estava, nada mais nada menos, que um: Bacharel em Direito; Mestre em Administração Pública e Ciência Política; professor da Escola de Administração e da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia e da Escola de Administração da Universidade Católica de Salvador; jornalista, repórter, redator, chefe de reportagem e colunista do Jornal da Bahia; colunista, editorialista e editor-chefe da Tribuna da Bahia; colunista do jornal Frankfurter Rundschau, na Alemanha; colaborador de diversos jornais e revistas no país e no exterior, entre os quais, além dos citados, Die Zeit (Alemanha), The Times Supplement (Inglaterra), O Jornal (Portugal), Jornal de Letras (Portugal), Folha de S. Paulo, O Globo, O Estado de S. Paulo, A Tarde e muitos outros.

Iniciou sua formação literária ainda nos primeiros anos de colégio, quando foi incentivado por seu pai Manuel Ribeiro a ler Padre Antônio Vieira, Padre Manuel Bernardes, Shakespeare, Homero, Miguel de Cervantes, Machado de Assis e José de Alencar. Trabalhando na imprensa pôde escrever seus livros de ficção e construir uma carreira que o consagrou como romancista, cronista, jornalista e tradutor. Autor das obras Sargento Getúlio, O Sorriso do Lagarto e Viva o Povo Brasileiro, foi ganhador da maior premiação literária para autores de língua portuguesa, o Prêmio Camões.

João Ubaldo Ribeiro fez da sua palavra sua vida literária, a exemplo desta sua emblemática frase: "A arte é uma forma de conhecimento." Na prática, vemos isso, ou melhor fazemos essa leitura, em um dos seus mais festejados romances, Viva o Povo Brasileiro.

Marco da sua vasta obra, Viva o Povo Brasileiro é um daqueles livros obrigatórios nos currículos estudantis de qualquer nível, bem como leitura de cunho sociopolítico de inexorável valia para o Brasil de hoje, pois, além de ser um dos mais importantes volumes da literatura brasileira, é um romance sobre a construção da nossa sociedade. Nele, João Ubaldo explicita realidades que até

Oradores

hoje são omitidas em nosso País. Esse verdadeiro compêndio aborda mais de três séculos da História do Brasil, descreve beleza e riqueza culturais, principalmente, as do recôncavo baiano, e também expõe questões que, infelizmente, lidamos nesta Corte, no exercício do Controle Externo sobre a gestão da coisa pública, tais como: mentiras, negação de origem, injustiças, usurpação dos bens públicos para formação de riquezas privadas e corrupção.

A posse de João Ubaldo na Academia Brasileira de Letras, na cadeira que pertenceu a Carlos Castello Branco parece ter seguido um processo lógico e natural. Nosso saudoso agraciado, a exemplo de seu antecessor na Academia, fez do Jornalismo literatura de grande valor ao usar linguagem clara, despojada e elegante na sua labuta diária nos mais diversos periódicos, onde impingia sua práxis ensaística em artigos que, ao final, eram ensaios e reflexões críticas sobre a realidade brasileira.

E por falar em Carlos Castello Branco, não posso deixar de mencionar sua saudosa esposa, extraordinária figura que fez história e deixou amigos nesta Casa, a Ministra e Presidente Élvia Lordello Castello Branco.

Estamos agradecidos a João Ubaldo por ele ter resolvido compartilhar conosco sua sabedoria, ideias, pensamentos, visões e críticas. Conhecer sua obra é conhecer o Brasil e a natureza do povo brasileiro. Raros são os João Ubaldo. Ele se foi, mas vamos nos deleitando com a leitura de seus escritos e, sem que ao menos precisemos nos sentir velhos, dando-lhe razão em mais uma de suas lições externadas na seguinte frase, escrita quando já sentia a velhice: "Já estou chegando, ou já cheguei, à altura da vida em que tudo de bom era no meu tempo. "

Falar de figuras como João Ubaldo é correr o risco de muito falar e, ainda assim, ter dito muito pouco. Assim, subo nos ombros de outro gigante das Letras, Antônio Olinto – escritor, crítico literário, diplomata e também membro da Academia – para externar, em suas palavras, a essência do nosso homenageado:

Oradores

> "No fundo, chega João Ubaldo à criação de um país e de um povo, país dele e povo dele, mas também país que existe fora das palavras e povo que ri fora e dentro das palavras. As duas realidades - a real, que envolve o caminho de cada brasileiro e a realidade não menos real, mas com outras vestiduras - mesclam-se na obra de João Ubaldo de tal maneira que ele acaba promovendo uma invenção do Brasil e uma invenção de cada um de nós."

Esse é João Ubaldo Ribeiro, aqui representado por sua filha Emília Roeters Ribeiro.

Assim, senhoras e senhores, o Tribunal de Contas da União faz estas homenagens a distintos brasileiros e brasileiras que são exemplos para todos os cidadãos do Brasil e do Mundo, outorgando-lhes o Grande-Colar do Mérito, notável inspiração de nosso Ministro Valmir Campelo, hoje, também, homenageado.

Muito obrigado!

José Múcio Monteiro
Ministro

FÁBIO MEIRELLES

em nome dos homenageados

Nesta casa de Ruy Barbosa, um dos últimos pilares intactos dentre as instituições republicanas, ainda dotadas de inquestionável moral, de importância fundamental para o exercício da cidadania e da guarda dos valores constitucionais necessários à preservação do erário público federal, venho representar, com muita honra e orgulho, por designação do presidente des-

Oradores

ta egrégia corte, os meus colegas homenageados no discurso de saudação e agradecimento pela comenda que hoje recebemos.

Tal incumbência, diante do enorme peso de representatividade dos currículos dos homenageados nesta manhã: o imortal João Ubaldo Ribeiro, a imortal Cleonice Berardinelli, os renomados cientistas e pesquisadores dr. Artur Ávila Cordeiro de Melo e da dra. Lúcia Willadino Braga, confesso, ultrapassa, qualquer pretensão já alimentada por este simples homem do campo, discípulo da santa igreja católica, do nosso senhor Jesus Cristo, descendente de portugueses, cidadão do Estado de São Paulo e do Brasil.

Inicio a apresentação fazendo a nossa reverência à memória do imortal João Ubaldo Ribeiro. Característico representante da boa terra. Cidadão da Ilha de Itaparica. Baiano. Assim como os estimados ministros Aroldo Cedraz e Bruno Dantas. Fascinou o Brasil décadas a fio o instigante contraste entre sua refinada ironia, elevada cultura e raciocínio apurado com a vida praiana da bermuda, do chinelo de dedo e da escrita fácil. Eternizada em sua vasta obra (Viva o povo brasileiro, Sargento Getúlio e O sorriso do lagarto – apenas como exemplos).

Outra imortal homenageada nesta manhã, ocupante da oitava cadeira da nossa ilustre Academia Brasileira de Letras, Cleonice Berardinelli, uma intelectual reconhecida internacionalmente, autora de inúmeros livros e trabalhos acadêmicos dedicados ao estudo da obra de Fernando Pessoa e de Luis de Camões. Professora universitária com uma vida inteira de serviços prestados à compreensão, preservação e construção do nosso idioma pátrio. Senhoras e senhores, o magistério da língua portuguesa no Brasil foi transformado pela dedicação desta ilustre brasileira.

Este egrégio Tribunal de Contas da União, com inegável propriedade, homenageia nesta cerimônia a carreira do jovem matemático brasileiro Artur Ávila Cordeiro de Melo. Aos 35 anos, este notável brasileiro, pesquisador, professor e doutor, distinto docente do IMPA (Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada)

Oradores

orgulha nosso País com seus trabalhos em teoria de sistemas dinâmicos. O doutor Artur Ávila Cordeiro de Melo foi o primeiro matemático latino-americano a receber a medalha "*Fields*", considerada o prêmio nobel da matemática aplicada.

A derradeira homenageada, a doutora Lúcia Willadino Braga desperta o mais genuíno orgulho do nosso País. A mais conceituada aluna do professor Campos da Paz. Educadora, doutora em neuropsicologia e neurociências, lidera a rede de reabilitação Sarah Kubitschek. Esta ilustre gaúcha, dedicou sua vida inteira a tratar os brasileiros que padecem de doenças e traumas que comprometem a capacidade locomotora. Uma carreira inteira voltada para a pesquisa e, acima de tudo, para a sua aplicação social, com um altruísmo humanista incomparável, orgulha nosso País e serve de referência para o restante do mundo.

No que se refere a este agricultor, liderança da agropecuária paulista e brasileira, cabe-nos destacar que toda trajetória de vida, foi pautada numa filosofia, defender a "permanência do homem no campo", o que fiz, além de defender seus interesses, foi contribuir para que os homens e mulheres na área rural, tivessem por todas as formas o acesso à educação desde a alfabetização, como as mais modernas técnicas de formação profissional, permitindo com isso, o aumento da capacidade de produção de alimentos para atender o abastecimento da população brasileira com seus 203 milhões de habitantes.

Senhor presidente, senhores ministros.

A escolha de um agricultor, um pesquisador, uma cientista e dois literatos para serem agraciados com o grande-colar do mérito do Tribunal de Contas da União evidencia o olhar multidisciplinar com o qual esta Corte de Contas analisa nossa sociedade.

Representa o reconhecimento, por uma das mais elevadas instituições brasileiras, de que o futuro da nossa nação está nas mãos de cada homem e de cada mulher que desenvolve sua atividade, que cumpre o seu papel com

Oradores

entrega, dedicação, em busca do bem comum e da formação de uma coletividade próspera e fraterna.

Esta preocupação, que transcende o universo institucional burocrático desta capital da República, é a prova de que esta Corte está ciente de seu papel fundamental no amadurecimento da nossa democracia.

Que o controle não é mais a sua única finalidade. Que seu papel hoje encontra-se superdimensionado. Que o controle exercido de forma séria e criteriosa é um instrumento que ajuda a desenvolver a cidadania. Sem a qual é impossível exercer o nosso patriotismo em sua plenitude.

Este tribunal revelou-se nos últimos anos uma verdadeira trincheira. Uma fortaleza. A qual se mantém incólume diante das pressões naturais resultantes da relação entre fiscalizadores e fiscalizados.

Em um momento da vida deste País no qual percebemos um claro distanciamento entre as instituições e os cidadãos, esta Corte faz o trajeto oposto. Vigia a boa aplicação dos recursos públicos federais, zela não apenas pela economicidade, mas também pela conveniência, pela legalidade, pelo interesse público genuíno e por todos os valores insculpidos na nossa lei maior, a Constituição da República.

Por tais motivos, excelências, esta manhã simboliza um momento especial na vida dos ora homenageados, com esta comenda de raro prestígio, concedida a apenas cinco brasileiros.

O Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União significa, a um só tempo, uma condecoração e também uma responsabilidade.

Afirmo isto uma vez que esta comenda espelha a expectativa da elevada Corte de Contas acerca da nossa contribuição enquanto cidadãos, cada um em

sua respectiva área, para continuar transformando a realidade em busca de um ambiente mais sustentável, justo, igualitário e próspero.

Por fim, permitam-me fazer a leitura de uma pequena reflexão do poeta e amigo, o imortal Paulo Bomfim:

> "Homem do campo, trago para a cidade um imenso amor à terra.
>
> Em nome da terra que embala meus sonhos e da esperança que me acompanha pelos caminhos de brasilidade da rosa dos ventos"....

Com tais considerações senhor presidente, senhores ministros, agradeço comovidamente, em nome dos meus colegas agraciados, pelo reconhecimento dos esforços individuais, cada um em sua respectiva área de trabalho, no intuito comum de deixarmos um legado, um exemplo, de construção de uma nação unida e voltada para o aperfeiçoamento contínuo.

Muito obrigado.

Fábio Meirelles
Presidente da Faesp

Presidente AUGUSTO NARDES

Neste mês de novembro do ano de 2014, uma dupla alegria nos reúne aqui no Tribunal de Contas da União. Além de agraciarmos notáveis brasileiros com o Grande-Colar do Mérito, condecoração instituída para comemorarmos o aniversário desta Casa, que ora completa 124 anos, reveren-

Retornar ao sumário

Oradores

ciamos a vida pública do não menos notável Ministro emérito desta Casa, Valmir Campelo.

O Ministro Valmir Campelo iniciou sua trajetória como servidor do Distrito Federal, com atuação na diretoria de vários órgãos do GDF, Administrador Regional de Brazlândia, Taguatinga e do Gama (para os mais novos em Brasília, o estádio de futebol do Gama leva o nome Estádio Valmir Campelo Bezerra, o popular Bezerrão, em sua homenagem), Secretário de Governo do Distrito Federal, Deputado Federal Constituinte e Senador da República.

No TCU, atuou como Ministro, Presidente da Primeira e da Segunda Câmaras, Ministro Corregedor, Vice-Presidente e Presidente do Tribunal, Secretário-Geral da Organização das Instituições Superiores de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP), sempre sendo decisivo para o aprimoramento do Controle Externo e destacando-se, em uma de suas últimas atuações nesta Corte, pela sua atuação firme e responsável na fiscalização das obras da Copa do Mundo deste ano. Hoje empresta sua versatilidade e inteligência à Vice-Presidência de Governo do Banco do Brasil e temos certeza de que lá, como aqui e nos demais cargos e funções que ocupou, fará história.

Homem público genuíno, nosso amigo Valmir Campelo dedicou-se ao país, de 'corpo e alma', durante meio século de pura intensidade, sendo 17 cumpridos aqui neste Tribunal. Mais que justificável, portanto, a gratidão da Casa para com esse grande brasileiro, materializada por meio da medalha-prêmio de 50 anos de Serviço Público. Meus parabéns, Ministro Valmir Campelo! Sua história de vida nos inspira, assim como a de tantos brasileiros e brasileiras, que desde 2003 são agraciados com o Grande-Colar do Mérito, condecoração criada durante sua gestão como Presidente do TCU.

Nesse ano, as personalidades agraciadas com essa condecoração mantêm a tradição por seus talentos excepcionais e inestimáveis serviços prestados ao País. Os feitos e qualidades de cada um dos senhores e senhoras, distinguidos

Oradores

com o Grande-Colar, foram brilhantemente destacadas nas palavras do Ministro José Múcio, as quais endosso: O doutor Artur Ávila, prodigioso matemático de uma nação que ainda busca equacionar suas carências educacionais; a imortal da Academia Brasileira de letras, professora Cleonice Seroa da Mota Berardinelli, quase cem anos de poesia a nos brindar com sua vivacidade neste evento; Fábio Meirelles, um dos mais representativos líderes do setor agropecuário brasileiro; o saudoso e inesquecível João Ubaldo Ribeiro, cuja recente partida deixou mais pobre nossa literatura; e a Doutora Lúcia Willadino Braga que empresta sua dedicação, inteligência e delicadeza ao Grupo Sarah, modelo a ser seguido na saúde de nosso país.

Senhoras e senhores,

Antes de encerrar, anuncio o lançamento, nesta data, do livro digital do Grande-Colar do Mérito do TCU, instituído para registrar, de forma atualizada, a história da comenda do Tribunal. A publicação eletrônica contempla, por ano de concessão, a relação dos agraciados, discursos, fotos e links para os vídeos das sessões de entrega das medalhas e pode ser acessada por meio de consulta ao site do TCU.

Caros amigos e autoridades aqui presentes,

Finalizo esse dia festivo agradecendo a todos que nos prestigiam com suas honrosas presenças. Tendo afirmado em minhas palestras pelo Brasil e no exterior que o maior capital de uma nação é capacidade e a qualidade de sua gente!

É essa riqueza que hoje festejamos e condecoramos!

Muito obrigado!”

João Augusto Ribeiro Nardes
Presidente do TCU e Chanceler do Grande-Colar

2015 | Homenageados

Data da Cerimônia: **02/12/2015**

Assista aqui: Vídeo da Cerimônia 2015

César Asfor Rocha

Nascimento:
5 de fevereiro de 1948, Fortaleza, CE.

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará, mestre em Direito Público pela mesma instituição, que lhe conferiu, ainda, os títulos de Notório Saber Jurídico e Doutor *Honoris Causa*. Foi Procurador-Geral do município de Fortaleza e Vice-Presidente do Conselho Seccional do Ceará Ordem dos Advogados do Brasil, além de juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Ocupou também as funções de Corregedor Nacional de Justiça e de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça. Ministro do Superior Tribunal de Justiça de 1992 até 2012, tendo presidido aquela Corte de 2008 a 2010. Membro da Academia Cearense de Letras.

Eduardo Henrique Accioly Campos (*post morten*)

Representante:
Renata de Andrade Lima Campos (Esposa)

Nascimento:
10 de agosto de 1965, Recife, PE.

Formado em Economia pela Univerisdade Federal de Pernambuco, foi Deputado Estadual, Deputado Federal, além de Ministro de Ciência e Tecnologia e Governador de Pernambuco por dois mandatos entre 2007 e 2014.

Ferreira Gullar

Nascimento:
10 de setembro de 1930, São Luís, MA.

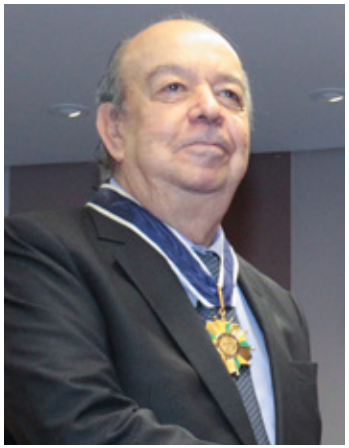
Recebeu a comenda em 16 de dezembro de 2015 na Secretaria de Controle Externo do Rio de Janeiro

Poeta, crítico de arte, biógrafo, tradutor, memorialista e ensaísta. Um dos fundadores do neoconcretismo. Agraciado com os Prêmios Jabuti (2007) e Camões (2010), participoua da fundação do Teatro Opinião. Membro da Academia Brasileira de Letras.

Jonas Barcellos Corrêa Filho

Nascimento:
17 de setembro de 1936, MG.

Pecuarista e empresário, um dos maiores criadores de gado bovino selecionado do país, comanda o grupo Brasif, conglomerado de empresas de capital fechado que atua em diversos setores da economia nacional. Iniciou a BMG Corretora S/A, na qual excerceu a função de Diretor.



José Sarney

Nascimento:
24 de abril de 1930,
Pinheiro, MA.

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão, escritor e jornalista, foi Deputado Federal, Senador, Governador do Maranhão e Presidente da República entre 1985 e 1990, com mais de 50 anos de atuação política. Membro da Academia Brasileira de Letras.

Pedro Jorge Simon

Nascimento:
31 de janeiro de 1930,
Caxias do Sul, RS.

Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, tem especialização em Economia Política e Direito Penal na Universidade de Paris – Sorbonne e em estudos sobre Direito na Faculdade de Direito em Roma. Foi Vereador, Deputado Estadual, Senador, Ministro da Agricultura e Governador do Rio Grande do Sul de 1987 a 1990.

Oradores

Ministro BRUNO DANTAS

Em nome do Tribunal

O Tribunal de Contas da União distingue, desde 2003, com o seu Grande Colar, personalidades que se destacaram por seu mérito excepcional ou por relevante contribuição ao controle externo das atividades públicas. E, a cada ano, aumenta a importância dessa comenda, seja em função do crescimento da estatura institucional do Tribunal – grande parte do qual decorre do desassombro, da assertividade e da qualidade técnica que, mais e mais, caracterizam suas decisões, como bem destacado por nosso Decano Ministro Walton Alencar Rodrigues em seu discurso – seja do brilho e do valor pessoal que inequivocamente marcam a biografia e a imagem pública dos nossos agraciados.

Em 2015 isso não é diferente! Muito ao contrário: penso que este Colegiado não poderia ter deliberado por um conjunto de homenageados mais adequado às diretrizes que regram seu maior prêmio, conjunto esse cujo merecimento é indiscutível e cuja eloquente representatividade dificilmente poderia ser maior ou mais significativa, em campos tão diversos quanto a política, a literatura, o direito e a economia.

Tenho o privilégio de saudar grandes personalidades brasileiras em justo reconhecimento pela brilhante trajetória de vida e pelos relevantes serviços prestados ao nosso país. Falo por delegação da Corte, sou devedor da generosidade dos meus pares e do Presidente Aroldo Cedraz pela escolha do meu nome para manifestar o nosso apreço e o nosso respeito pelos homenageados.

Refiro-me, Senhoras e Senhores, a brasileiros da envergadura intelectual e moral do Presidente José Sarney, do Senador Pedro Simon, do Ministro César Asfor Rocha, embora ausente, do poeta Ferreira Gullar e do empresário Jonas Barcelos, além do Governador Eduardo Campos, cuja memória também enaltecemos e recordamos nesta manhã.

Oradores

De José Sarney, pouco se dirá que já não esteja nos livros de história. E, de fato, não há como deixar de registrar, em sua biografia, a carreira pública que – iniciada no Maranhão, na década de 50 –, em muitos e decisivos pontos, veio a se confundir com a própria saga política nacional, no período recente.

Dividido entre a política e a literatura, parece, Presidente Sarney, que a primeira levou a maior parte do prêmio, embora para a segunda sempre houvesse sobrado alguma hora morta, embora sempre muito inspirada, na agenda cheia de compromissos e de responsabilidades.

Deputado Federal e Governador do Estado do Maranhão, José Sarney chega ao Senado Federal em 1971. Foi o brasileiro que, no período republicano, mais exerceu mandatos de senador, representando o seu estado natal e, em passado mais recente, o Amapá. Foi, igualmente, quem por mais tempo presidiu a Casa, capitaneando a Mesa Diretora em quatro oportunidades, a última delas finda em 2013.

Ao deixar a Presidência do Congresso Nacional pela derradeira vez, José Sarney, num discurso emocionado, afirmou que o seu horizonte era o passado. Passado, Presidente Sarney, que ajudou a forjar o nosso presente, a construir uma democracia sólida e instituições robustas. Passado de estadista, que contribuiu para nos livrar da ditadura e planejar o futuro de uma Nação admirada em todo o planeta.

Devemos sempre lembrar para as futuras gerações que, nas eleições para a Presidência da República, em 1985, o talento e a liderança política melhor serviram ao Brasil.

Ao longo do atribulado período em que vai da articulação da Aliança Democrática, em colaboração com setores da oposição democrática, até a vitória da chapa que dividiu com Tancredo Neves, o papel de Sarney tornou-se progressivamente decisivo para o feliz desenlace do processo político-institucional que, por fim, encerrou o regime de exceção iniciado em 1964.

Oradores

Isso porque a doença e, por último, o falecimento de Tancredo Neves, iriam jogar sobre ele a responsabilidade maior de conduzir de volta, o Brasil, à normalidade democrática.

As ações de José Sarney, durante o afastamento do presidente eleito, preservaram o compromisso com a democracia e garantiram a delicada transição de regimes. Tancredo Neves registrou essa dignidade num bilhete de agradecimento, onde escreveu e transcrevo: *"o exemplo mais forte é o discurso"*.

As dificuldades eram imensas. A necessidade de dar combate à inflação convivia com um quadro econômico muito grave, não somente nas finanças públicas, herdadas em péssimas condições, mas também no contexto de crise em que operavam a produção, o consumo e o emprego em nosso País.

A despeito desse quadro de degradação econômica, o Brasil cresceu 4,4% ao ano durante o Governo de José Sarney, em média. Foram lançadas também as bases que, no futuro, iriam culminar nos programas de segurança social que tornaram o País menos desigual e menos injusto, nas duas últimas décadas.

José Sarney é um visionário. Com ele, a política exterior brasileira mudou de forma significativa. Voltou-se para o cenário das alianças culturais, com a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Caminhou para alianças com a vizinhança imediata, na América do Sul, onde se destacaram a reaproximação com a Argentina e a criação do Mercosul.

O grande legado da Presidência Sarney, certamente foi a retomada da **"democracia sem adjetivos"**, com o restabelecimento da liberdade de associação partidária, da liberdade de imprensa, das eleições diretas para todos os cargos representativos e, por fim, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, que produziu nossa Carta Constitucional vigente.

Oradores

Na Presidência da República, José Sarney comandou com maestria um movimento do qual sobreveio um Brasil sem qualquer resquício do regime autoritário. Teve coragem e determinação para tornar realidade a promessa de Tancredo Neves, com a preciosa ajuda de Ulysses Guimarães, Marco Maciel, Pedro Simon, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Paulo Brossard e de outras tantas figuras-chave comprometidas com a reconstrução institucional do nosso País.

E se há algo de que posso me orgulhar, é o fato de haver servido com o Presidente Sarney, como Consultor-Geral do Senado Federal, cargo para o qual, pessoalmente e de próprio punho, ele me designou. Não há como descrever adequadamente o prestígio e o aprendizado que este convívio com o estadista José Sarney proporcionou ao então jovem servidor público.

É pena que uma biografia tão rica, do lado da política, esconda um pouco a obra do escritor, autor de uma obra poderosa e dono de uma carreira literária prestigiada no Brasil e no exterior, que culminou com a posse, em 1980, na Cadeira de número 38 da Academia Brasileira de Letras, cujo patrono é também poeta e jurista sergipano, Tobias Barreto.

Saiba, Presidente Sarney, que, na saudação que lhe faço neste momento, sinto-me como o maior homenageado pelo privilégio que o destino me concedeu de dirigir-lhe essas palavras em nome do Tribunal de Contas da União. Receba os nossos parabéns e os nossos sinceros agradecimentos.

Seu nome eleva e dignifica a dimensão política da história nacional recente e, de modo especial, a de nossa maior comenda honorífica institucional, o Grande Colar do Mérito.

Também de minha antiga Casa funcional, o Senado, vem Pedro Simon, outro homenageado que se destacou no mundo da política, como todos sabem, ao longo de anos e anos de liderança desassombrada das forças de oposição, e de incansável luta cívica parlamentar contra o regime de exceção encerrado em 1985.

Oradores

Líder estudantil de grande projeção local e nacional, Pedro Simon muito cedo se iniciou na vida política, primeiramente como vereador, em sua Caixas do Sul, e posteriormente em vários mandatos sucessivos de Deputado Estadual. Senador daí por diante, teve a carreira parlamentar interrompida em uma única ocasião, quando ocupou o Ministério da Agricultura, durante a Presidência de José Sarney, e, logo em seguida, o Governo do Rio Grande do Sul.

Essa breve resenha biográfica – muito embora veraz e precisa – não faz justiça, contudo, ao papel de proa que o Senador Pedro Simon desempenhou no decurso de sua longa carreira política.

Não descreve de forma adequada, por exemplo, sua opção pelas causas populares, refletida em sua militância inicial no trabalhismo e, logo após, nas trincheiras da oposição democrática; ou suas impressionantes atuações no Plenário do Senado Federal, onde se destacou como tribuno implacável e como acusador incansável dos desmandos e da violência política e social que caracterizou o período de ditadura militar.

Sua liderança no campo progressista sempre foi inconteste, e o levou a protagonizar o movimento das Diretas-Já, do qual foi coordenador nacional, em conjunto com todas as forças vivas e progressistas da política brasileira, à época. Ou, ainda, a articulação democrático-legalista que deu sustentação a Itamar Franco, na época do governo de coalizão que conduziu o Pais após o *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Melo. Ou, por fim, a luta anticorrupção, que foi uma de suas principais linhas de ação, numa brilhante carreira política estendida por quase seis décadas ininterruptas.

Do convívio que tivemos no Parlamento, Senador Simon, guardarei sempre a memória de sua capacidade de pronta intervenção no debate parlamentar, sempre em defesa das causas populares; lembro de sua liderança lúcida nos momentos de crise; e de sua atuação apaixonada, ígnea, de combate à corrupção e de combate aos desmandos dos poderosos.

Oradores

Esteja certo, Senador Pedro Simon, que seu nome vive – e sempre viverá! – no rol dos grandes brasileiros, na galeria dos grandes personagens da saga rio-grandense que saíram das coxilhas do Sul para acordar o Brasil, para apontar aos brasileiros o rumo de manhãs mais novas e mais esperançosas. Meus parabéns!

O Ministro Francisco Cesar Asfor Rocha ascendeu ao Superior Tribunal de Justiça em vaga do quinto constitucional, como advogado. Bacharel pela Universidade Federal do Ceará, seu Estado de origem, é também por essa mesma instituição Mestre em Direito Público e Doutor *Honoris Causa*.

Embora já tivesse ocupado diversas posições na advocacia pública e quatro mandatos consecutivos na composição do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, a biografia do Ministro Cesar Asfor Rocha está umbilicalmente ligada aos mais de 20 anos em que atuou no STJ, onde exerceu com exemplar eficiência e dignidade "todos os cargos destinados aos membros do Tribunal".

Decano da Corte, foi seu Presidente, diretor da Revista, Presidente de todas as Comissões Permanentes, Corregedor Nacional de Justiça, Ouvidor do STJ e Coordenador-geral da Justiça Federal. No âmbito externo, foi Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral, Diretor da Escola Judiciária Eleitoral, Diretor do Centro de Estudos Judiciários, Presidente da Turma Nacional de Uniformização das Decisões dos Juizados Especiais Federais, Presidente do Fórum Nacional de Corregedores da Justiça Federal e Presidente da Comissão Nacional Permanente dos Juizados Especiais Federais, além de Presidente da Comissão Conjunta de Poderes Judiciários Europeus e Latino-Americanos, e Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

Trata-se, Senhoras e Senhores, de uma lista impressionante. Mas o que em alguns casos poderia significar apenas uma honraria, no caso do Ministro Cesar Rocha em geral representou um desafio, e uma grata ocasião de promover mudanças, em benefício da qualidade da prestação jurisdicional.

Oradores

Foi a partir de um voto seu, por exemplo, que se estabeleceu a aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários. Seu posicionamento, aliás, sempre foi majoritariamente favorável à parte mais fraca, seja no direito consumerista, como já vimos, seja no direito penal. Nesse campo, aliás, a franca defesa que sempre fez das garantias individuais e dos direitos fundamentais, tão em baixa ultimamente, deu-lhe a fama – muito positiva, em meu entendimento! – de magistrado com perfil garantista.

Entre os anos de 2008 e 2010, presidiu o STJ com uma mentalidade inovadora e arejada, tendo definido como prioridades de sua gestão a modernização da estrutura da Casa, a racionalização de suas condutas e a agilização dos julgamentos. Foi assim que, sob sua liderança, o Tribunal entrou definitivamente na era digital, consolidou a técnica de julgamento dos recursos repetitivos, disponibilizou novos serviços e incrementou fortemente a integração com organismos internacionais.

No período, foram digitalizados mais de 430 mil processos, tornando o trabalho mais fácil, mais rápido e menos agressivo em relação ao meio ambiente, com simultânea redução do uso de papel, economia de recursos orçamentários e aceleração do tempo de tramitação dos processos judiciais.

Por seu valor intrínseco, essa iniciativa foi reconhecida pelo Banco Mundial, que a incluiu no seu Programa de Ação e Aprendizagem sobre Transparência Judicial e Responsabilidade. Ela foi também agraciada com o Prêmio *Innovare*, que aponta as melhores práticas jurídico-administrativas no âmbito do Judiciário, e com o Prêmio "Excelência em Governo Eletrônico".

Como julgador, o Ministro Cesar Rocha produzir números igualmente expressivos, havendo relatado mais de 140 mil processos, apenas no âmbito do STJ, e tendo participado do julgamento de mais de 450 mil outros processos.

Oradores

Mas o que talvez melhor defina a personalidade humanitária do Ministro Cesar Asfor Rocha, talvez seja o fato que, para muitos, pode ser entendido como menor, ou menos importante, mas que, em verdade, revela de sua personalidade mais do que a quantidade de postos ocupados, ou o número de julgados oficialmente registrado. É que, como corregedor-geral do CNJ, o Ministro Cesar Asfor Rocha descobriu que determinado cidadão, preso por engano, teria que passar mais cinco dias preso porque nos encontrávamos em pleno recesso judiciário. A vista deste fato, constatadas as provas, o Ministro Cesar Rocha, Corregedor Nacional de Justiça, acionou os magistrados envolvidos, em pleno gozo de férias, para prontamente corrigir aquele malfeito.

Magistrado vocacionado, Cesar Rocha compreendia que cada processo guarda uma vida e que em cada juiz mora um homem. Coerente com sua trajetória de vida, praticou um ato nobre, humano, que valeu por mil palavras. Parabéns, Ministro Cesar Rocha! –, Vossa Excelência é um exemplo positivo de nossa melhor judicatura.

Assim é César Rocha, que se define como uma pessoa que exalta a harmonia e a paciência e, nas lições apreendidas de Baltasar Gracian, sabe que polidez e fidalguia não fazem mal a ninguém. A este ser humano da melhor qualidade, o Tribunal de Contas da União rende suas homenagens.

Ferreira Gullar é o segundo poeta maranhense, nascido em 1930 e de prenome José Ribamar a ser homenageado nesta sessão. E, tal como o primeiro, trocou de nome, e teve a vida dividida entre duas vocações insistentes: a política e a poesia. Somente que, no seu caso, preponderou, em certa medida, a segunda – mas não tão completamente!

Ferreira Gullar é conhecido por muitos como o maior poeta em atividade no Brasil. Apesar do subjetivismo desse tipo de avaliação, é difícil discordar quando o poeta em questão apresenta uma obra tão grande e tão variada, que cobre não somente a poesia, mas o conto, o teatro, a crônica, a memo-

Oradores

rialística, a biografia, a literatura infantil, o ensaio, o cinema e a televisão. E com uma qualidade que espanta e emociona sucessivas gerações, tal como emocionou a mim, quando pela primeira vez li "Poema Sujo", ou quando por primeiro ouvi "Traduzir-se", texto que parece, em sua síntese luminosa, dizer mais do poeta que de si mesmo, obra:

> "Uma parte de mim
> é todo mundo:
> outra parte é ninguém:
> fundo sem fundo.
> Uma parte de mim
> é multidão;
> outra parte estranheza
> e solidão.
> Uma parte de mim
> pesa, pondera;
> outra parte
> delira."

Jonas Barcellos Corrêa Filho é um engenheiro e empreendedor mineiro – de uma geração que, à semelhança da de Carlos Drummond de Andrade, Oto Lara Rezende e Aníbal Machado, acabou por fixar residência no Rio de Janeiro. Mas, nem por isso, perdeu contato e intimidade com as suas raízes.

Engenheiro de formação, Jonas Barcellos tem um pé no mundo urbano e, outro, no campo – áreas nas quais tem seguidamente investido, com continuado sucesso. Seus negócios citadinos incluem uma diversificada linha de investimentos financeiros, feitos tanto no Brasil, quanto no exterior. Incluem, também, a distribuição e a locação de máquinas pesadas, destinadas à construção civil, ao setor de infraestrutura de transportes e à indústria siderúrgica e de transformação. E incluem, ainda, empreendimentos na área da construção civil.

Oradores

Mas o que de fato caracteriza a atuação econômica de Jonas Barcellos – ao menos ao olhar do grande público e da mídia – são os negócios da área rural, especialmente o seu plantel de gado de elite da raça nelore, desenvolvido na Fazenda Mata Velha, em Uberaba, Minas Gerais. É lá que nosso homenageado construiu um verdadeiro patrimônio genético em matrizes de alta estirpe, que vem contribuindo significativamente para a melhora do perfil do rebanho bovino brasileiro. E hoje, às vésperas dos 80 anos, ainda tem energia de sobra para inovar e para crescer em seus negócios, tendo recentemente aberto novas frentes na produção de etanol e lançado uma modalidade virtual dos seus famosos leilões de gado, agora transmitidos pela TV a Cabo.

O Brasil é uma nação que precisa de empreendedores com o porte, com a garra e com o espírito realizador de Jonas Barcellos, cuja centelha criadora de riquezas e de oportunidades vive e brilha forte há tanto tempo. Penso que é em grande parte como homenagem à capacidade de realização dos brasileiros, a qual o Senhor sobejamente representa, que o Tribunal de Contas da União lhe concedeu – como sinal de grande admiração – o seu Grande Colar do Mérito.

Receba-o, empresário Jonas Barcellos Corrêa Filho, com os nossos mais sinceros parabéns!

Senhor Presidente, Colegas Ministros, Caros Homenageados, Minhas Senhores e Meus Senhores. É quase a hora de terminar, mas ainda resta algo muito importante a ser dito.

Numa decisão tão festejada quanto oportuna, o Tribunal de Contas da União deliberou por proceder, no contexto desta cerimônia de atribuição do seu Grande Colar do Mérito, a uma homenagem de caráter todo especial, feita em memória do Governador Eduardo Henrique Accioly Campos.

O Governador Eduardo Campos, Ministra Ana Arraes, era um homem admirável, cujas qualidades certamente fazem muita falta – não somente à sua

Oradores

família ou ao Estado de Pernambuco, mas a todo o Brasil. Sabia que para bem governar é indispensável sentir de perto as aflições da pobreza. Conhecer o "*Brasil profundo*", para usar a feliz expressão do próprio homenageado.

Ainda me lembro, no início da última campanha presidencial, do signo de renovação que trazia àquele pleito a candidatura do Governador Eduardo Campos. O ar fresco de novas propostas, e uma concreta alternativa de poder que, por fim, se colocava aos dois grupos que, faz tempo, dividem entre si a possibilidade concreta de alcançar o governo da Nação.

Eduardo trazia consigo a força da juventude, e uma maturidade política que sua pouca idade não fazia prever – herdada certamente da linha de Miguel Arraes, seu avô, e da sua mãe Ana Lúcia, nossa Colega, a Ministra Ana Arraes.

De fato, custa a crer que Eduardo Campos, no momento de sua morte, não houvesse ainda completado os 50 anos de idade, embora já ostentasse uma biografia invejável, em seu campo. E que, introduzido na política pela figura mítica do avô, cedo, tão cedo ganhou faixa própria de voo, graças à sua grande inteligência, à firmeza de seu caráter e à sua impressionante capacidade de dialogar com posições diferentes e de construir acordos confiáveis – os quais, de seu lado, sempre cumpriu e respeitou.

Por isso, ao homenagearmos a figura do Governador Eduardo Campos nesta cerimônia, não louvamos somente o parlamentar; o Ministro de Estado, o Governador de Pernambuco por dois mandatos; o jovem Presidente do Partido Socialista Brasileiro, cujo projeto popular e humano de fazer política ele inspirou e animou.

Na verdade, Ministra Ana Arraes, homenageamos também alguém que apontou rumos e construiu caminhos para a renovação da política brasileira. Alguém que trabalhou tendo por base o diálogo e, assim, recuperou a verdadeira dimensão do termo “adversário político”, não como inimigo, mas como adversário, simplesmente: alguém com quem se pode tratar e discutir, sempre que

Oradores

o bem comum puder intermediar os interesses em jogo. Alguém que parecia capaz de iluminar, de alguma forma mágica, o nosso sofrido País, tal como iluminava a vida de sua família, de seus amigos, de seus correligionários e, até mesmo, de muitos daqueles com quem disputava politicamente.

Homenageamos, enfim, uma liderança respeitada, ouvida e reverenciada, que por onde passou deixou a marca da eficiência. Homenageamos alguém que poderia mudar o Brasil para melhor, de uma forma afetiva e concreta, mas que – levado mais cedo pelos desígnios de Deus – ainda é capaz de nos orientar com seu exemplo de vida e de ação política inspirada, respeitosa e aglutinadora.

Não há, creio, melhor maneira de encerrar esta saudação que faço aos nossos queridos agraciados com o Grande Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União – o Presidente Sarney, o Senador Pedro Simon, o Ministro Cesar Rocha, o Poeta Ferreira Gullar e o Empresário Jonas Barcellos Corrêa Filho – do que incorporar ao seu ilustre grupo a memória desta figura especial, o Governador Eduardo Campos, para que, lá onde estiver, nos ilumine e guie a todos, no exercício de nossas funções públicas e no gozo de nossa privacidade.

O bem que fizemos em vida ecoa na eternidade!

Vivenciamos uma ocasião em que grandes exemplos se colocam ante nossa inteligência e nossa sensibilidade. Tomara sejamos capazes de com eles aprender, crescer e nos aprimorarmos, naquilo que é nossa missão nesta Terra.

Agradeço a atenção de todos os Senhores e de todas as Senhoras e, mais uma vez reitero minhas sinceras congratulações aos nossos homenageados. Os Senhores são, em conjunto e individualmente, motivo de grande orgulho para todos nós brasileiros.

Muito Obrigado!

Ministro Bruno Dantas

Oradores

JOSÉ SARNEY

Em nome dos homenageados

Cabe-me, em primeiro lugar, agradecer, em meu nome e no de César Asfor Rocha, Eduardo Henrique Accioly Campos, Jonas Barcellos Corrêa Filho, Ferreira Gullar e Pedro Jorge Simon a honra que nos foi concedida pelo Tribunal ao associar esta homenagem às comemorações dos seus 125 anos, servindo ao País, zelando pelo povo brasileiro, com sua contribuição permanente para o rigor das Contas Públicas.

Proposto pelo Visconde de Barbacena nos primeiros dias do Senado do Império, só na República é que foi criado o controle externo das contas nacionais.

Ao assumir o Ministério da Fazenda — e a Vice-Chefia — do Governo Provisório, Rui Barbosa tinha ideias bem definidas sobre o que pretendia fazer. A sua política econômica a que se deu o nome de encilhamento foi polêmica e é, em nossa época em que o ajuste fiscal é ato de fé, maldita. Mas Rui tinha também preocupação com o controle do patrimônio público e, sobretudo, do orçamento da União. O Tribunal de Contas veio como uma consequência natural.

Rui Barbosa foi o criador desta Casa e, certa vez, a respeito do Supremo Tribunal Federal, repetiu a exortação que se fazia na Grécia ao criar os tribunais, na fórmula de Ésquilo:

Eu instituo este Tribunal venerando, severo, incorruptível guarda vigilante desta terra, através do sono de todos, e o anuncio aos cidadãos, para que assim seja de hoje e pelo futuro adiante.

Estas palavras podemos repetir também aqui neste Tribunal, que, embora com outras atribuições, tem prestado serviço à República, com uma singula-

ridade: a de ser um poder que estabelece uma interação com o Poder Legislativo, como

> ...corpo de magistratura intermediaria à administração e à legislatura, que, colocado em posição autônoma, com atribuições de revisão e julgamento, cercado de garantias – contra quaisquer ameaças, possa exercer as suas funções vitais no organismo constitucional, sem risco de converter-se em instituição de ornato aparatoso e inútil.

Assim diz a Exposição de Motivos do Decreto 966-A, de 7 de novembro de 1890, além de admirável descrição do papel deste Tribunal, é uma profecia do papel que a Instituição tem exercido. O texto é também um estudo profundo de direito comparado. Nele, além de dar crédito a Manuel Alves Branco, Visconde de Caravelas, de quem ele transcrevia o projeto de 1845, examina os vários modelos adotados na Europa, que classifica em tipos francês e italiano, e dá preferência a este último, em que, explica, "a ação vai muito mais longe: antecipa-se ao abuso, atalhando em sua origem os atos do poder executivo susceptíveis de gerar despesa ilegal". E diz que ele

> ...é o que satisfaz cabalmente os fins da instituição, o que dá toda a elasticidade necessária ao seu pensamento criador. Não basta julgar a administração, denunciar o excesso cometido, colher a exorbitância, ou a prevaricação, para as punir. Circunscrita a estes limites, essa função tutelar dos dinheiros públicos será muitas vezes inútil, por omissa, tardia, ou impotente. Convém levantar, entre o poder que autoriza periodicamente a despesa e o poder que quotidianamente a executa, um mediador independente, auxiliar de um e de outro, que, comunicando com a legislatura, e intervindo na administração, seja, não só o vigia, como a mão forte da primeira sobre a segunda, obstando a perpetração das infrações orçamentarias por um veto oportuno aos atos do executivo, que direta ou indireta, próxima ou remotamente discrepem da linha rigorosa das leis de finanças. Acrescenta que ela generaliza "a audiência do Tribunal de

Retornar ao sumário

Oradores

> Contas, não só nos atos do poder executivo que digam respeito ao orçamento do Estado, e influam sobre a receita, ou a despesa, como a todas e quaisquer deliberações do governo, todos os decretos reais, seja qual for o mistério, de que emanem, e o objeto, a que se refiram.

E concluía com uma peroração:

> Façamos votos para que o primeiro Ministério da Republica organizada se mostre, como é de esperar, digno desta missão salvadora.

De seu papel de criador ele não abriria mão, como quando chamou de "piedosa mentira" o texto da Constituição de 1891, também em grande parte de sua autoria, que declarava "instituído" o Tribunal de Contas em seu art. 89. Ele, Rui Barbosa, o criara três meses antes.

> A República estava em maré de ideias generosas. Ia a Constituição reforçar o júri com a sanção Constitucional. Ia abolir constitucionalmente a pena de morte. Ia decretar, no pacto fundamental, a substituição da guerra pelo arbitramento. Natural era que lhe sorrisse também, como um atavio a mais para as galas de sua obra, a inovação fiscal destinada a coarctar os abusos do Governo contra o orçamento. Elevou-se, pois, no Tribunal de Contas. Dir-se-ia que se tomara por ele até de ciúmes. Quisera tê-lo criado, para não ter, nesse merecimento, rivais.

Sua implantação, entretanto, não foi possível. Um mês antes de promulgada a Constituição, como se fosse um chefe de governo parlamentar, apresenta a renúncia coletiva do Ministério. Desde então tudo que tem seu nome sofre hostilidade. A Lei 23, de 30 de outubro de 1891, ainda sancionada por Deodoro, que tratava da reorganização administrativa e da substituição do Tribunal do Tesouro pelo Tribunal de Contas, fica sem regulamentação. Com a renúncia de Deodoro, o conflito aumenta. Floriano Peixoto não quer aceitar controle sobre seus gastos. Mas o ministro Serzedelo Corrêa, próximo ao Marechal,

consegue, mais de um ano depois, que seja promulgado o decreto 1.166, de 17 de dezembro de 1892. Este lhe atribuía exame prévio e veto absoluto.

E ao começar o terceiro ano da República, a 17 de janeiro de 1893 finalmente acontece a instalação.

A competência original do Tribunal de Contas era de exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas com a receita e a despesa da União, inclusive liquidar as contas de receita e despesa e verificar a sua legalidade antes de serem prestadas ao Congresso Nacional. Este ponto, definido no Art. 2º, era o cerne da diferença entre os modelos francês e italiano, e da opção de Rui Barbosa:

> Art. 2° Todos os decretos do Poder Executivo, ordens ou avisos dos diferentes Ministérios, suscetíveis de criar despesa, ou interessar às finanças da República, para poderem ter publicidade e execução, serão sujeitos primeiro ao Tribunal de Contas, que os registrará, pondo-lhes o seu "visto", quando reconheça que não violam disposição de lei, nem excedem os créditos votados pelo Poder Legislativo.

Mas logo após sua instalação Floriano Peixoto muda de ideia e retira ao Tribunal de Contas a competência para impugnar despesas consideradas ilegais e rasga o sistema de registro. Indignado, Serzedelo Corrêa abandonou o ministério. São suas palavras:

> Esses decretos anulam o Tribunal, o reduzem a simples Ministério da Fazenda, tiram-lhe toda a independência e autonomia, deturpam os fins da instituição, e permitirão ao Governo a pratica de todos os abusos e vos o sabeis - e preciso antes de tudo legislar para o futuro. Se a função do Tribunal no espirito da Constituição e apenas a de liquidar as contas e verificar a sua legalidade depois de feitas, o que eu contesto, eu vos declaro que esse Tribunal e mais um meio de aumentar o funcionalismo,

Retornar ao sumário

> de avolumar a despesa, sem vantagens para a moralidade da administração. Se, porém, ele e um Tribunal de exação como já o queria Alves Branco e como tem a Itália e a Franca, precisamos resignarmo-nos a não gastar senão o que for autorizado em lei e gastar sempre bem, pois para os casos urgentes a lei estabelece o recurso.

E pede demissão.

É quando salva o Tribunal o fato de estar inscrito na Constituição.

Sem o registro prévio das despesas, que se apagou das regras da casa, não serviu menos o Tribunal de Contas ao Estado brasileiro. Ao longo dos anos seu papel tem sido crescente, sempre, como desejava Rui, entre o Legislativo e o Executivo, "um mediador independente, auxiliar de um e de outro".

A necessidade de um controle das contas públicas tinha origem antiga: já em Roma o *Aerarium Populi Romani* continha as contas de receitas e despesas. Mas foi Filipe Augusto quem criou, em 1190, na França, uma instituição distinta do tesouro, ou seja, um controle externo. Ela teve seus altos e baixos, até que a Revolução a extinguiu. Pouco depois, em 1807, Napoleão Bonaparte criou o tribunal de contas na forma em que, com as variantes próprias a cada país, o conhecemos. Sua vontade está gravada entre outras sentenças na pedra dos Invalides:

> *Je veux que, par une surveillance active, l'infidélité soit réprimée et l'emploi légal des fonds garanti*. (Quero que, por uma vigilância ativa, a infidelidade seja reprimida e o emprego legal dos fundos garantido.)

Este papel o nosso Tribunal de Contas da União tem cumprido com grandeza.

O Ministro Luciano Brandão, dá nome a esta sala, deixou um depoimento importante:

Retornar ao sumário

Oradores

> … nossa inabalável convicção que a Corte de Contas manterá sempre, perante a sociedade brasileira, postura digna dos nobres objetivos motivadores de sua criação em 1890. Instituição imprescindível no controle da correta aplicação dos recursos do Erário, guardiã dos melhores interesses da coletividade, vigilante quanto aos desvios cometidos nos gastos públicos, saberá o Tribunal de Contas da União corresponder, como vem aliás fazendo ao longo de mais de um século, às novas e ampliadas competências que em boa hora lhe foram outorgadas pela Carta Magna de 1988.

E o Ministro Guilherme Palmeira disse aqui neste plenário:

Sou testemunha do zelo com que aqui se cuidam e se defendem os superiores interesses do país, apesar de nossas limitações de caráter institucional. Somos, como os demais congêneres em todo o mundo democrático, uma corte peculiar… Estamos submetidos a uma dupla jurisdição. O controle jurisdicional de nossos atos pelo Poder Judiciário, e o controle político do Congresso, a que temos servido com dedicação, espírito de colaboração e a mais íntima cooperação de que somos capazes.

Nesses tempos conturbados em que vive o País, as responsabilidades do TCU se multiplicam, e se multiplicam também a confiança do País na sua integridade, correção, no seu zelo pelo dinheiro público.

Devemos louvar também no Tribunal de Contas a sua contribuição para o futuro, a sua modernização constante, o seu corpo de recursos humanos de alta qualidade e a sua respeitabilidade.

A fórmula adotada pela Constituição de 88 — que entregou ao Congresso Nacional a composição de grande número desta Casa — foi sábia e possibilitou a vinda para esta Casa de homens públicos com visão política e experiência humana, o que tem honrado não só o Tribunal como também as escolhas das

Oradores

Casas Legislativas, que ligam, permanentemente, os nossos Poderes, estabelecendo um vínculo de solidariedade e responsabilidade comum.

Sabemos que o Congresso Nacional é o coração da democracia, e o Tribunal de Contas ajuda esse coração a bater no ritmo de trabalho de responsabilidade, de caráter e de afastamento dos ataques da corrupção, mal endêmico que ataca em todos os lugares e em todos os tempos e que, muitas vezes, envergonha, entristece e deprime cada um de nós que olhamos a Pátria como uma deusa sagrada a merecer de nós amor e devoção.

Ao longo dos anos tenho tido contato, direto ou indireto, com esta Casa. Como Senador, participei do exame dos escolhidos pelo Presidente da República e pelo Congresso Nacional. Como Presidente da República, tive a honra de indicar ao Congresso Nacional e nomear muitos de seus membros — entre eles, a primeira mulher, a saudosa Ministra Élvia Lordello Castello Branco. Mais ainda, as contas de meu governo foram por este Tribunal examinadas e encaminhadas com parecer favorável ao Congresso, que as aprovou.

Mas, além desta relação institucional, mantenho com muitos de seus membros uma relação pessoal, construída ao longo de uma convivência duradoura enquanto exerciam outros ofícios, e mantida enquanto cumprem suas altas funções, inclusive porque estou naquela idade em que já não temos tempo de fazer novas amizades, e precisamos cultivar as antigas.

É, portanto, com um sentimento que reúne a um só tempo a certeza de um laço de fraternidade e a convicção profunda do papel fundamental do Tribunal de Contas da União entre as instituições nacionais que recebo esta condecoração.

Falo também em nome dos outros homenageados desta noite, César Asfor Rocha, Eduardo Campos, Jonas Barcellos, Ferreira Gullar, Pedro Simon. Suas companhias aumentam nossas honras.

Oradores

Permitam-me uma pequena palavra sobre eles. Ferreira Gullar, meu companheiro de mocidade, meu confrade na Academia Brasileira, é hoje o maior poeta brasileiro. O Ministro César Asfor Rocha, uma das maiores inteligências jurídicas brasileiras, presidiu o Superior Tribunal de Justiça e se distinguiu sempre como uma grande referência da cultura e da experiência jurídica. A jurisprudência brasileira está marcada pela contribuição que a ela deu o Ministro César Rocha, que a serve até hoje, fonte de subsídios para o exercício da advocacia e do julgar. O Senhor Jonas Barcellos é um dos grandes empresários do País, pioneiro e inovador. Pedro Simon, com quem convivi no parlamento e no governo, deixou há pouco uma longa carreira política onde se distinguiu pela defesa de suas posições e é fica no Parlamento e na História como um dos grandes políticos do Rio Grande do Sul.

Deixei para o fim Eduardo Campos. Acompanhei, desde quando, ainda muito moço, era Secretário da Fazenda do governo de Miguel Arraes, seu avô, até sua candidatura à Presidência. Sua simpatia e sua inteligência o fizeram uma referência de sua geração, e, sem dúvida, ele estava destinado a exercer as mais altas responsabilidades da República, credenciado por seu trabalho brilhante em todos os cargos que exerceu.

Assim, em meu nome e em nome dos outros homenageados, quero agradecer mais uma vez ao Senhor Presidente e aos Senhores Ministros a honra que nos é conferida pelo Tribunal de Contas da União, instituição modelar da República.

E repito as palavras citadas por Rui Barbosa:

> Eu instituo este Tribunal venerando, severo, incorruptível guarda vigilante desta terra, através do sono de todos, e o anuncio aos cidadãos, para que assim seja de hoje e pelo futuro adiante.

Oradores

Minha homenagem maior ao Tribunal de Contas da União, guarda vigilante da dignidade na aplicação do dinheiro público do povo brasileiro.

E em nome de todos nós proclamo a nossa gratidão, que, como já se disse é a memória do coração.

Glória e respeito a esta Corte.

Muito obrigado!

José Sarney

Presidente AROLDO CEDRAZ

Esta é uma ocasião de dupla honra em que comemoramos os 125 anos de criação desta Casa, com a concessão da medalha alusiva à data, e a entrega do Grande Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União.

Ao TCU, representado por seu corpo de magistrados e servidores, rendo minhas homenagens, por saber que a solidez desta instituição se deve à seriedade com que cada um tem realizado o seu trabalho e tratado a coisa pública.

Congratulo-me com os representantes das instituições condecoradas, em razão do reconhecimento das suas contribuições para o aprimoramento do Estado Democrático de Direito, missão que também é nossa, conforme observado na fala do Ministro Walton Alencar Rodrigues.

Oradores

Aos agraciados, que se distinguiram por seus talentos excepcionais e inestimáveis serviços prestados ao País, como tão bem exposto pelo orador Ministro Bruno Dantas, dou-lhes os parabéns.

Homens que, sem sombra de dúvidas, a contar pelo delinear de virtudes apresentadas, por seus próprios méritos, construíram uma trajetória de vida louvável e inspiradora, em especial porque contribuíram para o desenvolvimento pátrio em suas respectivas áreas de atuação.

- **Ferreira Gullar,** de linguagem inovadora, autor de extensa e diversificada produção literária e teórica, figura entre os mais importantes poetas e críticos de arte brasileiros da atualidade. O título do seu primeiro livro de poesias, "Um Pouco Acima do Chão" é referencial da disposição do seu nome no cenário artístico brasileiro;

- **César Asfor,** que tão bem conduziu o Superior Tribunal de Justiça na gestão 2008 a 2010, inovando ao implantar no STJ o processo judicial totalmente eletrônico – projeto "STJ na Era Virtual", que não só agilizou a tramitação, mas também democratizou o acesso do cidadão ao órgão, além de impulsionar uma maior integração com tribunais de todo o País;

- **Eduardo Campos,** o saudoso ex-Govenador de Pernambuco, aqui representado pela sua esposa Renata Campos e seus filhos. Virtuoso homem público, que teve inegável participação na consolidação da política nacional, missão que cumpriu até o seu último dia de vida com muita honradez e determinação;

- **Jonas Barcellos,** empresário de áreas importantes para a economia nacional, como o comércio exterior, atividades financeiras de investimentos, produção de energia e agropecuarista mais respeitável do Brasil.

Oradores

- **José Sarney,** A liderança do senador José Sarney começou ainda em seus tempos de estudante. Participou ativamente do movimento estudantil, que foi a porta de entrada para a vida política. Sua atuação no cenário nacional, por mais de 50 anos, contribuiu decisivamente para consolidação da democracia do nosso País, sendo que, no ápice da vida pública, ocupou a Presidência da República;

- **Pedro Simon,** por seu fascinante itinerário na vida pública, foi Governador do Rio Grande do Sul e notável Senador da República por diversos mandatos. A retórica acalorada do senador gaúcho na tribuna do Senado é peculiaridade de reconhecido valor por seus admiradores e, certamente, ausência já sentida nos púlpitos do Congresso Nacional.

Ao encerrar esta sessão solene, agradeço a todos os presentes e informo que os homenageados receberão cumprimentos na Sala dos Presidentes localizada ao lado do Plenário.

Muito obrigado!

Aroldo Cedraz
Presidente do TCU e
Chanceler do Grande-Colar

2016 | Homenageados

Data da Cerimônia: **26/10/2016**

Assista aqui: Vídeo da Cerimônia 2016

Daniel Dias

Nascimento:
24 de maio de 1988, Campinas, SP.

Representante:
Andrew Parsons

O maior atleta paralímpico brasileiro e recordista mundial nas provas de 100m e 200m livre, 100m costas, e 200m medley. Nos Jogos Paralímpicos de Pequim 2008 ganhou nove medalhas. E nos Jogos Paralímpicos Rio 2016 conquistou nove medalhas e tornou-se o maior medalhista da natação masculina em jogos paralímpicos.

José Manoel de Arruda Alvim Netto

Nascimento:
2 de maio de 1936, São Paulo, SP.

Representante:
Guilherme Pimenta

Jurista renomado, coordena a subárea de Direito Civil da Faculdade de Direito da PUC-SP, onde é professor titular do Mestrado em Direito Civil e de Direito Processual Civil. É autor de mais de 30 livros e membro do Instituto Ibero-americano de Direito Processual e do Instituto Brasileiro de Direito Processual. Foi desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, depois voltou a exercer a advocacia.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro

Nascimento:
17 de junho de 1943, São Paulo, SP.

Professora da Universidade de São Paulo (USP), onde obteve os títulos de mestre e doutora. Autora de vários livros de Direito Administrativo, foi procuradora do Estado de São Paulo e chefe do Departamento de Direito da USP. É uma das juristas que integrou a comissão que elaborou a lei de normas gerais de processo administrativo da União.

Miklos Vasarhelyi

Nascimento:
28 de julho de 1944, Hungria.

Graduado em Engenharia Elétrica e Economia, mestre em Management pela Massachusetts Institute Of Technology, e doutor em Graduate School of Management pela University of California. Atualmente é professor da Rutgers University, professor free lancer da Theseus Institut e consultor de gerenciamento técnico da Bell Telephone Laboratories. Epsecializado em auditoria de sistemas de informação, auditoria contínua e auditoria preditiva.

Ministro Valmir Campelo

Nascimento:
22 de outubro de 1944, Crateús, CE.

Bacharel em Comunicação Social com especialização em administração pública e desenvolvimento urbano. Na eleição de 1986, elegeu-se deputado federal constituinte, e em 1990 foi eleito senador. Em 1997 foi indicado pelo Senado Federal ao cargo de ministro TCU. Presidiu a corte de 2003 a 2004 e, depois de aposentado, assumiu a vice-presidência de Governo do Banco do Brasil.

ABRACE

Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Cancêr e Hemopatias

Representante:
Ilda Ribeiro Peliz (Presidente)

Instituição criada em 1986

Instituição filantrópica, declarada de utilidade pública, criada em 1986 por um grupo de pais, cujos filhos faziam tratamento de câncer no Hospital de Base do Distrito Federal. O principal objetivo da entidade é garantir o apoio necessário para as crianças e adolescentes com câncer e hemopatias, visando à qualidade de vida desses pacientes.

Oradores

Ministro BENJAMIN ZYMLER

Em nome do Tribunal

Em 2012, como Presidente desta Casa, e na qualidade de Chanceler do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, designei o Ministro Aroldo Cedraz para a missão de saudar os homenageados daquele ano. Agora, em posições invertidas, a gentileza me é restituída e a recebo com gratidão e especial honra.

Com satisfação, em nome do Tribunal de Contas da União, agradeço a presença de todos os agraciados, seus familiares e amigos, bem como a participação das autoridades, servidores e colaboradores desta Casa, que muito enobrecem esta sessão especial.

Ciente da responsabilidade que recai sobre mim nesta oportunidade, buscarei traduzir os muitos méritos particulares que dignificam os condecorados deste Grande-Colar, seja por suas contribuições ao controle externo, seja pelos feitos que os tornaram nacionalmente destacados e reconhecidos em nossa sociedade.

Para contextualizar, permitam-me breve referência à criação e à motivação desta insígnia. Por iniciativa do então Presidente Valmir Campelo, hoje um de nossos homenageados, no ano de 2003, por sua percepção social e aguçado senso de reconhecimento público àqueles que prestaram relevante contribuição ao controle externo e ao País, instituiu-se, no âmbito da mais alta Corte de Contas, esta cerimônia que, desde então, já conferiu honra a 82 personalidades e entidades de destaque nacional.

Hoje, é com igual distinção que o TCU confere proeminência à Associação Brasileira de Assistência às Família de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias (Abrace), representada por sua Presidente, Ilda Ribeiro Peliz; ao atleta paralímpico Daniel Dias; ao professor e jurista José Manoel de Arruda Alvim Netto;

Oradores

à professora e jurista Maria Sylvia Zanella di Pietro; ao professor e engenheiro Miklos Vasarhelyi; e ao Ministro Emérito do TCU, Valmir Campelo.

Dando primazia às damas, sei que os cavalheiros compreenderão, prossigo descrevendo alguns fatos que tornaram nossos homenageados dignos de especial honraria.

Enquanto temos saúde, queremos muitas coisas na vida. Ao perdê-la, todos os nossos projetos de conquistas são deixados em segundo plano enquanto nosso maior obstáculo passa a ser a luta contra uma doença com alto poder de eliminar o nosso bem mais precioso: a vida. Essa mesma questão de prioridade se aplica quando qualquer enfermidade grave atinge nossos entes queridos.

Foi em substituição a inúmeros outros sonhos que um grupo de pais, no ano de 1986, ante a agrura de ver seus filhos internados no Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF), lutando contra o câncer e tomados por um sentimento piedoso e humanitário, decidiram se unir para amparar outros pais cujo caminho da vida lhes reservasse igual obstáculo. Assim, foi criada a Abrace.

Tanto o câncer como as hemopatias, como bem sabemos, são inimigos implacáveis da vida e não excluem de suas incidências raça, idade, cor, sexo, condição social ou econômica. Sem a menor compaixão, afetam física e emocionalmente tanto os doentes como seus parentes mais próximos. De modo indireto, atingem toda a sociedade, uma vez que o alto custo dos tratamentos impõe pesada carga sobre o sistema de saúde, tanto mais quando o diagnóstico é tardio.

Cientes disso, especialmente por conhecerem de perto não apenas os efeitos físicos da doença, mas seus aspectos difusos, a exemplo da exclusão social e da falta de amparo aos mais desfavorecidos, os fundadores da Abrace aceitaram o desafio de fazer do único sonho de muitos a razão de sua existência: a vida das crianças e adolescentes acometidos pelo câncer e pelas hemopatias.

Oradores

A gênese filantrópica e o incansável empenho pela causa humanitária, aos poucos foi rendendo à Abrace reconhecimento social e atraindo, cada vez mais, o apoio da comunidade. Daí, procede o fortalecimento do voluntariado, tanto de pessoas como de organizações, que, imbuídos do sentimento solidário, contribuem de diversas formas para a consecução dos fins da instituição, seja oferecendo recursos financeiros, seja dedicando tempo e amor de modo espontâneo e não remunerado.

Com esse ideal, o sucesso veio naturalmente. Além da melhoria da qualidade de vida das crianças e dos adolescentes acometidos pelas citadas doenças, atribui-se à Abrace o grande feito de ter contribuído para que o índice de cura passasse de 50% para 70%. Outro número que merece relevo é o do percentual de abandono do tratamento, que de 28% caiu para ZERO. Isso se deu com a criação da Casa de Apoio, que hospeda pacientes e seus acompanhantes quando provenientes de outros estados em busca do tratamento no Distrito Federal. Mais de 40% das crianças são das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O fato de estarmos nos referindo a doenças de alta agressividade nos faz compreender o quanto os citados percentuais são significativos. Mas, ao passo que se comemora 70% de cura, é inevitável reconhecer que há um grupo de crianças e de adolescentes que ainda são vitimadas precocemente. Nestes casos, o senso humanitário da Abrace proporciona, por meio de seus programas, acolhimento com amparo psicossocial; acompanhamento dos pacientes com orientações sobre diagnóstico e prognóstico; reformas e reparos em moradias para melhoria das condições de saneamento, o que favorece o tratamento; e, em caso de impossibilidade de cura terapêutica, há, ainda, oferecimento de apoio ao paciente e à família para o enfrentamento do processo de morte. Sem dúvida alguma, todo esse trabalho proporciona qualidade de vida e dignidade.

Mas, não é só. Na busca de ampliar a assistência a esse grupo de pessoas carentes de cuidados especiais, a Abrace construiu, com doações da comuni-

Oradores

dade, o Hospital da Criança de Brasília José Alencar (HCB), inaugurado em 23 de novembro de 2011.

Portanto, não há dúvidas quanto aos méritos da Abrace e à sua relevante contribuição social, razão pela qual, na pessoa de sua Presidente, sra. Ilda Ribeiro Peliz, a quem parabenizamos por sua dedicação a esta causa, o Tribunal de Contas da União confere esta insigne comenda a todos os fundadores, funcionários e colaboradores que fazem da Abrace uma parceira da vida e dignidade das crianças e dos adolescentes acometidos pelo câncer ou hemopatias.

Passo, agora, às homenagens devidas à Dra. Maria Sylvia Zanella di Pietro.

Nascida na cidade de São Paulo, porém criada até os seus doze anos de idade em Poá, então distrito de Mogi das Cruzes, a nossa homenageada, influenciada por sua mãe, sra. Maria do Carmo Moura Zanella, inicialmente formou-se professora, mas, depois, optou por cursar Direito, colando grau em 1966 pela Faculdade de Direito da USP.

Podemos dizer que essas duas vocações, para o magistério e para o campo jurídico, mesclaram-se de modo tão primoroso que qualquer estudante de direito ou profissional da área não hesita em reconhecer que suas aulas, palestras e livros fazem com que o complexo pareça simples, enquanto profundos conhecimentos jurídicos são carreados de modo claro e objetivo, algo que somente a maestria didática de uma professora nata poderia fazer. Sua mãe não se enganou, embora sua posterior opção estivesse igualmente correta.

O destino foi se encarregando de revelar, ao longo de sua jornada profissional, seus dons e talentos. Pouco depois de se formar em Direito, foi nomeada, em 1970, mediante concurso público, Procuradora do Estado de São Paulo, passando a atuar em funções de consultoria e de assessoria, inclusive do Governo de São Paulo.

Oradores

Naquele mesmo ano, ingressou no curso de pós-graduação da Faculdade de Direito da USP, onde obteve os títulos de Mestre e Doutor na área de Direito do Estado, sempre sob a privilegiada orientação do saudoso mestre José Cretella Júnior.

Suas brilhantes publicações são fruto de vasta experiência profissional e acadêmica. Em 1978, por ocasião de seu mestrado, apresentou e defendeu a dissertação sobre o regime jurídico da servidão administrativa, que se transformou em livro no mesmo ano. De modo semelhante, seu doutorado rendeu-nos outra importante obra, em 1983, quando apresentou e defendeu a tese sobre o uso privativo de bens públicos por particular.

Ao tempo em que defendeu a tese intitulada "Da aplicação do direito privado no direito administrativo", quando obteve o título de Livre-docente, na USP, fomos novamente contemplados com mais uma obra singular versando sobre diversos institutos de direito privado utilizados pela Administração Pública.

Ainda como resultado de sua livre-docência, para a felicidade dos estudantes de Direito, no ano de 1990, Di Pietro lançou o celebrado livro "Direito Administrativo", cujo conteúdo decorreu de seu preparo para a prova escrita obrigatória do concurso. Desde então, seguiram-se atualiza ções anuais e muitas ampliações, que acompanharam a evolução do direito administrativo após a Constituição de 1988.

Mas, não é somente de suas pesquisas e estudos que o ambiente jurídico tem sido beneficiado. Sua habilidade didática deixou marca em milhares de estudantes e profissionais em geral do campo do Direito. Sempre muito ligada à academia, além de ser renomada palestrante e ter lecionado por diversos anos, muito contribuiu com a Faculdade de Direito da USP, onde exerceu, por vários mandatos, a chefia do Departamento de Direito do Estado.

O governo brasileiro também contou com sua colaboração quando nossa homenageada integrou a comissão de juristas designada pelo Ministério da Justiça

Oradores

para elaboração de um dos mais importantes diplomas normativos da Administração Pública Federal: a Lei de Processo Administrativo (Lei 9.784/99).

Da parte que nos diz respeito, sem sombra de dúvida, o controle externo tem sido enriquecido por toda a produção jurídica da Dra. Maria Sylvia Zanella Di Pietro, não só pelos muitos auditores e autoridades desta Casa que já partilharam de seus conhecimentos, mas também porque a evolução do direito administrativo, nossa área de atuação, exige que enfrentemos, na prática, situações formuladas no campo das ideias e das propostas de melhoria advindas dos juristas que levantam, em suas obras, questões que necessariamente precisam ser aplicadas em nossos julgamentos.

Assim, professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, receba esta comenda como nossos mais sinceros agradecimentos por sua contribuição ao nosso País e a esta Corte de Contas.

Nosso próximo homenageado é um grande vencedor. Vencedor até debaixo d'água, ou melhor, principalmente dentro d'água. Refiro-me ao atleta Daniel Dias, que possui seis recordes mundiais e é, hoje, o maior medalhista do País em sua categoria, com vinte e quatro medalhas, sendo quatorze de ouro, sete de prata e três de bronze, conquistadas nas Paralimpíadas de Pequim, em 2008; de Londres, em 2012; e do Brasil, em 2016.

Com pressa desde a gestação, quis sair do ventre da sua mãe antes do tempo, nascendo prematuramente no dia 24 de maio de 1988, na cidade de Campinas, São Paulo. Passou a infância e a adolescência em Camanducaia, Minas Gerais, e, por volta de seus três anos de idade, precisou de uma cirurgia e de uma prótese para iniciar seu primeiro grande desafio: aprender a andar. Esta foi, simbolicamente, a primeira medalha conquistada.

Talvez tivesse se tornado um grande baterista. Sim, pois Daniel aprendeu a tocar bateria na sua infância. Talvez, um pintor, já que o primeiro prêmio recebido foi

Oradores

aos 4 anos de idade em um concurso de pintura. Ou, quem sabe, Daniel tivesse se tornado um jogador de futebol, esporte responsável pelas diversas vezes em que a direção da escola ligou para seus pais avisando que ele, mais uma vez, havia quebrado a prótese.

Contudo, outra paixão o arrebatou: assistindo pela televisão as Paralimpíadas de Atenas, em 2004, ao ver o nadador brasileiro Clodoaldo Silva conquistando sete medalhas, descobriu o esporte adaptado e começou a treinar já em 2005, com 17 anos. Ao participar de seu primeiro campeonato brasileiro, realizado em Belo Horizonte, em junho de 2005, conquistou duas medalhas de bronze, surpreendendo seus pais, mais uma vez.

Daí em diante, sua carreira começou a decolar. Em 2006, estreando no mundial da África do Sul, trouxe para o Brasil cinco medalhas (3 de ouro e 2 de prata), sendo que uma delas, de ouro, foi conquistada nadando em prova de revezamento com o atleta que o inspirou, Clodoaldo Silva.

Ao todo, consideradas as principais competições (Parapan, Paralimpíada e Mundial), Daniel reúne hoje 81 medalhas, sendo 65 de ouro, 13 de prata e 3 de bronze. Porém, o reconhecimento por tantas conquistas não veio somente nos momentos em que recebeu medalhas, ou mesmo em 2009, quando recebeu o Prêmio Laureus, o "Oscar do Esporte", como melhor atleta paralímpico de 2008, mas da torcida brasileira que, além de apoiá-lo, o admira por ser um exemplo de superação e a prova de que as limitações podem ser apenas o modo como o destino escolheu para colocar alguém no topo.

Ao encerrar esta homenagem, replico dois trechos empregados por Daniel em entrevista concedida à TV Aparecida, no primeiro semestre deste ano: "eu escolhi ser feliz" [...] "Não somos coitados, e sim atletas".

Ao contemplar os feitos desse recordista e suas declarações, compreendemos que sua contribuição pode ser traduzida em incentivo e inspiração, pois o es-

Oradores

tado emocional e o futuro do homem depende, em boa medida, de como ele se enxerga e das escolhas que faz. E esta é a visão que desejamos apresentar hoje ao enaltecer o exemplo de Daniel.

Assim, a este campeão, marido de Raquel Andrade, pai de Asafe e Danielzinho, concedemos esta comenda pelo exemplo de vida que tem sido para todos nós.

Passo, agora, às homenagens devidas ao Dr. José Manoel de Arruda Alvim Netto, filho de Helena Pellegrini de Arruda Alvim e de Jose Manoel de Arruda Alvim. Nascido no dia 2 de maio de 1936, é casado com Thereza Celina Diniz de Arruda Alvim, com quem teve dois filhos, Teresa e Eduardo.

A prodigiosa carreira do Dr. Alvim Netto tem raízes no passatempo de sua juventude: a leitura. Desde cedo, esteve em contato com as obras de grandes escritores brasileiros, a exemplo de José de Alencar e de Machado de Assis. A literatura estrangeira também o conquistou, especialmente por meio de duas obras: "Os Três Mosqueteiros" e a série de livros "Memórias de um Médico", ambas do francês Alexandre Dumas. Devido a esse hábito, hoje sua biblioteca é composta por mais de vinte e cinco mil títulos, a maioria jurídicos.

Certamente, o gosto literário o estimulou e o preparou para se tornar um escritor, não de ficção, mas de obras jurídicas. Somados, os livros de sua autoria exclusiva e obras coletivas somam 74 edições no Brasil. Além de outras 15 publicações de trabalhos e artigos, é autor de cerca de uma centena de artigos publicados em revistas especializadas, abrangendo o campo do direito processual civil, do direito civil, do direito tributário e do direito constitucional.

Sua jornada profissional e acadêmica é igualmente extensa. Tentarei rememorar apenas alguns fatos marcantes da trajetória desse escritor, advogado, magistrado, professor e jurista que, além de tudo isso, é poliglota com fluência em espanhol, italiano, alemão, francês e inglês.

Oradores

Em 1960, formou-se em direito pela PUC/SP. Prosseguiu se especializando pela mesma universidade, onde se tornou Mestre, Doutor em Direito e Livre-Docente. Ao passo em que aumentava seus conhecimentos, foi sedimentando sua carreira. Ocupou o cargo de Procurador da Fazenda Nacional de São Paulo e exerceu a advocacia até 1979, ano em que passou a integrar o Poder Judiciário.

Na magistratura, de juiz do Primeiro Tribunal de Alçada Civil de São Paulo chegou ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça da capital paulista, em 1984, ano em que se aposentou.

Desde então, exerce a advocacia e presta consultoria por meio de seu escritório em São Paulo, nominado de "Arruda Alvim e Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica ". O escritório é um dos mais conceituados prestadores de serviços jurídicos de nosso País, com parcerias em quase todo o território nacional e no exterior. Está presente nos Estados Unidos, em Portugal, na Espanha, na Inglaterra e na Itália.

No campo acadêmico, Alvim Netto também é um nome em destaque. Juntamente com sua esposa, a igualmente brilhante Dra. Thereza Alvim, foram os responsáveis, em 1977, pela criação do Curso de Mestrado em Direito das Relações Sociais, na Universidade Estadual de Londrina.

Na PUC/SP, como coordenador da área de direito processual civil e professor titular de direito civil, ministra seus conhecimentos principalmente nos cursos de Mestrado e de Doutorado.

Não bastasse isso, ainda compõe a diretoria executiva e a coordenação da Revista Autônoma de Processo e da Revista Autônoma de Direito Privado (Juruá), além de ser diretor da Revista Forense, da Editora Forens e membro do Instituto Ibero-americano de Direito Processual e do Instituto Brasileiro de Direito Processual.

Oradores

Tantas contribuições ao ramo do direito já lhe renderam diversas condecorações. No ano de 2008, foi agraciado com o Colar de Professor Emérito da Escola Paulista da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Em 2015, recebeu a Comenda da Ordem do Mérito Domingos Martins, concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Nesse mesmo ano, a revista internacional "Legal500" o elegeu como o mais renomado advogado de contencioso do seu tempo. Já em 2016, recebeu homenagem no III Congresso de Direito Processual Civil de Mato Grosso do Sul, do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP).

Dessa forma, considerando a evidente relevância do Dr. José Manoel de Arruda Alvim Netto no contexto jurídico brasileiro, o Tribunal de Contas da União faz justiça ao lhe conceder esta honraria.

Nosso próximo homenageado é Miklos Antal Vasarhelyi, titular da cadeira de KPMG Distinguished Professor do Departamento de Sistemas Contábeis da Rutgers Business School de Newark e New Brunswick, em Nova Jersey, Estados Unidos, instituição na qual também é responsável por dirigir o Centro de Pesquisas em Ciências Contábeis.

Ao longo de sua intensa atividade acadêmica, Miklos foi admitido como professor visitante no Instituto Theseus, na França; na Universidade Sul-Europeia, em Mônaco; e na Universidade do Havaí, nos Estados Unidos. Também foi professor associado e diretor do Centro de Pesquisas em Ciências Contábeis da Universidade Columbia, em Nova Iorque, e professor assistente da Universidade do Sul da Califórnia.

Porém, não posso deixar de registrar, com especial satisfação, o fato de que, por trás do sobrenome complicado, da aparência caucasiana e da ampla experiência internacional, encontra- se aqui uma legítima alma carioca.

Embora tenha nascido em Budapeste, na Hungria (em 28 de julho de 1944), Miklos foi criado no Rio de Janeiro, por seus saudosos genitores, Andre e Elizabeth

Oradores

Aczel, e graduou-se em economia pela então Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ) e em engenharia elétrica pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). Nesta mesma respeitada instituição, foi criador e coordenador do programa de MBA e Diretor Executivo do Centro de Processamento de Dados.

Na década de 1970, emigrou para os Estados Unidos após obter seu mestrado em gestão pelo prestigiado Massachussets Institute of Technology (MIT) e, ato contínuo, seu PhD em Gestão de Sistemas de Informação pela não menos importante Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA). Começava, então, a trilhar o caminho que o levaria a se tornar um dos pesquisadores mais respeitados em sua área em todo o mundo.

Tal sucesso, sem dúvida, é fruto de muito trabalho. O professor Miklos é autor de centenas de artigos publicados em jornais científicos de primeira linha e de mais de 20 livros nas áreas de auditoria e contabilidade, além de orientador de dezenas de teses de doutorado.

Entretanto, é imperioso destacar, em meio a tão relevante produção intelectual, o motivo principal que levou o Tribunal de Contas da União a outorgar-lhe, nesta data, o Grande Colar do Mérito. Trata-se do reconhecimento desta Casa por seu pioneirismo na criação do conceito de auditoria contínua, registrado inicialmente no artigo intitulado "The Continuous Audit of Online Systems", publicado em dezembro de 1991, bem como por sua atuação incansável na disseminação e no aprimoramento de métodos e técnicas nessa área, desde então.

Senhoras e senhores, estamos falando, portanto, de uma história de 25 anos dedicados intensamente à modernização das atividades de fiscalização. Graças à sua capacidade visionária e à extraordinária disposição para o trabalho, como consultor em tecnologia do AT&T Bell Labs e também à frente da equipe de pesquisadores do Laboratório de Auditoria Contínua da Universidade Rutgers, o professor Miklos foi responsável pela formação de centenas de profissionais e por avanços significativos na aplicação da análise de dados e de outras ferramentas

Oradores

de tecnologia da informação no âmbito do controle, em organizações públicas e privadas, nas últimas três décadas.

Por outro lado, é bom que se diga, o sucesso profissional não o impediu de construir uma família igualmente maravilhosa, ao lado de sua esposa Marina Chai Vasarhelyi. Seu filho Miklos Chai, renomado analista de investimentos na cidade de Nova Iorque, e sua filha Elizabeth Chai, cineasta cujos documentários foram premiados em festivais de filmes em Sundance, Woodstock e São Paulo, dentre outros, são motivo inegável de orgulho.

Por falar em filhos, como diz a sabedoria popular, os bons sempre retornam. Não é surpresa, portanto, que o professor Miklos tenha realizado diversos trabalhos junto a universidades e ao setor privado no Brasil, em especial no segmento financeiro.

Foi, portanto, com grande satisfação que pudemos contar com a prestimosa colaboração desse renomado especialista, que atendeu prontamente ao convite de nosso Ministro-Presidente Aroldo Cedraz, ainda ao final de 2014, para que nos ajudasse a darmos os primeiros passos em direção à construção de um controle externo mais ágil, eficiente e efetivo. Ainda que tal colaboração tenha sido dificultada por barreiras geográficas, de idioma e de compreensão do nosso complexo sistema burocrático, professor Miklos, saiba que o senhor foi uma de nossas inspirações na busca por novos instrumentos para uso da análise de dados para identificação de desvios e prevenção do mau uso dos recursos públicos.

Nada mais justo, portanto, do que aproveitarmos este momento para agradecê-lo por suas inestimáveis contribuições e, ao reconhecê-las publicamente, registrar nossos votos de que o exemplo de modernização desta Corte de Contas possa ser seguido por outras instituições de controle e demais órgãos da Administração Pública, se possível, com o seu apoio e de sua competente equipe.

As homenagens, desta vez, são dirigidas a um companheiro na missão de exercer o controle público, Ministro Valmir Campelo.

Oradores

Antônio Valmir Campelo de Bezerra é filho dos saudosos João Amaro Bezerra e Raimunda Campelo Bezerra, casado com Marizalva Ximenes Maia Bezerra, com quem teve três filhos, Carlos Frederico Maia Bezerra, Ricardo Sérgio Maia Bezerra e Luiz Henrique Maia Bezerra, os quais lhe deram sete netos: Bruna, Lucas, Isabela, Tiago, Isadora, Luiz Fernando e João Henrique.

Com sua mãe, professora, aprendeu a transmitir seus conhecimentos de forma clara e precisa. Do seu pai, comerciante de tecidos, herdou a facilidade de se relacionar. Com seus dez irmãos, desenvolveu a habilidade de dividir e de multiplicar o pouco, gerenciando a escassez. Dessa conjunção, formou-se o brilhante político, administrador e magistrado, que sobre sua trajetória passo a discorrer sinteticamente.

De Crateús, deixou o sertão cearense no final de 1962, quando recebeu a missão de acompanhar sua irmã, aprovada em concurso público para a Câmara dos Deputados.

Em 1968, na capital federal, formou-se em Comunicação Social pela Universidade de Brasília (UnB). Em seguida, especializou-se em Estudo de Problemas Brasileiros, também pela UnB.

Na Alemanha, estudou Administração Pública e Desenvolvimento Municipal, em 1976, e Objetivos e Tarefas das Administrações Municipais no Domínio de Proteção Ambiental, em 1989.

Sua primeira experiência no setor público foi como datilógrafo no Governo do Distrito Federal. A determinação, que lhe é própria, levou-o à chefia de seção, de divisão, de departamento e, prosseguindo em seu desenvolvimento profissional, foi diretor administrativo da Fundação do Serviço Social do Governo do Distrito Federal e, entre outros cargos de direção, chegou a assumir interinamente a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central.

Oradores

Não parou por aí. Foi administrador regional das cidades de Brazlândia (1973), do Gama (1974-1981) e de Taguatinga (1981-1985). No Gama, recebeu distinta homenagem. O estádio de futebol ali construído foi batizado com seu nome e carinhosamente apelidado de Bezerrão.

Em 1986, foi presidente da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, cargo que deixou para assumir mandato como Deputado Federal Constituinte, de 1987 a 1991. Sua dedicação ao Distrito Federal foi novamente reconhecida pela população ao ser eleito Senador da República, mandato que exerceu de 1991 até 1997, ano em que assumiu a magistratura nesta Corte de Contas.

Tanto no Congresso Nacional como no Tribunal de Contas da União, sempre foi extremamente comprometido com a causa pública.

Nesta Casa, como Ministro, sempre buscou solução tecnicamente adequada e socialmente justa em suas relatorias. Presidiu a Primeira Câmara, foi Corregedor, Vice-Presidente e Presidente. Também foi Secretário-Geral da Organização das Instituições Superiores de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP).

Depois de se aposentar, em abril de 2014, assumiu a Vice-Presidência de Governo do Banco do Brasil, cargo que ocupou até o novembro de 2015.

Com essa trajetória profissional, é fato que Sua Excelência, Valmir Campelo, soube exercer com zelo vários cargos da Administração Pública.

Vale lembrar que, em 26/9/2013, foi empossado como membro da Academia de Letras de Brasília, onde ocupa a cadeira de número XXXVII, cujo patrono é Odorico Mendes. Desenvolvendo essa habilidade, registrou um pouco de toda a sua experiência por meio de suas publicações, entre as quais cito apenas três: “Plebiscito: Considerações de um Democrata - Comentários sobre Parlamentarismo e Presidencialismo” (1993); “O Novo Tribunal de Contas – Órgão Protetor

Oradores

dos Direitos Fundamentais" (2003); e o livro "Obras Públicas - Comentários à jurisprudência do TCU".

Conforme afirmei no pré-lançamento daquela obra, o livro representa valiosa contribuição ao controle externo, eis que aborda as diversas questões que vêm sendo enfrentadas por este Tribunal, no tocante ao gerenciamento e à execução de obras públicas com utilização de recursos federais. Além de leitura obrigatória por todos que executam, gerenciam ou fiscalizam obras custeadas com dinheiro público, é também uma clara demonstração da maneira zelosa e preocupada com que Sua Excelência atuou no exercício do controle externo.

A página de Ministros Eméritos do TCU revela que a comenda que passamos às mãos de Valmir Campelo neste dia é apenas mais uma em sua vasta coleção de medalhas, títulos de cidadão honorário, ordens do mérito e troféus. Destacarei apenas a que ele próprio fez questão de mencionar quando de seu pronunciamento neste Plenário em abril de 2014: "Medalha Prêmio de relevantes serviços prestados à Administração Pública".

Ministro Valmir Campelo receba, então, o nosso carinho e a nossa admiração, por meio da presente comenda que o Tribunal de Contas da União hoje lhe concede, como justa homenagem e reconhecimento por sua expressiva contribuição ao Distrito Federal, ao Brasil e, mais especificamente, a esta Corte de Contas.

Senhoras e Senhores, encerro este pronunciamento afirmando que estamos orgulhosos com a presença dos homenageados e de todos quantos prestigiam esta cerimônia.

Aos agraciados, espero que saibam que o Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União é um distintivo concedido com muita parcimônia, após serem sopesados os atributos de pessoas e de instituições que, com suas inestimáveis contribuições à sociedade, merecem ser distinguidos com esta honraria.

Oradores

A comenda é apenas um símbolo a revelar que seus feitos estão sendo notados e reconhecidos publicamente. Entretanto, tenham a certeza de que as maiores marcas, aquelas que ultrapassam gerações, são levadas nos corações de todos quantos são beneficiados por seus gestos, suas obras e seus ensinamentos. O que fazemos para nós mesmos fica restrito ao campo dos nossos interesses. Mas, o que realizamos pensando nos outros vai tão além que não podemos definir seus limites de tempo e de espaço.

Muito obrigado e parabéns a todos, mais uma vez.

Ministro Benjamin Zymler
Ministro

MIKLOS VASARHELYI

Em nome dos homenageados

Felizmente para todos que aqui estão, o Ministro Benjamin Zymler já apresentou em detalhes a biografia dos homenageados desta manhã, de modo que posso pular essa parte. Registro, portanto, em meu nome e dos meus nobres colegas, o nosso agradecimento ao Tribunal por nos conceder tamanho reconhecimento, e o nosso orgulho em nos juntarmos, a partir de hoje, a uma galeria de nomes do porte de Ariano Suassuna, Oscar Niemeyer e Zilda Arns, dentre tantas outras personalidades igualmente ilustres que nos precederam nessa condecoração, em anos anteriores.

Peço licença para fazer também um agradecimento pessoal ao Ministro Cedraz, Presidente desta Casa, pelo convite para que fosse eu o "orador da turma". A missão é difícil, mas será cumprida com gratidão e orgulho redobrados.

Oradores

Vocês certamente sabem melhor do que eu sobre o momento delicado que atravessa o Brasil, com desafios de ordem econômica, política e social. Porém, mesmo morando em outro País há muito tempo, continuo tendo um carinho especial por essa terra e acompanho com atenção o que aqui se passa. Por isso, me conforta saber que podemos contar sempre com a retidão moral, a firmeza de propósitos e a inabalável competência técnica do Tribunal de Contas da União, zelando pela boa aplicação dos recursos públicos e pela sua transformação em benefícios efetivos para toda a sociedade.

Esse papel de guardião impõe ao TCU o desafio de interpretar corretamente as práticas adotadas pelos gestores públicos, frente ao emaranhado de leis e demais normas do País. Ao mesmo tempo em que avalia a conformidade, deve ser capaz de validar atos que busquem novos caminhos, dentro da lei, para maximizar a eficiência e a eficácia do Estado.

Para tanto, é indispensável contar com referências sólidas, fornecidas por expoentes da doutrina do Direito Administrativo, a exemplo de nossa ilustre Maria Sylvia Zanella Di Pietro.

Da mesma forma, considerando o poder sancionador que detém o Tribunal, devem ser respeitados os ritos processuais que garantem os direitos subjetivos de todos os envolvidos, sem deixar que tais ritos sejam utilizados para retardar indevidamente julgamentos de tamanha relevância como os que aqui acontecem.

É nesse ponto que se mostra essencial buscar os ensinamentos de grandes mestres no tema, como o ilustre Professor José Manoel de Arruda Alvim Neto.

Quando exigir o máximo rigor da Lei, e quando admitir uma exceção bem fundamentada? Como diferenciar argumentos legítimos na contestação de decisões dessa Corte daqueles que visam apenas adiar as merecidas punições? Para encontrar essas respostas, é importante que auditores e julgadores possam aliar um sólido conhecimento das normas com a vivência administrativa em posições

de gestão, para que assim consigam alcançar o delicado equilíbrio entre a conformidade estrita e o melhor desempenho da máquina pública.

Sem dúvida, essas foram características que o Eminente Ministro Valmir Campelo emprestou ao Tribunal, durante os anos em que atuou neste mesmo Plenário em que nos encontramos hoje.

A auditoria governamental e o combate ao mau uso dos recursos públicos são missões árduas, repletas de dificuldades e obstáculos, mas nem assim podemos esmorecer. A sociedade brasileira demanda e precisa que o trabalho do TCU continue sendo feito de forma altiva e competente, com a certeza de que vale a pena lutar contra as maiores adversidades, quando o resultado que se quer é um Estado pautado pela eficiência, pela efetividade e, sobretudo, pela ética.

Que nos sirva de exemplo, portanto, o extraordinário atleta Daniel Dias, cuja resposta aos que lhe apontavam problemas insuperáveis foi a conquista de nada menos que 24 medalhas olímpicas, além de outras dezenas de títulos em campeonatos mundiais e outras competições igualmente relevantes.

Por outro lado, quanto mais significativos os desafios a serem enfrentados e os resultados esperados, maior a importância de contar com parceiros confiáveis, capazes de nos apoiar nos momentos de grande dificuldade. Afinal, como costuma afirmar o Presidente Cedraz, não existe desenvolvimento sem cooperação.

Nesse sentido, não podemos deixar de reconhecer a impressionante capacidade de mobilização da ABRACE, cujas ações em prol de crianças portadoras de câncer e outras doenças graves somente são viabilizadas graças às contribuições de empresas e cidadãos atraídos pela seriedade e competência daquela instituição.

Por fim, registro minha satisfação em saber que os conceitos e práticas de auditoria contínua e preditiva têm proporcionado resultados de grande relevância para o Tribunal. Faço votos de que esta Casa siga firme em sua jornada rumo a

Retornar ao sumário

um controle 100% digital, capaz de garantir que os recursos públicos sejam utilizados da melhor forma possível e, com isso, os cidadãos brasileiros sejam mais bem atendidos.

Encerro, portanto, renovando os agradecimentos ao TCU por essa oportunidade, e reiterando os mais sinceros parabéns aos nobres colegas agraciados com o Grande Colar do Mérito.

Muito obrigado.

Miklos Vasarhelyi
Homenageado

Presidente AROLDO CEDRAZ

Anualmente, o Tribunal de Contas da União, por meio desta cerimônia de entrega do Grande-Colar do Mérito, tem reconhecido e prestigiado personalidades que, de algum modo, deixaram expressiva contribuição ao controle externo ou à sociedade.

Ao homenagearmos aqueles que fizeram algo socialmente extraordinário no passado, ou que ainda estão realizando coisas formidáveis no presente, pretendemos ir além do enaltecimento de pessoas ou de instituições. Queremos, também, estimular tantos outros talentos que ainda não afloraram, mas que, talvez, só precisem de um incentivo ou de um bom exemplo para serem encorajados a deixar o lugar comum e seguir seus sonhos.

Ao ouvir, atentamente, os pronunciamentos do orador, Ministro Zymler, e do Professor Dr. Miklos, não tenho dúvida de que estamos diante de incríveis exemplos

Oradores

de vida, que podem nos inspirar a buscar tanto realizações pessoais como ações sociais, humanitárias, técnicas ou científicas.

Na condição de Chanceler da Insígnia, e sem outros adjetivos a acrescentar a tudo o que já foi dito a respeito dos agraciados, resta-me parabenizar particularmente a cada um por seus feitos e pelo que as Senhoras e os Senhores são e representam para o controle externo e para a sociedade brasileira.

Desejo que a Abrace, aqui representada pela Sra. Ilda Ribeiro Peliz, continue salvando vidas; que a Dra. Maria Sylvia Zanella di Pietro prossiga formando novos juristas; que o atleta Daniel Dias, aqui representado pelo Sr. Andrew Parsons, motive muitas outras pessoas a superarem desafios; que o Dr. José Manoel de Arruda Alvim Netto, hoje representado pelo Sr. Guilherme Pimenta da Veiga Neves, estimule cada vez mais indivíduos a se tornarem operadores do direito; que o Dr. Miklos Vasarhelyi seja exemplo de pessoa inovadora para nossos auditores e, finalmente, que o Ministro Valmir Campelo seja para todos nós um modelo de homem público e uma referência no exercício do controle externo.

Encerro, pois, esta sessão solene agradecendo pelas presenças honrosas dos homenageados, seus representantes, amigos, familiares, bem como todos os que prestigiam esta solenidade.

Informo que os agraciados receberão cumprimentos na Sala dos Presidentes localizada ao lado do Plenário.

Muito obrigado!

Aroldo Cedraz

Presidente do TCU e Chanceler do Grande-Colar

Anexos

Personalidades homenageadas por ordem alfabética

A

- Abigail Izquierdo Ferreira (Bibi Ferreira)
- Adhemar Paladini Ghisi (*post mortem*)
- Adib Jatene
- Alberto Hoffmann
- Alfredo José de Souza
- Aloysio Campos da Paz Júnior
- Antônio Carlos Konder Reis
- Antônio Delfim Netto
- Antônio Ermínio de Moraes
- Arnaldo da Costa Prieto
- Ari Cunha
- Ariano Suassuna
- Arthur Moreira Lima
- Artur Ávila Cordeiro de Melo

C

- Carlos Alberto Gomes Chiarelli
- Carlos Átila Álvares da Silva
- Carlos Ayres Britto
- Carlos Mário da Silva Velloso
- Carlos Roberto Ribeiro de Moraes
- Célio Borja
- Celso Lafer
- César Asfor Rocha
- Cid Nogueira
- Cláudio Salvador Lembo
- Cleonice Berardinelli

D

- Daniel Dias
- Djaci Alves Falcão

E

- Edson Porto
- Eduardo Andrade Ribeiro de Oliveira
- Eduardo Henrique Accioly Campos (*post mortem*)
- Ellen Gracie Northfleet
- Élvia Lordello Castello Branco
- Ewald Sizenando Pinheiro

F

- Ferreira Gullar
- Fábio de Salles Meirelles
- Fernanda Montenegro
- Francisco de Salles Mourão Branco

G

- Guilherme Palmeira

H

- Homero Santos
- Humberto Guimarães Souto

I

- Ives Gandra da Silva Martins

Personalidades homenageadas por ordem alfabética

J

- Jair de Oliveira Soares
- João Havelange
- José Manoel de Arruda Alvim Netto
- João Nogueira de Rezende
- João Ubaldo Ribeiro (*post mortem*)
- Jonas Barcellos Corrêa Filho
- Jorge Amado (*post mortem*)
- Jorge Gerdau Johannpeter
- José Alencar
- José Bernardo Cabral
- José Carlos de Almeida
- José Carlos Moreira Alves
- José Fernandes Farinha Tavares
- José Freire Falcão
- José Manuel Durão Barroso
- José Sarney
- Juscelino Kubitschek (*post mortem*)

L

- Lúcia Willadino Braga
- Luciano Brandão Alves de Souza
- Luiz Octávio Gallotti
-

M

- Marco Antônio de Oliveira Maciel
- Marcos Vinícios Vilaça
- Maria Sylvia Zanella Di Pietro
- Mário Jorge Lobo Zagallo
- Miguel Srougi
- Miklos Vasarhelyi

O

- Octávio Frias de Oliveira (*post mortem*)
- Olavo Drummond
- Oscar Niemeyer

P

- Paulo Bonavides
- Paulo Brossard de Souza Pinto
- Pedro Jorge Simon

R

- Ricardo Coimbra de Almeida Brennand
- Roberto Civita
- Roberto Marinho (*post mortem*)

Personalidades homenageadas por ordem alfabética

T

- Teresa de Jesus Costa D'Amaral

U

- Ubiratan Diniz de Aguiar

V

- Valmir Campelo

W

- Wadjô da Costa Gomide (*post mortem*)

Y

- Yolanda Vidal Queiroz

Z

- Zilda Arns

Instituições homenageadas por ordem alfabética

- Academia Brasileira de Letras
- Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Cancêr e Hemopatias
- Confederação Nacional do Comércio
- Confederação Nacional da Indústria
- Fundação Getúlio Vargas
- Fundação Gilberto Freyre

Personalidades homenageadas por estado/ local de origem

ACRE
- Adib Jatene

ALAGOAS
- Guilherme Palmeira
- Mário Jorge Lobo Zagallo

AMAZONAS
- José Bernardo Cabral

BAHIA
- Élvia Lordello Castello Branco
- João Ubaldo Ribeiro (*post mortem*)
- Jorge Amado (*post mortem*)

CEARÁ
- Ari Cunha
- César Asfor Rocha
- José Freire Falcão
- Ubiratan Diniz de Aguiar
- Valmir Campelo
- Yolanda Vidal Queiroz

GOIAS
- José Carlos de Almeida
- Wadjô da Costa Gomide (*post mortem*)

MARANHÃO
- Ferreira Gullar
- José Sarney

MINAS GERAIS
- Carlos Átila Álvares da Silva
- Carlos Mário da Silva Velloso
- Cid Nogueira
- Edson Porto
- Eduardo Andrade Ribeiro de Oliveira Homero Santos
- Humberto Guimarães Souto
- João Nogueira de Rezende
- Jonas Barcellos Corrêa Filho
- José Alencar
- Juscelino Kubitschek (*post mortem*)
- Olavo Drummond

Personalidades homenageadas por estado/ local de origem

PARAÍBA
- Ariano Suassuna
- Paulo Bonavides

PERNAMBUCO
- Carlos Roberto Ribeiro de Moraes
- Djaci Alves Falcão
- Eduardo Henrique Accioly Campos (*post mortem*)
- Marco Antônio de Oliveira Maciel
- Marcos Vinícios Vilaça
- Ricardo Coimbra de Almeida Brennand

PIAUÍ
- Teresa de Jesus Costa D'Amaral

RIO DE JANEIRO
- Abigail Izquierdo Ferreira
- Aloysio Campos da Paz Júnior
- Arthur Moreira Lima
- Artur Ávila Cordeiro de Melo
- Célio Borja
- Cleonice Berardinelli
- Ellen Gracie Northfleet
- Fernanda Montenegro
- Francisco de Salles Mourão Branco
- João Havelange
- Jorge Gerdau Johannpeter
- Luciano Brandão Alves de Souza
- Luiz Octávio Gallotti
- Octávio Frias de Oliveira (*post mortem*)
- Oscar Niemeyer
- Roberto Marinho (*post mortem*)

RIO GRANDE DO SUL
- Alberto Hoffmann
- Arnaldo da Costa Prieto
- Carlos Alberto Gomes Chiarelli
- Jair de Oliveira Soares
- Lúcia Willadino Braga
- Paulo Brossard de Souza Pinto
- Pedro Jorge Simon

RIO GRANDE DO NORTE
- Ewald Sizenando Pinheiro

SÃO PAULO
- Antônio Delfim Netto
- Antônio Ermínio de Moraes
- Celso Lafer
- Cláudio Salvador Lembo
- Daniel Dias
- Fábio de Salles Meirelles
- Ives Gandra da Silva Martins
- José Carlos Moreira Alves
- José Manoel de Arruda Alvim Netto
- Maria Sylvia Zanella Di Pietro
- Miguel Srougi

Personalidades homenageadas por estado/ local de origem

SANTA CATARINA

- Adhemar Paladini Ghisi (*post mortem*)
- Antônio Carlos Konder Reis
- Zilda Arns

SERGIPE

- Carlos Ayres Britto

ITÁLIA

- Roberto Civita

HUNGRIA

- Miklos Vasarhelyi

PORTUGAL

- Alfredo José de Souza
- José Fernandes Farinha Tavares
- José Manuel Durão Barroso

Autoridades homenageadas do Tribunal de Contas da União

- Adhemar Paladini Ghisi (*post mortem*)
- Alberto Hoffmann
- Arnaldo da Costa Prieto
- Carlos Átila Álvares da Silva
- Élvia Lordello Castello Branco
- Ewald Sizenando Pinheiro
- Homero Santos
- Humberto Guimarães Souto
- Luciano Brandão Alves de Souza
- Luiz Octávio Pires e Albuquerque Gallotti
- Marcos Vinícios Vilaça
- Olavo Drummond
- Ubiratan Diniz de Aguiar
- Valmir Campelo

PROCURADOR-GERAL EMÉRITO

- Francisco de Salles Mourão Branco

Ministros homenageados do Supremo Tribunal Federal

- Carlos Ayres Britto
- Carlos Mário da Silva Velloso
- Célio de Oliveira Borja
- Djaci Alves Falcão
- Ellen Gracie Northfleet
- José Carlos Moreira Alves
- Luiz Octavio Gallotti
- Paulo Brossard de Souza Pinto

Oradores por ano

(pelo Tribunal e pelos homenageados)

2003
- Ministro Ubiratan Aguiar
- Ministro Luiz Octávio Pires e Albuquerque Gallotti

2004
- Ministro Marcos Vinicios Vilaça
- Ministro Olavo Drummond

2005
- Ministro Valmir Campelo
- Paulo Brossard de Souza Pinto

2006
- Ministro Ubiratan Aguiar
- Cícero Sandroni – pela Academia Brasileira de Letras

2007
- Ministro Marcos Vinicios Vilaça
- Carlos Mário da Silva Velloso

2008
- Ministro Ubiratan Aguiar
- José Carlos Moreira Alves

2009
- Ministro Walton Alencar Rodrigues
- José Alencar

2010
- Ministro Benjamin Zymler
- Roberto Civita

2011
- Ministro João Augusto Ribeiro Nardes
- Marco Antônio de Oliveira Maciel

2012
- Ministro Aroldo Cedraz
- Carlos Ayres Britto

2013 (Janeiro)
- Ministro Walton Alencar Rodrigues
- José Manuel Durão Barroso

2013 (Novembro)
- Ministro Raimundo Carreiro
- Celso Lafer

2014
- Ministro José Múcio
- Fábio de Salles Meirelles

2015
- Ministro Bruno Dantas
- José Sarney

Oradores por ano

(pelo Tribunal e pelos homenageados)

2016

- Ministro Benjamin Zymler
- Miklos Vasarhelyi

Resolução-TCU nº 160, de 2 de abril de 2003

Institui o Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e tendo em vista o que consta do processo nº TC-003.759/2003-4, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, na forma do Regulamento anexo aprovado pelo Tribunal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 2 de abril de 2003.

Valmir Campelo
Presidente

Regulamento do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União

CAPÍTULO I

Da Condecoração e da Concessão

Art. 1º O Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União destina-se a galardoar as personalidades, nacionais ou estrangeiras, que, por seus méritos excepcionais e relevante contribuição ao controle externo, tenham-se tornado merecedoras de especial distinção.

Parágrafo único. A condecoração será outorgada a juízo do Conselho do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, na forma estabelecida neste Regulamento.

CAPÍTULO II

Das Insígnias

Art. 2º A insígnia do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União é fabricada em prata com aplicação de banho de ouro e constituída por uma estrela de cinco braços esmaltados nas cores verde e amarelo, em ambos os lados, assentada sobre raios dourados em forma de resplendor, tendo no centro lado anverso círculo esmaltado azul com o símbolo do Tribunal e a legenda "Tribunal de Contas da União – 7 de novembro de 1890". No lado reverso círculo com as Armas da República em dourado.

Art. 3º A condecoração tem as seguintes características:

I. Grande-Colar constando da insígnia pendente de um colar confeccionado em gorgurão de seda chamolatada na cor azul-escuro com largura de 40 mm., e uma orla branca de 5 mm. de cada lado;
II. Roseta confeccionada em gorgurão de seda chamolatada, nas cores azul-escuro e branco, com dispositivo metálico de pressão dourado;

III. Barreta de 35mm. de largura e 10mm. de altura, para os agraciados militares, em metal com monograma na cor ouro-velho, onde estão entrelaçadas as letras iniciais do Tribunal de Contas da União, tendo dois filetes na cor branca, nas extremidades, sobre um fundo em azul-escuro.

§ 1º Todas essas peças são acondicionadas em estojo próprio, na cor azul-marinho.

§ 2º O Grande-Colar tem a forma e cores estabelecidas pelos modelos anexos.

§ 3º O agraciado poderá usar no traje diário, na lapela, a roseta com as cores do Grande-Colar, e no uniforme militar, a barreta.

CAPÍTULO III

Do Conselho

SEÇÃO I

Da Administração

Art. 4º O Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União é administrado por um Conselho composto pelo Presidente do Tribunal, o Vice-Presidente e os Ministros titulares.

Parágrafo único. Somente os Ministros titulares, ainda que no gozo de licença, férias ou outro afastamento legal podem participar do Conselho.

Art. 5º Compete ao Conselho:

I. aprovar ou rejeitar as propostas que lhe forem submetidas;
II. resolver sobre a exclusão dos agraciados que se tornarem passíveis dessa pena;

Retornar ao sumário

Regulamento do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União

III. velar pelo prestígio do Grande-Colar e pela fiel execução deste Regulamento;
IV. propor as medidas indispensáveis ao bom desempenho de suas funções;
V. propor as alterações deste Regulamento.

Parágrafo único. Os nomes dos agraciados serão inscritos em livro próprio, rubricado pelo Secretário do Conselho, contendo as indicações e dados biográficos.

Art. 6º O Presidente do Tribunal de Contas da União é o Chanceler da insígnia do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, a quem compete:

I. presidir o Conselho e convocar as reuniões;
II. outorgar, *motu proprio*, a condecoração de que trata o art. 1º;
III. ter sob sua guarda, no Gabinete de Presidência, os processos e documentos referentes ao Grande-Colar, bem como os cunhos, peças e diplomas respectivos, transmitindo-os ao seu sucessor;
IV. velar pelo prestígio da condecoração, cumprindo e fazendo cumprir este Regulamento;
V. assinar os diplomas de agraciamento;
VI. praticar os atos de gestão do Grande-Colar;
VII. desenvolver quaisquer outras atribuições inerentes à função.

Parágrafo único. Ao empossar-se no cargo de Presidente, o Ministro receberá de seu antecessor o Grande-Colar de Chanceler, como símbolo da Presidência do Tribunal.

Art. 7º O Conselho dispõe de Secretaria, cujo Chefe, com designação de Secretário do Conselho, é o Secretário-Geral das Sessões do Tribunal Pleno.

Parágrafo único. Ao Secretário do Conselho, sem prejuízo de suas funções normais, compete:

Regulamento do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União

I. dirigir os trabalhos da Secretaria;
II. preparar e expedir as correspondências do Conselho e receber as que lhe forem destinadas;
III. organizar, manter atualizado e ter sob sua guarda o arquivo do Conselho;
IV. organizar e manter atualizados os registros do Grande-Colar;
V. promover, junto ao Secretário-Geral de Administração, a aquisição das condecorações e dos diplomas, providenciando a guarda e conservação, na forma do inciso III do art. 6º;
VI. organizar, no mês de abril de cada ano, o relatório dos trabalhos do Conselho, referente ao ano imediatamente anterior, no qual será consignado o número de condecorações concedidas e de exclusões, bem como das respectivas despesas;
VII. providenciar a convocação do Conselho, bem como preparar as Sessões e todo o expediente;
VIII. transcrever, em livro próprio, ou em meio magnético, as atas das reuniões do Conselho;
IX. arquivar e manter as atas das Sessões do Conselho;
X. providenciar o preparo dos diplomas da condecoração;
XI. preparar as cerimônias de distribuição do Grande-Colar;
XII. desempenhar quaisquer outras atividades inerentes à função.

Art. 8º A Secretaria do Conselho poderá dispor dos servidores da Secretaria-Geral das Sessões, sem prejuízo do exercício de suas atividades.

SEÇÃO II

Das Sessões

Art. 9º As Sessões do Conselho serão Ordinárias e Extraordinárias, e somente poderão ser abertas com o *quorum* de cinco Ministros, inclusive o Presidente.

Regulamento do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União

§ 1º O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, no mês de agosto, em uma ou mais Sessões.

§ 2º O Conselho definirá, por meio de calendários periódicos, sua pauta de trabalho, com pré-fixação de datas para recebimento das propostas de agraciamento.

§ 3º As outorgas do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União não excederão de 5 (cinco) por ano.

§ 4º Excepcionalmente e fora das épocas ou limites previstos nos §§ 1º e 3º, o Chanceler poderá outorgar, *motu proprio*, a condecoração a personalidade estrangeira.

Art. 10. As Sessões do Conselho poderão tomar o caráter sigiloso, desde que assim venha a ser declarado.

Art. 11. As deliberações do Conselho só terão validade quando tomadas pela maioria simples dos Ministros presentes, exceto no caso estabelecido no § 1º do art. 12.

Parágrafo único. Nos impedimentos eventuais do Presidente do Conselho, a substituição far-se-á pelo Ministro Vice-Presidente.

CAPÍTULO IV

Da Outorga da Condecoração

Art. 12. A outorga do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União será formalizada por ato do Chanceler, após aprovação da proposta pelo Conselho, com a publicação no Diário Oficial da União e o registro em livro próprio.

Regulamento do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União

§ 1º A aprovação e a exclusão dos nomes dos agraciados dar-se-á pela maioria absoluta dos membros do Conselho.

§ 2º O Conselho poderá rejeitar, motivadamente, nomes submetidos à sua apreciação.

SEÇÃO I

Das Propostas

Art. 13. São privativas dos membros do Conselho as propostas de indicação ao Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União.

Art. 14. Todas as propostas para a outorga do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União devem conter o nome completo do indicado, seu *curriculum vitae* ou histórico, grau das condecorações que possui e o nome do proponente.

Art. 15. As propostas devem dar entrada na Secretaria do Conselho até o dia 15 de julho para análise e decisão do referido Colegiado.

Parágrafo único. Não será objeto de julgamento a proposta encaminhada fora de prazo.

Art. 16. As propostas, com a devida justificativa, devem ser formuladas, por escrito, de acordo com o modelo anexo.

§ 1º As propostas serão submetidas ao Conselho pelo Chanceler e distribuídas aos Ministros até cinco dias úteis antecedentes à reunião.

§ 2º Cada membro do Conselho poderá indicar, anualmente, até dois nomes.

§ 3º O exame das propostas será feito em Sessão Ordinária do Conselho, e as decisões tomadas na forma estabelecida no § 1º do art. 12.

Regulamento do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União

SEÇÃO II
Da Nomeação

Art. 17. A nomeação será feita por ato do Chanceler, depois de a respectiva proposta ser aprovada pelo Conselho.

Art. 18. Lavrado o ato de nomeação, para compor o agraciamento, será expedido o respectivo diploma.

SEÇÃO III
Da Entrega das Condecorações

Art. 19. O agraciado recebe o Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União das mãos do Chanceler.

§ 1º Quando se tratar de pessoa residente em Estado da União ou Território Federal, a entrega da insígnia e do respectivo diploma poderá ser feita por autoridade designada pelo Chanceler.

§ 2º Quando se tratar de pessoa residente no estrangeiro, a entrega da insígnia e do respectivo diploma poderá ser feita pelo Chefe da Missão diplomática ou Repartição consular brasileira.

§ 3º A entrega das condecorações é fixada para o dia 7 de novembro de cada ano, ou, a critério do Chanceler, dentro da semana comemorativa da criação do Tribunal de Contas da União.

§ 4º Não se aplica o disposto no parágrafo anterior, *in fine*, aos §§ 1º e 2º deste artigo.

Art. 20. Proceder-se-á à cerimônia de outorga em Sessão solene do Tribunal Pleno.

Regulamento do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União

§ 1º O agraciado que, por algum motivo devidamente justificado não puder comparecer à Sessão solene de que trata o *caput* deste artigo, poderá receber a condecoração em outra data, no Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas da União.

§ 2º A concessão poderá ser feita *post mortem*, procedendo-se à entrega da condecoração ao representante da família.

§ 3º Os agraciados com direito a uso de vestes talares ou trajes universitários ou acadêmicos, bem como uniformes militares, poderão receber as insígnias assim trajados.

CAPÍTULO V
Do Diploma

Art. 21. A outorga do Grande-Colar será certificada por diploma, assinado pelo Chanceler e subscrito pelo Secretário do Conselho.

§ 1º O diploma conterá os seguintes dizeres: (Armas da República)/ Tribunal de Contas da União/Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União/O Presidente do Tribunal de Contas da União, Chanceler da Insígnia, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução-TCU nº 160, de 2 abril de 2003, outorga a (...) o Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União./E para constar, mandou expedir o presente Diploma que vai assinado pelo Chanceler e subscrito pelo Secretário do Conselho do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União./Brasília, (...) de (...) de (...) /Presidente do Tribunal de Contas da União e Chanceler da Insígnia do Grande-Colar Do Mérito do Tribunal de Contas da União/Secretário do Conselho do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União.

§ 2º Poderá constar do diploma a reprodução gráfica da insígnia ou selo especial.

§ 3º A outorga e o respectivo diploma serão registrados em livro próprio, a ser instituído pelo Presidente do Tribunal, anotando-se no verso do diploma o número do livro, do registro e da página, bem como a data correspondente.

CAPÍTULO VI

Do Livro de Registro

Art. 22. O Conselho terá livro de registro rubricado pelo Secretario, no qual são inscritos, por ordem cronológica, o nome de cada um dos agraciados e os respectivos dados biográficos.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais

Art. 23. O Regulamento do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União somente poderá ser alterado mediante Projeto de Resolução subscrito pela maioria absoluta dos membros do Conselho.

Art. 24. A proposta de alteração apontará expressamente os dispositivos a serem modificados, acrescidos ou suprimidos.

§ 1º Os dispositivos do Regulamento que forem modificados conservarão sua numeração.

§ 2º Em caso de supressão, esta será indicada pela palavra “suprimido”.

Retornar ao sumário

Regulamento do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União

§ 3º A alteração que versar matéria nova ou não se enquadrar em qualquer dos artigos figurará em dispositivo conexo, até o Regulamento, devidamente renumerado, ser publicado na íntegra.

Art. 25. O uso do Grande-Colar obedecerá, em princípio, às normas civis e militares usuais em matéria de condecorações e, em especial, para os magistrados, às normas estabelecidas pelos respectivos Tribunais.

Parágrafo único. O Presidente usará a respectiva insígnia do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, com vestes talares, nas Sessões solenes e especiais do Tribunal Pleno.

Art. 26. Na confecção das condecorações instituídas por este Regulamento serão toleradas alterações de detalhes, se necessárias, por razões de ordem técnica.

Art. 27. Perderá o direito de uso do Grande-Colar, devendo restituir o diploma e a insígnia ao Tribunal, juntamente com os seus complementos, o agraciado que vier a praticar ato atentatório à dignidade e ao espírito da honraria.

Parágrafo Único. A cassação da honraria será proposta por qualquer membro do Conselho, dependendo deste a sua aprovação.

Art. 28. Os membros do Conselho e seu Secretário não receberão qualquer remuneração pelos serviços prestados.

Art. 29. Os casos omissos serão resolvidos pelo Chanceler, que expedirá as normas ou atos necessários.

Art. 30. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

O Grande-Colar do Mérito do TCU

Responsabilidade pelo Conteúdo
Secretaria das Sessões (SESES)

Projeto gráfico, diagramação e capa
Secretaria-Geral da Presidência (Segepres)
Secretaria de Comunicação (Secom)
Núcleo de Criação e Editoração (NCE)

Ouvidoria
Tel.: 0800 644 1500
ouvidoria@tcu.gov.br
Impresso pela Sesap/Segedam

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Missão

Aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo

Visão

Ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável

www.tcu.gov.br